

A Justiça Social e a Cidade

DAVID HARVEY

A Justiça Social e a Cidade

Prefácio e Tradução de
Armando Corrêa da Silva

EDITORA HUCITEC
São Paulo, 1980

PREFÁCIO DO TRADUTOR

No primeiro semestre de 1977, durante a realização de um curso de Geografia para alunos de Ciências Sociais, depois de uma aula, um estudant perguntou-me (havíamos debatido o quinto capítulo deste livro):

— Mas, isto é Geografia?

Para quem acha que a geografia é uma disciplina que lida com assuntos tais como a enumeração de nomes de lugares ou a descrição superficial de paisagens ou, se mais atualizado, com questões relativas a ciências sistematizadas como, por exemplo, climatologia, pedologia, geomorfologia, biogeografia, hidrografia, oceanografia, geografia da população, geografia agrária, geografia urbana, geografia das indústrias e outras — ou, ainda, com grandes agrupamentos de conhecimento como os denominados geografia humana, geografia física e geografia regional, sem contar a cartografia — então, se dúvida, tem razão: o que D. Harvey discute não é Geografia.

E este é o ponto.

O parágrafo anterior, onde não é mencionada a denominada Geografia Teórica (parte do trabalho dos geógrafos que incorporou a tendência de quantificação nessa disciplina) — parece ser um resumo da situação em que se encontra este aspecto do conhecimento. Em outras palavras, a geografia perdeu a unidade de propósitos que já possuiu no passado, apesar de suas visões disciplinares internas. Por isso, é importante aqui tentar elucidar que D. Harvey, sem dúvida um dos primeiros especialistas em metodologia do presente nesta matéria, tenta fazer, apesar de que ele o explicita neste trabalho.

O tema subjacente a toda a discussão desenvolvida neste livro é, na opinião deste tradutor, o da busca de unidade na explicação da relação social-cultural, em que o espaço terrestre aparece como o fenômeno de que a superfície da Terra é a manifestação.

Não devo entrar no mérito do assunto, tal como o autor o expõe.

Penso, contudo, que o leitor deve ser informado a respeito de que assunto

se trata. Ou melhor, em que estágio se encontra o assunto da busca de unidade do social-natural.

Não quero, aqui, senão indicar algumas soluções já propostas, passando, a seguir, a fazer breve referência ao conteúdo do livro.

Entre as referências possíveis é imprescindível a citação do trabalho de Max. Sorre intitulado *Rencontres de la Géographie et de la Sociologie*, de 1957. Partindo da concepção metodológica da geografia como constituindo uma *ecologia humana*, Max. Sorre está firmemente colocado na corrente principal do conhecimento geográfico que é definido como o que se preocupa com o estudo da "área" (Hartshorne, R. — *Propósitos e Natureza da Geografia*), quer seja ela referida como região ou território. Sua noção de espaço é, portanto, uma noção natural que, seguindo as soluções propostas pelas ciências da natureza, pergunta-se: "Quais são os traços que tornam sensível a noção de espaço? é a configuração. Como está dividido esse espaço? em frações de extensão mais ou menos grandes, em *áreas limitadas*. E como se definem seus limites? é a divisão. Como um ponto ou uma área podem estar situados no espaço contínuo? é o problema da posição, da localização" (p. 87-8). Para Max. Sorre esse espaço é um espaço *geodésico* que se refere à Terra, tal como o indica a expressão "superfície da terra" (Hartshorne, R. *op. cit.*). Esse espaço possui características naturais e humanas, num sentido amplo, que não é o caso explicitar aqui.

Na análise das áreas limitadas a que faz referência, "o complexo local" é entendido como *meio (milieu)*: "tudo o que é exterior aos homens, a totalidade das condições nas quais os grupos exercem sua atividade" (p. 115). O estudo desse assunto só é possível de ser feito através de uma abordagem ecológica, que corresponde ao "conhecimento das relações do ser e de seu meio" (p. 116). Esta postura, que implica na adoção, de um lado, da noção de valor de uso e, de outro, corresponde a uma teoria do equilíbrio, explica a mudança apenas em termos do que ocorre no *meio*, modernamente tratado como *ambiente*. Mas, torna-se difícil fugir da simples descrição (funcional), e é quase impossível explicar a passagem de um *meio* a outro em termos de transformação. Foi essa, aliás, a preocupação que P. Claval em *Evolución de la Geografía Humana* mostrou ter sido própria da *Geografia Clássica*, em oposição à *Geografia Moderna*, que explicaria a realidade com a possibilidade de intervenção na mesma.

Na solução do problema: ecologia ou mudança? ressalta sem dúvida a importância do trabalho de Pierre George, intitulado *Sociologia e Geografia*. Na opinião abalizada de P. Claval, no livro citado, o que Pierre George tenta fazer é, sem abandonar a corrente principal da Geografia, e, portanto, a proposição *ecológica*, tentar acrescentar a isso a noção de *processo*, que toma da *dialética materialista*. O resultado é curioso e engenhoso. Para Pierre George

ge "toda coletividade humana se projeta sobre uma parcela do espaço terrestre que, sob formas diferentes, serve de base a suas atividades" (p. 29). Em outras palavras, o objeto aparece como sendo o social projetado sobre o espaço terrestre que é base da atividade da coletividade humana. Mas, não existe separação entre o social e o natural? Essa idéia do espaço terrestre, como tal se, leva a que o tema central da geografia não seja essa própria base, mas relação. E, de que natureza é essa relação? Para resolver o dilema, Pierre George lança mão do conceito de *situação*, no qual aparece sua solução metodológica: "O que caracteriza a pesquisa geográfica em relação às pesquisas das ciências econômicas e sociais é situar os dados num meio que, indistinto no inquérito sociológico, é, ao contrário, objeto de descrição qualitativa muito precisa pelo geógrafo. Essa localização acompanha a pesquisa de relações consideradas hoje como relações recíprocas e recorrentes, e também como relações insuficientes para explicar a totalidade dos dados. O conjunto dessas relações contribui para constituir uma *situação*. Uma situação é, resultante, num dado momento — que é, por definição, o momento presente, em geografia — de um conjunto de ações que se contrariam, se moderam ou se reforçam e sofrem os efeitos de acelerações, de freios ou de inibições por parte dos elementos duráveis do meio e das seqüelas das situações anteriores. Esta situação é, fundamentalmente, caracterizada pela totalidade dos dados e fatores específicos de uma porção do espaço que é, salvo nos casos limites de margens inocuadas pelo homem, um espaço ordenado, um herança, isto é, um espaço natural humanizado" (1966, p. 23-4).

Percebe-se, claramente, a idéia de unir a preocupação clássica com a natureza, embora Pierre George se mantenha todo o tempo em uma postura crítica que o leva a não aceitar a explicação do conhecimento para fins de planejamento, porque, intervir na realidade é, para ele, criticá-la.

Na mesma data da publicação original deste livro de D. Harvey, em 1971 apareceu o trabalho de P. Claval intitulado *Principes de Géographie Sociale*. P. Claval, que se havia comprometido com sua divisão da geografia em *Clássica e Moderna*, como foi visto linhas atrás, apresenta, então, aí, a solução.

Para ele, "as atividades humanas têm uma base territorial; a distância influencia a interação: o espaço tem um significado profundo para os indivíduos e as sociedades" (p. 136). Trata-se de compreender as decisões individuais e sua regulação pela sociedade; e, para isso, é preciso falar a linguagem dos valores. Mas, quais são as bases da valorização do espaço? O território é importante para o equilíbrio das sociedades. É uma constatação. Deve haver, por isso, algo como um imperativo territorial, seja uma programação instintiva genética, ou uma programação cultural adquirida ao longo do período de formação. Embora deixe a questão em aberto, P. Claval afirma que "o espaço

não importa senão como suporte de uma experiência, que é antes de tudo social" (p. 141).

O que dizer de tal proposição, se sua perspectiva metodológica é uma combinação de psicologia individual e social, de um lado, e uma abordagem fenomenológica, de outro? P. Claval responde, afirmando que o espaço é importante como base estável, país natal, consciência do território e significado das paisagens. Estes itens são guias para a pesquisa. É deixar novamente a questão em aberto, o que é coerente com sua formação epistemológica analítica.

Sem pretender fazer aqui uma história das idéias em geografia — o que sem dúvida está se tornando uma necessidade urgente — passo, então, a dizer alguma coisa a propósito da "solução" de D. Harvey. (Coloco a palavra entre aspas como o próprio autor o faria.)

D. Harvey surgiu, recentemente, no cenário intelectual da disciplina geográfica com um livro que fez sucesso entre os especialistas: *Explanation in Geography*, no qual examinou toda a contribuição científica recente, referente em particular a modelos e teoria dos sistemas e seu impacto em Geografia.

A Justiça Social e a Cidade é seu segundo texto em forma de livro.

Em primeiro lugar, desde logo, ele abandona a preocupação de ser clássico ou moderno. A questão para ele não é, neste estágio, de teoria do conhecimento mas, sim, de ontologia. Por isso, apesar de escrever uma obra importante sobre o urbanismo, tratando de temas como a natureza da teoria e a natureza da justiça social, sua indagação principal teórica é a seguinte: o que é o espaço?, que é seguida de outra: o que é isso que a prática humana cria como espaço?

No trato desse assunto sua primeira preocupação é mostrar que o espaço, considerado apenas em sua dimensão física, não consegue abranger seu conteúdo social e simbólico. O leitor poderá, lendo o trabalho, achar que sua solução ontológica, que combina Aristóteles, Kant, Leibniz e Marx, é uma abordagem válida, desde que se assumam algum pressuposto estruturalista, que é a postura final de D. Harvey, aqui, embora deixe algumas sugestões em aberto.

É preciso, contudo, tomar cuidado, neste caso, com as classificações. Em primeiro lugar, D. Harvey afirma, categoricamente, que não é marxista. Ao final do livro, quando discute a ontologia e a epistemologia de Marx, apresenta uma solução com a qual muitos marxistas por certo não concordariam. Mas, seria imprudente categorizá-lo como uma modalidade de estruturalista em geografia. A razão disso decorre da própria natureza do assunto de que está tratando: para ele, também a superfície da terra é uma manifestação do espaço. Mas, ele critica a ecologia. E sua crítica implícita, a uma solução

como a de Pierre George, também surge no texto, aqui e ali. Não menos "irônica" é sua apreciação da fenomenologia como "solução". Qual seu objetivo então?

Tenho que fazer referência novamente ao início deste prefácio.

A preocupação central de D. Harvey é a da unidade do social e do natural. Essa preocupação leva-o progressivamente ao método de Marx, que fornece a ele o que supõe ser uma chave para a solução da questão. Mas, também Marx é criticado. Não pelo que fez, mas pelo que teria ignorado.

Naquele capítulo cinco, citado, sem dúvida um dos momentos altos de trabalho, só superado em profundidade com a sua surpreendente formulação seguinte: o modo de integração econômica — o problema da unidade social-natural é resolvido através da consideração do uso do solo urbano quando, transpondo a teoria de Marx da renda da terra para o ambiente urbano, desaparece a separação entre os dois aspectos da realidade. Mas acrescenta-se, o espaço terrestre, que é desde logo social, como *espaço criado*, mais do que como *espaço efetivo*, é aí o objeto de análise e não o modo de produção. Isto é, sem dúvida, uma contribuição importante.

Ao final do livro, Harvey refere-se a recentes elaborações teóricas de Henri Lefebvre, concordando em parte com este.

Essa discussão "final", parece-me, tem como base o seguinte: D. Harvey examina com grande acuidade o processo de transição *relação campo-cidade* para a *situação cidade-campo*. Henri Lefebvre está preocupado com um tem que considera mais avançado: as *relações cidade-cidade*, porque, argumenta o processo de urbanização tornou-se o centro de atenção na sociedade capitalista contemporânea! Mais do que isso, a própria industrialização passou a voltar-se para ele, numa situação de dependência.

D. Harvey discorda. Aceita a idéia, mas acredita que Lefebvre está próximo da utopia, embora ache a utopia importante.

Por essa questão, apenas, o leitor pode julgar da importância e atualidade desta obra.

Não pretendo que estas simplificações que sou obrigado a fazer nesta breve apresentação do livro esgotem o assunto. Peço mesmo, que as tomem como apenas uma opinião. Não posso, neste caso, seguindo o caminho percorrido pelo próprio D. Harvey, deixar de fazer referência a uma proposição de Marx, que pode apresentar também uma orientação a seguir. Refiro-me àquela passagem da *Crítica do Programa de Gotha* em que se diz: "O trabalho não é a fonte de toda a riqueza. A natureza é a fonte dos valores de uso (que, ao fim e ao cabo, são a riqueza real!) tanto quanto o trabalho, ele próprio expressão de uma força natural, a força de trabalho do homem" (1971, p.13)

O assunto é, pois, complexo.

Aliás, como o foi a tradução. Gostaria de dizer algumas breves palavras sobre isto. O estilo de D. Harvey é muito peculiar. Importava mantê-lo, procuran^{do}, por isso, ficar entre uma tradução literal e os requisitos de uma versão. Em certos casos, mantive a tradução de certos "neologismos" como *agregado*, *curva de quantidade de renda* e outros. Fui obrigado, inclusive, a manter literal a expressão *mercado de troca* que, embora possa parecer redundante, é assim usada pelo autor. No caso do conhecido neologismo *externalidades*, preferi a tradução mais vernácula *externalização*. (Os economistas que me relevem.) Como a postura de D. Harvey é, a meu ver, *analítica-estruturalista*, e como o assunto encontra-se ainda em fase de difusão no Brasil, não posso ser julgado inadequado.

Gostaria de fazer aqui um agradecimento a amigos e colegas que me incentivaram. Não os cito aqui pela conhecida razão de que sempre pode faltar alguém.

São Paulo, 1978

Armando Corrêa da Silva

Sumário

Prefácio do Tradutor	VI
Introdução	
PRIMEIRA PARTE: FORMULAÇÕES LIBERAIS	
Capítulo 1: Processos Sociais e Forma Espacial: (1)	
Os Problemas Conceituais do Planejamento Urbano	1
A Imaginação Geográfica versus a Imaginação Sociológica	1
Em Direção a uma Filosofia do Espaço Social	13
Alguns Problemas Metodológicos na Interseção	20
1 Individualização	27
2 Confusões	29
3 Inferência Estatística	30
Estratégia na Interseção	31
Capítulo 2: O Processo Social e a Forma Espacial: (2)	
A Redistribuição da Renda Real em um Sistema Urbano	35
A Distribuição de Renda e os Objetivos Sociais de um Sistema Urbano	41
Algumas Condições que Governam a Redistribuição de Renda	43
1 A Rapidez de Troca e o Grau de Ajustamento em um Sistema Urbano	43
2 O Preço de Acessibilidade e o Custo de Proximidade	47
3 Efeitos de Exteriorização	40
Os Efeitos Redistributivos da Mudança de Localização de Empregos e Habitação	48
A Redistribuição e o Valor Mutável dos Direitos de Propriedade	51
A Disponibilidade e Preço dos Recursos	59
Os Processos Políticos e a Redistribuição da Renda Real	59
Os Valores Sociais e a Dinâmica Cultural do Sistema Urbano	65
A Organização Espacial e os Processos Políticos, Sociais e Econômicos	71
1 A Provisão e Controle de Bens Públicos Impuros Num Sistema Urbano	72
2 Organização Regional e Territorial em um Sistema Urbano	75
Comentário Conclusivo	78
Capítulo 3: A Justiça Social e os Sistemas Espaciais	81
"Uma Distribuição Justa"	87
Justiça Distributiva Territorial	87
1 Necessidade	86
2 Contribuição ao Bem Comum	85
3 Mérito	90
Para Obter Distribuição com Justiça	92
Uma Distribuição Justa Obtida com Justiça: Justiça Social Territorial	95

Capítulo 4: A Teoria Revolucionária e Contra-Revolucionária em Geografia e o	
Problema da Formação do Gueto	103
Comentário Ulterior sobre Teorias Revolucionárias e Contra-Revolucionárias	126
Capítulo 5: Valor de Uso, Valor de Troca e a Teoria do Uso do Solo Urbano	131
O Valor de Uso e o Valor de Troca do Solo e das Beneficências	135
A Teoria do Uso do Solo Urbano	137
A Teoria Microeconômica do Uso do Solo Urbano	139
A Renda e a Alocação do Solo Urbano para Obter Vantagens	151
O Valor de Uso, o Valor de Troca, o Conceito de Renda e as Teorias do Uso do Solo Urbano — Conclusão	162
Capítulo 6: O Urbanismo e a Cidade — Um Ensaio Interpretativo	167
Modos de Produção e Modos de Integração Econômica	168
Modos de Produção	168
Modos de Integração Econômica	177
1 Reciprocidade	177
2 Integração Redistributiva	179
3 O Mercado de Troca	180
As Cidades e o Excedente	185
O Conceito de Excedente e as Origens Urbanas	185
O Valor Excedente e o Conceito de Excedente	192
Trabalho Excedente, Mais-Valia e a Natureza do Urbanismo	196
O Urbanismo e a Circulação Espacial de Mais-Valia	203
Conclusões	204
Os Modos de Integração Econômica e a Economia Espacial do Urbanismo	205
Variação dentro de um Modo de Integração Econômica	206
A Circulação do Excedente e o Equilíbrio de Influência entre os Modos de Integração Econômica na Economia Espacial Urbana	210
1 Padrões de Circulação Geográfica do Excedente	211
2 As Cidades da Europa Medieval	214
3 O processo do Mercado de Troca e o Urbanismo Metropolitano no Mundo Capitalista Contemporâneo	224
4 A Redistribuição e a Reciprocidade como Forças Contrabalançadoras do Mercado de Troca na Metrópole Contemporânea	235
TERCEIRA PARTE: SÍNTESE	
Capítulo 7: Conclusões e Reflexões	247
Sobre Métodos e Teorias	247
1 Ontologia	248
2 Epistemologia	256
Sobre a Natureza do Urbanismo	261
Bibliografia	273
Índice de Autores	281
Índice de Assuntos	285

A Justiça Social e a Cidade

Introdução

As particularidades biográficas a respeito de como este livro chegou a ser escrito são importantes para compreendê-lo, visto que são úteis para esclarecer aspectos de sua elaboração que, de outro modo, poderiam parecer estranhas. Após terminar um estudo sobre problemas metodológicos em geografia, publicado com o título *Explanation in Geography*, comecei a explorar certas fontes filosóficas, deliberadamente negligenciadas naquele livro. Em particular, achei importante e apropriado pesquisar como as idéias em filosofia social e moral — idéias comumente encaradas como caminhos distintos e separados de discussão em filosofia da ciência, que tinham até então prendido minha atenção — poderiam ser relacionadas à problemática geográfica e àqueles campos de labor intelectual, tais como planejamento e ciência regional com os quais a geografia tem muito em comum. Parecia uma hipótese inicial razoável, por exemplo, a de que questões de justiça social teriam alguma importância na aplicação de princípios espaciais e geográficos ao planejamento urbano e regional. Desde que consegui, com dificuldade, alguma literatura a respeito desse assunto, achei importante tentar preparar alguma coisa, mesmo que isso se tornasse insuficiente. No decorrer do andamento desse projeto geral, tornou-se rapidamente óbvio que ele não poderia ser feito em abstrato. Por essa razão, decidi realizá-lo num contexto com o qual pudesse familiarizar-me imediatamente; e, ainda, que fosse amplo o bastante para proporcionar exemplos materiais e um cabedal de experiência ao qual pudesse recorrer quando necessário. Como havia me transferido para Baltimore, pareceu-me apropriado tomar essa cidade, junto com outras que eu já conhecia, como referência, em relação à qual pudesse explorar as questões que surgiam do fato de projetar considerações filosóficas, sociais e morais na matriz tradicional da pesquisa geográfica. Daí, surgiu a preocupação com o planejamento urbano, os sistemas urbanos e, por último, com o urbanismo em geral.

A interação entre a procura de "idéias para suscitar idéias" e os resultados

da investigação material e da experiência provocou uma evolução em minha concepção geral de urbanismo e problemas urbanos, assim como em minhas observações sobre tópicos tão diversos como a natureza do espaço, a natureza da teoria, e, claro, a natureza do conhecimento e da pesquisa científica em geral. Os ensaios reunidos neste livro foram escritos em condições variadas ao longo de um caminho progressivo, e por isso representam a história de um ponto de vista em evolução. Não considero este relato como idiossincrático em relação a mim mesmo (embora existam, aí, provavelmente, alguns aspectos que possam ser interpretados desse modo). É a espécie de coisa que parece ser inevitável quando alguém busca um caminho adequado e apropriado para, de um lado, obter um ponto de vista sólido em filosofia social e moral, e, de outro, apontar questões materiais reveladas pelo estado dos centros urbanos no mundo ocidental.

A evolução que ocorre nos ensaios, dá origem, naturalmente, a contradições e inconsistências entre eles. A abordagem geral contida na Segunda Parte é substancialmente diferente (e creio, mais elucidativa) da que está na Primeira Parte. Além disso, os últimos capítulos ganham mais significado se entendemos como foi atingido o ponto de vista geral que eles contêm — daí a importância em registrar o processo de pesquisa tal como ele se desenvolveu, através dos vários ensaios aqui reunidos. É também importante assinalar que o conteúdo material da Primeira Parte não é deixado de lado, mas é incorporado, ganhando novo significado, na estrutura evolutiva da Segunda Parte.

Refletindo sobre a evolução do pensamento que ocorreu, posso identificar um desenvolvimento de quatro temas fundamentais, que se interligam em torno de um assunto central permanente e inalterável. Os processos sociais e as formas espaciais são, na maior parte, das vezes, distintos em nossas mentes, se não na realidade; e tem sido uma questão fundamental para mim, desde muitos anos, saber como conciliar a ruptura em nosso pensamento do que aparentam ser duas modalidades distintas e irreconciliáveis de análise. Nos ensaios contidos neste livro, há uma evolução na maneira pela qual esses problemas são concebidos, assim como nas soluções que são propostas para eles. No Capítulo I, por exemplo, o problema é definido como lingüístico e são exploradas soluções lingüísticas. Mas, no Capítulo V, o problema torna-se próprio da prática humana (na qual o problema lingüístico está implícito) e as soluções, por isso, são propostas num mesmo âmbito. A distinção entre processos sociais e forma espacial é sempre considerada mais como artificial do que real; mas, nos últimos capítulos a distinção é concebida como irreal mais do que como tendo sentido diferente. As formas espaciais são então vistas não como objetos inanimados dentro dos quais o processo social se desenvolve, mas como coisas que "contêm" os processos sociais, do mes-

mo modo que os processos sociais *são* espaciais. Retratar bem a interpenetração do processo social e da forma espacial, que nasce da prática humana, é um problema implícito a ela, a ser superado por ela mais do que um problema que se ligue às propriedades da realidade em si.

Os quatro temas que circundam este assunto central, a respeito do processo social e da forma espacial, estão frequentemente submersos no contexto, mas tendem a emergir em momentos cruciais, para consideração explícita, da mesma maneira que são procuradas referências para guiar a análise. Os temas interagem como se estivessem num caleidoscópio mágico — as figuras movem-se circularmente diante dos olhos, mas elas mudam tanto a forma e a cor que é difícil saber se são ou não as mesmas, ou até mesmo, se diferentes umas das outras. Como as imagens não se tornam rapidamente claras para o leitor, porque elas se agitam em torno do tema forma-espaco-processo social, empregar-me-ei nesta introdução em colocar em evidência a fisionomia de cada uma delas. A dificuldade que este procedimento cria é que os temas se relacionam e se refletem uns sobre os outros de maneira tão complexa que, isolar cada um para considerações específicas, prejudicaria a evolução geral do pensamento sem possibilidade de correção. Como o meu propósito, aqui, é fornecer referências para o leitor mais do que um cuidadoso resumo do argumento, limitar-me-ei a descrever como cada tema é proposto no começo e como ele aparece no fim. Deste modo, espero tornar fácil para o leitor compreender como a natureza da teoria, a natureza do espaço, a natureza da justiça social e a natureza do urbanismo são vistas de maneira substancialmente diferente à medida que a análise avança.

1 A Natureza da Teoria

A consideração inicial da teoria opõe-se a uma separação artificial entre metodologia e filosofia. Nunca tentei essa separação como algo mais do que uma questão de conveniência, mas é espantoso o quanto a conveniência pode levar ao erro. Dessa separação flui a tendência de tomar os fatos separadamente dos valores, os objetos independentemente dos sujeitos, as "coisas" como possuindo uma identidade independente da percepção e da ação humana, e o processo "privado" da descoberta como separado do processo "público" da comunicação dos resultados. Todas essas tendências estão claramente expostas em *Explanation in Geography* e podem ser observadas nos dois primeiros capítulos deste livro. Atualmente, rejeito essas distinções como prejudiciais para a análise, mesmo em sua forma aparentemente inofensiva de uma separação de conveniência. Inicialmente, também firmei o ponto de vista de que a construção da teoria requer a elaboração de uma linguagem própria e adequada, com significados e definições fixos, que pudessem ser

empregados para "indicar" fenômenos de um modo logicamente consistente. Reconheço que as definições poderiam insinuar conclusões, e que um sistema de pensamento construído com definições, relações e categorias fixas, poderia inibir mais do que facilitar nossa capacidade de compreender o mundo. Mas estes parecem ser os problemas menores, inerentes ao processo de pesquisa científica como um todo. Agora, infiro que os procedimentos de elaboração de categorias são bastante fundamentais: são vitais para entender como as categorias se estabelecem e, particularmente, como elas ganham significado e se transformam, reciprocamente, no uso. Há uma tendência, por isso, em indagar, na Segunda Parte, sobre os significados estabelecidos contextual e relacionalmente — significados, em outras palavras, que são tomados como em movimento, não de um modo fortuito ou arbitrário, mas como uma parte do processo através do qual a sociedade adota certas linhas de pensamento para racionalizar certas linhas de ação de preferência a outras. Há uma evolução paralela no que diz respeito à abordagem. De uma posição inicial, na qual a verificação é tomada como uma questão de se estabelecer (através de procedimentos geralmente aceitos) a aplicabilidade e a relevância empírica de proposições abstratas, caminho para o ponto de vista de que ela não pode ser separada da prática social em geral. Há vários tipos de teoria com funções distintas a desempenhar num contexto social, e cada tipo possui procedimentos particulares de verificação ligados a ela. A distinção geral (expressa na nota do Capítulo IV) entre teoria do *status quo*, *revolucionária* e *contra-revolucionária* fornece alguma reflexão para a questão da verificação. A verificação é conseguida através da prática, o que significa que a teoria é prática em um sentido decisivo. Quando a teoria se torna prática através do uso, então, e só então, ela é realmente verificada. Subjacente a essa questão, e certamente sob toda a evolução da concepção de teoria contida nestes ensaios, está, naturalmente, a mudança posterior do idealismo filosófico para uma interpretação materialista das idéias, tais como elas surgem em contextos históricos particulares.

2 A Natureza do Espaço

Há várias maneiras pelas quais podemos pensar a respeito do espaço, e é basicamente dele que se deve formular uma concepção correta quando se deseja compreender o fenômeno urbano e a sociedade em geral: mesmo porque a natureza do espaço tem permanecido algo misterioso na pesquisa social. Se tomamos o espaço como absoluto ele se torna uma "coisa em si mesma" com uma existência independente da matéria. Ele possui então uma estrutura que podemos utilizar para classificar ou para individualizar fenômenos. A caracterização de um espaço relativo propõe que ele deve ser entendido como uma

relação *entre* objetos, a qual existe somente porque os objetos existem e se relacionam. Há outra aceção segundo a qual o espaço pode ser tomado como relativo, e proponho chamá-lo espaço relacional — espaço tomado, à maneira de Leibniz, como estando contido *em* objetos, no sentido de que um objeto existe somente na medida em que contém e representa dentro de si próprio as relações com outros objetos. No primeiro dos ensaios contidos neste livro, a questão a respeito de um ponto de vista relativo sobre o espaço é postergada. Mas, este caso é também pesquisado de modo particular. O argumento é ontológico, procurando resolver a questão "o que é o espaço?". Além disso, esta questão filosófica é pensada como tendo solução filosófica ou linguística independente de tudo o mais. O procedimento utilizado é o de que uma vez descoberto o que é espaço e descobertos os modos de representá-lo, podemos, então, avançar em nossa análise do fenômeno urbano, introduzindo nosso entendimento do comportamento humano em alguma concepção geral do espaço. Este procedimento torna-se pouco significativo nos últimos ensaios (particularmente no Capítulo V) e o espaço torna-se o que fazemos dele durante o processo de análise mais do que antes. Posteriormente, o espaço não é nem absoluto, relativo ou relacional *em si mesmo*, mas pode transformar-se em um ou em outro, dependendo das circunstâncias. O problema da correta conceituação do espaço é resolvido através da prática humana em relação a ele. Em outras palavras, não há respostas filosóficas para as questões filosóficas que surgem sobre a natureza do espaço — as respostas estão na prática humana. A questão "o que é o espaço?" é, além disso, substituída pela questão "o que é isso que as diferentes práticas humanas criam, fazendo uso de distintas conceituações de espaço?". A relação de propriedade, por exemplo, cria espaços absolutos dentro dos quais o controle monopolístico opera. O movimento de pessoas, bens, serviços e informações tem lugar num espaço relativo, porque é preciso dinheiro, tempo, energia etc., para ultrapassar o atrito da distância. Parcelas de terra também proporcionam dividendos porque elas relacionam-se com outras parcelas; as forças potenciais demográficas, de mercado e varejo, são bastante reais dentro de um sistema urbano e, sob a forma de renda do espaço relacional, surgem como importante aspecto da prática social humana. A compreensão do urbanismo e do tema forma-espaço-processo social requer entender como a atividade humana cria a necessidade de conceitos espaciais específicos, e como a prática social e cotidiana resolve, com aparente tranquilidade e perfeição, os mistérios filosóficos profundos relativos à natureza do espaço e às relações entre o processo social e as formas espaciais.

As questões de justiça social são abordadas, inicialmente, como se a filosofia social e moral fosse um campo distinto de pesquisa, através do qual princípios éticos absolutos pudessem ser afirmados com toda a força da lei moral. Esses princípios, uma vez estabelecidos, podem então ser utilizados, como pressuposto, para avaliar eventos e atividades no contexto urbano. Está implícita nesta abordagem a distinção entre, de um lado, a observação e, de outro, os valores na base dos quais estabelece-se a marca da aprovação ou desaprovação moral. Esta distinção entre fato e valor (que condiz com a distinção entre metodologia e filosofia) é um dos inumeráveis dualismos que, como muitos filósofos assinalaram, interpenetram a filosofia ocidental posterior à Renascença. Esses dualismos podem ser aceitos como um fato da vida ou podem ser atenuados de algum modo. Kant, por exemplo, construiu um elaborado sistema de pensamento destinado a unir os dualismos em uma filosofia coerente, mas na elaboração foi forçado a recorrer à doutrina do *a priori*. Marx, contudo, coloca por terra as distinções e de qualquer modo proclama o fim de toda a filosofia (desde então quase nada restou para filosofar no sentido usual do termo). A filosofia prosseguiu sem esmorecer, subsequentemente à análise de Marx, mas sinto-me inclinado a aceitar o ponto de vista de Marx sobre o assunto. Isto não quer dizer que a ética seja supérflua, porque existe uma ética marxista a respeito. Mas, isto se relaciona com o fato de que conceitos de justiça social e moralidade dizem respeito à prática humana e nela residem, mais do que em argumentos sobre as verdades eternas a serem atribuídas a esses conceitos. Para Marx, o ato de observar e o ato de avaliação e separá-los é forçar uma distinção na prática humana que não existe na realidade.

Um outro aspecto desse problema merece esclarecimento porque demonstra com exatidão a evolução das idéias nestes ensaios. No Capítulo II, as forças que governam a redistribuição da renda real num sistema urbano são examinadas em detalhe. Neste capítulo, a questão da distribuição é examinada como se fosse inteiramente independente da questão da produção. Essa é uma abordagem típica do liberalismo (por isso o título da Primeira Parte é "Formulações Liberais"). Um representante contemporâneo desta abordagem é John Rawls, cujo volumoso trabalho *A Theory of Justice* (1971) contém uma colocação explícita sobre a natureza da justiça distributiva sem mencionar a produção: esta, supõe-se, será tratada, presumivelmente, através dos mecanismos atuantes do mercado. O ponto de vista de Rawls é objeto de uma discussão explícita no Capítulo III, mas esse ensaio é transitivo no sentido de que se reconhece que a produção e a distribuição se relacionam entre si, e a eficiência de uma diz respeito à equidade da outra. Mas, até o Ca-

pítulo VI, não é colocado que a produção e distribuição e que a eficiência e equidade na distribuição. Aqui, também, acaba-se por reconhecer a definição de renda (à qual a justiça distributiva se refere) é ela própria definida pela produção. O reforço do consumo através da criação de necessidades e o que se segue é então visto como parte do processo, através do qual é assegurada uma demanda efetiva de produtos.

A supressão da distinção entre produção e distribuição, entre eficiência e justiça social, é parte da supressão geral de todos os dualismos deste tipo, desempenhada através da aceitação da abordagem de Marx e de sua técnica de análise. A evolução que ocorre nesses ensaios é a de uma concepção liberal do problema para uma concepção socialista (marxista). Caminho de uma predisposição de encarar a justiça social como uma questão de justiça e moralidade eternas para olhá-la como algo contingente aos processos sociais que operam na sociedade como um todo. Não se trata de que a justiça social deva ser tomada como um conceito meramente pragmático, que possa ser mudado à vontade, segundo a conveniência de qualquer situação. O senso de justiça é uma crença profundamente arraigada em muitas mentes (incluindo a minha). Mas, Marx colocou a questão "por que essas crenças?". E essa é uma questão perturbadora, mas perfeitamente válida. A resposta a ela não pode ser retirada de abstrações. Como na questão do espaço, não existe resposta filosófica a uma questão filosófica — somente uma resposta obtida do estudo da prática humana.

4 A Natureza do urbanismo

Uma leitura dos Capítulos I e VI indica que o conceito de urbanismo sofre mudança considerável através destes ensaios. Inicialmente, o urbanismo é tomado como "uma coisa em si mesma", que pode ser entendida como tal (contando que possamos ultrapassar as barreiras colocadas pela fragmentação disciplinar e o imperialismo acadêmico a respeito de sua análise). No Capítulo VI, o urbanismo aparece como um ângulo favorável para desvendar alguns aspectos relevantes dos processos sociais, que operam na sociedade como um todo; e ele se torna, por assim dizer, um espelho no qual outros aspectos da sociedade se refletem. Essa transformação ocorre particularmente porque o urbanismo começa a ser definido relacionalmente. O centro urbano, por exemplo, é tomado como "contendo" uma periferia, porque não há centro sem periferia, e cada um ajuda a definir o outro. Do mesmo modo, a supressão da distinção entre produção e distribuição exerce impacto sobre o modo pelo qual é visto o urbanismo. Assim, a consideração inicial do urbanismo como uma "coisa em si mesma" desaparece na consideração de todas as facetas do homem, da sociedade, da natureza, do pensamento, da ideolo-

gia da produção etc., edificadas em torno do conceito do urbanismo definido relacionamente. O urbanismo, proporciona uma linha de argumentação que permite alinhar tópicos importantes, mas, aparentemente, disparatados. A complexidade do urbanismo não deve ser atribuída à complexidade inerente aos fenômenos que estuda; reflete meramente nossa habilidade em construir uma intrincada trama de argumentos em torno de um conceito do mesmo e, sendo assim, não podemos proporcionar uma compreensão dele através de pesquisas interdisciplinares, mas sim uma compreensão das contribuições disciplinares através de seu estudo. O urbanismo e as transformações sociais e espaciais colocadas em sua evolução constituem o duro teste de realidade para a teoria sócio-geográfica. E, como demonstra o Capítulo V, muitas de nossas teorias não se situam bem em meio tão agressivo.

Insista-se em que os quatro temas esboçados, aqui, não evoluem independentemente uns dos outros. Há similaridades e interações entre as evoluções descritas. As mudanças na concepção de espaço e de justiça social são consistentes, para a teoria, com a mudança na abordagem. Espaço, justiça social e urbanismo são todos vistos inicialmente, como tópicos "em si mesmos", que podem ser estudados abstratamente; desde que se estabeleceu o que é espaço e o que é a justiça social, então, pressupõe-se, pode-se proceder à análise do urbanismo. O reconhecimento de que esses tópicos não podem ser compreendidos isoladamente uns dos outros e que os dualismos implícitos contidos no pensamento ocidental não podem ser desfeitos, mas somente suprimidos, leva a uma evolução simultânea do pensamento em todas as frentes. É, naturalmente, a força da análise de Marx que promove tal reconciliação entre tópicos dispares e a supressão dos dualismos, sem a perda de controle sobre a análise. A emergência da análise de Marx como guia para a pesquisa (por cujo uso suponho que seja gratuitamente categorizado como uma espécie de "marxista") requer ainda alguns comentários. Não me volto para ela isento de algum senso *a priori* de sua inerente superioridade (embora me ache naturalmente sintonizado com sua pressuposição geral de um empenho em mudar), mas, porque não encontro outro modo de efetivar o que pretendo fazer para entender o que deve ser entendido. Os Capítulos I e II, por exemplo, ainda são colocações adequadas sob certos aspectos, mas surgem neles problemas aparentemente insolúveis. A abordagem da questão do espaço no Capítulo I coloca um dilema irreconciliável, que degenera em um relativismo desnudo e disforme. A abordagem da sociedade urbana no Capítulo II proporciona um arcabouço útil para entender alguns mecanismos importantes que operam dentro do "processo urbano"; mas, a separação entre fato

e valor, na medida em que afeta o conceito de renda como "recursos sobrepostos", conduz provavelmente a que questões importantes sejam solapadas num relativismo desnudo e disforme, para o qual nenhuma solução torna-se possível fora de um juízo de exortação moral. O Capítulo III representa um esforço para colocar a questão da justiça social e do espaço em foco, mas, logo que as soluções emergem elas permanecem como caracterização arbitrária da natureza da justiça social. O Capítulo IV marca uma ruptura com a abordagem anterior, e de um modo cru mas exaustivo começa o processo de reformulação dos problemas como soluções, e das soluções como problemas. Os Capítulos V e VI buscam consolidar a estrutura envolvente fazendo uso explícito da análise de Marx quando ela parece apropriada. É nesses três últimos capítulos que algumas linhas fundamentais de pensamento e maneira de pensar são indicadas.

Deixo ao leitor julgar se é a Primeira ou a Segunda Parte a que contém a análise mais produtiva. Antes desse julgamento ser feito, há dois pontos que gostaria de enfatizar. Primeiro, reconheço que a análise da Segunda Parte é um ponto de partida que levanta novas linhas de pensamento. A análise é, particularmente, pouco usual (a da necessidade) mas, seu vigor, para mim, pode tê-la feito parecer, às vezes, áspera e, em outras, desnecessariamente complicada. Solicito certa dose de indulgência a esse respeito. Segundo, Marx dá um significado específico à ideologia; e ele a toma como expressão *inconsciente* das idéias e crenças subjacentes que se referem a uma situação social particular, em contraste com a exposição crítica e *consciente* de idéias em seu contexto social, que é frequentemente chamada ideologia no Ocidente. Os ensaios na Segunda Parte são ideológicos no sentido ocidental, enquanto na Primeira o são no sentido marxista.

Os primeiros quatro capítulos deste volume são reproduções substanciais de trabalhos já publicados. O Capítulo I foi primeiramente publicado com o título "Processo Social e Forma Espacial: uma análise dos problemas do planejamento urbano" em *Papers of Regional Science Association*, vol. 25, e estou em dívida com o editor pela permissão de publicá-lo aqui. O Capítulo II, inicialmente incluído no Capítulo I, mas eliminado por causa do tamanho, foi ampliado para aparecer no vol. 22 do *Colston Papers em Regional Forecasting* (editado por M. Chisholm e publicado por *Butterworth Scientific Publications*, Londres); estou em débito com os membros da Sociedade Colston pela permissão em reproduzir essa matéria. O Capítulo III foi um trabalho relatado na sessão especial de *Geographical Perspectives on American Poverty*, no 67º Encontro Anual da Associação dos Geógrafos Americanos.

nos e foi publicado subsequentemente em *Antipode Monographs in Social Geography I*, sob a direção editorial de Richard Peet, que deu permissão para republicar essa matéria. O Capítulo IV apareceu em *Perspectives on Geography*, vol. 2, e gostaria de agradecer ao editor geral Harold Mc Connell, e à Northern Illinois University Press pela permissão de reproduzir esse artigo. Os Capítulos V e VI são contribuições originais para este volume.

Gostaria também de agradecer a numerosas pessoas que, propositadamente ou não, contribuíram para a redação deste livro: Marcia Merry incitou-me continuamente a isso; Lata Chatterjee forneceu uma cópia de dados experimentais sobre a dinâmica do mercado imobiliário; Gene Mumy, Dick Walker e Jörn Barnbrock mostraram-se amigos participantes; e Barbara, John e Cláudia por seu zelo e vitalidade salvaram-me, às vezes, quando o ceticismo parecia iminente. Titus Jerry Cornelius, John Coltrane e os Beatles também tiveram sua parte. Finalmente, gostaria de dedicar este livro a todos os bons jornalistas representados em qualquer parte.

Janeiro, 1973.

Hampden, Baltimore

Primeira Parte
FORMULAÇÕES LIBERAIS

Processos Sociais e Forma Espacial: (1) Os Problemas Conceituais do Planejamento Urbano

A cidade é visivelmente, uma coisa complicada. Parte da dificuldade que experimentamos em lidar com ela pode ser atribuída à sua complexidade inerente. Mas, nossos problemas podem também ser atribuídos à nossa falha em conceituar corretamente a situação. Se nossos conceitos são inadequados ou inconsistentes, não podemos esperar identificar problemas e formular soluções políticas apropriadas. Nestes ensaios, portanto, quero dedicar-me apenas aos problemas conceituais. Ignorarei a complexidade da própria cidade e, em vez disso, procurarei expor alguns dos problemas que nós mesmos produzimos por nossas maneiras características de olhá-la. Uma série de problemas conceituais surge da especialização acadêmica e profissional no que diz respeito a certos aspectos do processo urbano. Evidentemente, a cidade não pode ser conceituada em termos de nossas estruturas disciplinares atuais. Ainda existe muito pouco indício da existência de uma estrutura interdisciplinar emergente de como pensar a cidade, deixando de lado a teorização. Sociólogos, economistas, geógrafos, arquitetos, planejadores urbanos etc., todos parecem arar sulcos isoladamente e viver em seus próprios mundos conceituais fechados. Leven (1968, 108) assinalou que muita pesquisa recente trata "de problemas na cidade mais do que da cidade". Cada disciplina usa a cidade como um laboratório no qual testa proposições e teorias, mas nenhuma disciplina tem proposições e teorias sobre a própria cidade. Este é o principal problema a ser superado se estamos decididos a entender (o controle à parte) a complexidade que é a cidade. Se desejamos fazer isto, contudo, devemos tentar resolver alguns problemas metodológicos e conceituais extraordinariamente difíceis.

Qualquer teoria geral da cidade deve relacionar de algum modo os processos sociais à forma espacial que ela assume. Em termos disciplinares, isso implica integrar duas tradições importantes de pesquisa e educação; chamarei a isto construir uma ponte entre aqueles que possuem a imaginação sociológica e os imbuídos de uma consciência espacial ou de imaginação geográfica.

Mills (1959, 5) define a "imaginação sociológica" como alguma coisa que "habilita seu possuidor a entender o mais amplo cenário histórico em termos de seu significado para a vida interna e a atividade externa de uma variedade de indivíduos (...). O primeiro fruto dessa imaginação (...) é a ideia de que o indivíduo pode entender sua própria experiência e medir seu próprio destino somente localizando a si mesmo dentro de seu tempo; de que ele pode conhecer suas próprias possibilidades na vida somente se tornando consciente das de todos os indivíduos nas suas circunstâncias (...). A imaginação sociológica habilita-nos a captar a história e a biografia, e suas inter-relações na sociedade (...). Por trás de seu uso há sempre a urgência em conhecer o significado histórico e social do indivíduo na sociedade e no período no qual ele tem sua existência e seu ser".

Como Mills põe em evidência, esta imaginação sociológica não é própria somente da sociologia: é o liame comum de todas as disciplinas nas ciências sociais (incluindo a economia, a psicologia e a antropologia) e é o assunto central da história e da filosofia social, como se sabe. A imaginação sociológica tem poderosa tradição por trás de si. De Platão a Rousseau e a Marcuse nunca teve fim o debate sobre as relações entre o indivíduo e a sociedade e o papel do indivíduo na história. Na última metade do século, se tanto, a metodologia associada às ciências sociais tornou-se, também, mais rigorosa e mais científica (poder-se-ia dizer, pseudo-científica). A imaginação sociológica pode agora nutrir-se de uma enorme literatura especulativa, de uma plethora de resultados de sondagens, mas, de poucas teorias bem articuladas referentes a certos aspectos do processo social. É útil contrastar com essa "imaginação sociológica" a existência mais do que difundida do que chamei "consciência espacial" ou "imaginação geográfica". Esta imaginação habilita o indivíduo a reconhecer o papel do espaço e do lugar em sua própria biografia; a relacionar-se aos espaços que ele vê ao seu redor, e a reconhecer como as transações entre os indivíduos e entre as organizações são afetadas pelo espaço que os separa. Isto conduz a reconhecer o relacionamento que existe entre ele e sua vizinhança, seu território ou, para usar a linguagem dos grupos de rua, seu "pedaço". Isto o leva a julgar a importância dos acontecimentos em outros lugares (nos "pedaços" de outros povos); a julgar se a marcha do

comunismo no Vietnã, Tailândia e no Laos é ou não importante para ele onde quer que esteja. Isto o conduz também, a encarar e a usar, criativamente, o espaço, e a apreciar o significado das formas espaciais criadas pelos outros. Esta "consciência espacial" ou "imaginação geográfica" está explícita em muitas disciplinas. Arquitetos, artistas, desenhistas, planejadores urbanos, geógrafos, antropólogos, historiadores etc. todos a possuem. Mas, ela tem por trás uma tradição analítica muito frágil e precária, e sua metodologia ainda permanece fortemente apoiada na intuição pura. A principal presença da consciência espacial na cultura ocidental se encontra, ainda hoje, nas artes plásticas.

Essa distinção entre as imaginações geográfica e sociológica é artificial quando a relacionamos aos problemas da cidade, sendo bastante real ao examinarmos os modos através dos quais pensamos a cidade. Há muitos que estão dotados de poderosa imaginação sociológica (Cf. Wright Mills entre outros) e que, não obstante, parecem viver e trabalhar num mundo a-espacial. Há também os que, dotados de poderosa imaginação geográfica ou conhecimento espacial, falham em reconhecer que a maneira como o espaço é encarado pode ter um efeito profundo sobre os processos sociais — sem contar os numerosos exemplos de bonitos, mas inabitáveis projetos de modernas moradias.

Nesse confronto entre a abordagem sociológica e a espacial dos problemas, alguns indivíduos e grupos de indivíduos e mesmo disciplinas inteiras têm se aproximado da questão. Muitos dos que são dotados de imaginação sociológica têm chegado a reconhecer o significado da dimensão espacial no processo social. Hallowell (1955) e Hall (1966) em antropologia (o último propondo a nova ciência da *proxemics*), Tinbergen (1953) e Lorenz (1966) em etologia, os estudos de Sommer (1969) sobre o papel do espaço "psicológico" pessoal na influência da reação humana ao projeto ambiental; os estudos de Piaget e Inhelder (1956) da evolução da consciência espacial nas crianças; filósofos, como Cassirer (1944; 1955) e Langer (1953) com seu claro reconhecimento do efeito da consciência espacial sobre a concepção humana no relacionamento com o mundo circundante, não são senão alguns exemplos. Encontraríamos também, economistas e cientistas regionais nesse grupo. Outros caminharam para esse confronto a partir de outra direção. Treinados numa tradição de conhecimento espacial, tomaram consciência de como a feição da forma espacial pode influenciar o processo social — arquitetos, tais como Lynch (1960) e Doxiadis (1968) (com sua proposta da nova ciência *ekistics*); planejadores urbanos, tais como Howard e Abercrombie. Abrangendo o confronto, encontramos, também, o geógrafo regional que, apesar de sua metodologia cheia de tabus e recursos analíticos frágeis, pode conseguir, certas vezes, obter algumas introspecções profundas sobre como o

conhecimento regional, a identidade regional, o meio natural e o produzido pelo homem mergulham dentro de um outro estágio para criar uma estrutura espacial distinta na organização humana. Recentemente, geógrafos especializados em geografia humana tiveram um maior interesse pela exploração de relacionamentos entre processos sociais e forma espacial (Harvey, 1969; Buttimer, 1969).

Há uma literatura vasta, mas amplamente dispersa que se relaciona com o confronto. Mas, é difícil reuni-la e destilar seu conteúdo. Talvez, uma de nossas primeiras tarefas na busca de uma nova estrutura conceitual para nossa compreensão da cidade, seja pesquisar e sintetizar essa vasta e difusa literatura. Tal síntese, provavelmente, revelaria como é difícil trabalhar nesta área sem maior organização conceitual. É interessante considerar, por exemplo, quanto tempo foi necessário ao planejador urbano e ao cientista regional para ajustarem-se, numa tentativa de compreender os processos urbanos. As dificuldades dos problemas de forma espacial parecem ter aumentado, desde logo, os especialistas em ciência regional. O espaço gerou, ou uma estrutura regional (por um processo que deve ser suposto mais do que entendido), para a qual poderiam então ser aplicadas determinadas estruturas imaginadas para nível nacional (para as quais temos certos processamentos regionais e inter-regionais), ou então gerou meramente, custos de transportes que poderiam ser substituídos, em lugar de outros envolvidos no processo de produção (para o que temos a maior parte da teoria da localização e os modelos de equilíbrio inter-regionais). O espaço era simplesmente uma variável numa estrutura conceitual imaginada primitivamente para a análise econômica a-espacial. Os cientistas e economistas regionais ainda demonstram predileção em considerar a economia e desconhecer o espaço. Contudo, o planejamento urbano, dominado como tem sido, tradicionalmente, por uma tendência básica de copiar desenhos na prancha e, em particular, pelo processo de desenhar a partir do mapa (um instrumento notório de autodecepção, se jamais houve outro) esteve imerso completamente nos detalhes de organização humana espacial, tais como expressos no uso do solo. Ao decidir o planejamento de uma determinada parcela de terra, o planejador urbano não sabia usar o agregado e as generalizações abstratas do cientista regional, do economista e do sociólogo. Ele coloria a parcela de vermelho ou verde em seu mapa-base, de acordo com sua própria avaliação intuitiva do desenho da forma espacial e de sua contribuição rígida de fatores sociais e econômicos, como ele os concebia (contanto que, naturalmente, sua decisão não fosse determinada somente pelo jogo das pressões políticas). Webber (1963, 54), que tem sido um dos maiores defensores do desenho espacial, o que objetiva levar o planejador a uma enorme desatenção para com o processo social, considera vital que ele se despreocupe "com a doutrina, bastante

aceita, que busca ordem em padrões cartográficos simples, quando, ao contrário, se está realmente escondendo uma organização social extremamente complexa."

Há, contudo, sinais de alguma pressão no sentido de apresentar as imaginações sociológica e geográfica juntas no contexto da cidade. Mas isto tem sido uma luta difícil. Frequentemente, as abordagens geográfica e sociológica têm sido tratadas como dispares ou, quando muito, como alternativas viáveis para a análise dos problemas da cidade. Pensou-se, por exemplo, em modificar a forma espacial de uma cidade e de algum modo adaptar o processo social (esta tem sido, tipicamente, a abordagem dos planejadores físicos a partir de Howard). Outros pensaram em apresentar bloqueios institucionais ao processo social, na esperança de que isto por si só seria o bastante para alcançar objetivos sociais necessários. Essas estratégias não são alternativas. Elas devem ser tratadas como complementares. O problema é que o uso de uma algumas vezes conflita com o da outra. Qualquer boa estratégia deve aceitar que a forma espacial e o processo social são formas diferentes de pensar a mesma coisa. Devemos, portanto, harmonizar nosso pensamento a respeito ou, então, continuar a criar estratégias contraditórias de tratar com os problemas urbanos. Webber queixa-se da "campanha ideológica que se destina a reconstruir as formas preconcebidas de cidade, que abrigam estruturas sociais de eras passadas", e sugere a "emergência de uma abordagem pragmática de solução do problema na qual os aspectos espaciais da metrópole sejam vistos em continuidade, definidos pelos processos da sociedade urbana". Leven (1968, 108) tem similarmente lutado por obter "alguma espécie de estrutura teórica dentro da qual sejam identificados os fatores que são determinantes da forma da cidade e que, em retorno, produza alguma forma espacial de modo analiticamente previsível". Então, poderíamos "caminhar em direção a algum método de avaliar o desempenho espacial resultante, que, em contrapartida, retroagiria provavelmente, sobre as determinantes das próprias formas espaciais".

O ponto central deveria estar claro: a única estrutura conceitual adequada para entender a cidade é a que inclui e se edifica ao mesmo tempo sobre as imaginações sociológica e geográfica. Devemos relacionar o comportamento social, de acordo com a geografia e a forma espacial que a cidade assume. Devemos reconhecer que uma vez criada uma forma espacial particular, ela tende a institucionalizar e, em alguns aspectos, a determinar o futuro desenvolvimento do processo social. Necessitamos, sobretudo, formular conceitos que nos orientem a harmonizar e integrar estratégias capazes de lidar com as complexidades do processo social e os elementos da forma espacial. É para esse assunto que desejo agora dirigir minha atenção.

Pode parecer estranho começar a pesquisa para transpor a brecha entre a imaginação sociológica e geográfica elaborando considerações detalhadas da situação a partir do ângulo geográfico. Mas, é útil começar por esse caminho porque aqueles que estão imbuídos de um sentido penetrante de espaço têm, sempre, falhado em articular uma visão de espaço que possa ser analisada e entendida prontamente pelos analistas do processo social. Se nos esforçarmos por entender melhor o que é o espaço, penso que, então, alguns problemas deixarão de existir, dentro de nosso esforço em construir a ligação.

Há, naturalmente, uma literatura bastante substantiva que trata da filosofia do espaço. Infelizmente, a maior parte diz respeito à interpretação do significado do espaço tal como ele é conceituado na física moderna, sendo, útil, às vezes; mas é antes de tudo, uma visão específica do espaço, e não estou certo de que isso tenha qualquer validade geral para o exame da atividade social. Outras perspectivas devem ser consideradas. Com o objetivo de tornar claro esse ponto, necessitamos desenvolver algumas idéias simples, considerando as modalidades de experiência espacial, e as maneiras pelas quais podemos analisar essa experiência. Cassirer (1944) fornece um ponto de partida útil porque ele é um dos poucos filósofos que têm trabalhado com uma visão bastante geral do espaço. Ele distingue três categorias básicas de experiência espacial. A primeira, o *espaço orgânico*, refere-se à espécie de experiência espacial que aparenta ser geneticamente transmitida e, por isso, biologicamente determinada. Grande parte do comportamento examinado pelos etólogos (orientação e migração espacial instintiva, territorialidade instintiva etc.) pertence a esta categoria. A segunda, o *espaço perceptivo*, é mais complexa. Ela envolve a síntese neurológica de todas as espécies de experiência sensível-ótica, tátil, acústica e cinestética. Esta síntese implica numa experiência espacial na qual a ocorrência de várias sensibilidades específicas estão reconciliadas. Um esquema importante pode ser formado e a memória pode levar à sua retenção duradoura. Quando a memória e o aprendizado estão envolvidos, o esquema pode estar sujeito à adição ou à subtração de eventos, por modalidades de pensamento apreendidos culturalmente. O espaço perceptivo é afetado pelo condicionamento cultural. A terceira espécie de experiência espacial é abstrata; Cassirer denomina-a *espaço simbólico*. Aqui, estamos experimentando o espaço vicariamente, através da interpretação de representações simbólicas que não têm dimensão espacial. Posso evocar a impressão de um triângulo sem ver nenhum, simplesmente olhando a palavra "triângulo". Posso acumular experiência da forma espacial aprendendo matemática e, em particular, naturalmente, geometria. A geometria fornece uma linguagem simbólica conveniente para a

discussão e o aprendizado da forma espacial, mas não é a forma espacial em si.

Esses três níveis de experiência espacial são interdependentes. As geometrias abstratas que construímos requerem alguma interpretação ao nível perceptivo no caso de produzirem um efeito mais intuitivo do que lógico; daí, todos os diagramas que um manual típico de geometria fornece. Nossa experiência perceptiva pode ser afetada pela experiência orgânica. Mas, se queremos construir uma teoria analiticamente flexível da forma espacial, devemos eventualmente recorrer à geometria formal. Necessitamos, contudo, encontrar algum meio de representar eventos, tais como eles ocorrem ao nível perceptivo ou orgânico, através de algum sistema simbólico abstrato que configure uma geometria. Reciprocamente, devemos tomar isso como algo semelhante a encontrar alguma interpretação ao nível orgânico ou perceptivo para idéias desenvolvidas ao nível abstrato.

Discuti, em outra ocasião, alguns dos problemas que surgem neste processo de transferir experiência obtida em um nível para uma modalidade de experiência que ocorrem em outro (Harvey, 1969, cap. 14). A principal confiabilidade do argumento era a de que necessitamos demonstrar algum isomorfismo estrutural entre a geometria usada e a experiência perceptiva particular, ou conjunto de experiências sob análise. Onde existe algo como o isomorfismo, podemos "mapear" a informação derivada do plano perceptivo em uma geometria de tratamento analítico. Um mapeamento bem sucedido é aquele que nos leva a transferir conclusões da geometria analítica para o reino da experiência perceptiva, de tal modo que obtemos controle ou poder de previsão sobre a situação perceptiva. Numa superfície plana horizontal, por exemplo, posso prever distâncias físicas entre muitos objetos com apenas algumas medidas-chaves, e posso fazer isso através do uso da geometria euclidiana e de sua trigonometria derivada. Esse exemplo é importante. Uma longa experiência de tal mapeamento nos tem ensinado que a geometria euclidiana é a geometria relevante para discutir a organização de objetos no espaço físico — pelo menos até o limite do envoltório terrestre. A geometria euclidiana é, também, a geometria na qual a engenharia e os processos físicos de construção encontram expressão automática, já que é a geometria "natural" quando se trata de trabalhar com leis físicas, tais como operam na superfície da terra.

Parece que tudo o que queremos de um tratamento analítico da forma espacial, é algum desenvolvimento, maior da geometria euclidiana. Não temos, ainda, tal desenvolvimento, nem tampouco inventamos métodos de generalização sobre a figura, o padrão e a forma em tais superfícies euclidianas, por exemplo. Mas, mesmo dado esse desenvolvimento, nossos problemas estariam muito longe de solução, simplesmente porque o espaço

social não é isomórfico em relação ao físico. Aqui, a história da física tem alguma coisa de muito importante a nos ensinar. Não podemos esperar que um tipo de geometria apropriada para discutir uma modalidade de processo seja adequada para lidar com outro. A seleção de uma geometria apropriada é essencialmente um problema empírico, e devemos demonstrar (quer por aplicação bem sucedida, quer pelo estudo dos isomorfismos estruturais) como espécies particulares de experiência perceptiva podem ser cartografadas validamente em uma geometria particular. Em geral, os filósofos do espaço dizem que não podemos escolher uma geometria apropriada independente de algum processo, porque é o processo que define a natureza do sistema de coordenadas que devemos usar para sua análise (Reichenbach, 1958, 6). Essa conclusão pode, acredito, ser transferida intacta para a esfera social. Cada forma de atividade social define seu espaço; não há evidência de que tais espaços sejam euclidianos ou mesmo que eles sejam remotamente similares um ao outro. Dai, temos o conceito geográfico de espaço sócio-econômico, o conceito de "espaço pessoal" dos psicólogos e antropólogos etc. A articulação de uma filosofia adequada de espaço social é uma necessidade primária se desejamos entender a forma espacial da cidade e, já que, somente podemos entender o espaço social relacionando-o a alguma atividade social, somos forçados a considerar uma integração das imaginações sociológica e geográfica.

A construção de uma filosofia do espaço social seria difícil, porque precisamos de um conhecimento muito maior sobre os processos que entram no reino perceptivo da experiência espacial. Sabemos muito pouco, por exemplo, sobre a maneira exata do artista ou do arquiteto encarem o espaço, a fim de transmitir uma experiência estética. Sabemos que eles, frequentemente, são bem sucedidos (ou falham), mas apenas sabemos como o fazem. E também que os princípios sobre os quais um arquiteto encara o espaço são muito diferentes dos empregados pelo engenheiro. Uma boa arquitetura, presumivelmente, incorpora duas ordens de princípios de organização espacial — uma destinada a preservar a estrutura criada da violação de restrições físicas, e outra que facilita a transferência de alguma experiência estética. É extremamente difícil lidar com os princípios estéticos. Langer (1953, 72) propõe um interessante ponto de partida para a teoria do espaço em arte. Ela lança a hipótese de que "o espaço no qual vivemos e agimos não é o tratado na arte em geral"; porque o espaço no qual temos nossa existência física é um sistema de relacionamentos efetivos, enquanto que o da arte é um espaço criado, construído com formas, cores etc. Assim, o espaço visual expresso na pintura é essencialmente uma ilusão... "como o espaço por detrás da superfície de um espelho, o que os físicos denominam espaço virtual — uma imagem intangível. Esse espaço virtual é uma ilusão elementar de toda a arte

plástica". Numa seção ulterior, Langer (p. 93) propõe estender esse conceito à arquitetura. A arquitetura, evidentemente, tem função atual e isso, também, define e organiza as unidades espaciais em termos de relacionamentos espaciais atuais, que têm significado para nós em função do espaço no qual moramos e nos movemos. Mas, não obstante, "a arquitetura é uma arte plástica, e seu primeiro efeito é, sempre, inconsciente e inevitavelmente, uma ilusão: alguma coisa puramente imaginária ou conceitual traduzida numa impressão visual".

O que é que transformamos em impressão visual? A arquitetura, sugere Langer, é um *domínio ético* — "um ambiente humano fisicamente presente que expressa os padrões funcionais rítmicos característicos, que constituem uma cultura". Em outras palavras, a configuração do espaço que se desenvolve na arquitetura e, portanto, na cidade, é simbólica de nossa cultura, da ordem social existente, de nossas aspirações, necessidades e temores. Se, entretanto, desejamos avaliar a forma espacial da cidade devemos de algum modo entender seu significado criativo, assim como suas dimensões meramente físicas.

Um princípio importante em arte e arquitetura é o de a forma espacial poder ser manipulada de várias maneiras, para produzir vários significados simbólicos. Até bem pouco tempo fracassamos em estudar cientificamente esse processo. Há uma literatura crescente sobre os aspectos psicológicos da arte e um consenso crescente de que precisamos de alguma compreensão a respeito de como o ambiente produzido pelo homem ganha significado para seus habitantes. O interior dos edifícios, por exemplo, esclarece frequentemente muito sobre a natureza da ordem e dos processos sociais que supostamente ocorrem dentro deles. A planta de uma igreja medieval está intimamente relacionada com a natureza da hierarquia social, devido à relação espacial que alguns indivíduos têm como o ponto focal central. Não é acidental que os que estão no coro, de algum modo, parecem próximos a Deus (e por esta razão mais privilegiados) do que os que estão na nave. Sommer (1969) desenvolveu esse princípio e idéia para mostrar como espécies diferentes de configuração espacial, numa ampla variedade de contextos, podem afetar o comportamento humano e os sistemas de atividade. Esse trabalho está no início, mas não demorará muito em criar alguns princípios úteis para entendermos o papel que o simbolismo espacial desempenha, afetando o comportamento humano. Os mesmos princípios são, talvez, aplicáveis em escala mais ampla. Lévi-Strauss (1963) mostrou como a configuração espacial de toda aldeia, numa cultura primitiva, pode refletir em detalhe a mitologia da população e as relações sociais que existem entre seus vários grupos. A configuração de uma aldeia típica do século XVIII na Inglaterra expressa bastante a ordem social tal como, então, existia com suas duplas

fontes de poder, na igreja e na nobreza. Lowenthal e Prince (1964) mostraram similarmente, como cada geração encara seu ambiente de maneira a refletir normas sociais existentes. A cidade como um todo, mesmo a versão amorfa moderna, ainda possui essa qualidade simbólica. Não é acidental que a cúpula da igreja e da capela puerim sobre Oxford (uma cidade criada na era do poder eclesiástico), enquanto, na era do capitalismo monopolista, são os edifícios Chrysler e o do Banco Chase, em Manhattan, que pairam sobre a ilha de Manhattan. Estes são exemplos precários, e as interações de forma espacial, significado simbólico e comportamento espacial são provavelmente muito complexas. É importante entendermos estas interações se não desejamos (para citar Webber outra vez) "reconstruir as formas de cidade preconcebidas, que abrigam estruturas sociais de eras passadas". O ponto básico que estou tentando estabelecer é o de que, se quisermos entender a forma espacial, devemos, primeiramente pesquisar suas qualidades simbólicas. Como isso pode ser feito?

Duvido que algum dia possamos compreender verdadeiramente as intuições que conduzem um artista criativo a moldar o espaço para comunicar uma mensagem. Mas penso que podemos avançar muito em entender o impacto que essa mensagem tem sobre a pessoa que recebe. Em termos do padrão de atividade da população total é esta a reação que devemos aprender a medir. Se a cidade contém todos os tipos de sinais e símbolos, então podemos tentar captar o significado que as pessoas dão a eles. Devemos procurar entender a mensagem que as pessoas recebem de seu ambiente construído. Para isso, necessitamos de uma metodologia bastante geral para a medida do simbolismo espacial e ambiental. Aqui, as técnicas de psicolinguística e psicologia têm muito a recomendar. Essas técnicas conduzem-nos a perceber o significado de um objeto ou acontecimento pelo exame da disposição comportamental que se tem em relação a eles. Podemos verificar essa disposição comportamental de várias maneiras: pesquisando a disposição mental de um indivíduo ou grupo de indivíduos e descobrir suas atitudes e percepções para com o espaço que os circunda, usando uma variedade de técnicas, desde a teoria da estrutura pessoal, à diferenciação semântica, até técnicas mais diretas de questionário. O objetivo, aqui, é tentar avaliar a disposição cognitiva do indivíduo a respeito de seu ambiente espacial. Uma alternativa, utilizada por comportamentalistas e psicólogos, é simplesmente observar o comportamento das pessoas, e assim medir sua reação aos objetos e acontecimentos. Neste caso, é o comportamento manifesto no espaço que nos fornece as pistas necessárias para entendermos o significado espacial. Considerações práticas tornam quase impossível deixar de tornar o comportamento manifesto, quando, por exemplo, grandes parcelas de população são consideradas, no estudo dos fenômenos, no caso do deslocamento do indivíduo para

o trabalho e para as compras, tais como ocorrem na escala de análise da cidade em sua totalidade.

Numerosas dificuldades surgem do uso dessas técnicas de medir o impacto do simbolismo espacial que existe na cidade. Ao nível do conjunto, temos que nos apoiar na informação fornecida por uma descrição generalizada da atividade espacial na cidade, e esse padrão de atividade pode ser uma função de todas as espécies de coisas que nada têm a ver com a forma e o significado espaciais. Há indubitavelmente, uma porção substancial do processo social que opera independentemente da forma espacial; e precisamos saber que porção de atividade é influenciada pela forma espacial, e qual a que permanece relativamente independente. Mesmo ao nível micro ainda nos deparamos com o problema de que os controles experimentais, sobre variáveis indesejáveis, são difíceis de estabelecer. Podemos aprender muito de experiências de laboratório sobre reação a várias formas de estímulo — respostas espacialmente organizadas em complexidade, profunda percepção, associações de significado, preferências padronizadas etc.; mas, é extremamente difícil relacionar essas descobertas a padrões de atividade complexos, tais como eles se desenvolvem na cidade. Contudo, há uma crescente (e bastante estimulante) literatura sobre respostas comportamentais, para certos aspectos da configuração ambiental, e sobre o modo pelo qual os indivíduos reagem e esquematizam vários aspectos da configuração ambiental, e sobre o modo pelo qual os indivíduos reagem e esquematizam vários aspectos da forma espacial que é a cidade (Proshansky e Ittelson, 1970). Não desejo resumir esses estudos aqui mas quero tentar identificar a estrutura filosófica geral que eles explicitam.

Essa estrutura é aquela em que o espaço só ganha significado em termos de "relacionamentos significativos", e um relacionamento significativo não pode ser determinado independentemente do estado cognitivo de alguns indivíduos, e do contexto no qual eles se encontram. O espaço social, por isso, é tomado com um complexo de sentimentos e imagens individuais sobre ele e de reações dirigidas ao simbolismo espacial que cerca esses indivíduos. Cada pessoa, parece, vive em sua própria teia, construída pessoalmente por relacionamentos espaciais, contida, por assim dizer, em seu próprio sistema geométrico. Tudo isso conduziria a uma pintura depressiva do ponto de vista analítico, se não fosse verdade o fato de que os grupos de pessoas parecem identificar, substancialmente, imagens similares a respeito do espaço que os circundam, e parecem também desenvolver modos similares de significado de juízo e comportamentos no espaço. A evidência está longe de ser firme mas, até aqui, parece razoável adotar, como hipótese de trabalho, o ponto de vista de que os indivíduos possuem alguma medida (embora ainda indeterminada) de "imagem comum", derivada de algumas normas grupais (e, pro-

vavelmente, certas normas de agir a respeito daquela imagem), e uma medida de "imagem única", que é altamente idiossincrática e imprevisível. Devemos ter primeiro, uma inter-relação da parte comum da imagem espacial, se desejamos esquematizar alguns detalhes da natureza real do espaço social.

Já sugeri antes que o material coligido até agora sobre imagens espaciais está muito disperso. Mas ele é bastante sugestivo. Lynch (1960), por exemplo, mostra que os indivíduos constroem esquemas espaciais que usam topologicamente — o bostoniano típico parece mover-se de um ponto focal (ou nó) para outro ao longo de caminhos bem definidos. Isso omite grandes áreas do espaço físico que não são delineadas e são certamente desconhecidas, tanto quanto dizem respeito ao indivíduo. A implicação deste estudo particular é a de que poderíamos pensar a organização da cidade com os recursos analíticos da topologia, mais do que com os da geometria euclidiana. Lynch também sugere que certos aspectos do meio físico criam "margens", além das quais o indivíduo não penetra de modo típico. Lee (1968) e Steinitz (1968) confirmam sua descoberta de que os limites podem ser identificados por algumas áreas na cidade e essas áreas parecem formar vizinhanças distintas. Em alguns casos, esses limites podem ser facilmente transpostos, mas em outros podem agir como barreiras ao movimento na cidade — o comportamento de evitar o gueto por parte dos brancos de classe média e a territorialidade fortemente organizada que pode ser encontrada entre certos grupos étnicos e religiosos (como em áreas de protestantes e católicos da Irlanda setentrional) são bons exemplos. Desse modo, podemos esperar fortes discontinuidades em estruturas espaciais socialmente dadas. A um nível mais agregado (por exemplo, o padrão de ida para o trabalho, na cidade), muitas das diferenças individuais em imagens mentais podem contrapor-se e implicar em algum tipo de atrito aleatório, num sistema que possa ser tomado descritivamente. Mas, mesmo neste nível, a evidência sugere que há uma boa dose de não homogeneidade no comportamento espacial, mesmo quando os dados foram reunidos em grupos bastante grandes, com o propósito de desenvolver fortes modelos de interação na cidade. Há grupos distintos de comportamentos, alguns dos quais, mas não todos, podem ser explicados em termos das características sociológicas do grupo (idade, ocupação, renda etc.), e há estilos de atividade distintos sugerindo que diferentes partes da cidade têm poderes atrativos mais diversos. Nesses casos, podemos nos permitir generalizar através de uma geometria mais contínua; mas, mesmo aqui, o trabalho dos geógrafos sugere que o espaço está longe de ser algo apenas euclidiano (Tobler, 1963). A esta altura, envolvemo-nos na questão da natureza exata da superfície sócio-econômica, com a qual estamos lidando, e com o problema de achar transfor-

mações adequadas que permitam a análise de eventos nessa superfície. Em geral, temos que concluir que o espaço social é complexo, não homogêneo, talvez descontínuo, e quase certamente diferente do espaço físico no qual o engenheiro e o planejador atuam tipicamente.

Temos, então, que considerar como essas noções de espaço pessoal surgem, como elas são moldadas pela experiência, e o quanto elas são estáveis na aparência de uma forma espacial em mudança. Novamente, a evidência útil está dispersa. Muito dos trabalhos de Piaget e Inhelder (1956) têm a ver com o modo pelo qual a consciência espacial se desenvolve na infância. Parece haver estágios evolutivos, distintos, desde a topologia, passando pelas relações projetivas, até às formulações euclidianas de conceitos de espaço físico. Parece, entretanto, que as crianças não aprendem, necessariamente, a mesma habilidade espacial em todas as culturas, particularmente tanto quanto dizem respeito a informações espacialmente esquematizadas (Dart e Pradhan, 1967). A evidência sugere que o condicionamento cultural, a aprendizagem de grupo, e a aprendizagem individual estão envolvidas na formação de um esquema espacial do indivíduo. É bastante provável que distintos grupos de cultura, desenvolvam estilos totalmente diferentes de representar relacionamentos espaciais, e esses estilos podem, por si mesmos, estar diretamente relacionados aos processos e normas espaciais e a educação desempenha, indubitavelmente, um papel importante na determinação da habilidade espacial (Smith, 1964). Há uma boa quantidade de variação, em qualquer população, referente à habilidade para ler mapas, a manter sentido de direção etc. e, também, no modo pelo qual os indivíduos ou grupos constroem esquemas mentais. Talvez o mais simples seja lembrar de relacionamentos por aprendizado prático (esta parece ser a característica de muitas pessoas primitivas e precariamente educadas). Outras podem ter sistemas simples de referir coordenadas, desenvolvidos para experiências de classificação, e outros modos mais complexos (e talvez mesmo inconscientes) de esquematizar relacionamentos espaciais. Mas, grande parte da informação que é construída sobre um esquema espacial deve ser resultado da experiência individual, e o esquema é útil para garantir uma mudança contínua com a experiência. A natureza dessa experiência pode ser crucial para determinar o simbolismo — a área de uma cidade, à qual se odeia chegar perto por causa de lembranças infelizes; a área que sempre se associa com épocas boas. A experiência continua a aumentar, e pode modificar ou fazer crescer a natureza do mapa mental ou a forma espacial, tal como gravada na imagem. A própria memória pode falhar e partes da imagem espacial que não são reforçadas podem desaparecer rapidamente. O espaço social não é somente uma variável de indivíduo para indivíduo e de grupo para grupo; *ela é, também, variável no tempo.*

Tentei demonstrar nesta seção que o espaço não é tão simples como o físico ou o filósofo da ciência poderiam fazer-nos crer. Se desejarmos entender o espaço, precisaremos considerar seu significado simbólico e a complexidade de seu impacto sobre o comportamento, já que este está intimamente ligado ao processo cognitivo. Uma das vantagens em desenvolver este ponto de vista sobre o espaço é que ele parece capaz de integrar as imaginações geográfica e sociológica, porque, sem uma compreensão adequada dos processos sociais em toda sua complexidade, não poderemos esperar entender o espaço social em toda sua complexidade.

Alguns problemas metodológicos na interseção

Na seção anterior, procurei mostrar que a compreensão do espaço em toda sua complexidade depende de uma apreciação dos processos sociais. Penso que seria possível adiantar um argumento semelhante a respeito dos processos sociais: a compreensão do processo social em toda sua complexidade depende de uma apreciação da forma espacial. Contudo, prefiro, mais do que demonstrar esse argumento, considerar os problemas metodológicos que se colocam na interseção entre o trabalho sociológico e o geográfico. Isto demonstrará como é difícil trabalhar na interseção, e também evidenciará a importância da forma espacial para o estudo do processo social tal como ele se manifesta na cidade.

A ponte entre as imaginações sociológica e geográfica pode ser construída somente se possuímos recursos adequados. Esses recursos importam um conjunto de conceitos e técnicas que possam ser usados para unir os dois campos. Se a construção resultante for passível de elaboração analítica e suscetível de teste empírico, então métodos matemáticos e estatísticos serão necessários, e devemos, por isso, identificá-los. Parece, contudo, que esses métodos não poderão ser identificados senão em um dado contexto. Se, por exemplo, estamos interessados na interação entre o simbolismo espacial da cidade, os mapas mentais dos indivíduos, seus estados de fadiga e seus padrões de comportamento social e espacial, então será necessário um conjunto de recursos. Se estamos interessados na mudança inerente à forma da cidade e na forte dinâmica social à qual está associada, teremos necessidade de um conjunto diferente. No primeiro caso, necessitamos uma linguagem que seja capaz de abranger as complexidades de variadas geometrias individuais e sistemas de atividade social. No segundo, podemos tentar, ignorar os detalhes do comportamento individual e contentarmo-nos em examinar as relações entre a forma espacial da cidade e o comportamento agregativo nela manifesto. Por isso, não podemos construir qualquer estru-

tura metodológica geral para trabalhar na interseção. Contudo, podemos esclarecer as espécies de problemas a que visamos, examinando os recursos que possuímos para construir a ponte num certo contexto; especialmente o de analisar a enorme forma espacial de uma cidade e os padrões agregativos de comportamento manifestos dentro dela. Nesse contexto, quero deter-me no problema da inferência e controle preditivo. Eu escolho este objetivo particular porque, como Harris indicou (1968), os planejadores estão interessados em fazer "previsões condicionais a respeito de função e desenvolvimento", e isso não difere do interesse do cientista social que usa a previsão condicional como meio para tornar válida a teoria. Por essa razão, a previsão e a formulação da teoria, relacionadas à cidade, dependerão da existência de uma estrutura válida para construir testes e fazer inferências. Como estou interessado em mostrar, tal estrutura não existe presentemente. Considerarei somente aspectos selecionados desse problema, e examinarei os problemas de inferência por individualização, confusões e estatísticas.

1 Individualização

É geralmente aceito que um passo inicial para a construção de uma estrutura por inferência é definir um conjunto de indivíduos que formam uma população. O processo de definir um indivíduo é chamado "individualização", sendo, obviamente, muito importante. Lógicos, tais como Wilson (1955) e Carnap (1958), examinaram alguns problemas gerais surgidos daí. Uma distinção importante que fazem é entre a individualização em *linguagens substantivas* e a individualização em *linguagem no espaço e no tempo*. Na primeira espécie de linguagem um indivíduo pode ser definido pela especificação de um conjunto de propriedades ($P_1, P_2, P_3, \dots, P_n$) que o mesmo possui; podemos individualizar uma "cidade" estabelecendo o tamanho mínimo da aglomeração, a natureza da estrutura ocupacional etc. Contudo, na linguagem espaço-tempo, a individualização depende de especificar a localização de um objeto dentro de uma estrutura coordenada, que represente o espaço e o tempo (convencionalmente mencionada como x, y, z, t). Esses dois sistemas de linguagem têm propriedades bem distintas; é portanto inadequado, e difícil misturá-los no processo de individualização. O pesquisador dos processos sociais usa caracteristicamente uma linguagem substantiva, enquanto a abordagem puramente geográfica faz uso da linguagem espaço-tempo. Fazer desaparecer a brecha entre as duas envolve fazer uso das duas linguagens simultaneamente ou, preferivelmente, produzir alguma metalinguagem que abranja as características relevantes de ambas as linguagens. Tal metalinguagem não existe ainda e algumas das investigações iniciais em suas propriedades indicam que seu desenvolvimento não será fácil

(Dacey, 1965). Para nossos propósitos imediatos, por conseguinte, devemos nos satisfazer em usar as duas linguagens no mesmo contexto. Os perigos desse procedimento podem ser melhor demonstrados pelo exame dos métodos de regionalização.

Considere-se a noção de "igualdade" nas duas linguagens. É possível, na linguagem substantiva, dois indivíduos ocuparem a mesma posição (duas cidades podem ter exatamente o mesmo número de habitantes etc.), mas tal condição não é possível na linguagem espaço-tempo (duas cidades não podem ocupar exatamente a mesma localização). Mas, os indivíduos, uma vez identificados, podem ter muitas propriedades numa localização no tempo e no espaço. Uma propriedade relevante pode ser a localização relativa (as distâncias relativas a outros lugares). Assim, o espaço pode ser usado para individualizar objetos, ou ele pode ser tratado como uma propriedade de indivíduos definidos, quer em uma linguagem espaço-tempo, quer em uma linguagem substantiva.

Deste modo, as duas linguagens têm características diferentes, e o próprio espaço pode pertencer a ambas, mas de diferentes maneiras (Bergmann, 1964, 272-301). Não é surpreendente que essa situação tenha gerado muita confusão filosófica e metodológica, e que o problema da regionalização seja controverso. A controvérsia, resulta, usualmente, de uma falha em identificar como e quando linguagens diferentes devem ser usadas. Taylor (1969) indicou que a confusão surge em razão "de uma falha em considerar que a localização ocorre duas vezes no problema". Podemos usar a localização como uma variável discriminativa (nesse caso, estamos lidando com a localização espacial como uma propriedade dos indivíduos), ou aceitar uma dada divisão do espaço em unidades locais e tomar esses indivíduos no tempo e no espaço (tais como áreas administrativas), para coletar informações numa linguagem substantiva. A regionalização pode, então, estar baseada na contigüidade da linguagem substantiva. Podemos, também, adotar várias combinações ou estratégias, tais como introduzir obstáculos contínuos no procedimento de grupo (isto é, usar o espaço como uma propriedade), ou procurar indivíduos que sejam homogêneos no espaço e no tempo, em relação a certas características próprias (isso nos conduz às regiões uniformes). O planejamento urbano aceita, usualmente, um conjunto de unidades locais (geralmente, séries censitórias); mede as variáveis em cada série, e pode então agrupar séries de acordo com a similaridade de propriedades, enquanto mantém uma restrição de contigüidade. Não quero, contudo, discutir essas estratégias em detalhe porque tenho minha posição estabelecida: o processo de individualização na interseção entre a imaginação sociológica e a geográfica requer uma compreensão perfeita de duas linguagens mais do que diferentes e de uma metodologia adequada para produzir sua combinação. Isso

pode ser visto como um ponto obscuro em alguns aspectos, embora seja a saída metodologicamente básica, que se coloca entre a confusão do planejador, quando tenta combinar idéias sobre vizinhança física (usualmente imaginada na linguagem espaço-tempo), e funcionamento social (usualmente pensado na linguagem substantiva). As conclusões políticas que um planejador procura devem, assim, depender de qual linguagem ele tenha como dominante e de como ele combina as duas linguagens em alguma estrutura analítica.

2 Confusões

Um dos problemas mais complexos de ser resolvido na interseção é controlar variáveis indesejáveis e identificar o papel de cada variável individual em situações não experimentais de complexa interação. Sem um procedimento experimental planejado adequado, é muito fácil confundir uma variável com outra; confundir causas com efeitos, relações funcionais com causais, e cometer toda a espécie de sinais inferenciais de primeira ordem. É fácil, naturalmente, ser absolutamente purista e negativo em relação a isto, mas, mesmo se tentamos ser positivos, e não insistimos em um rigor prematuro, os problemas ainda se chocam contra nós a cada passo no projeto de pesquisa. Considere-se o seguinte exemplo simples. O sociólogo, usualmente, olha para o processo de difusão como ele opera entre indivíduos, grupos, classes sociais, culturas etc. As variáveis relevantes na previsão da difusão refletem-se sobre as características de personalidade do indivíduo. O geógrafo, usualmente, olha para o aspecto espacial e toma a proximidade locacional como a variável primeira, na determinação do curso de um processo de difusão. Contudo, acontece que gente da mesma classe tende a viver em proximidade recíproca. Como então, distinguirmos o quanto contribuem a variável espacial e a variável personalidade? Em qualquer situação, deveremos examinar seu efeito conjunto e, infelizmente, os dois aspectos não são independentes entre si. Não possuímos, aparentemente, projetos de pesquisa não experimentais adequados para levar-nos a lidar com esta espécie de problema se não de modo precário.

Esses problemas de confusões, contudo, existem ao se trabalhar com o processo social, mesmo quando este é pensado como sendo independente da forma espacial. Pareceria, assim, tão importante para o sociólogo, trabalhando em sua própria área, tentar eliminar efeitos espaciais de seu argumento, como para o geógrafo eliminar os efeitos sociais. Se esses efeitos confusos não são eliminados no projeto de pesquisa, então seria muito fácil obter suportes realmente espúrios para hipóteses estatisticamente significativas. Minha própria suspeita é que muito trabalho em processos sociais não tem

êxito porque falha em reconhecer os agudos problemas inferenciais que podem surgir ao se confundir efeitos espaciais com sociológicos. Muito trabalho de tipo puramente espacial pode, similarmente, ser criticado. Trabalhar em intersecção, contudo, não coloca quaisquer problemas novos; isso ilumina a verdadeira natureza de alguns dos velhos problemas, e também demonstra que o analista social e o analista espacial não se podem ignorar, ao realizar um trabalho.

3 Inferência estatística

Os problemas de individualização e confusões conduzem aos de inferência estatística. Estes são muito fáceis de explicar, mas difíceis de resolver. Idealmente, necessitamos de uma metalinguagem, através da qual possamos discutir, simultaneamente, a significância estatística, tanto no sentido sociológico como no espacial. Desejando isso, devemos recorrer a testes derivados, nas duas linguagens em separado, e de algum modo combiná-los em uma estrutura válida para a inferência estatística. Os testes apropriados para validar hipóteses sobre um processo social e espacial estão bem estabelecidos. Sob da hipótese, podemos produzir certas expectativas e então procurar mostrar que não há diferença significativa entre expectativa e observação de dados. A necessidade de alguma diferença significativa é geralmente tomada para indicar que a hipótese é confirmada, embora isso somente seja verdadeiro sob certas suposições de como os resultados observados são produzidos (por exemplo, a eliminação de todas as variáveis confusas), de como a hipótese é levantada etc. Os testes apropriados para os padrões de distribuição espacial não estão bem estabelecidos. Podemos produzir certas expectativas espaciais, e então comparar estas com distribuições espaciais observadas. Existem testes para comparar arranjos espaciais de dados do tipo casela (Cliff e Ord, 1972). A comparação de duas superfícies, contudo, não é fácil, e não temos meios de dizer quando uma superfície esperada é significativamente diferente de uma superfície observada. Similarmente, não temos nenhum entendimento real do sentido da diferença significativa ao indicar um arranjo padrão. Por isso, em geral, não há nenhuma definição aceita da significância estatística na inferência espacial e, conseqüentemente, há sérios problemas inerentes ao teste de hipóteses sobre distribuições espaciais. Parece que o único modo de formular noções de significância é fazer suposições sobre a natureza da distribuição espacial. Desde que estamos muitas vezes interessados em identificar, antes que presumir, a distribuição espacial, esta abordagem nem sempre é útil. Parece, contudo, ser a única via aberta para nós até o presente. Por esta razão, é muito fácil criticar os métodos correntes de lidar com dados espaciais (Granger, 1969).

A combinação de procedimentos sociais e espaciais, em uma estrutura de inferência estatística, poderia ainda parecer factível. Considere-se o seguinte caso, no qual procuramos prever a extensão de alguma característica social sobre o espaço — por exemplo, a extensão de uma população não branca sobre uma série de áreas de censo localizadas em uma cidade. Hipoteticamente, podemos produzir certas expectativas para o número de não brancos em cada casela. Podemos testar isso, comparando a distribuição das caselas em classes de frequência, como elas ocorrem na hipótese, e como elas ocorrem na realidade. Podemos achar que há ou não uma diferença significativa ao nível de cinco por cento. Mas, também, necessitamos mostrar que o modelo prevê o arranjo espacial correto das previsões da casela e podemos demonstrá-lo, usando um teste k de colorido contíguo, entre o padrão espacial produzido sob hipótese e o observado na realidade. Se os dois testes são totalmente independentes um do outro podemos unir esses dois níveis de significância pela regra da multiplicação, e dizer que o teste unificado opera a um nível de significância de 0,25 por cento. Mas, é claro que os dois testes não são independentes entre si. De fato, unir os dois testes desse modo pode envolver-nos (e freqüentemente nos envolve) em um conflito de lógica estatística. Os testes de processo social fundamentam-se na independência de cada item do dado, se suas suposições não são violadas, enquanto os testes estatísticos espaciais são explicitamente referidos para medir o grau de dependência espacial no dado. Portanto, colocamos automaticamente no teste do processo social o problema de autocorrelação, e isso significa que violamos as suposições do teste, a menos que possamos de um modo ou de outro adotar uma atitude evasiva (refinando os dados etc.). Esse problema surge quase a cada passo no trabalho na intersecção. É certamente insolúvel, e muitas vezes passa por incompreendido. Sempre pareceu-me estranho, por exemplo, que métodos multivariados de regionalização fundamentem-se em medidas de correlação que, se é para julgá-los indicadores significativos, requerem independência nas observações dos dados, quando o objetivo de toda a pesquisa é agrupar unidades em regiões que tenham características similares (e por isso espacialmente autocorrelacionadas). O método e o objetivo, nesse caso, parecem ser logicamente inconsistentes; ou melhor, produzem um conjunto de regiões que não pode ser julgado significativo em qualquer sentido inteligível. Parece-me consistir uma objeção insuperável usar a análise fatorial em esquemas de regionalização. O problema de autocorrelação tem sido, contudo, extensivamente explorado na literatura econométrica, a respeito da dimensão do tempo, e podemos esperar certo estímulo (e certas técnicas) desse campo. Contudo, como Granger observou (1969), há diferenças importantes entre a dimensão tempo, que convenientemente possui direção e irreversibilidade, e as dimensões espaciais que não possuem nenhuma

dessas propriedades, e que podem, também, ser caracterizadas por estancamentos não complexos e duras descontinuidades. Esses problemas levaram Granger a duvidar, que as técnicas desenvolvidas em econometria, para lidar com séries de tempo, possam ser generalizadas para séries espaciais, exceto para certas classes de problemas. A questão da autocorrelação espacial parece ser difícil de resolver satisfatoriamente, e uma estrutura perfeita de inferência estatística na interseção depende de sua resolução.

Nossos meios de dissecar os problemas de confundir técnicas sociológicas e geográficas de lidar com problemas urbanos estão embotados. Consequentemente, devemos prever dificuldades em fazer previsões condicionais e em validar a teoria. Isso pode parecer desencorajante, mas não podemos resolver dificuldades pretendendo que elas não existam. Certamente, a auto-identificação delas é essencial se estamos burlando nossos recursos para construir a ponte na interseção. Enquanto isso, é importante estar atento às possíveis fontes de erro na previsão espacial e na construção da teoria. A auto-decepção em relação a esses erros não é instrutiva para o cientista social, o geógrafo, ou o planejador, levados a tomar difíceis decisões políticas. Cada um deles necessita de uma educação perfeita sobre as limitações metodológicas que o rodeiam, enquanto trabalham na interseção.

Estratégia na interseção

Necessitamos de uma estrutura analítica adequada para enfrentar os problemas complexos na interseção entre a análise social e a espacial. Não penso que uma metalinguagem adequada esteja prestes a aparecer em futuro próximo para integrar as duas abordagens. Devemos, por isso, imaginar temporariamente, estruturas com as quais construir uma teoria da cidade. Fazendo uso destas, contudo, devemos cuidar-nos, porque a estrutura que selecionarmos pode afetar nossas noções do papel adequado do planejador, e nossas prioridades políticas. E, infelizmente, muito fácil uma "lógica usual" associar-se a uma posição filosófica arraigada. Esse problema pode ser demonstrado ao olharmos de duas maneiras bem distintas a abordagem dos problemas da cidade.

É possível olhar a forma espacial de uma cidade como determinante básica do comportamento humano. Esse "determinismo ambiental espacial" é uma hipótese de trabalho daqueles planejadores físicos que buscam promover uma nova ordem social pela manipulação do ambiente espacial da cidade. É, também, um meio conveniente de evitar algumas das complexidades da interação entre a forma espacial e o processo social, porque propõe uma estrutura causal simples na qual a forma espacial afeta o processo social. Em alguns

casos, este ponto de vista parece ter-se tornado uma filosofia estabelecida e, como tal, colocou-se sob o ataque da outra. A noção democrática de que o que o povo quer é importante, junto com alguma evidência (de nenhum modo conclusiva) de que alterar o ambiente espacial pode ter pequeno efeito sobre padrões de comportamento, levou Gans (1969), Jacobs (1961) e Weber (1963) a atacarem o determinismo ambiental espacial e a dirigirem a atenção para uma hipótese de trabalho alternativa, na qual um processo social é visto como possuindo sua própria dinâmica, que, muitas vezes — a despeito do planejador —, adquirirá sua própria e adequada forma espacial. Weber argumenta que uma nova ordem espacial está emergindo como resposta à mudança tecnológica e à das normas sociais. O planejador não pode impedir essa ordem. Ele pode somente retardar-lhe a execução ou diminuir-lhe a eficiência. Essa hipótese de trabalho, que subverte a relação de causa proposta na primeira, parece, também, ter-se tornado uma posição filosófica assentada em alguns autores. O planejador, de acordo com esse ponto, deveria ser visto como servo do processo social e não como senhor.

As diferenças entre essas duas abordagens alternativas, parecidas, são bem mais complicadas do que indica o argumento do parágrafo precedente. Indubitavelmente, muitos dos primeiros planejadores físicos adotaram uma espécie muito ingênua de determinismo ambiental espacial, segundo a qual alguns projetos de reconstrução, alguns parques e similares foram olhados como curas adequadas para doenças sociais complexas. Essa abordagem demonstra-se falsa. Mas, os desenhistas ambientais modernos são muito mais cautelosos a propósito das sutilezas que existem no relacionamento entre um ambiente e um comportamento pessoal (Sommer, 1969). Eles reconhecem que há uma fraca evidência na qual basear idéias acerca do projeto da cidade adequada, que têm interesse em projetar. Proponentes modernos de ambas as abordagens estão, também, prontos a reconhecer o papel da retroalimentação. O ambientalista espacial sabe que se ele altera a estrutura espacial da rede de transportes, então o processo social, provavelmente, dará origem a mudanças bastante substanciais no uso do solo. O determinista social reconhece ainda, que se o processo social está se modificando em direção a uma norma dominante (por exemplo, comunicação por automóvel) então a criação de uma forma espacial adaptada para aquela norma pode somente, reforçá-la — a maioria das cidades modernas americanas não foram construídas para se andar a pé e, por isso, reforçam a necessidade da posse e uso do automóvel. As diferenças entre as duas abordagens são mais sutis, atualmente, mas elas ainda são importantes. Considerem-se as duas citações seguintes:

"Há evidência considerável de que o ambiente físico não desempenha um papel significativo na vida das pessoas, como acreditam os planejadores. Em-

bora as pessoas residam, trabalhem e tenham lazer em edifícios, seu comportamento não é determinado pelos edifícios, mas pelas relações econômicas, culturais e sociais no interior deles. Um mau projeto pode, naturalmente, interferir com o que transcorre dentro de um edifício; e um bom projeto pode ajudar nisso, mas o projeto *per se* não produz, significativamente, comportamento humano" (Gans, 1969, 37-38).

"Um bom projeto torna-se uma tautologia insignificante se consideramos que o homem será modificado para apropriar-se de todo o ambiente que cria. A questão-problema não é que espécie de ambiente queremos, mas que espécie queremos de homem" (Sommer, 1969, 172).

Os prós e contras dessas abordagens não são relevantes: a evidência é frágil e as hipóteses são, também, ambíguas. Talvez seja mais razoável considerar a cidade como um sistema dinâmico complexo no qual a forma espacial e o processo social estão em contínua interação. Se desejamos entender a trajetória do sistema urbano, devemos entender os relacionamentos funcionais que existem dentro dele, e as feições independentes no processo social e na forma espacial que podem mudar a linha daquela trajetória. É uma ingenuidade desnecessária pensar em termos de relações causais simples entre a forma espacial e o processo social (qualquer que seja o modo que escolhemos para apontar a indicação causal). O sistema é muito mais complexo do que isso. Os dois lados estão, inextricavelmente, inter-relacionados. As duas abordagens, por isso, deveriam ser consideradas como complementares, mais do que como alternativas mutuamente exclusivas. Além disso, é preciso, muitas vezes, penetrar em algum sistema interativo complexo, em algum ponto, se alguma informação deve ser produzida. Se escolhemos fazer assim no início da forma espacial (e considerar o processo social como uma saída), e no início do processo social (e considerar a forma espacial como uma saída), ou imaginar alguma abordagem mais complicada (com retroalimentações etc.), isto seria uma decisão pela conveniência, mais do que pela filosofia.

Mas todas essas abordagens são ingênuas no sentido de que elas pressupõem a existência de uma linguagem adequada para discutir simultaneamente a forma espacial e o processo espacial. Tal linguagem não existe. Usualmente, abstraímos-nos do sistema complexo que é uma cidade, fazendo uso de linguagens para atingir, quer o processo social, quer a forma espacial. Dado este modo de abstração não podemos falar plenamente da forma espacial *causando* processo social (ou vice-versa), nem é, realmente correto, considerar a forma espacial e o processo espacial como se fossem variáveis que estão de algum modo em contínua interação. O que estamos realmente tentando, é traduzir resultados produzidos numa linguagem (por exemplo, uma linguagem de processo social) em outra linguagem (a linguagem da forma

espacial). Essas translações permitem-nos dizer alguma coisa sobre as implicações de um estilo de análise para outro. É como passar de um resultado geométrico para um algébrico (e vice-versa) naquelas duas linguagens, isso significando duas maneiras diferentes de dizer a mesma coisa. Contudo, o problema a respeito da transição forma espacial-processo social é que não há regras bem estabelecidas para isso. Sob certas condições podemos construir estruturas para alcançar simultaneamente as duas dimensões. Considere-se um simples problema de programação no qual buscamos otimizar níveis de atividade em certos pontos numa rede, minimizando os custos de transporte. A solução é, necessariamente, simples todo o tempo em que a rede permanece fixa. Contudo, se admitimos que a alteração da rede e o número de atividades orientam para a mudança, assim como que os níveis de atividade variam, então temos um problema muito complicado em nossas mãos: o número de combinações torna-se rapidamente astronômico. Não obstante, muitos problemas pequenos desse tipo podem ser manipulados pela análise combinatória, e penso que certos problemas simples, que ocorrem no planejamento da cidade ou no projeto ambiental, podem ser tratados, concomitantemente, nas duas dimensões. Mas, somos, na maior parte do tempo, forçados a manter a forma espacial constante (caso em que podemos resolver problemas bastante complicados de processo social) ou manter o processo social constante (caso em que podemos resolver problemas bastante complicados de forma espacial). Em cada caso, podemos encontrar uma solução somente de um lado, fazendo suposições convenientes estritas sobre as condições que existem no outro. Isso sugere que uma estratégia apropriada para trabalhar na interseção é uma estratégia iterativa na qual nos movemos da manipulação da forma espacial (com o processo social permanecendo constante) para as implicações do processo social (com a nova forma espacial mantida constante). Podemos nos mover em qualquer direção, e não há razão para que não devamos manipular os passos numa sequência iterativa. Este parece ser o estilo que se está desenvolvendo no modelo urbano. Vários projetos espaciais alternativos são produzidos, e estão avaliados, em termos de algum processo social (usualmente, eficiência econômica ou custo-benefício), e as avaliações são comparadas para determinar o melhor projeto. Em outros casos, parte do projeto espacial é alterada, e o impacto sobre outros aspectos é então examinado por meio de um modelo de alocação espacial que faz suposições estritas sobre a natureza do processo social. Essa abordagem iterativa é, evidentemente, muito útil quando combinada com técnicas de simulação. Mas isso tem, naturalmente, algumas limitações, sendo a mais importante a que envolve translação de uma linguagem para outra, quando as regras de translação são mais presumidas do que conhecidas. Essas regras podem exercer impacto importante sobre os resultados. Isso pode ser de-

monstrado pelos problemas que surgem da estratégia usual adotada na teoria da localização.

O ponto de partida da teoria da localização é que o espaço pode ser entendido como um bem econômico por meio de custos de transporte; e que os custos de transporte podem ser substituídos por um modelo de processo social elaborado para produzir condições de equilíbrio da produção para cada indústria ou firma. Uma vez especificadas essas condições de equilíbrio, os resultados são então transpostos para a forma espacial, através de certas suposições sobre a natureza das condições que existem em alguma superfície (iguais facilidades de transporte, superfícies planas e lisas etc.). É geralmente aceito, contudo, que essas suposições são meras conveniências, que não interferem de nenhum modo nas condições de equilíbrio, definidas no modelo de processo. Essa suposição pode ser criticada em certo número de fundamentos. Em primeiro lugar, o problema da retroalimentação tem que ser superado. No caso de Losch, por exemplo, a troca de população que deve resultar de uma obtenção de equilíbrio pode alterar a natureza das condições da forma espacial, que permitem que aquele equilíbrio seja especificado espacialmente (Isard, 1956, 271-2). O sistema urbano desenvolve, presumivelmente, alguma trajetória; e não há garantia de que nenhum equilíbrio real possa ser alcançado no processo social, porque a forma espacial está mudando constantemente. O sistema pode, por isso, ser de caráter tão instável que não se estabilize. No sentido espacial, a tendência principal é em direção à aglomeração, e por isso deveria ser mais apropriado chamar o sistema de algo implosivo. Uma segunda crítica mais importante, contudo, é a de que as suposições geométricas, por si mesmas, exercem impacto sobre a especificação do equilíbrio. Se consideramos uma praia de comprimento finito, a atividade social de três vendedores de sorvete torna-se teoricamente indeterminada: não é por acaso que a maioria das teorias de localização considerem superfícies planas infinitas, porque, sem esta suposição, o ponto de equilíbrio do processo social muitas vezes não pode ser determinado. Em geral, as suposições de forma espacial, injetadas na teoria da localização, são mais do que meras conveniências — elas são fundamentais para os resultados. Quero deixar claro que não estou atacando o teórico da localização ou o analista urbano por fazerem suposições sobre a forma espacial. Na prática, acredito que não temos escolha senão usar suposições desse tipo. Mas, é importante reconhecer que são pontes frágeis para cruzar o imenso abismo do problema. Não podemos, possivelmente, usá-las para discutir as espécies de complexidade indicadas anteriormente, nas quais o próprio espaço é visto como multidimensional, não homogêneo, talvez descontínuo, altamente personificado, e significativo de diferentes modos, em diferentes contextos de atividade social. A abordagem da localização é operacional, mas isso implica num custo.

Devemos, por isso, estar atentos para quanto estamos pagando em termos de realismo, quando adotamos certas estratégias; e de que maneira as suposições envolvidas numa estratégia particular são fundamentais para os resultados de qualquer análise. Não podemos evitar tais questões ao procurar construir uma genuína teoria da cidade. Finalmente, devemos estar aptos a superar os problemas inerentes a nossa maneira de conceituar os processos sociais e a forma espacial. Mas, até então, tudo o que podemos fazer é tentar alguma espécie de avaliação de suas implicações e adaptar nossas estratégias de pesquisa e nossa conseqüente produção política. É, afinal, um pressuposto importante do pensamento científico, o de que os erros só podem ser estimulados e combatidos quando compreendemos as fontes de onde surgem.

CAPÍTULO II

O Processo Social e a Forma Espacial: (2) A Redistribuição da Renda Real em um Sistema Urbano

Qualquer estratégia abrangente, para lidar com sistemas urbanos, deve conter e reconciliar políticos destinados a mudar a forma espacial da cidade (o que significa a localização de objetos, tais como casas, utensílios, rede de transportes etc.) e políticas destinadas a afetar os processos sociais que existem na cidade (isto é, as estruturas sociais e atividades que interligam pessoas, que ligam organizações a pessoas, oportunidades de emprego a empregadores, beneficiários da assistência social aos serviços correspondentes etc.). O ideal seria estarmos aptos a harmonizar essas políticas, para obter algum objetivo social coerente. Estamos distantes de tal capacidade, atualmente. No Capítulo I, tentei examinar algumas das dificuldades em obtê-la. Isso decorre, parcialmente, da complexidade inerente ao próprio sistema urbano, de nossa abordagem tradicional e da miopia disciplinar de um sistema, que demanda tratamento interdisciplinar e também, de sérios problemas metodológicos e filosóficos, que se colocam no caminho da plena integração da forma espacial e do processo social no contexto de análise dos sistemas urbanos. Contudo, quando se formulam estratégias e políticas, há uma outra dimensão do problema: a de tornar explícito o que pretendemos com a frase: "um objetivo social coerente".

De modo geral, o planejador social e projetista tende a evitar esse tema porque ele envolve uma colocação de julgamentos sociais, políticos e éticos em relação aos quais seria muito difícil obter consenso geral. O engano ao meramente evitar o tema é o de que os julgamentos estão, inevitavelmente, *implícitos* na decisão, quer se queira ou não. Se, por exemplo, predizemos, com base nas tendências e conhecimentos correntes, a futura distribuição da população, padrões de consumo, demandas de trabalho (pela moda) etc. e, conseqüentemente, alocamos investimentos atuais, aceitamos implicitamente, de uma forma ou de outra, que essas condições futuras serão por nós acei-

táveis. Tanto quanto as decisões de investimentos produzem frutos, devemos, também, assumir alguma responsabilidade ao alcançar as condições preditas. O enorme crescimento dos possuidores de automóveis, e seu uso nos Estados Unidos, pode ser parcialmente responsabilizado pelas políticas de investimento de transporte. Por isso, o planejador está, intrinsecamente, limitado pelos processos sociais que geram mudança, desde que muitos planos divulgados quase que certamente influenciam o curso dos eventos (embora nem sempre na direção antecipada), se não são atualmente auto-impulsionadores. Por essa razão, é impossível, para nós, estabelecer um critério "objetivo" para medir o sucesso ou o fracasso das políticas de planejamento, porque esse critério requer que invoquemos um conjunto de padrões éticos e preferências sociais. É "certo", por exemplo, investir tanto no automóvel particular? Quem na população sofre e quem se beneficia? e é correto que se deva fazer assim? Estas são as espécies de questões que devemos, eventualmente, encarar. O que é demonstrável, naturalmente, é a necessidade urgente de uma função social de bem-estar, compreensiva e globalmente aceita, em relação à qual as decisões e resultados políticos possam ser julgados. Provavelmente, não estaremos aptos, em futuro próximo ou distante, a formular uma função social de bem-estar aceitável, em caráter geral, para um sistema urbano. Essa dificuldade (que a maioria tende a ignorar na esperança de que ela desapareça) não deveria, contudo, ocorrer e desviar nossa atenção dos mecanismos que articulam as decisões locacionais (quer públicas ou privadas) em assuntos como rede de transportes, zoneamento industrial, localização de utilidades públicas, localização de moradias etc., com seus inevitáveis efeitos distributivos sobre a renda real de diferentes grupos na população. Esses efeitos distributivos são muitíssimo importantes. Eles são ainda muito pouco entendidos e os mecanismos relativos à alocação e distribuição permanecem obscuros. Há, naturalmente, boas razões para alguém se esquivar de um estudo desses mecanismos. Se eles se tornassem explícitos, tanto para os que perderiam, como para os que ganhariam (e por quantos), a partir de uma dada decisão locacional, poderíamos prever desde logo uma grande dificuldade em implementar a decisão. Mas, uma filosofia de trabalho baseada na noção de "o que os olhos não vêem o coração não sente" dificilmente pode ser aceita por qualquer planejador com integridade. Portanto, a continuação deste ensaio, concentra a atenção sobre os mecanismos que tendem a redistribuir a renda numa população urbana. Essa questão, naturalmente, tem sido levantada por diversos autores em passado recente (a maior parte através de trabalhos como os de Thompson, 1965, e Netzer, 1968). Tentarei avaliar os efeitos de certos "mecanismos ocultos" de redistribuição, que tendem a ser obscurecidos por nossa inabilidade em analisar um sistema que exhibe interdependência entre variação social e espacial.

A distribuição de renda e os objetivos sociais de um sistema urbano

A maioria das políticas sociais são diretamente elaboradas como tentativas de manter uma dada distribuição de renda em um sistema social ou para a redistribuição entre os vários grupos sociais que constituem uma sociedade. Tem sido geralmente aceito que alguma redistribuição deve ocorrer desde que sempre existam aqueles elementos na população que por má sorte, mau juízo, idade ou fraqueza não mantêm um padrão de vida adequado por meios usuais. Quanta redistribuição de renda deveria ocorrer exatamente é, naturalmente, uma questão ética à qual diferentes sociedades têm respondido de diversas maneiras em épocas diferentes — esse é o juízo ético central que deve ser feito na formulação de qualquer política social a respeito do sistema urbano. Se desejamos executar uma dada distribuição de renda, devemos em primeiro lugar ter uma idéia muito clara dos mecanismos que geram desigualdades, porque é, presumivelmente, pelo controle e manipulação desses mecanismos que alcançamos nosso objetivo. Não é preciso estabelecer nenhuma preferência por uma dada distribuição de renda ao investigar esses mecanismos; mas tornar-se-á claro, a seguir, que estou em geral a favor de uma estrutura social muito mais igualitária do que a que existe, correntemente, nos sistemas urbanos americano ou inglês. Parece que os "mecanismos ocultos" de redistribuição de renda num sistema urbano complexo estimulam, usualmente, as desigualdades, mais do que as reduzem. Isso tem implicações imediatas na política social, porque indica a necessidade de uma política de "amparo" na redistribuição direta no caso da tendência geral da redistribuição oculta ser contida. Outra possibilidade é, naturalmente, tentar controlar ou fazer uso dos mecanismos ocultos de redistribuição, e darei algumas indicações de como isso deve ser feito. Estes "parênteses" relativos a minhas preferências pessoais em política social não devem, contudo, interferir na análise direta dos mecanismos que controlam a redistribuição da renda.

É, em princípio, importante começar pela pesquisa de alguma definição adequada de renda. A mais simples, mas talvez a mais desorientadora definição, é a de que a renda é a soma "recebida em forma disponível em um dado ano, que é usualmente gasta em consumo corrente no mesmo ano", mas Titmuss (1962, 34) oferece-nos uma definição mais abrangente:

"Nenhum conceito de renda pode ser realmente justo se restringe a definição ampla que abrange todas as receitas que aumentam o poder do indivíduo sobre o uso dos recursos escassos de uma sociedade; em outras palavras, seu acréscimo líquido de poder econômico entre dois momentos no tempo... Por essa razão, a renda é a soma algébrica (1) do valor de mercado

dos direitos exercidos no consumo e (2) da troca no valor do suprimento de direitos de propriedade entre o começo e o fim do período em questão".

Essa definição tem algumas implicações interessantes, uma das quais é a de que a renda inclui a troca, em valor, de direitos de propriedade de um indivíduo, "indiferentemente se a troca tenha sido promovida pela adição corrente de propriedade, que é poupada em estrito senso, ou se ela foi causada por acréscimos ao valor da propriedade. Do ponto de vista do poder do indivíduo sobre os recursos, é a troca no valor real de sua propriedade que interessa, e não o processo pelo qual essa troca foi promovida".

Deve estar claro, também, que o poder sobre os recursos escassos da sociedade não pode ser determinado independentemente da acessibilidade aos recursos e ao seu preço. Os recursos podem ser exauridos, modificados, ou criados, de acordo com a natureza do recurso e sua manipulação. Assim, há provavelmente diversas maneiras pelas quais a renda do indivíduo pode mudar. O indivíduo pode conseguir mais (menos), pode receber benefícios positivos (negativos) de uma troca no valor de sua propriedade, pode simplesmente ter mais (menos) recursos tornados úteis para ele a um baixo (alto) preço, ou pode ter qualquer combinação desses ganhos e perdas em um período particular. No que se segue usarei a expressão "mudança de renda" para abranger todas essas diferentes possibilidades. A questão que então surge é de como as mudanças na forma espacial da cidade e nos processos sociais, que operam na cidade, provocam mudanças na renda do indivíduo.

Seria preciso uma evidência empírica e teórica detalhada para responder a essa questão com alguma certeza. Presentemente, só posso apresentar suposições como hipóteses, e segmentos e partes de informação como suportes da evidência empírica. Eu argumentaria, por exemplo, que o processo social de determinação do salário é parcialmente modificado pelas trocas na localização das oportunidades de emprego (por categorias), comparadas com trocas nas oportunidades de moradia (por tipo). O fracasso do emprego e das oportunidades de moradia em manter-se em equilíbrio têm imposto custos de acessibilidade para alguns grupos na população em relação a outros. Tentaria também mostrar como as trocas no valor dos direitos de propriedade e na utilidade e preço de recursos podem ocorrer através da dinâmica espacial do crescimento urbano. Argumentaria também, que essas trocas justas têm efeito substancial sobre a distribuição da renda, e seus efeitos tornam-se desproporcionalmente importantes à medida que o tamanho de um sistema urbano aumenta. O que isso realmente significa é, naturalmente, a noção de que "vantagens marginais" são geradas pelas trocas no sistema urbano, e são distribuídas desigualmente pela população urbana. O tratamento moderno da distribuição da renda está levando em consideração cada vez mais o problema da vantagem marginal. A principal credibilidade do argumento de

Titmuss, por exemplo, é a de que as trocas na estrutura de vantagens marginais, no sistema social inglês, alteraram bastante a redistribuição da renda por taxa progressiva na Inglaterra, durante o período 1939-1956. Neste ensaio estou tentando, realmente, estender este tipo de argumento ao contexto urbano. Para isso, necessitaria examinar como as vantagens marginais operam no contexto de ganhos, valores de propriedade e utilidade de recursos. No último caso, estaríamos, também, interessados na distribuição diferencial de certos recursos, não avaliados ou "livres", entre diferentes segmentos de uma população — atualmente, isso parece ser uma das mais importantes "vantagens marginais" diferenciais geradas num sistema urbano. Propondo esta abordagem, creio que, parcialmente, poderemos sempre explicar, um dos paradoxos centrais da sociedade moderna — o de que uma sociedade crescentemente afluente, com uma tecnologia mudando muito rápido, está gerando problemas estruturais absurdos e aprofundando tensões no processo de urbanização.

Algumas condições que governam a redistribuição de renda

Talvez seja inadequado isolar algumas condições particulares que contribuem para a redistribuição da renda. O que se requer é uma compreensão completa de como opera um sistema urbano. Mas, há um número de temas recorrentes, no que se segue, e é útil isolá-los antes de progredir, desde que assim fazendo poderemos evitar discussões repetitivas.

1 A rapidez de troca e o grau de ajustamento em um sistema urbano

Muito de nossa compreensão analítica do sistema urbano vem da análise de equilíbrio. A maioria dessas análises de equilíbrio parece definir uma alocação ótima de recursos (por exemplo, recursos do solo) sob condições nas quais a *distribuição de renda é dada*. A maioria das análises do mercado urbano de moradias, por exemplo, indica a estrutura e a forma de equilíbrio que assume uma dada distribuição de renda. Somente a partir dessa suposição é possível determinar o que é, usualmente, denominado "ótimo de Pareto" (uma situação na qual ninguém pode tornar-se melhor, não considerando o movimento, sem tornar alguém pior). Esse modelo nos fornece importantes introspecções em relação aos mecanismos de alocação, que subjazem à formação de uma estrutura urbana, mas eles nos dizem pouco sobre como uma dada distribuição de renda ocorre. Mesmo que aceitemos a supo-

sição de uma dada distribuição de renda, temos ainda que considerar a velocidade com que o equilíbrio é conseguido.

Tem sido uma suposição subjacente em muitos dos trabalhos sobre modelo urbano a de que algum tipo de equilíbrio natural pode ser identificado no sistema urbano. Isso é verdade tanto nos modelos deterministas de estrutura urbana, desenvolvidos por autores, tais como Alonso (1964) e Mills (1969), como nos modelos estatísticos de equilíbrio do tipo dos modelos gravitacionais e de maximização de entropia (Wilson, 1970). Essas análises de equilíbrio têm, indubitavelmente, proporcionado algumas importantes introspecções em relação ao sistema urbano, mas creio que tais modelos de equilíbrio podem desorientar-nos se forem aplicados sem critério. A principal questão aqui, naturalmente, é a velocidade com a qual as partes diferentes de um sistema urbano podem ajustar-se às trocas que ocorrem dentro dele. As trocas têm sido rápidas nas décadas recentes, mas é evidente que o processo de ajustamento leva um tempo relativamente longo para atuar por si mesmo. Além disso, as diferentes partes de um sistema urbano têm capacidades diferentes de ajustamento. Alguns aspectos da organização urbana manifestam-se imediatamente, enquanto outros respondem muito vagarosamente. É por isso desorientador pensar em ajustamento no sistema urbano como um processo homogêneo, desenvolvendo-se com grau uniforme. Essa variável, velocidade de ajustamento, significa que há diferenciais substantivos no desequilíbrio do sistema urbano em qualquer momento no tempo. Para dar um exemplo simples: é claro que não tem havido uma resposta igual na população urbana ao potencial de mobilidade associado ao automóvel. A defasagem chega a atingir 20 e 40 anos entre diferentes grupos da população. Seria, certamente, surpreendente se os grupos melhor educados e mais afluentes não tivessem tirado vantagem dessa defasagem para promover seus próprios interesses e aumentar sua própria renda. A alocação de recursos toma, então, lugar como ajustamento a essa nova distribuição da renda, e um processo cumulativo de incremento de desigualdade da distribuição da renda põe-se em movimento. Este é um exemplo precário, mas penso que é bastante geral. Certos grupos, particularmente aqueles dotados de recursos financeiros e educacionais, estão aptos a adaptar-se muito rapidamente à mudança no sistema urbano, e essas disposições diferenciais, para responder à mudança, são uma fonte básica de desigualdades. Qualquer sistema urbano está em permanente estado de desequilíbrio diferencial (quero dizer que diferentes partes dele estão chegando ao equilíbrio em diferentes graus). A velocidade de mudança, e a relativa capacidade de elementos no sistema urbano adaptarem-se são condições essenciais na análise que se segue. Isso implica que não podemos analisar nosso problema através de uma estrutura geral de equi-

líbrio, embora isto não nos livre, de nenhum modo, de fazer uso de introspecções teóricas e empíricas geradoras de análises de equilíbrio.

2 O preço da acessibilidade e o custo de proximidade

É geralmente aceito que a acessibilidade e a proximidade são aspectos importantes de qualquer sistema urbano. Examinarei brevemente os dois do ponto de vista dos proprietários agindo como consumidores. Acessibilidade a oportunidades de emprego, recursos e serviços de bem-estar pode ser obtida somente por um preço, e esse preço é, geralmente, igualado ao custo de superar distâncias, de usar o tempo etc. Mas, não é fácil medir o preço que as pessoas pagam. Considere-se, por exemplo, a dificuldade de dar algum valor ao tempo em estudos de transporte. E há mesmo outros problemas mais complicados envolvidos aqui, porque o preço social que as pessoas são forçadas a pagar, para ter acesso a certas facilidades, é algo que pode variar desde o simples custo direto envolvido no transporte até o preço emocional e psicológico imposto a um indivíduo que tem resistência intensa a fazer alguma coisa (a espécie de preço que pode ser extorquido, por exemplo, de alguém que tem que sujeitar-se a um teste de espera para qualificar-se para o bem-estar). Essas barreiras sociais e psicológicas são importantes. Qualquer discussão sobre acessibilidade, por isso, requer que respondamos à questão fundamental relativa ao significado de "distância" e "espaço" no sistema urbano — problema que examinei no Capítulo I (veja-se, também, a excelente análise crítica de Buttimer, 1969). Neste ensaio, estou utilizando o termo "proximidade" para referir-me a um fenômeno bem diferente de acessibilidade. Por proximidade eu entendo os efeitos de estar junto de algumas pessoas sem fazer disso qualquer uso direto. Uma moradia pode assim achar-se próxima de uma fonte de poluição, de uma fonte de barulho, ou de um ambiente decadente. Esta proximidade tende a impor certos custos sobre a moradia (por exemplo, limpeza e lavagem de fachadas, protetores contra ruído etc.).

Deveria ser auto-evidente que assim como mudamos a forma espacial da cidade (por relocação de residências, vias de transporte, oportunidades de emprego, fontes de poluição etc.) também mudamos o preço de acessibilidade e o custo de proximidade de qualquer moradia. Do mesmo modo, descobriríamos que esses preços e custos são função de atitudes sociais da população e, como fatores psicológicos, desempenham um papel. A consideração dessas mudanças tem claramente o potencial de produzir substanciais redistribuições de renda.

A atividade de qualquer elemento em um sistema urbano pode gerar certos efeitos sem preço e talvez não monetários sobre outros elementos no sistema. Esses efeitos são, usualmente, denominados "exteriorizações", "efeitos de transbordamento" ou "efeitos de terceira ordem". Mishan afirma:

"Diz-se que efeitos externos ocorrem quando efeitos relevantes de produção e bem-estar são inteiramente ou parcialmente gratuitos. Estando fora do sistema de preços, tais efeitos externos são algumas vezes considerados como produtos adicionais, desejados ou não, das atividades de outras pessoas que imediatamente ou indiretamente afetam o bem-estar de indivíduos" (1969, 164).

Tais efeitos externos podem surgir tanto da atividade privada como da pública. Alguns dos exemplos mais simples podem ser encontrados no campo da poluição, porque os despejos superfluos na água e no ar são exemplos clássicos de produtos adicionais, que até recentemente têm sido gratuitos e não controlados. As exteriorizações podem ser vistas como custos ou benefícios conforme o produtor ou o consumidor seja, afetado, e segundo a natureza do efeito. Uma construção de hidrelétrica, por exemplo, pode criar benefícios com o controle das águas e as oportunidades de lazer. Descargas superfluas podem criar perdas externas através da degradação do ambiente. Observações casuais de problemas urbanos indicam que há grande número de efeitos exteriores que devem ser levados em consideração; fato que é implicitamente reconhecido no comentário de Lowry (1965, 158) de que "na cidade, tudo afeta tudo". Muitos desses relacionamentos são transmitidos como efeitos de terceira ordem. Contudo, até recentemente, o papel das exteriorizações do sistema urbano foi amplamente ignorado. Mas, recentes ponderações têm chamado a atenção para o fato de que "economias externas e desconomias são aspectos difusos e importantes do cenário urbano" (Hoch, 1967, 74-99; Rothemberg, 1967). Penso que seja uma hipótese razoável de trabalho a de que "na medida em que as sociedades crescem em riqueza material a incidência desses efeitos cresce rapidamente" (Mishan, 1969, 184). No sistema urbano é razoável supor que, quanto mais amplos e complexos eles são, maior é o significado dos efeitos externos. No que se segue, acompanharei a opinião de que muito do que ocorre na cidade (particularmente na área política) pode ser interpretado como tentativa de organizar a distribuição dos efeitos externos para obter vantagens de renda. Na medida em que essas tentativas são bem sucedidas, elas são uma fonte de desigualdade de renda. Mesmo se esta interpretação não for aceita há, contudo, ainda um número de questões não respondidas, relativas a efeitos redistributivos de

decisões tomadas no setor público de um sistema urbano (Thompson, 1965, 118; Margolis, 1965).

O significado dos efeitos de exteriorização para uma análise econômica da estrutura urbana não pode ser desprezado. Quanto mais amplos são em "extensão e magnitude, menor é a fé que pode ser posta nas virtudes alocativas do mecanismo do mercado, mesmo quando trabalhando em condições ideais" (Mishan, 1969, 181). A inabilidade do mecanismo de mercado para alocar recursos, eficientemente, quando exteriorizações estão presentes, tem levantado um problema básico para a teoria econômica. De um ponto de vista político, isso fornece uma razão para a interferência pública no mecanismo de mercado e tem, também, levado à espinhosa questão de quem deveria ser responsável (e como) pela produção de bens públicos. O problema da exteriorização recebeu, por isso, considerável atenção de economistas na década passada (veja-se a análise crítica de Mishan, 1969, Capítulo 7; e o trabalho de Buchanan, 1968). Quase toda essa extensa literatura tem focalizado problemas de alocação e muito pouca atenção tem sido dada aos efeitos de distribuição, principalmente porque qualquer teoria da distribuição de custos e benefícios externos envolve aqueles juízos éticos e políticos sobre a "melhor" distribuição de renda que a maioria de nós prefere evitar. A teoria econômica dos efeitos externos não nos diz tudo o que queremos saber, quando se refere à distribuição. Mas, fornece-nos algumas introspecções do problema a propósito de como as exteriorizações surgem e de como os argumentos sobre sua alocação podem ser resolvidos ao recorrer a uma estrutura de jogo teórico para tomada de decisão (Davis e Whinston, 1962).

É útil começar por dividir os bens em bens puramente privados (que podem ser produzidos e consumidos sem quaisquer efeitos de terceira ordem presentes) e bens puramente públicos (que, uma vez produzidos, são livremente disponíveis para cada um). Como Buchanan (1968, 56-57) mostrou, contudo, a maioria dos casos que interessam fica entre esses dois extremos, isto é, bens que são parcialmente privados e parcialmente públicos. É interessante notar que um exemplo de bem público "impuro" usado por Buchanan diz respeito à locação. O verdadeiro significado da locação de uma utilidade pública, tal como uma estação de bombeiros (ou, para esta finalidade, qualquer serviço público), implica em que a população não desfruta de qualidades e quantidades homogêneas de proteção contra o fogo, quando se pensa no consumo, embora ela tenha a mesma quantidade e qualidade de proteção contra o fogo disponível para ela em termos de produção. Do ponto de vista da distribuição e do consumo, por isso, a localização é um fator absolutamente vital para o entendimento do impacto dos efeitos de exteriorização num sistema urbano. Do ponto de vista da produção de bens públicos, por outro lado, a localização pode ser irrelevante. A recente mudança em dire-

ção à descentralização dos serviços urbanos pode ser assim vista como uma mudança de política baseada no consumo de bens públicos. Para entender o impacto distributivo é necessário combinar as noções de acessibilidade e proximidade desenvolvidas anteriormente com a noção de bem público impuro. Todos os bens públicos localizados são "impuros" e a exteriorização existe como um "campo espacial" de efeitos. Deveríamos generalizar esses campos espaciais por funções de declínio-distância por meio de equações de difusão (tais como as que descrevem o campo geral de custos externos impostos por uma fonte de poluição atmosférica). Esses campos espaciais de efeitos de exteriorização variarão em intensidade e extensão, da influência de uma propriedade abandonada sobre os valores de propriedades adjacentes, até o campo extensivo de influência do barulho do aeroporto. Campos de exteriorização podem ser positivos ou negativos ou, algumas vezes, como no caso de um aeroporto, as duas coisas (desde que o aeroporto seja um estorvo do ponto de vista da poluição e barulho próximo, mas traz importantes benefícios de emprego e movimento). Sabemos muito pouco sobre o efeito e a forma desses campos de exteriorização no ambiente urbano. Mas, não deve haver dúvida de que sua localização tem efeito muito poderoso sobre a renda real do indivíduo. As mudanças neles podem ser um fator de redistribuição da renda; e, por isso, uma fonte potencial de desigualdade de renda. O processo político tem influência profunda sobre a localização dos custos e benefícios externos. Certamente, deve ser considerado o caso de tomar-se a atividade política local como o mecanismo básico para alocar os campos de exteriorização espacial, de tal modo que se colham vantagens de renda indiretas.

Os efeitos redistributivos da mudança de localização de empregos e habitação

As cidades cresceram muito rapidamente nos últimos vinte anos ou mais, e esse crescimento resultou em algumas mudanças significativas na sua forma espacial. Houve, assim, (e presumivelmente sempre haverá) uma reorganização na localização, e distribuição de algumas atividades no sistema urbano. É muito fácil encarar essas mudanças como, "naturais" e "justas", e como, simples, manifestação de ajustamento do sistema urbano a mudanças em tecnologia, mudanças em padrões de demanda e outras. Do ponto de vista político, contudo, deveria estar claro que esses ajustamentos na forma espacial da cidade provavelmente contribuem para produzir uma variedade de formas, de redistribuição de renda. Não é possível, neste ensaio, discutir todos os modos pelos quais isso poderia ocorrer. Portanto, procederei, amplamente, por meio de exemplos.

A mudança de localização da atividade econômica na cidade significa uma mudança de localização de oportunidades de emprego. A mudança de localização da atividade residencial significa mudança de localização de oportunidades de moradia. Ambas devem, presumivelmente, estar associadas a gastos de mudanças em transporte. Mudanças em transporte afetam certamente, em grande escala, o custo de acesso a oportunidades de emprego a partir da localização das moradias. Essas mudanças podem ser claramente entendidas, certo; elas são invariavelmente criadas em qualquer modelo de crescimento urbano, mas suas implicações para a redistribuição da renda não são sempre claramente percebidas. Considere-se, por exemplo, a situação em muitas cidades americanas nas quais houve uma suburbanização muito rápida, tanto na localização de residências, como na de oportunidades de emprego (Kain, 1968; Relatório da Comissão Kerner, 1968). Se observarmos o modo pelo qual a localização de empregos (por categoria) e moradias (por tipo) mudou, junto com os ajustamentos típicos em facilidades de transporte, ficará evidente que a redistribuição de riqueza ocorreu. É claro que a oferta de moradias de renda baixa não é elástica (Muth, 1968, 128), e que isso é locacional e parcialmente fixado pelo padrão característico do estoque disponível de moradias em qualquer cidade, e, parcialmente, pela existência de uma forte restrição à contiguidade social. Por essas razões, podemos esperar que a fonte principal de oferta de moradias de baixa rentabilidade concentre-se nas áreas centrais da cidade. O sistema urbano parece ter reagido muito vagorosamente em relação à demanda de moradias de baixa rentabilidade em áreas suburbanas. A dificuldade de expandir a oferta no core urbano (parcialmente devida a restrições institucionais, tais como zoneamento) significa que o baixo padrão (a moradia de baixa rentabilidade), é relativamente supervalorizada e freqüentemente mais proveitosa para os operários proprietários do que seria de esperar em condições de verdadeiro equilíbrio (Muth, 1968, 126). Famílias de renda baixa, por isso, têm poucas opções para morar no centro da cidade relativamente supervalorizado. Na maioria das cidades americanas, naturalmente, essa situação tem sido exacerbada pela falta de um mercado de moradias acessíveis à população negra que constitui amplo segmento dos pobres. Enquanto isso, o surgimento de novos empregos tem ocorrido, principalmente, no anel suburbano, e por isso os grupos de renda baixa têm sido gradualmente excluídos de novas fontes de emprego. Eles têm sido obrigados a procurar as oportunidades de emprego locais justamente nas áreas industriais estagnadas do centro da cidade ou no Distrito Central de Negócios (CBD)*, que somente oferece uma pequena proporção de seus empregos para a categoria desqualificada de renda baixa. Por contraste, residentes nas

* Central Business District (N. do T.)

comunidades suburbanas têm uma maior e mais ampla margem de opções abertas a eles. Eles podem fazer uso de rápidas facilidades de transporte para o (CBD), podem procurar ocupação, localmente, em centros suburbanos em crescimento, ou podem fazer uso do sistema de anéis rodoviários e radiais para moverem-se em torno do anel suburbano.

O processo de relocação dentro do sistema urbano tem, assim, servido para as opções dos moradores suburbanos em ascensão, eliminando as possibilidades da família de renda baixa no centro da cidade. Essa situação pode ser parcialmente modificada pela política de transportes, mas, ordinariamente, essa política tem favorecido a situação existente mais do que alterado. Meyer assim argumenta sobre as implicações do desenvolvimento das diferentes espécies de sistemas de transporte urbano:

"Deveria estar claro que, desde que os grupos servidos por esses diversos sistemas básicos de transporte urbano são mais do que diferentes, a incidência de benefícios derivados de melhorias nesses sistemas variará consideravelmente. Por exemplo, melhoria na longa distância e alto desempenho do sistema subúrbio-centro tenderão principalmente a beneficiar os grupos de renda alta. Na medida em que o desenvolvimento desses sistemas é subsidiado por fundos públicos, a transferência de renda implícita provavelmente seria regressiva. Por contraste, gastos dirigidos à melhoria do trânsito convencional da área central da cidade beneficiariam quase certamente a maioria dos grupos de renda baixa e média" (1968, 68).

Meyer prossegue argumentando que o único sistema que tem sido pouco desenvolvido (e na maioria dos casos totalmente negligenciado) é o *sistema de fluxos* para conduzir as pessoas das áreas centrais da cidade a oportunidades de emprego nos subúrbios:

"A empregada doméstica negra trabalhando numa casa de subúrbio e morando num gueto centralmente localizado é o arquétipo: hoje, contudo, ela está cada vez mais sendo imitada por rapazes negros, porque as oportunidades de emprego em fábricas, em transporte intra-urbano, assim como em atacadistas e varejistas, estão progressivamente sendo encontradas nos subúrbios, enquanto que as oportunidades de moradia permanecem restritas ao gueto central".

Em geral, os ajustamentos ao sistema de transporte têm favorecido áreas suburbanas e negligenciado as necessidades das áreas centrais no que diz respeito ao acesso ao emprego. Mas, mesmo se a política de transporte inverte-se essa tendência, há alguma coisa paradoxal em relação à expectativa dos moradores de renda baixa, cuja racionalidade de localização no centro da cidade, em primeiro lugar (já dissemos), dependeu da minimização de desembolsos em custo de transporte, com o objetivo de empenhar o gasto necessário em buscar empregos nos sub-centros suburbanos, simplesmente porque

o mercado de moradias não pode ajustar-se (em termos de quantidade de locação) à mudança de localização do emprego. Este parece ser um caso clássico da inflexibilidade da forma espacial de uma cidade, gerando desequilíbrio quase permanente no sistema social urbano. Do ponto de vista político, isso indica a necessidade de interferência pública no mercado de moradias (por exemplo, através da construção de moradias de baixa rentabilidade perto das oportunidades de emprego do subúrbio). Aliás, parece que há pouca esperança de conseguir-se a assim chamada "solução natural de equilíbrio" num espaço de tempo razoável, mesmo quando se considera que esse equilíbrio natural é socialmente aceitável.

O aspecto geral que emerge dessa breve sondagem dos mecanismos que governam a redistribuição de renda, por meio de mudanças locacionais, pode ser resumido como se segue:

1. A área interior da cidade, com padrão de baixa rentabilidade predominante, tem condição decrescente de proporcionar novas fontes de emprego, desde que estes estão principalmente localizados em áreas suburbanas. Como resultado, há uma tendência à alta, e crescente incidência de desemprego no centro das áreas urbanas.

2. Por causa da inelasticidade e inflexibilidade locacional na oferta de moradias de renda baixa, o morador de renda baixa tem pouca oportunidade de migrar para áreas suburbanas e depara com preços de moradia crescentes no centro da cidade.

3. Se os moradores de renda baixa do centro da cidade obtêm empregos nos subúrbios, eles se defrontam com maiores dispêndios em custos de transportes do que estariam teoricamente em condições de agüentar (uma situação que não tem sido resolvida por falta de atenção aos sistemas de trânsito *centro-subúrbio*).

O desequilíbrio diferencial na forma espacial da cidade pode assim redistribuir renda. Em geral, o rico e o relativamente bem remediado podem conseguir grandes benefícios, enquanto o pobre, e conseqüentemente imóvel, tem somente oportunidades restritas. Isso pode significar uma distribuição regressiva de renda, bastante substancial num sistema urbano em rápida mudança.

A redistribuição e o valor mutável dos direitos de propriedade

Não desejo examinar todos os aspectos do valor mutável dos direitos de propriedade, mas para fins ilustrativos considerarei o direito privado de propriedade que aparece na forma espacial da cidade — os terrenos e as edificações. O valor desses direitos de propriedade pode modificar-se em uma cidade

de, de modo acentuado, em períodos de tempo bastante curtos. Essas mudanças são muitas vezes pensadas como sendo resultantes de movimentos demográficos, de mudanças em facilidades locais, de alterações na forma, de políticas de investimento em mudanças etc. É, também, evidente que o valor de qualquer direito de propriedade é bastante afetado pelos valores dos direitos de propriedade vizinhos (Mishan, 1967, 60-63; Muth, 1969, 118-19). As ações de indivíduos e organizações, mais do que a do possuidor, podem, por isso, afetar os valores de propriedade. Esses efeitos externos no valor dos direitos de um proprietário não estão sob controle do mesmo, nem estão adequadamente enquadrados num sistema de preços, que opere em um mercado hipoteticamente livre. Na realidade, nunca há um mercado de moradias livre e aberto, e nem todos os que atuam nele estão bem informados. Também, como já vimos há diferentes graus de demanda para diferentes tipos de moradias (moradias de rentabilidade baixa sendo em geral bem menos responsáveis pela mudança na demanda, do que moradias de média ou alta rentabilidade). Mas mesmo quando alguém acredita estar alheio a essas complicações, ainda tem que lidar com o problema teórico embaraçoso das exteriorizações no mercado de moradia. Essas exteriorizações podem surgir de fontes muito diferentes; elas estão, por assim dizer, constantemente influenciando no solo e no mercado de propriedade. Na medida em que o mercado de propriedade é sensível a elas, podemos esperar que influenciarão os valores do solo; uma nova fonte de poluição conduziria ao declínio dos valores do solo; uma nova praça pública conduziria a uma alta dos valores do solo. Examinarei esses tipos de exteriorização a partir de um ponto de vista bem diferente, na próxima seção. Aqui, concentrar-me-ei sobre seu impacto no próprio mercado do solo. Davis e Whinston colocam o problema teórico nestes termos:

"Se existe dependência, então a ação individual é suficiente para que o mecanismo de mercado produza preços com suficiente conteúdo de informação, que levam o sistema ao ótimo de Pareto. Por outro lado, se a independência não está presente, então a ação individual pura não alcançará o ótimo de Pareto através do livre mecanismo dos preços." (1964, 443). O sentido dado aqui para independência é o de que as "utilidades propiciadas a qualquer pessoa não são afetadas pela escolha de lugares definidos por qualquer outra". Essa condição é claramente violada no mercado de moradias desde que as utilidades propiciadas a uma pessoa são muito sensíveis, certamente, à escolha de lugares por outras pessoas e às decisões de investimento de outros possuidores de solo e propriedade. O problema então transforma-se em outro: como um ótimo de Pareto pode ser alcançado. A intervenção do governo poderia ser suficiente se possuísse informações suficientes sobre a variedade de utilidades pelas quais os indivíduos ligam-se a diferentes lugares. Tal situação parece bastante improvável (o que não é uma razão sufi-

ciente para deixar de lado a intervenção governamental no mercado de moradias). Mas, um modo de conseguir um ótimo de Pareto é através da ação coletiva no mercado de moradias. Assim, "se a ação de um grupo é orientada e se as restrições devidamente definidas de limite na independência do grupo, então os preços têm suficiente conteúdo de informação para conseguir levar a uma solução bilateral ou multilateral" (Davis e Whinston, 1964, 433). Esses grupos devem estar organizados dentro de uma estrutura espacial por zonas, e as condições em cada zona devem ter pouco efeito sobre as condições das outras zonas. Essa independência zonal é, naturalmente, impossível de ser posta em prática, mas o modelo de Davis e Whinston é interessante porque ilustra como a ação de grupo, num mercado de moradias, pode servir para solucionar as dificuldades colocadas pela existência de exteriorizações, e de qualquer modo eleva o valor dos direitos de propriedade. Diferentes espécies de coalizão podem ser formadas:

"Primeiro, os consumidores que mutuamente se impõem custos de interação deveriam coordenar suas estratégias, selecionando lugares, que estão separados por alguma distância específica, reduzindo, assim, os custos de interação e elevando seus níveis de segurança. Esta espécie de coalizão é chamada grupo não homogêneo. Segundo, os consumidores devem coordenar suas estratégias, selecionando lugares, que são contíguos, e que, assim, estão excluídos das sub-áreas especificadas, que impõem custos de interação sobre eles. Este último tipo de coalizão é chamado grupo homogêneo."

O resultado lógico disso é uma organização territorial da cidade na qual cada território contém um grupo provido de valores, funções de utilidade e comportamentos relativamente homogêneos (na medida que estes se relacionam com a propriedade). Isso leva a uma organização que distribui as exteriorizações (e cria exteriorizações para outros). Nessa conjuntura, é interessante empregar aquela obscura forma de inferência (cara aos economistas) chamada por Buchanan (1968 a, 3) "inferência prospectiva", para deduzir daí algum tipo de ordem institucional que poderia facilitar a distribuição das exteriorizações no mercado de moradias. O zoneamento, obviamente, preenche esse papel, e Davis e Whinston usam seu modelo principalmente como justificativa para operações de zoneamento. Mesmo sem esta instituição, contudo, seria sedutor supor que a organização social de uma cidade ganha muito de sua eficiência e estabilidade através da organização espacial destinada a proteger lucros externos e a eliminá-los à medida que surgem dentro de cada comunidade ou vizinhança. Algumas exteriorizações podem efetivamente ser tratadas desse modo (por exemplo, aquelas associadas com o ruído em uma vizinhança). Parece, por isso, haver alguma justificação para a existência de uma organização social territorial na cidade. Se, por enquanto, aceitarmos essa proposição, pode ser interessante prosseguir e indagar como

a cidade pode ser subdividida de alguma maneira racional. Deveriam as comunidades ser amplas, e enfrentar os custos e dificuldades de ter que imaginar uma estratégia cooperativa para um grande número de pessoas, ou deveriam elas ser pequenas (e mostrarem-se inaptas em controlar as exteriorizações impostas por outros grupos pequenos)? Implícita, portanto, nesta abordagem do todo, em direção a uma divisão racional de custos e benefícios externos no mercado de moradias, está a difícil questão de definir uma organização regional ou territorial apropriada. Podem ser imaginadas um número infinito de regionalizações, mas precisamos, hipoteticamente, identificar aquela regionalização específica que maximiza a soma de utilidades individuais (Davis e Whinston, 1964, 442). Mas, problemas desse tipo não têm resposta fácil ou óbvia.

Críticas e restrições podem ser feitas a respeito da análise precedente. Primeiro, a racionalidade do processo de coalizão pressupõe habilidade e espontaneidade iguais por parte dos indivíduos ao negociarem. A história do zoneamento indica, contudo, que tal condição é difícil de ocorrer, particularmente em situações nas quais há considerável desequilíbrio na distribuição do poder econômico e político (Makielski, 1966). Segundo, somos forçados a não levar em consideração efeitos de exteriorização entre zonas, e essa condição é usualmente transgredida. É possível imaginar um estratagema para a solução do conflito "intracomunidade", e deveria, teoricamente, ser possível resolver tais conflitos, contanto que exista uma manipulação adequada dos negócios. Contudo, isso levanta alguns problemas difíceis a respeito dos processos de ajuste intercomunidade, e por isso deixarei esse assunto para exame detalhado na última seção. É suficiente indicar aqui que interdependências desse tipo inutilizam as condições necessárias à ocorrência de um ótimo de Pareto. Terceiro, temos que considerar o problema colocado pela simultaneidade implícita da seleção do lugar. A seleção do lugar ocorre, seqüencialmente, e isto implica que os que chegam por último ao mercado "têm a vantagem da informação maior, desde que possam observar o que ocorre" (Davis e Whinston, 1964, 433). O padrão de exteriorizações no mercado de moradias está, por isso, mudando seqüencialmente, assim como a ocupação de novos lugares, invariavelmente, impõe novos custos e benefícios aos lugares já organizados. Se não existissem custos ou resistência à mudança, os problemas não surgiriam; mas desde que existem, não podemos esperar que o mercado opere de modo ótimo. Os pioneiros no mercado, por certo, tentarão, presumivelmente, subornar ou coagir os retardatários, com o objetivo de manter o padrão de exteriorizações para si. Desde que a habilidade em fazer quaisquer destas coisas dependa inteiramente do poder econômico e político dos grupos em questão, provavelmente defrontar-nos-emos com uma evolução do mercado de moradias e um sistema de preços, que

tenderão a garantir benefícios externos ao rico e a impor custos externos ao pobre e politicamente desprotegido.

O que esta análise do mercado de moradias mostra é que um mercado livre não dá origem a preços que conduzam a um ótimo de Pareto, e que o mercado de moradias, em razão de sua própria lógica espacial interna, deve conter a ação coletiva se quiser funcionar coerentemente. Isso explica, em contrapartida, por que o mercado de moradias é tão peculiarmente sensível a pressões econômicas e políticas, uma vez que é somente organizando e fazendo essas pressões que os indivíduos podem defender ou elevar o valor de seus direitos de propriedade, em relação aos dos outros indivíduos. Nisto, como na maioria das coisas, é o econômico e politicamente fraco que provavelmente sofre mais, a menos que existam controles institucionais de correção de uma situação que emerge naturalmente, mas que é eticamente inaceitável.

A disponibilidade e preço dos recursos

A renda real de um indivíduo pode alterar-se quando mudam os recursos disponíveis para ele (Thompson, 1965, 90). Essa mudança pode ocorrer de várias maneiras. A quantidade de um recurso sem preço (tal como o ar fresco e o silêncio) pode ser alterada; o preço de um recurso ou o custo de acesso a um recurso podem ser mudados. Há, naturalmente, conexão entre o valor do solo e da moradia e o preço dos recursos, desde que mudanças neste último sejam hipoteticamente capitalizadas por mudanças nos primeiros. Dadas as imperfeições do mercado de moradia, temos base para supor que esta capitalização não é necessariamente racional. Em qualquer caso, a capitalização apenas reflete os diferenciais, não conseguindo proporcionar diferenciais atuais para aqueles custos de operação afetados pela disponibilidade e preço dos recursos. Somos, por isso, forçados a considerar o impacto direto sobre a distribuição de renda e a disponibilidade e preço mutáveis dos recursos, à medida que um sistema urbano cresce e se desenvolve.

É talvez útil começar por propor uma definição operacional para o termo "recurso", num sistema urbano. O conceito de recurso como mercadoria que entra na produção não é muito adequado e provavelmente, deveria ter sido abandonado há muito tempo, se não fosse o fato desse conceito ser básico para as formas convencionais de análise econômica. Recentemente, o conceito expandiu-se, ao referir-se a coisas como amenidades e espaço livre, mas ainda há uma tendência errônea de pensar os recursos como "naturais". Penso que é muito mais adequado tomar a cidade como um gigantesco sistema de recursos, a maior parte dos quais é de criação humana. É,

também, um sistema de recursos localizados irrealisticamente, no sentido de que a maioria dos que usamos, no sistema urbano, não são ubíquos e sua disponibilidade, por isso, depende da acessibilidade e proximidade. O sistema urbano contém, assim, uma distribuição geográfica de recursos criados, de significado econômico, social e psicológico grande e simbólico. Infelizmente, quando nos livramos de uma definição simples de recursos, baseada na produção, para uma definição relacionada ao consumo, aumentamos a propriedade do conceito ao examinar desigualdades de renda e efeitos de distribuição; mas, vemos diminuída nossa habilidade em definir medidas quantitativas para a disponibilidade dos recursos. É fácil explicar porquê. Devemos, antes de tudo, ter em conta os efeitos de exteriorização inerentes à exploração de qualquer recurso. Em segundo lugar, temos que encarar o fato de que os recursos são também avaliações tecnológicas e culturais; em outras palavras, sua quantidade depende das preferências individuais existentes na população e das habilidades cognitivas que as pessoas possuem ao auxiliá-las a explorar o sistema de recursos.

Os recursos naturais e os criados pelo homem estão, usualmente, circunscritos em sua distribuição. As decisões locacionais, por outro lado, aumentam a disponibilidade espacial dos recursos criados pelo homem. Uma asserção geral da teoria da localização e da teoria da interação espacial é a de que o preço local de um recurso ou proximidade é função de sua acessibilidade e vizinhança para o usuário. Se a acessibilidade ou proximidade mudam (como ocorre cada vez que há uma mudança locacional), então o preço local muda e, por extensão, há uma mudança implícita na renda real do indivíduo. O domínio sobre os recursos, que é nossa definição geral de renda real, é assim função da acessibilidade e proximidade locacionais. Por isso, a forma mutável espacial da cidade, e o contínuo processo de destilação, renovação e criação de recursos dentro dela, afetarão a distribuição de rendas, e poderão constituir-se em um mecanismo básico de redistribuição da renda real. Considere-se, por exemplo, o recurso ao espaço livre.

Suponhamos que cada pessoa em um sistema urbano tenha uma idêntica necessidade de espaço livre. O preço desse espaço livre é baixo se ele é acessível, e alto se não o é. Suponha-se, também, uma completa inelasticidade na demanda de espaço livre, e podemos então tratar a variação no preço de acesso à cidade como um efeito direto sobre a renda. A alocação de espaço livre dentro e em torno da cidade afetará, assim, a distribuição de renda. Clawson escreve:

"Qualquer uso de espaço livre rural, relativamente próximo à cidade, como substituto ou suplemento ao espaço livre na mesma, tem efeitos desastrosos em termos de participação social na renda. As pessoas verdadeiramente pobres não têm chance de viver ou jogar golfe no campo nem de mudar de

atividade. Esses usos do espaço livre rural são limitados às pessoas de níveis médio e superior de renda. Além disso, se as partes mais articuladas e politicamente mais ativas do conjunto da população vêem esse uso do espaço livre rural como a solução prioritária para o problema do espaço livre, elas negligenciarão ou opor-se-ão aos programas onerosos que proveriam, por fim, algum espaço livre aos centros urbanos, onde são mais carentes e mais urgentemente necessários" (1969, 170).

Obviamente, poderíamos escrever, talvez, a mesma coisa sobre a provisão de qualquer facilidade a um sistema urbano: serviços de saúde e educação, serviços de saneamento, serviços de polícia e bombeiro, oportunidades de compra, entretenimento e outras facilidades recreativas, facilidades de transporte, para não falar dos aspectos intangíveis, usualmente implícitos na frase de efeito "qualidade do meio urbano". Muitos desses recursos são alocados por ação pública e, por isso, é importante ter em conta que "o aspecto redistributivo das funções governamentais gerais não é simples e aumenta com o tamanho da cidade" (Thompson, 1965, 117). Mas, outros recursos resultam da decisão de empreendedores privados. Contudo, não importa quem tome a decisão; o simples ato de escolha locacional já tem significado distributivo. Em outras palavras, os bens públicos estão em jogo. Do ponto de vista do consumidor, são realmente bens públicos não puros, desde que não proporcionam a ele quantidades e qualidades homogêneas dos mesmos. Neste ponto, temos, por isso, que nos lembrar de que uma solução de proveito máximo, ou de eficiência máxima, para os produtores, não é necessariamente o mesmo que uma solução de máximo benefício social para os consumidores. Assim, na teoria locacional sabemos que as forças que governam a localização do ponto de vista do produtor não são necessariamente benéficas, quando analisadas do ponto de vista do consumidor — como demonstra o exemplo clássico de Hotelling, no caso dos dois vendedores de sorvete. Por isso, sabemos, também, que em qualquer situação de monopólio, duopólio ou oligopólio o processo de mercado é insuficiente para produzir um padrão de localização benéfico o bastante para o consumidor. Similarmente, sabemos, também, que a ocorrência das exteriorizações no processo de decisão pode arruinar nossa confiança no mecanismo de mercado. Há muitas razões teóricas, por isso, que levam a esperar uma considerável desigualdade na disponibilidade e acessibilidade dos recursos em um sistema urbano. Há, também, boas razões teóricas (que serão examinadas mais tarde) para antecipar-se que essa desigualdade operará, usualmente, como vantagem para o rico e em detrimento do pobre. Que isso ocorre na maioria das cidades americanas não é difícil de documentar, o que uma simples leitura do relatório da Comissão Kerner (1968) mostra. Alguns dos custos locais, impostos sobre uma comunidade pela disponibilidade e acessibilidade dife-

rencial dos recursos, são quantificáveis (tais como a verdadeira grandeza da sobrecarga para os consumidores de bens), mas há muitos outros custos (tais como uma alta taxa de mortalidade infantil, distúrbios mentais e tensão nervosa) que são bastante reais, mas muito difíceis de medir.

Esse estilo de análise pode ser usado para lidar com custos diferenciais impostos pela proximidade dos aspectos do meio urbano que geram custos externos. Estou pensando, aqui, em coisas como poluição do ar e da água, congestionamento, atividade criminal e outras. O custo para o indivíduo em cada caso será função de sua localização com respeito à fonte geradora. A intensidade da poluição do ar, por exemplo, variará de acordo com a difusão dos poluentes dispersos da fonte e o custo para o indivíduo dependerá de sua localização em relação ao âmbito espacial dos efeitos. Os custos impostos pela poluição do ar são difíceis de computar. Podemos fazer estimativas razoáveis dos custos de limpeza e manutenção (Yorum e McCaldin, 1968, 646-9; Ridker, 1967), mas os custos indiretos para a saúde mental e física são extraordinariamente difíceis de estimar. Podemos, também, fazer alguma estimativa do impacto da atividade criminal, em termos do valor dos bens perdidos ou danos infligidos. Mas, os custos indiretos, ao ser posto à margem da atividade física e social normal em razão do medo, são incalculáveis (isto pode significar que uma pessoa envelhecida seja posta à margem de um recurso de amenidade, tal como um parque, por exemplo). O padrão desses custos varia substancialmente no sistema urbano, tanto, que alguns grupos estão comodamente isentos, enquanto outros sofrem, consideravelmente, custos altos.

Examinamos, brevemente, algumas das maneiras pelas quais a renda real de um indivíduo pode ser afetada pela acessibilidade, utilidade e preço dos recursos e pelos custos impostos pelos efeitos externos das várias atividades existentes no sistema urbano. Se pudéssemos medi-los e de uma maneira ou de outra somá-los, qual seria o efeito total? Isso pode parecer uma questão sem solução (desde que poucos custos podem ser quantificados), mas é útil, não obstante, fazer a pergunta para obrigar nossa atenção a dirigir-se para uma importante série de mecanismos geradores da desigualdade de renda. É bem possível, naturalmente, através de diversos efeitos sobre a renda real, eliminar cada um deles; um custo de poluição do ar aqui pode ser substituído por um custo da atividade criminal lá etc. Obter tal equilíbrio de todos os bens e serviços públicos mistos, em todos os períodos de tempo, é essencial, se deve haver qualquer lógica para a provisão e financiamento de tais bens (Buchanan, 1968, 162). É difícil resistir à conclusão, contudo, de que em geral o rico e privilegiado obtém mais benefícios, e fica sujeito a custos mais baixos do que os pobres e politicamente fracos. Em parte, essa conclusão é uma imposição intuitiva. Mas, ela se torna mais aceitável desde que possa

ser feita alguma justificação teórica, e isso espero fazer agora, ainda que de maneira incompleta.

Estamos, essencialmente, preocupados nesta discussão com os efeitos distributivos de atividades dispostas em uma dada forma espacial e os efeitos redistributivos de mudanças nessa forma espacial. As mudanças locais provocam redistribuição, principalmente através das exteriorizações a elas associadas. As decisões locais podem ser tomadas por moradores individuais, empresários, organizações, agências públicas etc. A maioria desses tomadores de decisão (exceto, pelo menos em teoria, o último) localizam-se em benefício próprio e não levam em consideração (a menos que legalmente obrigados) os efeitos subsequentes de sua decisão. A renda real de qualquer indivíduo em um sistema urbano é assim suscetível de mudar através das decisões de outros. Desde que essas decisões raramente levam em consideração seu bem-estar, pouco pode fazer a respeito delas, exceto (1) mudando sua própria localização (que custará a ele alguma coisa) para manter ou aumentar sua renda real, ou (2) unindo-se a outros e exercendo pressão grupal ou coletiva, buscando impedir decisões locais que diminuam sua renda real, e encorajando decisões locais que aumentem sua renda real. Por esta razão, o modo pelo qual a forma espacial de um sistema urbano muda, será parcialmente função do modo pelo qual os grupos se formam, relacionam-se com os outros e desenvolvem uma ação coletiva em direção às disposições das várias fontes de exteriorizações, que afetarão sua renda real. É, neste sentido, que o processo político no sistema urbano pode ser visto como uma maneira de expandir benefícios externos e alocar custos externos. Dessa maneira, um grupo poderoso pode estar em condições de obter vantagens em renda real sobre outro. Das realidades do poder político serem o que são, decorrerá que os grupos ricos por estes ou aqueles meios ficarão provavelmente mais ricos e os grupos pobres ficarão de um modo ou de outro mais despossuídos. Parece que a distribuição usual da renda real em um sistema urbano deve ser vista como "a consequência previsível do processo político" (Buchanan, 1968 b, 185). Qualquer intenção de entender os mecanismos geradores de desigualdades de renda deve, por isso, consistir em compreender o processo político que opera numa cidade. Este é um assunto tão importante que dedicarei uma seção separada a ele.

Os processos políticos e a redistribuição da renda real

É muito difícil imaginar um esquema adequado de lidar com as complexidades do processo político, tais como elas se manifestam num sistema urbano. Tudo o que tentarei demonstrar nesta seção é o relacionamento

quase óbvio que existe entre a redistribuição da renda real e as decisões políticas. Procurarei contudo, interpretar a maior parte da atividade política da cidade como um modo de lutar e barganhar o uso e controle dos "mecanismos ocultos" da redistribuição (Wood, 1968). Darei, também, atenção a certos aspectos desse processo de barganha, e de algum modo fornecerei algum tipo de base teórica para a afirmação de que a redistribuição de renda real através desses mecanismos ocultos tende, naturalmente, a beneficiar o rico e a enfraquecer o pobre.

Considere-se um caso simples em que há duas comunidades (cada uma formando um grupo homogêneo) localizadas bastante próximas uma da outra, de tal modo que as ações de uma comunidade acarretam benefícios ou custos externos à outra comunidade. Tal interdependência entre comunidades levanta consideráveis problemas teóricos; ela eliminará, por exemplo, uma das condições necessárias para se obter um ótimo de Pareto no mercado de moradias. Como podem essas duas comunidades resolver um conflito gerado em tal situação? Se a comunidade A investe, basicamente, em uma facilidade que também beneficia a comunidade B, deveria a comunidade B ter direito a ele como um "ganho gratuito" ou deveria a comunidade B contribuir para o investimento, e desse modo, em quanto? Similarmente, se a comunidade A desenvolve uma ação em detrimento de B, como B negociaria com A, e o que deveria A pagar a B em compensação? Esse problema poderia ser formulado como um jogo de soma diferente de zero entre duas pessoas. É, então, possível (desde que certas condições existam) identificar soluções racionais ou "ótimas". Davis e Whinston (1962), por exemplo, usaram esta abordagem para alocar custos e benefícios a duas firmas com atividades interdependentes, através da existência de exteriorizações. O encontro de uma solução ótima depende do modo como o jogo é feito e das características comportamentais dos participantes. O resultado dependerá, assim, da quantidade de informação útil, aos participantes, de sua boa vontade em cooperar, de seu pessimismo ou otimismo etc. Isard *et al* (1969, caps. 6 e 7) criticaram em profundidade essas variações do jogo de soma diferente de zero entre duas pessoas. Eles mostraram, também, como o problema dos efeitos externos entre comunidades pode ser resolvido pela extensão da teoria dos jogos para o que denominaram *jogos locais*. Esses jogos variam desde o desenvolvimento e exploração conjuntos de um recurso por dois ou três participantes, através da alocação de fundos sobre um sistema de regiões, até a localização e financiamento de uma facilidade pública (tal como um aeroporto ou uma escola superior). Em todos esses casos é possível identificar soluções ótimas, e assim prover uma base racional para resolver um conflito entre comunidades a respeito de benefícios e custos externos. Em geral, naturalmente, algo tão complicado como um sistema urbano

requer uma estrutura analítica mais ampla — como a que consiste em *n* pessoas, em jogos de soma diferente de zero nos quais são autorizados pagamentos laterais (a última condição é essencial para a análise da formação da coalizão; no sistema político urbano, as coalizões são extremamente importantes). Mas, esses jogos são difíceis de analisar e aplicar (Isard *et al*, 1969). Não obstante, podemos concluir que é teoricamente possível, pela atividade política e pela barganha, enfrentar os "mecanismos ocultos" de redistribuição de renda de modo a conseguir uma alocação equilibrada de todos os bens e serviços mistos em uma população espacialmente distribuída. Mas, podemos, também, concluir que esse objetivo somente ocorre se o processo político está tão organizado que facilita a "igualdade de barganha" entre grupos com interesses diferentes, mas internamente homogêneos. Essa condição é improvável que exista, e uma análise das razões do porquê, proveria uma justificativa para a hipótese esperada de que o rico, geralmente, se beneficia em detrimento do pobre.

Presume-se, usualmente, na teoria dos jogos, que os participantes são iguais em seu domínio sobre os recursos. Na análise da coalizão, contudo, podemos excluir essa hipótese e considerar um "jogo de decisão ponderada" (Isard *et al*, 1969, 400-402). Nesse tipo de jogo, cada pessoa traz a coalizão um certo "trunfo", que pode então ser usado no processo de barganha. Esse recurso pode ser um voto, pode ser dinheiro (por exemplo, para pagamentos por fora, legais ou ilegais), pode ser influência (por exemplo, contatos com membros de outro grupo), ou pode ser informação (por exemplo, sobre competidores ou sobre estratégias apropriadas). É interessante notar que voto é provavelmente, o menos importante desses recursos, na maioria dos casos da atividade política, e é o único recurso que está dividido igualmente entre todos os membros da coalizão. Num jogo de decisão ponderada o resultado depende da emergência da coalizão que tenha bastante recursos, para "vencer". Os pagamentos por fora são usualmente positivos para a coalizão vencedora e negativos para os perdedores. Essa espécie de situação é muito comum na política urbana e explica nossa hipótese esperada de que a comunidade mais poderosa (em termos financeiros, educacionais ou de influência) está apta a controlar as decisões locais em seu próprio proveito. A desigualdade de recursos úteis ao processo de barganha política cria, assim, condição para a ulterior disposição de recursos, assim como para reforçar a desigualdade.

Supus, anteriormente, que há algo como um "grupo" ou "comunidade" homogêneo, que podem funcionar efetivamente dentro do processo de barganha. Essa condição é raramente alcançada. Por isso, precisamos entender como e por que os grupos se formam e como, uma vez formados, operaram como força na área política. Essa é uma questão complicada. Su-

ponho inicialmente, contudo, que há probabilidade de que um grupo se forme e agirá coerentemente, exercerá poder no processo político de barganha e terá sucesso em prover bens coletivos para si. Parece, aqui, que uma distinção maior deve ser feita entre "pequenos grupos" e "grandes grupos". Essa distinção é mostrada, claramente, na análise de escolha de grupo, proporcionada por Olson (1965). A análise desenvolve-se com a suposição de um comportamento auto-interessado por parte dos indivíduos, e prossegue então mostrando que, "quanto maior o grupo, mais remotamente ele conseguirá prover-se de uma soma ótima de bem coletivo". Não necessitamos nos deter na prova desta conclusão. O ponto importante é que os grupos pequenos podem ser bastante hábeis em prover-se de bens coletivos, particularmente quando uma pessoa no grupo tem interesse próprio na produção do bem. Mas, quanto mais equilibrados os grupos, mais terão provavelmente dificuldade nisso. Essa conclusão é similar à desenvolvida por diversos analistas de escolha de grupo e de comportamento coletivo (Buchanan, 1968). Não é difícil ampliar isso para o processo político de barganha e prever que "os grupos menores — os grupos privilegiados e intermediários — podem muitas vezes derrotar os grupos maiores — os grupos latentes que hipoteticamente devem, normalmente, prevalecer na democracia. Os grupos privilegiados e intermediários muitas vezes triunfam sobre as forças numericamente superiores dos grupos grandes ou latentes, porque os primeiros são geralmente organizados e ativos, enquanto os últimos são normalmente desorganizados e inativos" (Olson, 1965, 128).

Que essa condição possa ser prevista a partir de uma hipótese de auto-interesse por parte de todos os indivíduos, pode parecer surpreendente, apesar da amarga experiência nos ensinar que os grupos pequenos, cheios de recursos e bem organizados, podem usualmente enfrentar os desejos de uma massa ruidosa de pessoas desorganizadas. Olson mostra que grandes massas, motivadas por auto-interesse, somente podem ser organizadas para seu próprio bem através de persuasões (tais como aposentadoria e benefícios de seguro) ou através de coerção (tal como a imposta por um política de logistas filiados à associação do comércio).

Essas conclusões gerais têm importantes implicações para nossa compreensão do sistema político, tal como ele opera no contexto urbano. Podemos prever diretamente daí, por exemplo, que "os representantes locais de vizinhança, nas áreas metropolitanas, que provêm bens coletivos (como vias de ligação e educação), e que beneficiam os indivíduos em duas ou mais jurisdições locais, tenderiam a prover quantidades inadequadas desses serviços; e que o maior poder local (por exemplo, alguém que represente o centro da cidade) suportaria cargas desproporcionais das responsabilidades em provê-los" (Olson, 1965, 36).

Qualquer atividade que gere fortes benefícios externos, através do sistema político, tenderá, naturalmente, a ser subprovida e é atraente a hipótese de que qualquer atividade que gera fortes custos externos seria subcontrolada e subcompensada. Desde que os grupos pequenos são, provavelmente, os mais influentes no processo de tomar decisões políticas, podemos, também, inferir que a maioria das decisões (tanto alocações como locacionais) refletiriam desproporcionalmente, os desejos dos grupos pequenos de pressão, enquanto opostos à massa de população. Desde que esses grupos raramente agem por altruísmo, podemos esperar que essas decisões proporcionarão benefícios diretos e indiretos aos membros do grupo mais do que aos membros de outros grupos. Há duas outras consequências decorrentes da análise de Olson. Primeiro, seria improvável que um membro de um grupo grande abandonasse, voluntariamente, mesmo uma quantidade muito pequena de seus recursos para alcançar um objetivo coletivo, mesmo quando a obtenção desse objetivo tornasse cada indivíduo na comunidade melhor. Não é difícil encontrar exemplos desse tipo de comportamento (o estudo de Keene e Strong, 1970, de reações ao plano Brandy-Wine é um bom exemplo a apontar). Segundo, é improvável que um grupo grande desenvolvesse, voluntariamente, políticas e objetivos coerentes, desde que, se fosse para realizá-los efetivamente, por consenso ou apatia, isso conduziria um grupo pequeno a negociar e aplicar a política em seu proveito. Como haveria sempre a possibilidade de que o grupo pequeno conseguisse, em nome do grupo maior, políticas mais apropriadas para o grupo pequeno, devemos prever uma considerável rivalidade dentro do grupo para a posse do poder, o que enfraqueceria a posição de negociação do grupo. Ainda uma vez, este é um evento corriqueiro no contexto urbano, e sua frequência é uma força muito influente, orientando o resultado de um "jogo de planejamento de uso do solo" (Keyes, 1968).

Podemos concluir que é improvável que indivíduos egoístas venham a formar um grande grupo que então agiria voluntariamente pelo bem coletivo de cada um no grupo. A ação do grupo grande é viável, somente, quando podem ser feitas induções externas, quando podem ser aplicadas sanções, ou quando são criados arranjos institucionais para formalizar as "regras do jogo" para sua decisão, ocorrendo a negociação dentro e entre grupos. Essa conclusão, obviamente, não é universalmente verdadeira, e exceções serão, sem dúvida, encontradas (usualmente dependendo da importância do assunto, da homogeneidade de atitudes a respeito dele, da habilidade e altruísmo do grupo executivo ao trabalhar em benefício do grupo grande etc.). Essa conclusão dirige nossa atenção para o quadro institucional existente, para o alcance das decisões coletivas e para o arbitramento das necessidades e desejos em competição, de diferentes grupos de pressão, dentro da popula-

ção. Não pretendo fazer qualquer inventário detalhado de como essas instituições operam, produzindo uma redistribuição de renda. Mas, é forçoso referir duas coisas sobre elas. Em primeiro lugar, elas refletem parcialmente as atividades dos grupos existentes e estão, por isso, muito mais aptas a refletir as pressões dos pequenos grupos (contatos e interesses especiais), do que a reagir à necessidade e desejos de grandes grupos — daí a recente retórica em muitas cidades americanas sobre como tornar a administração urbana mais responsável pelas necessidades das pessoas. Em segundo lugar, um quadro institucional, uma vez criado, pode tornar-se fechado ou parcialmente fechado. Num estudo recente de política antipobreza, em Baltimore, por exemplo, Bachrach (1969) descobriu que os grupos de rentabilidade baixa tiveram grande dificuldade em chegar a uma posição de negociação. Em outras palavras, os grupos podem efetivamente ser excluídos do jogo da negociação e da barganha por barreiras institucionais ou por manobras de outros grupos. Somente um grupo forte e coeso estará apto a ultrapassar tais barreiras e vencer o obstáculo que é definido como “não tomada de decisão”. Isso explica porque o jogo do planejamento urbano tem, muitas vezes, mais semelhança com uma pessoa solitária do que com um jogo de soma diferente de zero para n pessoas.

O importante no parágrafo precedente é que podemos esperar considerável desequilíbrio no resultado da barganha no interior e entre os grupos, a respeito de benefícios e custos externos, e bens coletivos, porque (1) grupos diferentes têm recursos diferentes com os quais barganhar; (2) os grupos grandes da população são geralmente mais fracos e mais incoerentes do que os grupos pequenos; e (3) alguns grupos estão excluídos totalmente da negociação. Se a redistribuição de renda é um “resultado possível de prever no processo político”, não é difícil prever o fluxo geral daquela redistribuição. Em primeiro lugar, poderíamos esperar um “imperialismo do centro distrital de negócios” em relação ao qual os interesses dos negócios bem organizados do centro da cidade (com sua estrutura oligopolística de pequeno grupo) efetivamente dominassem as coalizações mais frouxas e mais fracas encontradas no resto da cidade. Essa tese foi, recentemente sustentada fortemente por Kotler (1969). Em segundo lugar, poderíamos, também, antecipar uma hipótese de “exploração suburbana do centro da cidade” (Netzer, 1968, 438-48 Thompson, 1965, capítulo 7). Em outras palavras, poderíamos imaginar uma “organização de esfaimados”, entre os vários grupos da população, para a exploração dos vários recursos que a cidade tem a oferecer. Aqueles que estão na base dessa organização de esfaimados são os vencidos:

“A favela é o abrigo coletivo dos vencidos, e no esforço competitivo pelos bens urbanos as áreas faveladas são também as vencidas em termos de

escolas, negócios, lojas de quinquilharias, ruas iluminadas, livrarias, serviços sociais além de tudo o que é comumente útil, e sempre com pouca oferta. A favela, então, é uma área onde a população carece de recursos para competir com sucesso, e onde coletivamente há necessidade de controle sobre os canais através dos quais tais recursos são distribuídos ou mantidos. Isto pode sugerir algumas novas abordagens ao planejamento metropolitano — reconhecendo-se a necessidade de redistribuição de poder, de acesso mais amplo a recursos e de expansão da escolha individual aqueles que têm sido consistentemente deixados à margem” (Sherrard, 1968, 10).

As perspectivas de equidade ou de justa redistribuição de renda em um sistema urbano através de um processo político naturalmente emergente (particularmente aquele que está baseado numa filosofia do interesse individual) são certamente precárias. A possibilidade de que um sistema social possa reconhecer este fato e ajustar-se para combater essa tendência natural está, creio eu, correlacionada ao grau de êxito do sistema social em evitar os problemas estruturais e as tensões sociais profundas, conseqüentes do processo da maciça urbanização.

Os valores sociais e a dinâmica cultural do sistema urbano

A noção da “renda real” pressupõe que possam ser atribuídos valores aos direitos de propriedade individual e ao domínio sobre recursos. A quantificação de custos e benefícios externos também pressupõe a existência de algum sistema de valor, em relação ao qual possamos medir (e deste ou daquele modo comparar) o impacto de uma mudança ambiental sobre um indivíduo ou um grupo social. Observações factuais ensinam-nos que a pessoa avalia coisas diferentes de diferentes maneiras. Esse fato elementar da vida tem influenciado a teoria econômica e política desde o abandono do princípio neoclássico da utilidade cardinal, que se atribui a existência de um parâmetro comum, calibrado para medir a “intensidade de preferência” dos indivíduos. A substituição da utilidade cardinal pela ordinal trouxe mais realismo à medida, mas evidenciou seus próprios problemas — em particular, conduziu ao impasse descrito por Arrow (1965), segundo o qual é impossível derivar uma preferência social, ou função de bem-estar, de uma série de funções de utilidade ordinal individual. Há duas possibilidades de superar o impasse. A primeira é tentar conseguir alguma medida de intensidade de preferência sem, necessariamente, presumir uma cardinalidade completa. Se uma preferência individual pode ser ponderada, para exprimir sua intensidade sensível, então é possível inferir alguma espécie de função social de bem-estar (Miras e Ackoff, 1964). Tem sido dada bastante atenção em psicologia e psicofísica,

a esta questão de medir valores subjetivos: o trabalho realizado indica que pode ser obtida informação sobre preferências e ponderações, e existem técnicas de manipular, por exemplo, dados ordinais para obter informação métrica (Shepard, 1966). Esse trabalho (resumido por Coombs, 1964 e Nunnally, 1967) não foi integrado tão bem como devia ser, no corpo principal da teoria da escolha do consumidor, apesar de existirem boas condições para isso (por exemplo, Fishburn, 1964). A segunda maneira (à parte a paradoxo de Arrow), que é usualmente utilizada por economistas teóricos, é presumir que esses problemas estabelecem uma "regra de unanimidade", que supõe convenientemente, que cada pessoa na população tem a mesma ordem de preferências em uma série de alternativas (Buchanan, 1968). Somente nesta hipótese é possível inferir um ótimo de Pareto. Quando se aplica a regra da unanimidade, diz-se que as alternativas são um "Pareto-comparável" e quando não, que são um "Pareto não comparável" (Quirk e Saposnik, 1968, 117). As teorias econômicas usuais sobre a estrutura urbana (tais como o modelo de Davis e Whinston examinado acima), e as teorias de localização, requerem que as alternativas sejam Pareto-comparáveis. A questão que surge é o que acontece quando elas não o são.

As implicações para uma teoria da alocação de bens são sérias. A existência de funções de utilidade interpessoal "entra em contradição" com as formulações da teoria dos jogos (Luce e Raiffa, 1957, 34). A barganha entre duas comunidades, que têm funções de utilidade completamente diferentes, não pode ser introduzida em qualquer tipo de racionalidade; os procedimentos de escolha podem levar-nos a uma posição distante do ótimo. Do mesmo modo, a questão da compensação entre as partes ganha nova dimensão. Uma transferência de renda pode ser muito significativa para um homem pobre, e quase irrelevante para um homem rico. Pelo mesmo argumento, o pobre pode estar menos apto a perder um benefício externo ou incorrer em um custo externo. Isso nos conduz a um paradoxo intrigante, segundo o qual os pobres são propensos a estar sujeitos a perdas externas por uma transferência muito mais baixa de renda do que os ricos. Em outras palavras, os ricos, provavelmente, não abrem mão de uma amenidade "a qualquer preço", enquanto os pobres, que não estão em condições de suportar a perda, provavelmente sacrificam-na por uma soma insignificante — esta é uma suposição para a qual há algum suporte empírico. Neste caso, contudo, estamos lidando com o problema simples que surge quando partes diferentes expressam diferentes ordens de preferência sobre uma dada série de resultados. Há dificuldades muito mais sérias. Que acontece, por exemplo, quando os grupos não estão diante das mesmas escolhas, alternativas ou resultados potenciais? Neste caso, cada grupo tem seu próprio espaço de ação, e o

conflito pode surgir porque nenhum dos dois grupos pode ver ou entender o espaço de ação tal como é percebido pelo outro. Uma dificuldade similar surge quando os grupos não podem concordar com "as regras do jogo" e, desde que o estabelecimento dessas regras predetermina amplamente o resultado, poderá haver conflito tanto em relação às regras como há na própria negociação. O que isso significa é que a heterogeneidade de valores culturais e sociais pode tornar impossível aos grupos chegarem a uma posição de negociação "válida", tal como a que é especificada em um dos jogos locacionais de Isard. Disso se segue que um sistema urbano estará impossibilitado de funcionar sem atritos (no sentido de que os conflitos entre indivíduos e grupos não serão facilmente resolvidos) se houver profunda heterogeneidade nos valores culturais da população. Parece que o caminho "natural", para que esta espécie de dificuldade seja minimizada, é procurar encontrar um padrão de organização territorial que minimize, ao mesmo tempo, o contato social entre indivíduos portadores de diferentes valores culturais e sociais, e também a probabilidade de discórdias a respeito de exteriorizações. A organização territorial e a "de vizinhança", em modalidades étnicas, de classe, de status social, religião e outras, têm assim, papel importante a desempenhar para minimizar o conflito do sistema urbano.

A heterogeneidade dos valores sociais e culturais também entra em contradição com qualquer teoria simplista de redistribuição de renda num sistema urbano. Isso pode ser melhor demonstrado, talvez, retornando-se a um assunto já levantado, mas não discutido, na seção sobre a utilidade e preço dos recursos; isto é, que os recursos deveriam ser considerados como avaliações culturais e tecnológicas. Desde que a definição de renda real adotada contém a frase "domínio sobre recursos", variações culturais e técnicas numa população afetam automaticamente a medida da renda real. Dois indivíduos podem dominar exatamente o mesmo recurso mas se eles o valorizam diferentemente, têm rendas reais diferentes. É útil indagar, por isso, qual o impacto sobre uma teoria de redistribuição da renda.

É preciso, primeiro, definir alguns termos. Por avaliação tecnológica, quero dizer que um indivíduo deve possuir habilidade cognitiva e equipamento tecnológico para estar em condições de fazer uso do sistema de recursos que é a cidade. Por avaliação cultural, quero dizer que os indivíduos devem possuir sistemas de valores que os motivem a querer fazer uso desses recursos. A tecnologia é abrangida parcialmente pelo "arsenal" existente, tal como a maquinaria, ferramentas etc., e contém parcialmente as habilidades cognitivas necessárias para o uso desse arsenal. Pessoas oriundas de áreas rurais, muitas vezes, não têm a necessária habilidade cognitiva para habitar na cidade ou nos subúrbios; o suburbano pode, também, não ter as habilidades necessárias para habitar no campo e no centro; enquanto o cidadão pode não

estar apto a morar no campo ou nos subúrbios. Habilidades cognitivas são aprendidas, e é possível aprender a dominar uma grande diversidade de ambientes. Mas, as habilidades, provavelmente não estão igualmente distribuídas entre a população, e desde que o aprendizado é afetado pela experiência bem sucedida (ou reforçada), os indivíduos tornar-se-ão mais habilitados na arte de lidar com seu próprio meio na medida em que este se impõe a eles. O aprendizado do meio não ocorre por isso, independentemente do ambiente. A espécie de ambiente criado num sistema urbano afeta as habilidades cognitivas estimulando-as. Em condições de isolamento relativo podemos esperar encontrar subpopulações especializadas em habilidades cognitivas particulares, relevantes para uma espécie de ambiente urbano — o morador da favela possui, certamente, habilidades muito diferentes das do morador rural. As habilidades cognitivas não são, naturalmente, simples função do meio. A inteligência inata e a educação, obviamente, desempenham um papel. Considere-se, por exemplo, a habilidade de pensar abstratamente e de esquematizar a respeito de relações espaciais — é uma habilidade que está intimamente correlacionada aos outros aspectos da inteligência (Smith, 1964). Uma habilidade abstrata como essa leva o indivíduo a transcender o espaço e a dominá-lo como um recurso. Aqueles que não possuem essa habilidade estarão provavelmente, à mercê do espaço. Essa espécie de diferença tem importância para nossa compreensão da redistribuição da renda, desde que afeta diretamente a mobilidade e a acessibilidade. Assim, Pahl (1965) sugere que os grupos de renda mais alta e melhor educados tendem a fazer uso ativo do espaço enquanto os grupos de renda mais baixa tendem a ficar à mercê do mesmo. Duhl (1963, 137) nota, similarmente, que os grupos de renda mais alta "usam o ambiente físico como recurso em contraste com os grupos sócio-econômicos mais pobres que se identificam com ele". Webber (1963) também sugere que todos, a não ser os grupos de renda mais baixa, têm, atualmente, se libertado das limitações da "territorialidade". Qualquer que seja a verdade das suposições acima, parece razoável supor que as habilidades cognitivas dependem da educação, da inteligência e da *experiência com o ambiente*, e que em troca, essas habilidades cognitivas afetam o valor do recurso para cada indivíduo.

De igual modo, podemos supor que os valores culturais são afetados (entre outras coisas) pelas oportunidades criadas no meio urbano. As culturas evoluem, em parte através de "um padrão especializado de estímulo individual à situação, e de um padrão especial de resposta que possa ser dada para elas" (Smith *et al.*, 1956, 25, ver também Kluckhohn, 1954). Assim, podemos prever a evolução cultural dentro do sistema urbano, parcialmente, através da reorganização dos estímulos físicos e sociais que existem dentro dele. Projetistas ambientalistas (por exemplo, Sommer, 1968) chamariam a

atenção para a importância dos estímulos físicos na determinação de padrões de comportamento — com o que não queremos dizer que são os *únicos* estímulos de mudança cultural, como os deterministas ambientalistas ingênuos poderiam sugerir. Consideremos, agora, a contribuição deste fato para a dinâmica cultural do sistema urbano. A maioria das decisões tomadas no planejamento físico do sistema urbano é influenciada provavelmente, ou fortemente, por pequenos e poderosos grupos oligopolísticos. Esses grupos estão com efeito reorganizando os estímulos físicos (uma rodovia aqui, um edifício do governo ali), para grandes massas de pessoas organizadas precariamente. Um poucas pequenas subculturas influentes dentro da cultura urbana estão padronizando situações de estímulos para outras subculturas. A maioria das subculturas do sistema urbano tem muito pouco controle sobre as diferentes configurações de estímulos (visual, cinestético, social etc.) — em diferentes partes da área urbanizada — que gerarão, provavelmente, disparidades culturais bastante fortes. O que pode acontecer é demonstrado por um levantamento sobre atitudes em relação à poluição do ar em St. Louis. Nas áreas suburbanas havia aguda preocupação com a poluição do ar, enquanto na área central da cidade, onde a situação era péssima, as pessoas somente reagiam de modo frágil. Havia tantos outros problemas no centro da cidade (empregos, moradia, facilidades recreativas etc.) que o estímulo negativo da poluição do ar passou virtualmente despercebido. A formação de atitudes é, assim, dependente da configuração particular do estímulo existente num contexto urbano particular. Desde que a heterogeneidade cultural se desenvolve e são impostas barreiras sociais à mobilidade, as disparidades culturais podem surgir rapidamente dentro do sistema urbano (Thompson, 1965, 106). As atitudes culturais do centro da cidade têm sido sempre diferentes das dos subúrbios, e não parece que essas diferenças estão desaparecendo. Por isso, acho difícil aceitar qualquer das teses de Marcuse (1964): de que há uma homogeneidade crescente em valores culturais (e, por isso, não válidas para a mudança na sociedade), ou a forma espacial equivalente disso segundo a qual "um homem unidimensional" mora no que Melvin Webber (1964) chama "um reino urbano sem espaço". Há forças poderosas trabalhando em direção à heterogeneidade cultural e à diferenciação territorial no sistema urbano.

As implicações desta conclusão são interessantes. Primeiro, qualquer teoria de distribuição da renda real deve envolver comparações culturais transversais. Segundo, as decisões tomadas sobre a locação e a alocação de bens e serviços no sistema urbano são "Pareto-não-comparáveis". Assim, é muito difícil comparar o valor, por exemplo, do espaço livre de uma parte do sistema urbano com outra. Grupos diferentes possuirão elasticidades diferentes a respeito de seu uso, e alguns grupos poderão não ter afinal nenhum uso

para elas. Consequentemente, a oferta de amplos parques para os moradores do centro da cidade, que podem (talvez) não estar tecnicamente equipados ou culturalmente motivados a fazer uso deles, nada lhes trará do ponto de vista da redistribuição da renda; pode ser, de fato o equivalente a dar sorvetes mistos a índios bororo do Brasil.

Se os recursos significam coisas diferentes para pessoas diferentes, como podemos medir seu impacto sobre a renda real dos indivíduos e desenvolver políticas de locação que atendam a um dado objetivo de redistribuição? Esse problema poderia ser parcialmente resolvido se pudéssemos isolar aqueles recursos que cada um considera importantes, daqueles que somente parte da população valoriza. Pelo menos, a primeira espécie poderia ser tratada como se a regra da unanimidade ocorresse. Se poderíamos ou não identificar tais grupos é uma questão empírica para a qual não há resposta fácil. É razoável supor, por exemplo, que as oportunidades de moradia e de serviços de saúde estão na primeira categoria. Contudo, mesmo nessas categorias há diferenças sutis, mas importantes, em valores culturais. Grupos de renda baixa, por exemplo, identificam freqüentemente seu meio habitacional de modo íntimo; e o custo psicológico de mudar é para eles maior do que para a móvel classe média alta. Bem intencionados mas culturalmente insensíveis, os planejadores da classe média podem conseqüentemente (por meio de projetos de reabilitação e outros) infligir pesados custos aos grupos sócio-econômicos mais pobres (Duhl, 1963, 139). O caso da oferta de serviços de saúde mental para os pobres mostra, similarmente, como serviços inapropriados podem resultar de um erro do grupo, que prevê o serviço oriundo predominantemente da classe média, ao julgar a subcultura especializada de um grupo sócio-econômico diferente (Riessman, *et al.*, 1964).

Equacionar a renda real com o domínio sobre recursos leva-nos, assim, a um impasse, porque as heterogeneidades culturais na população tornam difícil medir a renda real. É bastante tentador, neste ponto, voltar ao conceito mais simples de renda como renda monetária. Isso eu recuso fazer porque os problemas inerentes ao impasse são bastante reais e extremamente relevantes para nosso entendimento do sistema urbano. Se falharmos ao investigá-los, abandonamos toda a esperança de chegar a bases firmes para tomar decisões socialmente significativas. Mas, há questões de longo alcance para as quais esse estilo de análise desperta nossa atenção. Através do constante rearranjo de estímulos no sistema urbano estamos provocando um processo gradual de evolução cultural. Evolução em direção a quê? Uma maneira de deixar claro que uma subcultura não confere valor ao espaço livre é negar toda a existência a respeito disso. A evolução do sistema urbano, quer gostemos disso ou não, pode levar em larga escala à insensibilidade a respeito de certos fenômenos (tais como ar limpo, solidão etc.), e supervalorizar outros (tais como pai-

sagens suburbanas, poluição do ar etc.). A longo prazo, por isso, devemos avaliar as decisões sobre o crescimento da cidade apesar da existência de uma série de valores culturais correntes que desejamos preservar ou aumentar. Se não fizermos isso, assistiremos à emergência de novas séries de valores culturais e, continuar nessa direção pode levar ao conflito violento e, talvez, a uma posterior autodestruição social. A sensibilidade da humanidade não pode permanecer permanentemente, imune às mudanças ambientais que o homem está desencadeando com suas próprias ações. É, por isso, salutar, lembrar a nós mesmos, ocasionalmente, que "a questão de longo alcance não é a de que espécie de ambiente queremos, mas que espécie de homem desejamos" (Sommer, 1969, 173).

A organização espacial e os processos políticos, sociais e econômicos

A redistribuição da renda pode ocorrer através de mudanças:

- 1 na locação de empregos e moradias;
- 2 no valor dos direitos de propriedade; e
- 3 no preço dos recursos para o consumidor.

Essas mudanças são, por sua vez, afetadas pelas alocações de custos e benefícios externos, em diferentes regiões do sistema urbano, e por mudanças na acessibilidade e proximidade. As populações procuram controlar esses mecanismos ocultos, que governam a redistribuição por meio do exercício do poder político. É na caixa rotulada "valores sociais e culturais" que o processo conjunto retroalimenta-se, porque esses valores são ao mesmo tempo causa e efeito: qualquer teoria de redistribuição da renda deve estar baseada nides e, ainda, eles próprios são suscetíveis de mudar através da alocação de oportunidades no sistema urbano. Mas, também, inerente a esses processos sociais está a questão da organização espacial. Os efeitos de exteriorização são localizados, como o são o emprego e as oportunidades de moradia, os benefícios em recursos e os canais de comunicação etc. O poder político está em parte estabelecido irrealisticamente. Muitos dos mecanismos ocultos de redistribuição da renda só surgem para o usufruto no ato de locação. Isso nos leva à última questão fundamental que desejo colocar neste capítulo. Há alguma estrutura ou série de estruturas espaciais que maximizem a equidade e eficiência do sistema urbano ou, pelo menos, maximizem nossa habilidade em controlar os poderosos mecanismos ocultos que produzem a redistribuição? Esta é uma questão ao mesmo tempo normativa e positiva porque ela sugere que podemos explicar efeitos distributivos correntes por meio de estruturas espaciais existentes, e também imaginar estruturas espaciais para obter um objetivo distributivo específico. Não tentarei separar esses aspectos do proble-

ma na análise que se segue.

A forma espacial física de um sistema urbano é uma construção geométrica tridimensional euclidiana. Os fenômenos internos podem ser conceituados como pontos (lojas de varejo, escolas, hospitais), linhas (fluxos de transporte), áreas (estabelecimentos, territórios) e volumes (edificações). Esta forma deveria hipoteticamente facilitar o funcionamento coerente dos processos sociais. A forma espacial não é, contudo, infinitamente adaptável, nem suas demandas sociais são facilmente compatíveis entre si. A forma física atual é, necessariamente, um compromisso entre toda uma série de demandas conflitantes. Quando tomamos decisões sobre a forma espacial estamos, hipoteticamente, tentando alcançar um compromisso eficiente. Isso não é fácil de fazer. É esta espécie de problema que dá origem às intermináveis deliberações da Comissão Real (tal como a Comissão Redcliffe-Maud), na Inglaterra, e aos intermináveis argumentos sobre os méritos relativos em controlar a comunidade ou o governo metropolitano nos Estados Unidos. Não podendo considerar aqui, todos esses problemas, procederei por exemplos.

1. A provisão e controle de bens públicos impuros num sistema urbano

Bens públicos impuros, uma vez produzidos, são avaliáveis livremente, mas não igualmente (em termos de quantidade ou qualidade) para todos os indivíduos do sistema urbano. Muitos bens são dessa espécie. Especificamente, todos os bens e facilidades avaliáveis livremente, mas produzidos por algum mecanismo locacional, caem nesta categoria — daí o interesse no planejamento urbano. Certamente, não é absurdo olhar grande parte da teoria da localização como uma forma específica da teoria que governa a provisão de bens públicos impuros (Tiebout, 1961, 80-81).

É útil distinguir entre três diferentes situações políticas. A primeira refere-se a bens que produzem benefícios para todos os indivíduos. Aqui, o objetivo político é assegurar que o bem seja provido (por ação privada ou pública) em quantidade e qualidade suficientes, nas locações corretas, para se obter um objetivo distributivo específico. O segundo caso é o de bens públicos impuros (tais como os poluidores de ar), que impõem custos através do consumo "involuntário". Aqui, o problema político é regular os padrões de locação para minimizar a incidência desses custos e controlar seus efeitos distributivos. O terceiro caso (e este é, provavelmente, o mais comum) refere-se a uma situação mista na qual um bem produz ao mesmo tempo ganhos e perdas.

A provisão de bens públicos impuros benéficos pode ser executada por ação privada ou pública. No primeiro caso, apoiamo-nos em algum mecanis-

mo natural de mercado para obter um padrão "razoável" de localização (por exemplo, em oportunidades de varejo e facilidades de divertimento) e, daí, minimizar (tanto quanto a tecnologia de produção permite) o efeito diferencial de renda. Os preços atuam, assim, para resolver o conflito entre a necessidade tecnológica de poucos pontos produtivos e a necessidade física de grande número de pontos de consumo espacialmente distribuídos. A análise de Losch (1954) fornece-nos uma parte do equipamento necessário para discutir a forma geral de equilíbrio espacial que resultará daí. Ela indica que uma solução hierárquica é inevitável, desde que as funções produtivas, as funções de consumo e as séries de elasticidades (a respeito de preços, rendas e similares) variam, consideravelmente, de um bem para outro. Não seria realista esperar que o padrão espacial privado da provisão de bens públicos impuros se conformasse à expectativa loschiana, por toda uma série de razões (referentes às condições de entrada para a firma, às flutuações estocásticas nas condições de demanda e oferta, à diferenciação no produto, áreas vizinhas, interpenetração de áreas de mercado etc.). Há, por isso, boas razões teóricas para achar que os mecanismos de mercado não serão mais eficientes ao orientar a locação de bens públicos impuros de oferta privada, num equilíbrio de Pareto, do que os do mercado de moradias. A evidência empírica também aponta nessa direção. Considere-se, por exemplo, a locação de facilidades em supermercado. O supermercado é em si mesmo um bem público impuro (ainda que esteja vendendo inteiramente bens privados), e sua localização é, presumivelmente, uma função do balanço da necessidade de economias de escala que operam contra os efeitos dos custos altos de transporte para o consumidor, à medida que aumenta a área de mercado. Além disso, a Comissão Kerner (1968, 277) explica a falta geral dessas facilidades nas áreas de gueto. É difícil dizer, naturalmente, se isso é devido a falhas próprias do mercado, ao espaço de tempo necessário para ocorrer o equilíbrio, ou a condições sociais e econômicas das áreas de gueto, que tornam as operações de supermercado antieconômicas. Mas, mesmo nessas áreas da economia privada, que provêm bens públicos impuros (tais como oportunidades de compra, recreação e similares), não há garantia disso, porque uma série de curvas de demanda e oferta podem ser determinadas, a partir das quais resultaria, automaticamente, um padrão locacional, que estivesse de qualquer modo próximo do ótimo de Pareto. Há imperfeições e interdependências suficientes (por diferenciação do produto etc) para pôr em dúvida qualquer suposição de eficiência competitiva "natural", mesmo dada uma distribuição de renda desde logo aceitável eticamente. Não é absurdo, por exemplo, esperar que os empresários se localizem inicialmente naquelas áreas onde os lucros em excesso são maximizados — daí a tendência "natural" das áreas em ascensão serem bem servidas, antes das áreas de renda

baixa, e isso, como sempre, gera uma redistribuição de renda real implícita. Mesmo no setor privado, há, por isso, alguma base para a interferência pública, mesmo que somente para propiciar a mais rápida obtenção de equilíbrio. Há, inclusive, uma forte justificativa para a interferência, se o objetivo é alcançar alguma redistribuição progressiva em espécie.

Muitos bens públicos impuros não podem ser providos através do mecanismo normal do mercado porque é difícil determinar uma série de preços. Esses bens (serviços educacionais, proteção contra fogo e policiais etc.) são providos por ação pública. É estranho que haja tão poucos critérios elaborados para a determinação das atividades públicas. Os conceitos de finança pública "têm sido até agora amplamente restritivos" (Thompson, 1965, 257), enquanto os teóricos da localização, como mostra Teitz (1968), têm negligenciado bastante o problema da localização do bem público. Dado que não tem sido desenvolvido nenhum critério de localização adequado, ficaríamos fortemente surpresos se as decisões locais das atividades públicas fossem quase inteiramente resultado daquelas pressões políticas desequilibradas, criticadas numa seção anterior (p. 63-64). Desde que "os serviços públicos locais esperam tornar-se o principal meio de redistribuição da renda em nossa economia" (Thompson, 1965, 118), devemos prestar muito mais atenção às políticas que governam sua localização, se desejamos fiscalizar o processo de redistribuição. Não é fácil formular uma teoria da localização da atividade pública. Em princípio, naturalmente, o problema é exatamente o mesmo que no setor privado — encontrar uma série de restrições distributivas. Assim, a concepção loschiana tem alguma utilidade (Berry, 1967; Teitz, 1968). Mas, o problema de encontrar uma solução é teoricamente dificultado pela estrutura quase monopolística da organização pública e pela dificuldade de encontrar quaisquer mecanismos de preço realistas. Com efeito, a localização de facilidades públicas requer a solução simultânea de problemas de (1) finança, (2) tecnologia de produção, (3) quantidade e qualidade da oferta, (4) localização, (5) avaliação da demanda, e (6) efeito de bem-estar. Evidentemente, não é fácil definir uma solução ótima. Como no setor privado, podemos prever alguma espécie de arranjo hierárquico na localização de, por exemplo, facilidades médicas, embora seja muito difícil determinar a melhor forma desse arranjo ou avaliar as formas alternativas de organização espacial (Schneider, 1967, 1968; Schultz, 1969). Genericamente: o estado da arte na teoria da localização da facilidade pública não progrediu muito, desde o ponto da relativamente simples articulação do modelo (Teitz, 1968).

Grande parte da mesma conclusão pode ser tirada a respeito da regulação daqueles bens públicos impuros que geram custos. Tem havido muito pouca pesquisa sobre a forma e a natureza do campo espacial de influência das exteriorizações privadas. Sabemos, contudo, que elas variam muito em escala,

fato que indica a necessidade de alguma espécie de regulação hierárquica (os efeitos de pequena escala, sendo controlados ao nível metropolitano). A pesquisa de efeitos no campo da exteriorização é um problema de análise espacial pura. Ele requer que sejam hábeis em especificar ou generalizar a extensão e intensidade variável da superfície espacial. O problema da regulação é, então, parcialmente o de modificar as localizações das fontes desses custos externos, para obter uma superfície espacial desejada, ou local a atividade numa superfície existente, de tal modo que certos objetivos sociais (tais como eliminação de certos níveis de poluição do ar) sejam alcançados. Atualmente, possuímos apenas um breve começo de uma teoria para orientar as decisões políticas dessa espécie.

As variações nos valores culturais e, daí, as variações nas demandas e necessidades da poluição, complicam de maneira substancial as decisões políticas. Encontramos o mesmo dilema geral no caso do mercado de moradias — se uma agência central tomar uma decisão, deve, presumivelmente, possuir a informação a respeito das escalas de utilidades de cada indivíduo na população. Desde que o governo, obviamente, não possui essa informação, como deveria proceder? Uma resposta é arcar com a pressão do voto, mas vimos como isto levaria, provavelmente, à desigualdade. Tiebout sugere, em vez disso, uma estrutura de comunidade fragmentada na qual "o eleitor consumidor pode ser visto como escolhendo aquela comunidade que melhor satisfaz padrões de preferência de bens públicos...". Quanto maior o número de comunidades e quanto maior a variação entre elas, mais próximo estará o consumidor de alcançar plenamente sua posição de preferência".

Em alguns aspectos, essa é uma proposição atraente, desde que teoricamente ela maximiza a disposição de escolha do consumidor através de algum sistema de controle da comunidade, através do qual as comunidades de indivíduos com valores e funções de utilidade relativamente homogêneas expressam suas vontades de escolha coletiva. Outra vez, percebemos que há uma certa lógica na organização territorial da cidade, e não pode haver dúvida de que os consumidores oscilariam de uma comunidade para outra para satisfazer sua preferência por bens públicos. Há muitas razões específicas para duvidar da eficácia da proposição de Tiebout (por exemplo, as suposições de perfeita mobilidade e informação), mas há, também algumas questões muito gerais referentes à organização territorial em um sistema urbano, e talvez seja apropriado examinar esses argumentos mais de perto.

2 Organização regional e territorial em um sistema urbano

Há várias forças naturais que contribuem para a organização territorial de

um sistema urbano: grupos étnicos e de parentesco, comunidades com sistemas de valores abertos, indivíduos com idéias similares sobre a qualidade do ambiente urbano, são exemplos bons. Essas forças não permanecem estáticas. Os grupos étnicos e de parentesco estão desaparecendo (Webber, 1963), e, as noções tradicionais de "comunidade" e "vizinhança" estão sendo substituídas por algo bem diferente: um conceito de vizinhança, que está mais implícito do que explícito, a respeito de organização social (Keller, 1969). Há, também, boas razões lógicas para argumentar a favor da organização territorial. Uma organização "adequada" pode contribuir bastante para minimizar o conflito e maximizar a eficiência e coerência do grupo. Se podemos ou não chegar a tal organização do espaço, e de um modo ou de outro facilitar o alcance dos objetivos sociais, depende muito de que possamos descobrir o que significa "adequado".

A organização territorial tem muitas funções a desempenhar dentro do sistema urbano. O problema clássico da regionalização é descobrir uma hierarquia de regiões que desempenhe todas essas funções razoavelmente bem (veja-se, por exemplo, Boudeville, 1968). Algumas funções devem ser empreendidas ao nível metropolitano (por exemplo, o planejamento dos sistemas de transporte, as facilidades de estacionamento), enquanto que outras podem ser melhor realizadas ao nível local (por exemplo, áreas de lazer, parques infantis). O primeiro problema, por isso, é encontrar uma forma de organização capaz de lidar com o fato óbvio de que as facilidades diferentes têm que ser satisfeitas em escalas espaciais diferentes. O segundo problema é identificar uma forma de organização que seja flexível o suficiente para lidar com o crescimento (social e econômico), os efeitos espaciais dos gastos extras, os relacionamentos espaciais de mudança etc. Se a organização não é flexível ela atuará como restrição automática sobre o que Friedmann (1969) denomina processo geral de desenvolvimento polarizado (Darwent, 1969). Em outras palavras, qualquer organização territorial deve ser proposta de modo a ser reativa à dinâmica do sistema urbano. Este é, talvez, o problema mais difícil de resolver e limitarei minha atenção aos seus aspectos estáticos.

Considere-se, primeiramente, os benefícios políticos, sociais e econômicos obtidos de uma organização territorial baseada puramente em grupos locais de vizinhança. De acordo com a análise de Olson (1965), quanto menor o grupo, maior sua boa vontade, provavelmente, em prover-se voluntariamente de bens coletivos. Quanto menor o grupo, mais apto, provavelmente estará para alcançar algum objetivo coletivo. Isso tem implicações econômicas importantes porque indica a possibilidade de existir motivação mais alta nas condições da comunidade pequena do que nas das grandes; qualidade que Liebshtein (1967) chama "eficiência X" opondo-se às medidas econômicas

usuais de eficiência. Certamente, em época de eleição, as comunidades pequenas, usualmente, mostram uma porcentagem mais alta de êxito (as demais coisas permanecendo iguais) do que as grandes comunidades. Em parte, isso pode ser função do maior potencial de participação individual em comunidades pequenas — uma quantidade que Isard *et al* (1969, Cap. 3) procurou medir como "potencial de participação". Isso pode, também, ser o resultado do que Thompson (1965, 263) denomina "estilo e controle personalizado que advém da pequena escala". Tem sido, também, afirmado em meios mais doutrinários, que a única maneira de alcançar uma genuína democracia é através do controle da comunidade baseado em unidades locais de vizinhança; somente então, argumenta-se, será possível garantir que cada um tenha voz nas eleições, quando hipoteticamente aquela voz será usada para ajudar a controlar os mecanismos geradores de desigualdades de renda. Assim, Kotler (1969, 71) argumenta que "o pobre necessita de apoio do governo para ter liberdade de obter prosperidade". Antes de aceitar esse argumento (e é digno de nota que os argumentos de Davis e Whinston sobre zoneamento e os de Tiebout sobre provisão de serviços públicos apontam essa direção geral) devemos considerar algumas das desvantagens.

Não há dúvida de que alguns bens e serviços, podem ser suprimidos, e algumas operações efetivamente conduzidas ao nível local. Mas, e aqueles bens que devem ser supridos em escala muito mais ampla? Nesses casos, deverá considerar-se as exteriorizações significativas envolvidas. Tem sido demonstrado, em geral, por Olson (1965), Weisbrod (1965) e outros que há uma tendência dos serviços públicos de ficarem subprovidos, quando existem exteriorizações (embora Williams, 1866, discorde deste ponto de vista e sugira que o problema é o de uma provisão não ótima, mais do que o de subprovisão). Um modo de corrigir essa situação é negociar com as comunidades de vizinhança, mas os problemas de negociação de custos e obtenção de informações não centralizadas (incluindo aquelas que devem ser imputadas a uma dilatação na tomada de decisão) provavelmente tornam essa maneira de racionalizar a provisão desses serviços ineficiente. Uma solução alternativa é internalizar as exteriorizações, construindo um sistema territorial de nível mais alto, que estará mais apto a prover o serviço em questão. Devemos ser cuidadosos para não perdemos em "eficiência X" mais do que ganharmos em eficiência econômica. Não será possível internalizar as exteriorizações completamente, claro, e assim a determinação de uma organização regional ótima dependerá da redução das exteriorizações a um nível aceitável, mais do que eliminá-las inteiramente. Por essa razão, torna-se praticável pensar em um nível superior de organização que proverá serviços, tais como transporte, implantação do saneamento, amplas facilidades de recreio e similares. Há, também, o problema do financiamento a ser considerado. Um dos problemas

mais sérios das cidades americanas, em passado recente, tem sido a perda de base tributária em muitas áreas centrais (Netzer, 1968). O autofinanciamento do governo local é uma proposição desastrosa; isso resultará simplesmente nos pobres, racionalizando sua própria pobreza, enquanto os ricos se tornam mais senhores dos frutos de suas riquezas. As implicações redistributivas são claramente regressivas. Certamente, a situação territorial existente — da finança local e provisão de serviço público nas cidades americanas — deve ser considerada como uma das principais culpadas, ao provocar uma alocação desigual de benefícios marginais em diferentes partes do sistema urbano. Daqui, emerge um argumento muito poderoso sobre a ampliação do governo metropolitano. Esse argumento é, ainda, reforçado pela existência de muitos problemas de regulação, que somente podem ser explicados em bases urbanas ou regionais (por exemplo, controlar a forma espacial geral da cidade e os níveis de poluição).

Há argumentos poderosos para a descentralização e criação de sub-governos, mas há também argumentos poderosos para a ampliação do governo metropolitano. Sem dúvida, podemos deixar de lado os argumentos sobre unidades de tamanho intermediário, ou mesmo grandes governos de "amplitude da megalópole". Esses argumentos não são irreconciliáveis, desde que seja possível imaginar uma organização territorial hierarquizada por natureza, que permita a máxima participação local, enquanto ao mesmo tempo propicie um argumento incontestável para uma provisão ótima de serviços urbanos gerais. De fato, essa espécie de organização hierárquica já existe tanto na Inglaterra como nos Estados Unidos. O problema é determinar se a organização existente é apropriada ou se é de fato um estorvo — questão que o relatório Redcliffe-Maud deixou em aberto. Infelizmente, não há resposta fácil para essa espécie de questão, embora isso tenha implicações importantes para o controle dos mecanismos que governam a redistribuição da renda real. Com efeito, se pudermos fornecer uma resposta correta, teremos resolvido a questão geral que esse texto pretendeu colocar; é possível harmonizar as políticas que governam a forma espacial e os processos sociais de modo a assegurar a obtenção de, sobretudo, algum objetivo social?

Comentário conclusivo

Prever o futuro de um sistema urbano requer uma perfeita compreensão dos processos que geram mudança, e uma avaliação realista da direção para a qual o sistema social como um todo está sendo movido por aqueles processos. Tenho concentrado minha atenção sobre os mecanismos que governam a redistribuição da renda, e tenho sugerido que eles parecem estar levando-

nos em direção a um estado de maior desigualdade e maior injustiça. A menos que essa tendência atual possa ser modificada, sinto que, quase certamente, estaremos, também, sendo levados a um período de intenso conflito (que pode ser violento) dentro do sistema urbano. Nos Estados Unidos, é evidente que o conflito aberto está começando. Na Inglaterra, os mesmos processos estão atuando. Por isso, concluo que seria desastroso para o futuro do sistema social, projetar o desempenho das tendências existentes — esse foi o erro crucial do planejamento da década de 60. Como Hoover sugere (1968, 260), planejar, freqüentemente cria um ideal de *status quo*, que não é alcançado "se acreditamos que o *status* não deve ser contestado". Por isso, chego à idéia de que estamos nos movendo em estágios lentos para uma era de enorme afluência e felicidade eletrônica inaceitável, ainda que isso esteja em discordância com minha própria análise e a evidência de meus próprios olhos. Em parte, o problema é ecológico, porque podemos apenas estar, como sugere Mishan (1967), desenrolando o tapete de oportunidades diante de nós enquanto jogamos-lo rapidamente, para cima e para trás. Mas, em parte, é um problema de exercer um sábio controle sobre a organização social e espacial dentro do sistema urbano. Aqui nos deparamos com uma enorme tarefa. Não temos, realmente, o tipo necessário de compreensão do sistema urbano global para sermos capazes de tomar decisões políticas sábias, mesmo quando motivados pelos mais altos objetivos sociais. A elaboração bem sucedida de políticas adequadas, e a prevenção de suas implicações, vai depender de alguma investida interdisciplinar ampla sobre o processo social e os aspectos da forma espacial do sistema urbano.

A Justiça Social e os Sistemas Espaciais

O pensamento normativo tem importante papel a desempenhar na análise geográfica. Justiça social é um conceito normativo, e é surpreendente, por isso, descobrir que, considerações de justiça social, não têm sido incorporadas aos métodos geográficos de análise. Não é difícil encontrar a razão. Os instrumentos normativos, caracteristicamente usados pelos geógrafos para examinar problemas de localização, são oriundos da teoria clássica da localização. Tais teorias são geralmente ótimos de Pareto, dado que elas definem um padrão ótimo de localização, como aquele no qual nenhum indivíduo pode mover-se sem que as vantagens ganhas de tal mobilidade sejam contabilizadas por alguma perda para outro indivíduo. A teoria da localização por essa razão, tem implicado significativamente, no critério de eficácia, para sua especificação. A eficácia pode ser definida de várias maneiras, naturalmente, mas na teoria da localização ela importa, usualmente, em minimizar os custos de movimento agregados (sujeitos a restrições de demanda e procura) dentro de um sistema espacial particular. Modelos desse tipo não dão atenção às conseqüências das decisões de locação para a distribuição de renda. Os geógrafos têm, assim, acompanhado os economistas num estilo de pensamento, no qual as questões de distribuição são deixadas de lado (principalmente porque elas envolvem desagradáveis juízos éticos e políticos), enquanto os padrões de localização "ótimos" eficazes são determinados a partir de uma distribuição particular de renda hipotética. Essa abordagem, obviamente, omite alguma coisa. A reação originada do pensamento normativo, em direção às formulações comportamentais e empíricas, pode, em parte, ser atribuída à busca de uma abordagem mais satisfatória dos problemas de localização. Essa reação tem sido saudável, claro, mas, em parte, está mal dirigida. Não é o modelo normativo que está omissivo, mas o tipo de normas elaboradas em tais modelos. Por isso, neste capítulo, eu deixo divergir do modo usual de análise normativa e pensar na possibilidade de construir uma

teoria normativa de alocação espacial ou territorial, baseada em princípios de justiça social. Não proponho isso como uma estrutura alternativa para a da eficácia. A longo prazo, será mais benéfico se a eficácia e a distribuição forem vistas juntas. As razões para proceder assim são evidentes. Se, a curto prazo, nós simplesmente buscamos a eficácia e ignoramos o custo social, então aqueles indivíduos ou grupos que sofrem o impacto desse custo, provavelmente, serão uma fonte de ineficiência a longo prazo, seja através do declínio do que Liebenstein (1966) chama "eficiência X" (aquelas intangibilidades que motivam as pessoas a cooperar e participar no processo social de produção), seja através de formas de comportamento anti-social (tais como crime e consumo de drogas) que necessitarão a diversificação do investimento produtivo para sua correção. O mesmo comentário pode ser feito sobre o pensamento ingênuo que busca a justiça social. É contraproducente, a longo prazo, imaginar uma distribuição socialmente justa se o volume do produto a ser distribuído diminui consideravelmente através do uso ineficiente de recursos escassos. A muito longo prazo, por isso, a justiça social e a eficácia são quase a mesma coisa. Mas, já que as questões de justiça social têm sido negligenciadas (exceto na retórica política) — e há uma tendência persistente em deixá-las de lado nas análises a curto prazo — farei o contrário e deixarei de lado as questões de eficácia. Não deverá isso implicar, contudo, que a eficácia seja irrelevante ou não importante.

O conceito de justiça social não é do tipo inclusivo total no qual englobamos nossa visão de uma boa sociedade. Ele é, antes, bem limitado. A justiça deve ser pensada, essencialmente, como um princípio (ou série de princípios) para resolver direitos conflitivos. Esses conflitos podem surgir de várias maneiras. A justiça social é uma aplicação particular de princípios justos e conflitos que surgem da necessidade de cooperação social na busca do desenvolvimento individual. Através da divisão do trabalho é possível aumentar a produção: a questão que então surge é a de como os frutos dessa produção serão distribuídos entre aqueles que cooperam no processo. O princípio de justiça social, por isso, destina-se à divisão dos benefícios e à alocação de danos surgidos no processo do empreendimento conjunto do trabalho. O princípio relaciona-se também aos arranjos sociais e institucionais associados à atividade de produção e distribuição. Pode-se, assim, por extensão, considerar os conflitos do ponto de vista do poder e da autoridade que toma decisão, da distribuição de influência, da atribuição de *status* social, das instituições destinadas a regular e controlar a atividade etc. A característica essencial em todos esses casos, contudo, é que estamos buscando um princípio que nos auxilie a avaliar as distribuições surgidas, tais como se aplicam aos indivíduos, aos grupos, às organizações e territórios, assim como avaliar os mecanismos que são usados para proporcionar essa distribuição. Estamos pro-

curando, em resumo, uma especificação para uma distribuição justa que apenas se propõe.

Infelizmente, não há nenhum princípio de justiça social, aceito, geralmente, para o qual possamos apelar. Além disso, a noção de justiça social implica desde logo, o pensamento filosófico social da *Ética*, de Aristóteles. Suas duas formas mais importantes são derivadas do contrato social (inicialmente formulado por Hume e Rousseau) e do utilitarismo (inicialmente formulado por Bentham e Mill). Recentemente, ressurgiu o interesse por esses princípios, resultando em versões modernas, que parecem muito mais aceitáveis, por numerosas razões: os trabalhos de Rawls (1969; 1971), Rescher (1966) e Runciman (1966), são representativos a esse respeito. É claro que há outras vias, para essa reflexão. A discussão detalhada do conceito de igualdade, por escritores como Tawney (1931) e a agora volumosa literatura sobre a questão da distribuição mais conveniente de renda na sociedade trouxeram sua contribuição ao assunto. Não desejo, contudo, criticar essa literatura, aqui, e limitar-me-ei a um argumento possível a respeito da justiça social, e ao empenho em mostrar como pode ser formulado de maneira que seja geograficamente relevante e útil.

O princípio de justiça social que examinarei começa com o esquema básico de "uma distribuição justa que apenas se propõe". A principal tarefa deste capítulo é enriquecer esse esquema e formular-lhe a variante geográfica. Duas questões preliminares devem ser indagadas a respeito:

O que estamos distribuindo? É bastante fácil dizer que estamos distribuindo benefícios a serem obtidos da cooperação social, mas é muito difícil especificar o que são esses benefícios, particularmente quando eles se referem a preferências e valores individuais. Para os objetivos deste trabalho deixarei esta questão sem resposta, e apenas indagarei se o que estamos distribuindo é "renda". Isso sugere uma definição bastante geral de renda — tal como o "domínio sobre os recursos escassos da sociedade" de Titmuss (1962) ou mesmo uma mais geral, tal como a proposta por Miller e Roby (1970). Suporei, aqui, que podemos imaginar uma definição socialmente justa de renda — embora seja, certamente, uma clara injustiça imaginar a distribuição socialmente justa de alguma coisa definida de maneira injusta!

Entre quem ou que estamos distribuindo a renda? Há um consenso geral de que a última unidade com a qual deveríamos estar preocupados é a individualidade humana. Por conveniência, será muitas vezes necessário discutir a distribuição como ocorre entre grupos, organizações, territórios etc. Os geógrafos estão particularmente interessados na organização territorial ou regional da sociedade e será conveniente trabalhar nesse nível de agregação. Mas, conhecemos o bastante sobre as várias formas de falácia ecológica (veja-

se Alker, 1969) para saber que uma distribuição justa entre uma série de territórios definidos em uma escala, não significa, necessariamente, distribuição justa obtida em outra escala ou distribuição justa entre indivíduos. Este problema de escala, ou agregação, coloca algumas dificuldades metodológicas embaraçosas. Em princípio, devemos sustentar que a distribuição feita em qualquer escala, ou entre quaisquer agregados, deveria ser responsável pela distribuição, tal como ocorre ao nível individual da análise. Isso é difícil de fazer, mas, para os objetivos presentes suporei que a justiça alcançada, em um nível territorial de análise, implica em justiça alcançada ao nível individual, embora também suspeite não ser esse, necessariamente, o caso.

Uma distribuição justa

Tendo suposto antes duas situações mais do que importantes, deverei, agora, tentar uma análise do princípio da justiça social. Ela pode ser dividida em duas partes, e aqui fornecerei uma explicação do que se pretende por "distribuição justa". Para fazer isso, devo primeiro estabelecer um parâmetro para essa distribuição. Isto, naturalmente, é um problema ético, que não pode ser resolvido sem a tomada de decisões morais importantes. Essas decisões referem-se, essencialmente, ao que é que justifica que os indivíduos façam reivindicações a respeito do produto da sociedade em que vivem, trabalham, e existem. Muitos critérios têm sido sugeridos (veja-se Rawls, 1969; 1971; Rescher, 1966).

1 *Desigualdade intrínseca* — todos os indivíduos têm iguais direitos aos benefícios, independentemente de sua contribuição.

2 *Valorização de serviços em termos de oferta e demanda* — os indivíduos que dominam recursos escassos e necessários têm mais direito do que outros. É, talvez, importante diferenciar aqui entre situações nas quais a escassez surge naturalmente (capacidade cerebral e muscular inerente), e situações nas quais é artificialmente criada (através da herança de recursos ou através de restrições socialmente organizadas no ingresso a certas ocupações).

3 *Necessidade* — os indivíduos têm direitos a níveis iguais de benefício, o que significa que há desigual alocação relativa à necessidade.

4 *Direitos herdados* — os indivíduos têm reivindicações relativas à propriedade, ou outros direitos, que passaram a eles de gerações precedentes.

5 *Mérito* — as reivindicações podem basear-se no grau de dificuldade em sobressair na contribuição à produção (aqueles que desempenham tarefas perigosas ou desagradáveis — tais como mineração — e aqueles que empre-

endem longos períodos de treinamento — tais como cirurgiões — têm reivindicações maiores do que outros).

6 *Contribuição ao bem comum* — aqueles indivíduos cujas atividades beneficiam a maior parte das pessoas têm reivindicação mais alta do que aqueles cujas atividades beneficiam poucas pessoas.

7 *Contribuição produtiva atual* — os indivíduos que produzem mais resultados — medidos de algum modo adequado — têm reivindicação maior do que aqueles que produzem menos resultados.

8 *Esforços e sacrifícios* — os indivíduos que fazem grande esforço, ou desenvolvem grande sacrifício, em relação à sua capacidade inata, deveriam ser mais recompensados do que aqueles que fazem pequeno esforço e desenvolvem poucos sacrifícios.

Esses oito critérios não são, mutuamente, exclusivos, e, obviamente, requerem análise e interpretação muito mais detalhada. Acompanharei Runciman (1966) e sugiro que a essência da justiça social pode ser englobada numa simples ordenação de três desses critérios, de modo que *necessidade* seja o mais importante, *contribuição ao bem comum* seja o segundo e *mérito* o terceiro. Não indagarei da correção dessa decisão. Ela, necessariamente, repousa, contudo, num apelo a certos argumentos controversos e éticos. Mas, como tornar-se-á aparente no que se segue, as consequências afloradas no exame detalhado desses três critérios são suficientemente compreensivas para que se infira muitas das consequências que poderiam legitimamente levantar-se a partir dos outros itens. Esses três critérios poderiam ser examinados em detalhe numa variedade de contextos. Escolho, aqui, introduzir o aspecto geográfico no argumento, e examinar como eles deveriam ser formulados no contexto de uma série de territórios ou regiões. Para fins de exposição, considerarei principalmente o problema como sendo o de uma autoridade central alocando recursos escassos sobre um conjunto de territórios, de tal modo que a justiça social seja maximizada. Como já propuz, suporei que a justiça distributiva territorial implica automaticamente na justiça individual.

Justiça distributiva territorial

O primeiro passo na formulação de um princípio de justiça distributiva territorial está em determinar o que cada um dos três critérios — necessidade, contribuição ao bem comum e mérito — significa no contexto de um conjunto de territórios ou regiões. Podem ser então imaginados procedimentos para avaliar e medir a distribuição de acordo com cada critério. A combinação das três medidas (ponderadas, presumivelmente, de algum modo) provê um mo-

delo hipotético para a alocação de recursos para as regiões. Esse modelo pode então ser usado, como acontece na maioria das análises normativas, para avaliar distribuições existentes ou para imaginar políticas que impulsionarão alocações existentes. Uma medida de justiça territorial pode ser imaginada correlacionando a alocação atual de recursos com as alocações hipotéticas. Tal procedimento permite a identificação daqueles territórios que se afastam mais das normas sugeridas por padrões de justiça social; mas, isso não é, naturalmente, fácil. Bledwyn Davies (1968), que primeiro cunhou o termo "justiça territorial", publicou um trabalho pioneiro sobre o assunto, que indica alguns dos problemas envolvidos.

1 Necessidade

Necessidade é conceito relativo. As necessidades não são constantes porque elas são categorias da consciência humana e desde que a sociedade se transforma, a consciência da necessidade transforma-se também. O problema é definir exatamente em que a necessidade é relativa, e entender como as necessidades surgem. As necessidades podem ser definidas a respeito de um número de diferentes categorias de atividade — permanecendo estas completamente constantes no tempo; podemos enumerar nove delas:

- 1 alimento
- 2 habitação
- 3 cuidados médicos
- 4 educação
- 5 serviço social e ambiental
- 6 bens de consumo
- 7 oportunidades de lazer
- 8 amenidades de vizinhança
- 9 facilidades de transporte

Dentro de cada uma dessas categorias podemos começar definindo aquelas quantidades e qualidades mínimas que equacionaríamos às necessidades. Esse mínimo variará de acordo com as normas sociais em dado momento. Haverá, também, uma variedade de maneiras de satisfazer tais necessidades. A necessidade de habitação pode ser resolvida de numerosas maneiras, mas atualmente ela não incluiria, presumivelmente, viver em barracos, choupanas, tendas, casas improvisadas e similares. Isso acarreta muitas consequências que posso melhor examinar no contexto de uma categoria particular: serviços médicos.

Ninguém, presumivelmente, negaria que cuidados médicos são uma forma legítima de necessidade. Mesmo que a necessidade não fosse facilmente definida e medida. Se queremos obter uma medida normativa de justiça so-

cial temos primeiro que definir e medir a necessidade de um modo socialmente justo. Por exemplo, a categoria "serviços de saúde" compreende uma variedade de subcategorias, algumas das quais, tais como cosmético cirúrgico e massagens nas costas, podem razoavelmente ser tidas (ao menos em nossa atual sociedade) como não essenciais. Uma decisão inicial tem que ser tomada, por isso, sobre quais subcategorias deveriam ser tidas como "necessidades", e quais não. Decisões têm, então, que ser tomadas sobre o que são padrões razoáveis de necessidade, dentro de cada subcategoria. Consideremos alguns dos métodos de fazer isto.

(I) A necessidade pode ser determinada por meio da *demande de mercado*. Onde quer que as facilidades estejam operando bastante próximas da capacidade, podemos aceitar que há uma necessidade não satisfeita na população, e deste ou daquele modo justificar a alocação de mais recursos para expandir os serviços médicos. Esse procedimento somente é aceitável se podemos supor, razoavelmente, que nada está inibindo a demanda (como falta de dinheiro ou falta de acesso às facilidades). Aceitar a demanda de mercado como medida socialmente justa da necessidade requer que as outras condições prevalentes na sociedade (que afetam ao mesmo tempo a demanda e a oferta) sejam elas próprias socialmente justas. Isso não é, usualmente, o que ocorre, e esse método de determinar necessidades é por isso, provavelmente, socialmente injusto.

(II) A *demande latente* pode ser verificada através da investigação sobre a privação relativa, como ocorre entre os indivíduos num conjunto de regiões. Os indivíduos estariam relativamente privados se (1) eles não recebem um serviço; (2) eles vêem outras pessoas (incluindo eles próprios num momento prévio ou esperado) recebendo-o; (3) eles querem-no, e (4) eles olham-no como possível de ser recebido (Runciman, 1966, 10). O conceito de privação relativa (basicamente similar a perceber ou sentir necessidade) tem sido associado na literatura ao conceito de grupo de referência (um grupo contra o qual um indivíduo mede suas próprias expectativas). O grupo de referência pode ser socialmente determinado, isto é, todos os negros ou todos os "trabalhadores de colarinho azul" — ou espacialmente determinado — isto é, todo o mundo numa vizinhança ou mesmo numa ampla região. A diferença nas expectativas do grupo, por cuidado de saúde e serviços atuais recebidos, prevê uma medida da privação relativa. Essa medida pode ser obtida, quer por dados diretos de sondagem; ou, se não sabemos sobre os grupos de referência, podemos calcular, talvez, a privação relativa, observando a variância em provisão dentro de grupos diferentes. As vantagens da última abordagem são que ela incorpora um elemento comportamental, de modo que as diferenças legítimas nas preferências do grupo podem ser expressas, enquanto também provêem uma medida de insatisfação, e, por isso, um indicador provável de

pressão política. Sua desvantagem é que se supõe que necessidades "reais" são refletidas por necessidades sentidas. Não é este, freqüentemente, o caso. Grupos muito pobremente servidos têm padrões baixos de necessidade sentida. Também, as espcies de iniquidades sociais estão, provavelmente, incorporadas na medida da necessidade se, como é usualmente o caso nas sociedades segregadas, ou diferenciadas em classes, a estrutura do grupo de referência é ela própria uma resposta a condições de injustiça social.

(III) A *demanda potencial* pode ser avaliada por uma análise dos fatores que geram espécies particulares de problemas de saúde. Os montantes e características de população terão um impacto importante nas necessidades territoriais. Os problemas de saúde podem ser relacionados à idade, ciclo de vida, volume de migração etc. Em acréscimo, há problemas especiais que podem relacionar-se a características ocupacionais (tais como mineração), a circunstâncias sociológicas e culturais, assim como a níveis de renda. Problemas de saúde podem, também, ser relacionados a condições locais de ambiente (densidade de população, ecologia local, qualidade de ar e da água etc).

Se conhecêssemos bastante todos esses relacionamentos estaríamos aptos a prever o volume e incidência de problemas de cuidados de saúde ao longo de uma série de territórios. Isso requer, contudo, um conhecimento muito mais sofisticado das relações do que possuímos correntemente; mesmo, então, várias tentativas têm que ser feitas ao empregar esse método. Seu atrativo, naturalmente, é que ele prevê um recurso razoavelmente objetivo para medir a demanda potencial por cuidados de saúde. Infelizmente, somos ainda canhestros para lidar com o problema de converter essa demanda em medida de necessidade, a qual, nesse caso, requer que determinemos formas e níveis de resposta apropriados para essas demandas potenciais estatisticamente determinadas. A resposta, usualmente, implica em propor padrões, o que usualmente é feito com uma dada quantidade de recursos em mente.

(IV) Poderíamos, também, pretender determinar as necessidades através da consulta a especialistas no assunto. Os especialistas tendem a determinar a necessidade levando em conta os recursos avaliáveis. Mas, aqueles que têm vivido e trabalhado em comunidade por um longo período de tempo podem, muitas vezes, apoiar sua experiência em sugerir contribuições subjetivas, que não são jamais bons indicadores de necessidade. O consenso de opiniões fornecidas por especialistas judiciosamente selecionados no campo da saúde (planejadores de saúde, administradores de hospitais, médicos, grupos de comunidade, assistentes sociais, grupos de direitos de bem-estar, etc.) pode prover uma determinação socialmente justa de necessidades. O método repousa nos julgamentos subjetivos de um conjunto seletivo de indivíduos, mas tem o mérito considerável de apoiar-se diretamente na experiência daqueles

que têm estado mais preocupados com o problema dos cuidados de saúde. A desvantagem naturalmente, repousa na possibilidade de que os especialistas sejam selecionados na base de critérios socialmente injustos; por exemplo, colocar a determinação de necessidade nas mãos de um comitê da Associação Médica Americana seria, no momento, desastroso do ponto de vista da justiça social.

Devemos selecionar entre os vários métodos existentes para determinar a necessidade, de modo a maximizar o resultado justiça social. Nas circunstâncias atuais eu descartaria (I) inteiramente no campo da saúde, e aceitaria somente (II), se eu sentisse que variações legítimas em preferência estivessem sendo expressas, mais do que variações em uma necessidade sentida, surgindo de uma situação socialmente injusta, não considerando a ignorância ou a falsa consciência. Tanto (III) como (IV) provêem métodos possíveis para determinar necessidade.

Se a necessidade é um critério primário de fixar a justiça social de uma distribuição de recursos ao longo de uma série de territórios, então somos primeiro obrigados a estabelecer uma definição de necessidade socialmente justa e um sistema de medida para ela. Os vários métodos (e suas dificuldades inerentes), detalhados no caso de cuidados médicos, podem ser aplicados a cada uma das categorias — educação, lazer, habitação, bens de consumo etc. Não é fácil decidir sobre uma definição socialmente justa de necessidade em cada categoria. O método apropriado pode, também, variar de categoria para categoria; pode ser melhor determinar necessidades de consumo através da análise convencional de oferta e demanda; necessidades de lazer através de privação relativa; necessidades de habitação através da análise estatística, e cuidados médicos através do consenso de opinião de especialistas. Estas, entretanto, são questões abertas. Definir a justiça social em termos de necessidades impõe-nos a questão global, desconfortável, do que significa necessidade e como poderia ser medida. É imperativo que tomemos decisões socialmente justas a esse respeito. De outro modo nossa busca de um princípio de justiça social para avaliar distribuições geográficas será inútil.

2. Contribuição ao bem comum

O conceito de contribuição ao bem comum pode ser transposto para conceitos geográficos existentes com relativa facilidade. Estamos, aqui, preocupados em como uma alocação de recursos para um território afeta as condições de outro. Existe uma tecnologia para desenvolver algumas destas questões no trabalho de análise do multiplicador inter-regional, pólos de crescimento e exteriorizações. Os efeitos de expansão podem ser bons ou maus — a poluição sendo um exemplo dos últimos. A noção de contribuição ao bem

comum (ou "mau" comum, no caso da poluição) sugere que nossa tecnologia existente deveria ser usada para aumentar nosso conhecimento das transferências de renda inter-regionais, ligações inter-regionais, efeitos de expansão espacial etc., em tal medida que tivessem consequências atuais ou potenciais para a distribuição de renda na sociedade. Esta não é tarefa fácil, como é demonstrado pelos problemas que têm prejudicado o intuito de avaliar os benefícios da renovação urbana (Rothenberg, 1967). Há, pelo menos, dois aspectos diferentes desse problema. Podemos procurar aperfeiçoar as alocações existentes dado o padrão existente de multiplicadores inter-regionais ou podemos considerar uma abordagem mais radical e buscar reestruturar o padrão de multiplicadores inter-regionais pela reorganização do próprio sistema espacial. Se tomamos a última abordagem buscamos uma forma de organização espacial que proporcionará maior contribuição para satisfazer necessidades, através do multiplicador e efeitos de expansão gerados por um padrão particular de investimento regional. O bem comum pode ter um segundo componente para isso, o de incrementar o produto agregado total. Nesse caso, a contribuição ao bem comum justifica a eficiência usual e o critério de crescimento com exteriorizações e efeitos colaterais incorporados na análise. Na busca de justiça social este sentido de contribuir para o bem comum deveria manter-se subsidiário para a consideração das consequências distributivas.

3 Mérito

Traduzirei o conceito de "mérito" em um conceito geográfico, como se relacionando com o grau de dificuldade ambiental. Tais dificuldades podem surgir de circunstâncias no meio físico. Certos acidentes, tais como secas, enchentes, terremotos etc., colocam dificuldades adicionais para a atividade humana. Se há necessidade de uma facilidade (por exemplo um porto numa área sujeita a danos de furacão) então recursos extras deveriam ser alocados para contrabalançar este acidente. Em termos da ordenação simples que eu impus ao critério de justiça social isso significa que se uma facilidade é procurada, se ela contribui ao bem comum de algum modo, então e somente então justificar-se-ia uma alocação extra de recursos para sua satisfação. Se as pessoas vivem em planícies inundáveis e se elas não contribuem em nada para o bem comum morando nelas, então, de acordo com o princípio de justiça social, elas não devem ser compensadas por danos ocasionados por nelas viverem. Se, contudo, os indivíduos são forçados pelas circunstâncias (tais como a ausência de alternativa de escolha) a viver nessas planícies, então o critério primário da necessidade pode ser usado para justificar compensação. As mesmas observações se aplicam aos problemas que surgem no meio social. Acidentes por crimes contra a propriedade, danos de incêndio, rebelião

e similares variam de acordo com circunstâncias sociais. Os indivíduos necessitam de segurança adequada se desejam estar aptos a contribuir plenamente para o bem comum, e se desejam estar aptos para alocar sua capacidade produtiva para satisfazer as necessidades. Com um princípio de justiça social pode-se, por isso, argumentar que a sociedade deveria subscrever amplamente os mais altos custos de seguro nas áreas de alto risco social. Para fazer assim deveria ser socialmente justa. O mesmo argumento pode ser aplicado em relação à alocação de recursos extras para atingir grupos que são particularmente difíceis de servir — como Davies mostra (1968, 18) "pode ser desejável sobreprover grupos necessitados, com serviços, desde que não tenham tido acesso a eles no passado e não formaram o hábito de consumi-los". Esse assunto surge, particularmente, a respeito da educação e facilidade em cuidados de saúde dirigidos a grupos muito pobres, imigrantes recentes e similares. O mérito pode, por isso, ser traduzido num contexto geográfico como uma alocação de recursos extras para compensar o grau de dificuldade social e natural do meio.

Os princípios de justiça social, tais como se aplicam a situações geográficas, podem ser sumarizados como se segue:

1. A organização espacial e o padrão de investimento regional deveriam ser tais que satisfizessem as necessidades da população. Isto requer que primeiro estabeleçamos métodos socialmente justos para determinar e medir necessidades. A diferença entre necessidades e alocações atuais provê-nos de uma avaliação inicial do grau de injustiça territorial num sistema existente.

2. Uma organização espacial e um padrão de alocação de recurso territorial que provê benefícios extras na forma de satisfação de necessidades (primariamente) e resultado agregado (secundariamente) em outros territórios, através de efeitos de sobreferência, efeitos multiplicadores e similares, é uma forma "melhor" de organização espacial e alocação.

3. Desvios no padrão de investimento territorial podem ser tolerados se estão destinados a superar dificuldades específicas do meio, que poderiam de outro modo prejudicar a evolução de um sistema que encontraria necessidade de contribuir para o bem comum.

Esses princípios podem ser usados para avaliar distribuições espaciais existentes. Eles fornecem os princípios de uma teoria normativa da organização espacial baseada na justiça distributiva territorial. Haverá enormes dificuldades em sua elaboração em detalhe e mesmo as maiores dificuldades em transpô-lo para situações concretas. Temos alguma tecnologia em mãos para isso. É necessário prosseguir em direção ao conhecimento das distribuições justas nos sistemas espaciais.

Há os que reivindicam que uma condição necessária e suficiente para conseguir uma distribuição justa de renda consiste em imaginar meios socialmente justos para chegar àquela distribuição. Bastante curiosamente este ponto de vista prevalece no extremo de ambos os espectros políticos. Buchanan e Tullock (1965) — liberais conservadores em concepção — sugerem que em uma democracia constitucional, adequadamente organizada, o modo mais eficiente de organizar a redistribuição é não fazer nada a respeito. Marx (*A Critique of the Gotha Programme*, 11) ataca esses "socialistas vulgares" que pensam que as questões de distribuição poderiam ser consideradas e resolvidas independentemente dos mecanismos dominantes que governam a produção e a distribuição. Marx e os democratas constitucionais têm uma asserção básica em comum — a de que se mecanismos socialmente justos podem ser imaginados, então a questão de conseguir justiça social na distribuição será uma consequência posterior. Na literatura sobre justiça social (e na área da determinação da prática política) há uma variada ênfase em "meios" ou "fins", com a opinião liberal e mesmo socialista acreditando, aparentemente, que a justiça social quanto aos últimos pode ser alcançada sem necessariamente meter-se com os primeiros. Mas, a maioria dos autores indica que é temerário conseguir esperar fins socialmente justos por meios socialmente injustos. É instrutivo acompanhar o argumento de Rawls (1969) a respeito: "a estrutura básica do sistema social afeta as perspectivas de vida de indivíduos específicos em relação aos seus lugares iniciais na sociedade (...). O problema fundamental da justiça distributiva refere-se às diferenças de perspectivas de vida que se definem deste modo. Nós (...) sustentamos que essas diferenças são justas se e somente se as maiores expectativas do mais adiantado, quando desempenhando uma parte no trabalho do sistema social, aumentam as expectativas do menos adiantado. A estrutura básica é justa para todos quando as vantagens dos mais afortunados promovem o bem-estar dos menos afortunados (...). A estrutura básica é perfeitamente justa quando as perspectivas do menos afortunado são tão grandes quanto elas possam vir a ser." (grifo do autor)

O problema então é encontrar uma organização social, econômica e política na qual esta condição seja obtida e mantida. Os marxistas reivindicariam, com justificativa considerável, que a única esperança de chegar ao objetivo de Rawls seria assegurar que os menos afortunados tenham sempre a palavra final. Da posição inicial de Rawls não é difícil, por um argumento claro, simples e lógico, chegar a uma solução do tipo "ditadura do proletariado". Rawls tenta construir um atalho em direção a uma solução diferente: "Se a lei e o governo agem, efetivamente, para manter os mercados competitivos,

os recursos plenamente utilizados, a propriedade e a riqueza amplamente distribuídas ao longo do tempo, e para manter o mínimo social apropriado, então, se há igualdade de oportunidade subscrita pela educação para todos, a distribuição resultante será justa".

Para conseguir isso, Rawls propõe uma quádrupla divisão no governo, na qual uma agência de alocação age para manter o mercado atuando competitivamente, enquanto age corretivamente nas falhas do mercado quando necessário; uma agência de estabilização mantém o pleno emprego e evita a ruína no uso dos recursos; uma agência de transferência provê para que o que o indivíduo necessita seja encontrado; e uma agência de distribuição providencia a provisão de bens públicos e evita (por taxação apropriada) qualquer concentração indevida de poder e de riqueza ao longo do tempo. Da posição inicial de Rawls é possível chegar, por isso, tanto a Marx como a Milton Friedman, mas, de nenhum modo, às soluções liberais ou socialistas. Que isto é uma conclusão sensata é atestado pelo fato de que os programas socialistas de pós-guerra na Inglaterra parecem ter tido pouco ou nenhum impacto na distribuição da renda real na sociedade, enquanto os programas liberais anti-pobreza nos Estados Unidos têm sido evidentes na sua falta de sucesso. A razão deveria ser óbvia: programas que buscam alterar a estrutura capitalista de mercado, dentro da qual a renda e a riqueza são geradas, estão destinados ao fracasso.

A maior parte da evidência que temos sobre grupos de decisão, barganha, controle do governo central, democracia, burocracia e similares, indica, também que *qualquer* organização social, econômica e política que obtém qualquer permanência é suscetível de cooptação e subversão por grupos específicos de interesse. Numa democracia constitucional isso usualmente é desempenhado por pequenos grupos bem organizados de interesse que acumularam os recursos necessários para influenciar os tomadores de decisão. A ditadura do proletariado, como solução, está também sujeita à subversão da burocracia, como toda a experiência russa prontamente demonstrou. Uma preocupação com esse problema conduziu bons democratas constitucionais, como Jefferson, a encerrar favoravelmente uma revolução periódica para manter o corpo político sadio. Um dos efeitos práticos da sequência de revoluções na China desde 1949 (e alguns têm atribuído isso ao designio consciente de Mao) tem sido evitar o que Max Weber (1947) chamou, há bastante tempo, a "rotinização do carisma". A questão da forma de organização social, econômica e política apropriada e sua manutenção com o objetivo de alcançar justiça social está além do escopo deste ensaio. Além disso, o modo pelo qual isso se resolve efetivamente determina, tanto o modo, como a probabilidade de obter justiça territorial. Por isso, limitar-me-ei a observar como as considerações dos meios de obter distribuição ganha forma específica no contexto territorial.

O problema geográfico consiste em esboçar uma forma de organização espacial que maximize as perspectivas da região menos afortunada. Uma condição inicial necessária, por exemplo, é que tenhamos um modo socialmente justo de determinar as fronteiras dos territórios e um modo justo de alocar recursos entre eles. O primeiro problema refere-se ao tradicional campo da "regionalização" em geografia, mas neste caso com o critério da justiça social colocado em evidência. A experiência de partilha territorial somente indica, muito bem, que os agregados territoriais podem ser determinados de modo socialmente injusto. As fronteiras podem ser colocadas de tal modo que os grupos menos favorecidos estão tão dispersos em relação aos grupos mais favorecidos, em uma série de agregados territoriais, que, qualquer que seja a fórmula imaginada para a alocação de recursos, os últimos sempre que se beneficiam mais do que os primeiros. Deveria ser possível imaginar fronteiras territoriais para favorecer os grupos menos avançados — quando a justiça social na alocação se torna o critério normativo para a regionalização. Na alocação atual de recursos podemos tomar o objetivo de Rawls como significando que as perspectivas para o território menos favorecido deveriam ser tão grandes quanto pudessem. Como determinar quando essa condição existe é em si mesmo um problema intrigante, mas as perspectivas para seu alcance são, presumivelmente, contingentes em relação ao modo pelo qual a autoridade central decide sobre a disposição territorial dos recursos sob seu controle. Desde que áreas pobres são muitas vezes politicamente fracas, somos forçados a confiar no senso de justiça social que prevalece em todos os territórios (e isso faz supor que somente um auto-interesse frágil se opõe àquela esperança), na existência de um ditador benevolente, ou numa burocracia benevolente no centro (esta última parece ocorrer na Escandinávia), ou no mecanismo constitucional segundo o qual os territórios menos favorecidos têm o poder de veto sobre todas as decisões. Exatamente que arranjos são feitos para a arbitragem entre as demandas dos territórios políticos (demandas que não necessariamente refletem necessidade) e para a negociação entre uma autoridade central e seus territórios constituintes, é obviamente crucial para a questão de obter justiça territorial. É duvidoso, por exemplo, se uma grande centralização de poderes de decisão (que tem o potencial de fazer desaparecer as diferenças entre os territórios) deveria prevalecer sobre uma grande descentralização (que tem o mérito de ser adequada para evitar a exploração de territórios desfavorecidos, por territórios ricos). A resposta a isso provavelmente depende das condições iniciais. Quando elas se caracterizam pela exploração (como parecem ser nos Estados Unidos), uma descentralização tática pode ser proposta como passo inicial; quando a exploração não é tão importante (como na Escandinávia), a centralização pode ser mais apropriada. A defesa do controle metropolitano ou do governo na periferia deveria

ser vista sob este aspecto.

Espécies similares de problema surgem se examinamos o impacto de decisões altamente descentralizadas sobre o investimento de capital característico de uma economia capitalista operando livremente. Deixando de lado os problemas inerentes da tendência do moderno capital de condensar-se em formas monopolísticas de controle, é útil examinar como um sistema capitalista individualista opera tipicamente com relação à justiça territorial. Sob tal sistema é aceito como racional e bom para o capital fluir para onde a proporção de retorno é a mais alta. Alguns autores (Borts e Stein, 1964) argumentam que esse processo continuará até que as proporções de retorno sejam igualadas em todos os territórios, enquanto outros (Myrdal, 1957) sugerem que a causação circular e cumulativa orientará para crescentes desequilíbrios. Quaisquer que sejam as implicações desse processo a longo prazo para o crescimento, o capital fluirá livremente, de modo que terá pouca relação com a necessidade ou com a condição do território menos favorecido. O resultado será a criação de bolsões localizados de necessidade altamente insatisfeita, tais como aqueles agora encontrados nos Apalaches ou em muitas áreas urbanas centrais. A maioria das sociedades tem alguma responsabilidade em afastar a corrente natural do fluxo do capital para lidar com esses problemas. Assim fazer, sem alterar basicamente a *totalidade* do processo de circulação do capital, parece contudo impossível. Considere-se, como exemplo, os problemas que surgem da situação de moradia nas áreas urbanas centrais das cidades da Inglaterra e americanas. Não é de nenhum modo lucrativo para o capital privado dirigir-se para o mercado de renda de habitação da área central. Em Londres, em 1965, um retorno de 9% ou mais teria sido necessário para incorporar o investimento privado, e as condições eram tais que não havia esperança de obter tal retorno por meios racionais ou legais (Relatório Milner-Holland, 1965). Em Baltimore, em 1969, uma taxa de 12 ou 15% seria necessária, mas as taxas atuais estariam, provavelmente, próximas de 6 a 9% (Grigsby *et al.*, 1971). É bastante surpreendente que o mercado privado de renda de habitação da área central entre em colapso na maioria das cidades; o capital retirou-se; edifícios se depreciaram, e o capital foi transferido para outros setores ou para fora do mercado de construções privadas, mercado esse muito mais lucrativo no anel suburbano. Assim, surge o paradoxo do capital afastando-se de áreas de grande necessidade para prover as demandas das comunidades suburbanas relativamente afluentes. No capitalismo, esse é um comportamento bom e racional — é o que o mercado requer para a alocação "ótima" de recursos.

É possível reverter esse fluxo, utilizando meios capitalistas? O governo pode (e muitas vezes o faz) intervir para reparar a diferença entre o que é agora obtido na área central e o que poderia ser obtido em qualquer outra

parte. Ele pode fazer isso de diversos modos (rendas suplementares para rentistas, taxas negativas de renda, concessões diretas, para instituições financeiras etc.). Mas quaisquer que sejam os meios escolhidos, o efeito é persuadir as instituições financeiras a voltarem-se para o mercado de renda no interior da área central onde o governo poderia de outro modo ter que assumir a responsabilidade pela provisão de bens (através de moradias públicas). A primeira solução, inicialmente, parece atrativa, mas ela tem algumas falhas. Se persuadimos as instituições financeiras, um efeito será criar uma escassez relativamente grande de fundos de capital para (por exemplo) desenvolvimento suburbano. Os subúrbios mais favorecidos ajustarão para cima a taxa de retorno que oferecem para trazer de volta o capital. O efeito líquido desse processo será uma alta nas taxas sobressalentes de retorno, o que é obviamente vantajoso para as instituições financeiras — a maioria das quais pertencem, são operadas e negociadas por pessoas que vivem nos subúrbios. Assim, parece haver uma tendência interna para o sistema de mercado capitalista de impedir qualquer tentativa de afastar o fluxo de fundos para fora da maioria dos territórios lucrativos. Mais especificamente, é impossível induzir a ação em um setor ou território sem restringi-la ao mesmo tempo em outros setores e territórios. Nenhum enérgico controle governamental pode realizá-lo efetivamente.

O que isso sugere é que "os meios capitalistas servem, invariavelmente, aos fins do próprio capitalismo" (Huberman e Sweezy, 1969), e que esses fins capitalistas não são compatíveis com os objetivos de justiça social. Um argumento pode ser formulado em reforço desta crítica. O sistema de mercado funciona na base de valores de troca, e valores de troca podem existir somente se há escassez relativa de bens e serviços trocados. O conceito de escassez não é simples de compreender, embora estejamos constantemente fazendo referência a ele quando falamos da alocação de recursos escassos. É questionável, por exemplo, se há algo como uma escassez que surge naturalmente. Pearson argumenta assim: "o conceito de escassez será frutífero somente se o fato natural da existência de meios limitados leva a uma sequência de escolhas relativas ao uso desses meios, e essa situação é possível somente se há alternativa para os usos de meios e há, preferencialmente, fins gradativos. Mas, essas condições últimas são socialmente determinadas; elas não dependem, simplesmente, dos fatos da natureza. Postular a escassez como condição absoluta da qual todas as instituições econômicas decorrem é, por isso, empregar uma abstração que serve somente para obscurecer a questão de como a atividade econômica está 'organizada'" (1957, 320.).

O conceito de escassez, como o conceito de recurso, somente ganha significado num contexto social e cultural particular. É errôneo pensar que os mercados simplesmente surgem para lidar com a escassez. Em economias sofisticadas a escassez é socialmente organizada de modo a permitir o funcio-

namento do mercado. Dizemos que os empregos são escassos quando há muito trabalho para fazer; que o espaço é restrito quando a terra permanece vazia; que o alimento é escasso quando os agricultores estão sendo pagos para não produzir. A escassez deve ser produzida e controlada na sociedade porque sem ela os preços fixados no mercado não funcionariam. Isso ocorre através do controle estrito sobre o acesso aos meios de produção e do controle sobre o fluxo de recursos no processo produtivo. A distribuição do resultado tem do mesmo modo que ser controlada para que a escassez seja mantida. Isso é obtido por arranjos apropriados que evitam a eliminação da escassez e preservam a integridade dos valores de troca no mercado. Se é essencial para o funcionamento do sistema de mercado, então segue-se que a privação, a apropriação e a exploração são também sócios necessários do sistema de mercado. Num sistema espacial isso implica (a falácia ecológica permitindo) que haverá uma série de movimentos apropriativos entre territórios que levam alguns territórios a explorar, e outros a serem explorados. Esse fenômeno manifesta-se mais claramente nos sistemas urbanos, desde que o urbanismo, como qualquer historiador do fenômeno nos dirá, baseia-se na apropriação do produto excedente (veja o Capítulo VI).

Certos benefícios escapam da operação do mecanismo de mercado. O sistema de preço pode coordenar com sucesso grande número de decisões descentralizadas e pode consequentemente, integrar ampla ordem de atividades em um sistema social e espacial coerente. A competição para o acesso a recursos escassos, na qual o sistema capitalista de mercado se apóia, também encoraja e facilita a inovação tecnológica. O sistema de mercado, por isso, ajuda a aumentar, imensamente, o produto total útil para a sociedade. É também hábil em promover crescimento sobressalente, e isso levou alguns a argumentar que, desde que o mecanismo de mercado promove com êxito o crescimento, segue-se naturalmente que as perspectivas para o território menos favorecido são naturalmente e tão grandes quantos elas, possivelmente, podem ser. A apropriação, obviamente, surge, mas esta apropriação, argumenta-se, não deveria ser caracterizada como exploração porque o produto apropriado é colocado em bom uso e é a fonte de benefícios que revertem para os territórios dos quais ela foi inicialmente extorquida. Movimentos apropriativos que ocorrem no sistema de preços são por isso justificáveis por causa dos benefícios que geram a longo prazo. Esse argumento não pode ser rejeitado como absurdo. Mas, aceitar que a apropriação é justificável sob certas condições não é aceitar que a apropriação obtida sob o mecanismo de mercado é socialmente justa. Em qualquer economia, a apropriação e a criação de um produto social excedente é necessária, mas o padrão alcançado na economia de mercado não é a, muitos respeito, algo necessário, a menos que a lógica interna da economia de mercado seja olhada

como forma de justificativa. Numa economia capitalista de mercado, uma enorme concentração de produto excedente (que está atualmente e principalmente localizada em grandes corporações) tem que ser absorvida de maneira a que não ameace a continuidade da escassez sobre a qual a economia de mercado baseia a si mesma.

Por essa razão, o produto excedente é consumido de maneiras socialmente indesejáveis (consumo conspícuo, construção conspícuo em áreas urbanas, militarismo, áreas vagas): o sistema de mercado não dispõe do produto socialmente excedente de habitação de modos socialmente justos. Por isso, parece necessário, do ponto de vista da justiça social, aumentar o produto social total sem o uso do mecanismo de fixação de preços de mercado. A esse respeito, os esforços chineses e cubanos para promover crescimento com justiça social são possivelmente os mais significativos até agora tentados. O terceiro mundo está, aliás, presumivelmente destinado a repetir a experiência do capitalismo individual ou de Estado, no qual o crescimento é obtido com um custo social e humano enorme.

Nas sociedades contemporâneas "adiantadas", o problema é imaginar alternativas para o mecanismo de mercado que admitam a transferência de poder produtivo e a distribuição de excedente para setores e territórios onde as necessidades sociais são patentemente óbvias. Assim, necessitamos nos mover em direção a um novo padrão de organização, no qual o mercado seja substituído (provavelmente por um processo de planejamento descentralizado), a escassez e a privação sejam sistematicamente eliminadas, tanto quanto possível, e um sistema de competição degradante seja substitutivamente reduzido como incentivo ao trabalho, sem de qualquer modo diminuir o poder produtivo total útil para a sociedade. Achar tal forma de organização é um grande desafio, mas infelizmente os enormes interesses existentes, associados aos padrões de exploração e privilégio erigidos através da operação do mecanismo de mercado, manejam toda sua influência para evitar a substituição do mercado, e mesmo para impedir uma discussão racional das possíveis alternativas para isso. Sob condições de justiça social, por exemplo, uma alocação desigual de recursos para territórios e movimentos apropriativos, seria permissível se (e somente se) os territórios favorecidos estivessem dispostos, através de suas circunstâncias físicas e sociais e através de suas conexões com outros territórios, a contribuir para o bem comum de todos os territórios. Esse padrão de apropriação seria, obviamente, diferente daquele obtido no mecanismo de mercado, porque este último está intimamente obrigado a manter padrões de apropriação, privação e escassez, e é institucionalmente incapaz de distribuir de acordo com a necessidade onde contribuir para o bem comum. A organização social da escassez e privação associada com os mercados de preços fixos torna o mecanismo de mercado

automaticamente antagonístico a qualquer princípio de justiça social. Se o mecanismo de mercado pode ser justificado em termos de eficiência e crescimento, isso depende de como se compara com aquelas alternativas que a maioria não está preparada nem mesmo para discutir.

Uma distribuição justa obtida com justiça: justiça social territorial

Desse exame dos princípios de justiça social podemos chegar ao conceito de *justiça social territorial* como se segue:

1 A distribuição de renda deveria ser tal que (a) as necessidades da população dentro de cada território fossem localizadas, (b) os recursos fossem então alocados para maximizar os efeitos multiplicadores inter-territoriais, e (c) os recursos extras fossem alocados para ajudar a resolver as dificuldades específicas emergentes do meio físico e social.

2 Os mecanismos institucional, organizacional, político e econômico deveriam ser tais que as perspectivas do território menos favorecido fossem tão grandes quanto possivelmente pudessem ser.

Se essas condições fossem satisfeitas haveria uma distribuição justa alcançada com justiça.

Reconheço que essa caracterização geral dos princípios de justiça social territorial deixa muito a desejar, e que será preciso um exame muito mais detalhado desses princípios antes de que estejamos em condição de construir alguma espécie de teoria de localização e alocação regional em torno deles. Levaria muitos anos e uma incrível aplicação de recursos intelectuais, chegar sequer a um ponto de partida satisfatório para especificar uma teoria da localização baseada na eficiência, quando não há ainda nenhuma teoria geral de localização; certamente nós nem mesmo sabemos o que significa dizer que estamos "maximizando a organização espacial da cidade" porque não há modo de maximizar a multiplicidade de objetivos contidos nas formas potenciais de cidade. No exame da distribuição, por isso, podemos antecipar dividindo os objetivos em parte componentes. As partes componentes são as seguintes:

1 Como especificaremos a necessidade, numa série de territórios, de acordo com princípios socialmente justos e como calcularemos o grau de necessidade satisfeita, num sistema existente, com uma alocação existente de recursos?

2 Como poderemos identificar multiplicadores inter-regionais e efeitos de expansão (um tópico que já tem alguma base teórica)?

3 Como determinaremos a dificuldade social e física do meio e quando é esta socialmente justa para corresponder a isso de algum modo?

4 Como regionalizaremos para maximizar a justiça social?

5 Que espécies de mecanismos alocativos existem para assegurar que as perspectivas da região mais pobre são maximizadas, e como fazer os vários mecanismos existentes atuar nesse sentido?

6 Que espécies de regras deveriam governar o padrão de negociação inter-territorial, o padrão de poder político territorial etc., para que as perspectivas da área mais pobre fossem tão grandes quanto pudessem ser?

Essas são as espécies de questões que podemos começar a desenvolver em algum tipo específico de pensamento. Desenvolvê-las, envolver-nos á, indubitavelmente, em difíceis decisões éticas e morais a respeito dos acertos e erros de certos princípios que justificam reivindicações sobre o escasso produto da sociedade. Não podemos ignorar essas questões, porque, assim fazer, implica em uma daquelas decisões não estratégicas, tão usuais em política, pelas quais obtemos um endosso tácito do *status quo*. Não decidir nesses assuntos é decidir. A exploração singular do pensamento em eficiência tem quando muito importado um endosso tácito do *status quo* no que se refere à distribuição. Criticar aqueles que tem procurado eficiência, por essa razão, não é negar a importância da análise baseada na própria eficiência. Como indiquei no começo deste capítulo, necessitamos explorar a eficiência e a distribuição conjuntamente. Mas, para isso necessitamos fazer primeiro uma exploração detalhada daquelas questões de distribuição que têm sido deixadas no esquecimento há muito tempo.

Segunda Parte FORMULAÇÕES SOCIALISTAS

A Teoria Revolucionária e Contra-Revolucionária em Geografia e o Problema da Formação do Gueto

Como e por que tentariamos chegar a uma revolução no pensamento geográfico? Para alcançar alguma introspecção nesta questão é conveniente examinar como ocorrem as revoluções e contra-revoluções em todos os ramos do pensamento científico. Kuhn (1962) oferece uma análise interessante desse fenômeno, tal como ocorre nas ciências naturais. Ele sugere que a maior parte da atividade científica é o que ele chama de ciência de rotina. Isso diz respeito à investigação de todas as facetas de um paradigma particular (sendo um paradigma uma série de conceitos, categorias, relações e métodos que são geralmente aceitos por toda uma comunidade em dado momento no tempo). Na prática da ciência de rotina surgem certas anomalias -- observações ou paradoxos que não podem ser resolvidos dentro de um paradigma existente. Essas anomalias tornam-se o foco de crescente atenção até que a ciência é mergulhada em um período de crise no qual são feitos ensaios especulativos para resolver os problemas colocados pelas anomalias. A partir desses ensaios surge, eventualmente, nova série de conceitos, categorias, relações e métodos que resolvem os dilemas existentes com sucesso e ao mesmo tempo incorporam os aspectos perenes do velho paradigma. Assim, um novo paradigma nasce, e é seguido uma vez mais pelo desempenho da atividade científica de rotina.

O esquema de Kuhn é vulnerável à crítica em certo número de postulações. Discutirei brevemente dois problemas. Primeiro, não há explicação de como as anomalias surgem e como, uma vez surgidas, geram crises. Essa crítica poderia ser desenvolvida pela distinção entre anomalias significativas e insignificantes. Por exemplo, era sabido desde muitos anos que a órbita de Mercúrio não era adequada aos cálculos de Newton, ainda que essa anomalia

fosse insignificante, porque não era relevante para o uso do sistema newtoniano num contexto cotidiano. Se, por exemplo, certas anomalias tivessem surgido na construção de uma ponte elas então teriam sido obviamente, julgadas altamente significativas. Por isso, o paradigma newtoniano permaneceu satisfatório e inquestionável até que algo relevante e de importância prática não pudesse ser realizado, usando-se o sistema newtoniano. Segundo, há a questão, nunca respondida satisfatoriamente por Kuhn, relativa ao modo pelo qual um novo paradigma torna-se aceito. Kuhn admite que a aceitação não é assunto de lógica. Sugere, antes, que isso envolve um ato de fé. A questão, contudo, é que esse ato de fé deveria fundamentar-se. Percorrendo as entrelinhas da análise de Kuhn está uma força condutora que nunca é explicitamente examinada. Essa força condutora importa em uma crença fundamental nas virtudes do controle e manipulação do ambiente natural. O ato de fé, aparentemente, baseia-se na crença de que o novo sistema permitirá a extensão da manipulação e controle a algum aspecto da natureza. Qual aspecto da natureza? Presumivelmente será uma vez mais um aspecto da natureza que é importante em termos de atividade e da vida cotidiana, em um momento particular da história.

A crítica central a Kuhn, que esses dois casos apontam, é a abstração do conhecimento científico de sua base materialista. Kuhn oferece uma interpretação *idealista* do progresso científico, porquanto é claro que o pensamento científico está fundamentalmente ligado a atividades naturais. A base materialista do avanço do conhecimento científico foi pesquisada por Bernal(1971). A atividade material envolve a manipulação da natureza no interesse do homem, e o entendimento científico não pode ser interpretado independentemente dessa imposição geral. Contudo, nessa conjuntura, somos forçados a acrescentar uma outra perspectiva porque "o interesse do homem" está sujeito a uma variedade de interpretações, dependendo de que setor da sociedade estamos tratando. Bernal indica que as ciências no Ocidente têm sido até muito recentemente o apanágio de um grupo de classe média, e mesmo recentemente, com o surgimento do que é muitas vezes chamado "meritocracia", o cientista é muitas vezes atraído para os modos de vida e de pensamento da classe média no curso de sua carreira. Podemos, pois, esperar que as ciências naturais, tacitamente, reflitam uma orientação para a manipulação e controle sobre aqueles aspectos de natureza que são relevantes para a classe média. Muito mais importante, contudo, é o envolvimento da atividade científica por um processo de patrocínio e pesquisa financiada no interesse especial daqueles que possuem o controle dos meios de produção. A coalizão de indústria e governo afeta fortemente a atividade científica. Consequentemente, "manipulação e controle" significam manipulação e controle no interesse de grupos particulares da sociedade (especificamente, a comunidade industrial e financeira junto com a classe média)

mais do que no interesse da sociedade como um todo (veja-se Bernal, 1971; Rose e Rose, 1969). Com essas perspectivas estamos melhor aparelhados para compreender o trajeto geral do avanço científico, escondido nas revoluções científicas recorrentes, que Kuhn descreveu tão perceptivamente.

Tem sido questionado, frequentemente, se a análise de Kuhn poderia ser estendida às ciências sociais. Parece que Kuhn considerou as ciências sociais como "pré-científicas" no sentido de que nenhuma ciência social estabeleceu, realmente, aquele corpo de conceitos geralmente aceitos, categorias, relações e métodos que formam um paradigma. Essa consideração das ciências sociais como pré-científicas é, de fato, bastante geral entre filósofos da ciência (veja-se Kuhn, 1962, 37; Nagel, 1961). Contudo, uma breve sondagem da história do pensamento nas ciências sociais mostra que as revoluções certamente ocorrem, e que elas são marcadas por muitos dos mesmos aspectos que Kuhn identificou nas ciências naturais. Não há dúvida de que Adam Smith proviu uma formulação paradigmática para o pensamento econômico, que foi subsequentemente desenvolvida por Ricardo. Nos tempos modernos, Keynes teve êxito em realizar algo essencialmente similar a Smith e proviu uma formulação paradigmática que dominou o pensamento econômico no Ocidente até a presente data. Johnson(1971) pesquisa tais revoluções no pensamento em Economia. Sua análise, paralela em muitos aspectos à de Kuhn, acrescenta, contudo, diversos contornos extras. No coração da revolução keynesiana, assegura Johnson, estava uma crise gerada pela falha da economia pré-keynesiana em lidar com o problema mais premente e significativo dos anos 30: o desemprego. Assim, o desemprego tornou-se a anomalia significativa. Johnson sugere que: "há muito tempo a circunstância mais feliz para a rápida propagação de uma nova e revolucionária teoria, é a existência de uma ortodoxia estabelecida, que é claramente inconsistente com os fatos mais salientes da realidade e, além disso, suficientemente confiante em seu poder intelectual para tentar explicar aqueles fatos, e em seus esforços para assim proceder expõe sua incompetência de maneira ridícula". Assim, as realidades sociais objetivas do tempo atingiram a sabedoria convencional e serviram para expor suas falhas.

"Nesta situação de confusão geral e de óbvia irrelevância da economia ortodoxa em relação a problemas reais, o caminho estava aberto para uma nova teoria que ofereceu uma explicação convincente da natureza do problema e uma série de prescrições políticas baseadas naquela explicação".

Tanto quanto possível a similaridade a Kuhn é bastante notável. Mas, Johnson então acrescenta novas considerações, algumas das quais realmente resultam da própria sociologia da ciência. Ele assegura que uma nova teoria aceita tinha que possuir cinco características principais:

"Primeiro, tinha que atacar a proposição central da ortodoxia conservadora (...) com uma análise nova, mas academicamente aceitável, que invertesse a proposição (...). Segundo, a teoria tinha que parecer nova, embora absorvendo tanto quanto possível de válido ou, pelo menos, componentes não prontamente disputáveis da teoria ortodoxa existente. Nesse processo, ajuda muito dar a velhos conceitos nomes novos confusos e enfatizar como cruciais, passos analíticos que foram tomados previamente como vulgares (...). Terceiro, a nova teoria tinha que ter o grau apropriado de dificuldade de ser entendida (...) para que colegas acadêmicos mais velhos não a achassem nem fácil nem interessante de estudar, de modo que eles gastassem seus reforços em assuntos teóricos periféricos, e então se expusessem como alvos fáceis de crítica e substituição por seus colegas mais jovens e ansiosos. Ao mesmo tempo, a nova teoria tinha que parecer, simultaneamente, bastante difícil para desafiar o interesse intelectual dos colegas mais jovens e estudantes, e atual e fácil o bastante para conquistá-los adequadamente com suficiente investimento de esforço intelectual (...). Quarto, a nova teoria tinha a oferecer aos discípulos mais dotados e menos oportunistas uma nova metodologia, mais atraente do que as correntemente úteis (...). Finalmente, (tinha para oferecer) uma relação empírica importante (...) para medir".

A história do pensamento geográfico nos últimos dez anos está exatamente espelhada nessa análise. A proposição central da velha geografia era o qualitativo e o único. Ela não podia, nitidamente, resistir à orientação das ciências sociais como um todo em direção a instrumentos de manipulação e controle social como se requer para entendimento do quantitativo e do geral. Nem pode haver qualquer dúvida de que durante o processo de transição velhos conceitos receberam nomes novos e confusos, e que frágeis aceções vulgares foram objeto de rigorosa investigação analítica. Além disso, não pode ser negado que a assim chamada revolução quantitativa proporcionou a oportunidade de pôr a descoberto os mais velhos apologistas da disciplina, particularmente quando eles arriscavam-se em assuntos relacionados à nova ortodoxia emergente. Certamente, o movimento quantitativo propiciou uma mudança de dificuldade adequada e abriu o panorama para novas metodologias, muitas das quais seriam amplamente recompensadas em termos das introspecções analíticas que elas geram. Por fim, novas coisas por medir existiam em abundância; e na função distância-declínio, no limiar, na difusão de um bem e na medida de padrões espaciais, os geógrafos encontraram quatro novos tópicos empíricos aparentemente cruciais com que eles podiam gastar uma enorme quantidade de tempo investigando. O movimento quantitativo pode, assim, ser interpretado parcialmente em termos de mudança de um novo conjunto de idéias a serem respondidas parcialmente pelo menos como

um esforço de baixo nível pelo poder e *status* dentro de uma estrutura disciplinar e, parcialmente, como uma resposta a pressões externas para descobrir os meios de manipulação e controle, no que pode francamente ser definido como "o campo do planejamento". No caso de alguém interpretar estas observações como estando eu apontando o dedo para qualquer grupo particular, deixe-me dizer que todos nós fomos envolvidos nesse processo e que não havia e não há modo pelo qual pudéssemos ou possamos escapar de tal envolvimento.

Johnson também propõe a expressão "contra-revolução" em sua análise. A este propósito, seu pensamento não é muito esclarecedor, desde que ele, nitidamente, tem dificuldade em criticar os monetaristas, que designa como contra-revolucionários, mesmo que uma anomalia significativa exista (a combinação de inflação e desemprego) como uma forte mudança em relação à ortodoxia keynesiana. Mas, há algo muito importante neste ponto que requer análise. Parece intuitivamente plausível pensar, a respeito do movimento de idéias nas ciências sociais, em um movimento baseado em revolução e contra-revolução, em contraste com as ciências naturais, para as quais a noção não parece tão imediatamente aplicável.

Podemos analisar o fenômeno da contra-revolução voltando nossa introspecção para a formação do paradigma nas ciências naturais. Este baseia-se na extensão da habilidade do homem em manipular e controlar naturalmente o fenômeno ocorrido. Similarmente, podemos antecipar que a força dirigente por trás da formação do paradigma nas ciências sociais é o desejo de manipular e controlar a atividade humana e os fenômenos sociais no interesse do homem. A questão que surge imediatamente é a de quem está controlando quem, em interesse de quem está sendo exercido o controle e, se o controle é exercido no interesse de todos, quem está se atribuindo definir o interesse público? Somos assim forçados a confrontar diretamente nas ciências sociais o que surge apenas indiretamente, principalmente as bases e implicações sociais do controle e da manipulação. Seria extraordinariamente tolo pressupor que essas bases estão igualmente distribuídas por toda a sociedade. Nossa história mostra que, usualmente, essas bases estão altamente concentradas dentro de poucos grupos-chaves na sociedade. Esses grupos podem ser benévolutos ou agressivos a respeito de outros grupos. Este, contudo, não é o ponto. A questão é que a ciência social formula conceitos, categorias, relações e métodos que não são independentes das relações sociais existentes. Como tais, os conceitos são o produto dos verdadeiros fenômenos que eles se destinam a descrever. Uma teoria revolucionária, sobre a qual baseia-se um novo paradigma, ganhará aceitação geral somente se a natureza das relações sociais englobadas na teoria são atuais no mundo real. Uma teoria contra-revolucionária é deliberadamente proposta em relação à teoria revolucionária,

de tal modo que as mudanças sociais ameaçadoras que a teoria revolucionária geraria com aceitação geral, quer por cooptação ou subversão, são, impossibilitadas de se realizar.

Esse processo de revolução e contra-revolução na ciência social está explicito no relacionamento entre as teorias econômicas e políticas de Adam Smith e Ricardo e as de Karl Marx sobre as quais Engels, em seu prefácio ao volume 2 de *O Capital* fornece algumas introspecções bastante extraordinárias (veja Althusser e Balitar, 1970). Estava em questão se Marx tinha plagiado a teoria da mais-valia. Marx, contudo, reconheceu claramente que tanto Adam Smith como Ricardo haviam discutido e parcialmente entendido a natureza da mais-valia. Engels manifestou-se para explicar o que era novo na exposição de Marx sobre a mais-valia, e como foi que a teoria da mais-valia de Marx "abalou a terra como um raio surgido de um céu límpido". Para fazer isso ele descreve um incidente na história da química — coincidentemente, isso se tornou uma das inspirações para a tese de Kuhn (1962, 52-6) relativa à estrutura das revoluções nas ciências naturais — concernente ao relacionamento entre Lavoisier e Priestley na descoberta do oxigênio. Ambos realizaram experimentos similares e produziram resultados similares. Contudo, havia uma diferença essencial entre eles. Priestley insistiu no resto de sua vida em interpretar seus resultados em termos da velha teoria flogística, e por isso chamou sua descoberta de "ar deflogistificado". Lavoisier, por sua parte, reconheceu que sua descoberta não podia conciliar-se com a teoria flogística existente, como consequência conseguiu reconstruir a estrutura teórica da química em uma base completamente nova. Assim, Engels, e Kuhn depois dele, postulou que Lavoisier era o "real descobridor do oxigênio em confronto com os outros que tinham somente produzido o semi-saber o que tinham produzido". Engels continua: "Marx coloca-se na mesma relação com seus predecessores na teoria da mais-valia, como Lavoisier se colocou ante Priestley (...). A existência daquela parte do valor dos produtos que chamamos mais-valia tinha sido comprovada muito antes de Marx. E mesmo assim, tinha sido colocado com mais ou menos precisão em que consistia (...). Mas, não se ia mais adiante (...). (todos os economistas) permaneciam prisioneiros das categorias econômicas tais como elas tinham surgido para eles. Então, surgiu Marx em cena. E ele assumiu a posição diretamente oposta a de seus predecessores. O que eles tinham olhado como solução, ele considerou como um problema. Ele viu que não tinha que lidar nem com ar deflogistificado nem com ar em combustão, mas com oxigênio; que aqui não se tratava da questão de expor um fato econômico ou de apontar o conflito entre esse fato e a justiça e moralidade eternas, mas de explicar um fato que se oferecia a ele, que sabia como usá-lo, uma chave para a compreensão de toda a produção capitalista. Com esse fato, como ponto de parti-

da, ele examinou todas as categorias econômicas que encontrou à mão, como Lavoisier procedeu com o oxigênio, examinando as categorias da química flogística" (Marx, *Capital*, Volume 2, 11-18).

A teoria marxista era, nitidamente, perigosa porque fornecia a chave do entendimento da produção capitalista, da posição daqueles que não controlavam os meios de produção. Consequentemente, as categorias, conceitos, relações e métodos que tinham o potencial para formar novo paradigma eram uma enorme ameaça para a estrutura de poder do mundo capitalista. A emergência subsequente da teoria marginal do valor (especialmente na escola austríaca de economistas, tais como Böhm-Bawerk e Menger) abandonou muito das bases das análises de Smith e Ricardo (em particular, a teoria do valor trabalho) e também, incidentalmente, serviu para rejeitar a mudança marxista na Economia. A cooptação contra-revolucionária da teoria marxista na Rússia, depois da morte de Lenin, e uma cooptação similar contra-revolucionária de grande parte da linguagem marxista na sociologia Ocidental (tanto que alguns sociólogos sugerem que todos somos marxistas agora), sem considerar a essência do pensamento marxista, evitou efetivamente o verdadeiro florescimento do pensamento marxista e, concomitantemente, a emergência daquela sociedade humanizada que Marx visualizou. Tanto os conceitos como o projetado relacionamento social contido nos conceitos foram frustrados.

A revolução e a contra-revolução no pensamento são, por isso, características das ciências sociais de um modo que, aparentemente, não é característico das ciências naturais. As revoluções no pensamento não podem em última instância ser separadas das revoluções na prática. Isso pode sugerir a conclusão de que as ciências sociais estão certamente num estágio pré-científico. A conclusão está mal fundamentada, contudo, desde que as ciências naturais nunca foram arrebatadas, em nenhum momento, do controle de um grupo restrito de interesse. E esse fato, mais do que qualquer coisa inerente à natureza da própria ciência natural que conta para a ausência de contra-revoluções nas ciências naturais. Em outras palavras, as revoluções do pensamento que ocorrem nas ciências naturais não colocam nenhuma ameaça para a ordem existente, desde que elas são construídas amplamente com os requisitos dessa ordem existente na mente. Não quero dizer que não haja alguns problemas sociais desconfortáveis para resolver *no processo* porque a descoberta científica não é previsível e pode, por isso, ser fonte de tensão social. O que isso sugere, contudo, é que as ciências naturais estão em um estágio pré-social. Consequentemente, as questões de ação social e controle social, que as técnicas da ciência natural freqüentemente ajudam a resolver, não são incorporadas na própria ciência natural. De fato, há certo fetichismo em manter assuntos sociais fora das ciências naturais desde que sua incorporação

suporia "desvios" de pesquisa para o comando da ordem social existente. Os dilemas morais resultantes para os cientistas que assumem sua responsabilidade social seriamente são certamente reais. Ao contrário da opinião popular, por isso, parece apropriado concluir que a filosofia da ciência social é *potencialmente* muito superior à da ciência natural e que a fusão eventual dos dois campos de estudo divulgar-se-ia, não através de tentativas de "cientificar" a ciência social mas ao contrário pela socialização da ciência natural (veja-se Marx, *Economic and Philosophic Manuscripts of 1844*, 164). Isso pode significar a substituição da manipulação e controle, com a realização do potencial humano como critério básico para a aceitação do paradigma. Em tal ocorrência todos os aspectos da ciência experimentariam fases tanto revolucionárias como contra-revolucionárias do pensamento que estariam indubitavelmente, associadas a mudanças revolucionárias na prática social.

Retornemos agora à questão inicial. Como e por que tentariamos chegar a uma revolução no pensamento geográfico? A revolução quantitativa percorreu seu curso e, não considerando retornos marginais, está aparentemente consolidada; não obstante outro exemplo de ecologia fatorial, uma outra tentativa de medir o efeito de distância-declínio, outra tentativa de identificar a difusão de um bem servem para dizer-nos menos a respeito de qualquer coisa de grande relevância. Em adição, há jovens geógrafos, agora, tão ambiciosos quanto eram os quantificadores na década de 60, um pouco famintos por reconhecimento, e um pouco desencantados com o que fazer. Assim, há murmúrios de descontentamento dentro da estrutura social de nossa disciplina quando os quantificadores estabelecem firme controle na produção de estudantes graduados e nos currículos dos vários departamentos. Essa condição sociológica dentro da disciplina não é suficiente para justificar uma revolução no pensamento (nem deveria), mas a condição existe. Mais importante: há clara disparidade entre a teoria sofisticada e a estrutura metodológica que estamos usando e nossa habilidade em dizer qualquer coisa realmente significativa sobre os eventos tais como eles se desenvolvem em torno de nós. Há anomalias entre o que tentamos explicar e manipular e o que atualmente acontece. Há um problema ecológico, um problema urbano, um problema de comércio internacional, e não obstante parecemos incapazes de dizer qualquer coisa de fundo ou profundidade sobre qualquer deles. Quando realmente dizemos alguma coisa, ela parece trivial e talvez ridícula. Em resumo, nosso paradigma não está resistindo bem. Ele está maduro para cair. As condições sociais objetivas demandam que digamos alguma coisa sensível ou coerente ou, de uma vez para sempre (através da ausência de credibilidade, ou mesmo pior, através da deterioração das condições sociais objetivas) per-

manecer em silêncio. São as condições sociais objetivas emergentes e nossa patente inabilidade em combatê-las que essencialmente explicam a necessidade de uma revolução no pensamento geográfico.

Como deveríamos realizar tal revolução? Há um número de medidas que poderíamos tomar. Poderíamos, como se sugeriu, abandonar a base positivista do movimento quantitativo por um idealismo filosófico abstrato e esperar, tanto que as condições sociais objetivas orientassem em direção à sua própria solução, como que os conceitos forjados através de modelos idealistas de pensamento alcançassem, eventualmente, bastante conteúdo para facilitar a mudança criativa das condições sociais objetivas. É, contudo, uma característica do idealismo, que esteja para sempre destinado a buscar em vão um conteúdo real. Poderíamos, também, rejeitar as bases positivistas dos anos 60 por uma base fenomenológica. Parece mais atrativo do que o procedimento idealista, desde que ao menos serve para manter-nos em contato com o conceito de homem como um ser em constante interação sensível com as realidades sociais e naturais que o cercam. Não obstante, a abordagem fenomenológica pode conduzir-nos ao idealismo ou de volta ao empirismo positivista ingênuo, tão facilmente quanto pode levar-nos a uma forma de materialismo socialmente acasteladora. A assim chamada revolução behaviorista em geografia aponta em ambas as direções. Por isso, a estratégia mais frutífera nessa conjuntura é explorar aquela área do entendimento em que certos aspectos do positivismo, materialismo e fenomenologia salientam-se em prover interpretações adequadas da realidade social na qual nos encontramos. Essa saída é mais claramente explorada no pensamento marxista. Marx, nos *Manuscritos Econômicos e Filosóficos de 1844* e na *Ideologia Alemã* deu a seu sistema de pensamento uma base fenomenológica poderosa e atraente.

Há, também, certas coisas que o marxismo e o positivismo têm em comum. Ambos têm uma base materialista e ambos valem-se de um método analítico. A diferença essencial, naturalmente, é que o positivismo simplesmente procura entender o mundo, enquanto o marxismo busca mudá-lo. Dito de outro modo, o positivismo tira suas categorias e conceitos de uma realidade existente com todos os seus defeitos enquanto as categorias e conceitos marxistas são formulados através da aplicação do método dialético à história, tal como este se desenvolve, aqui e agora, através de acontecimentos e ações. O método positivista envolve, por exemplo, a aplicação da lógica tradicional bivalente aristotélica para testar hipóteses (a hipótese nula da inferência estatística é uma invenção puramente aristotélica); as hipóteses não são nem verdadeiras nem falsas, e uma vez categorizadas permanecem sempre assim. A dialética, por outro lado, propõe um processo de entendimento que implica na interpenetração dos contrários, nas contradições e paradoxos incorporados e indica o processo de resolução. Tanto quanto é relevante la-

lar de verdade e falsidade, a verdade consiste no processo dialético mais do que as asserções derivadas do processo. Essas asserções podem ser designadas como "verdadeiras" somente em dado momento no tempo e, em qualquer caso, podem ser contraditadas por outras proposições "verdadeiras". O método dialético leva-nos a inverter a análise, se necessário, para encarar as soluções como problemas, para tomar as questões como soluções.

Finalmente, chego à questão da formação do gueto. O leitor pode, aqui, achar que o antecedente foi uma introdução sofisticada, que tem relevância apenas superficial para a questão de entender a formação do gueto e imaginar soluções para o problema do gueto. De fato, é crucial no caso, porque eu argumentaria que estamos habilitados a dizer alguma coisa relevante para o problema somente se buscamos autoconscientemente, no processo, estabelecer uma teoria geográfica revolucionária para lidar com ele. Argumentaria, também, que podemos imaginar esse entendimento, usando muitas das ferramentas que nos são corretamente úteis. Contudo, devemos estar preparados para interpretar esses instrumentos de modo novo e bem diferente. Em resumo, necessitamos pensar em termos de oxigênio, em vez de em termos de ar deflogistificado.

O gueto tem atraído bastante atenção como um dos maiores problemas sociais da cidade americana. Nas cidades inglesas está surgindo o temor da "polarização" e da "guetização". Sustenta-se, geralmente, que os guetos são coisas más; e que seria socialmente desejável eliminá-los, preferivelmente, sem eliminar a população que eles contêm (a posição de Banfield a respeito dessa questão parece um tanto ambígua). A intenção, aqui, não é tentar uma análise detalhada da literatura sobre o gueto nem perder-se em definições sobre ele. Ao contrário, deverá ser feito um exame das teorias geográficas que parecem ter alguma relevância para entender a formação do gueto e a permanência do gueto. O corpo teórico mais óbvio que deve ser examinado aqui é, naturalmente, o uso do solo urbano.

Um grande segmento da teoria do uso do solo urbano em geografia toma sua inspiração da escola de sociólogos de Chicago. Park, Burgess e McKenzie (1925) escreveram bastante sobre a cidade e elaboraram uma interpretação da forma urbana em termos ecológicos. Eles notaram a concentração de grupos de renda baixa e de vários grupos étnicos em setores específicos da cidade. Descobriram também, que a cidade possui certa regularidade de forma espacial. Daí, Burgess elaborou o que veio a ser conhecido como a teoria zonal concêntrica da cidade. Park e Burgess, ao mesmo tempo, olhavam a cidade, como uma espécie de produto urbano, um complexo ecológico dentro do processo de adaptação social, uma especialização de funções e um estilo

de vida, uma competição por espaço habitável e, sendo assim, agiram para produzir uma estrutura espacial coerente, o conjunto mantido unido por alguma coisa culturalmente derivada da solidariedade social que Park (1926) chamou "a ordem moral". Os vários grupos e atividades dentro do sistema urbano eram essencialmente mantidos unidos por essa ordem moral, e eles meramente disputavam posições (sociais e espaciais) dentro das restrições impostas pela ordem moral. O centro principal de interesse era descobrir quem chegava onde e que condições eram semelhantes quando eles ali chegavam. O principal objetivo da escola de Chicago era, necessariamente, descritivo. Essa tradição teve influência extraordinariamente poderosa no pensamento geográfico e, embora as técnicas de descrição tenham mudado um pouco (a ecologia fatorial substituindo, essencialmente, a ecologia descritiva humana) a direção essencial do trabalho não mudou muito. A escola de geógrafos urbanos de Chicago deriva firmemente da escola de sociólogos de Chicago (veja-se Berry e Horton, 1970). É curioso notar, contudo, que Park e Burgess não prestaram muita atenção à espécie de solidariedade social gerada através da atuação do sistema econômico nem para as relações sociais e econômicas que derivam das considerações econômicas. Eles não ignoraram o assunto, naturalmente, mas isso era de importância secundária para eles. Como resultado, a teoria do uso do solo urbano que desenvolveram possui uma falha crítica quando é usada para explicar o gueto. É interessante observar que Engels, escrevendo oitenta anos antes de Park e Burgess, notou o fenômeno das zonas concêntricas na cidade, mas interpretou-as em termos econômicos de classe. A passagem é uma valiosa citação porque prevê várias introspecções sobre a estrutura espacial das cidades.

"Manchester contém, em seu centro, um distrito comercial mais do que amplo, talvez com cerca de meia milha de extensão, largo, consistindo quase inteiramente de escritórios e armazéns. O distrito inteiro está quase sem moradores, e é solitário e deserto à noite(...). O distrito é atravessado ao meio por ruas principais onde se concentra o grande comércio e o nível inferior é guarnecido de lojas iluminadas. Nessas ruas, os andares superiores são ocupados, aqui e acolá, e há bastante vida neles até tarde da noite. Com exceção deste distrito comercial, toda própria Manchester, todo o Salford e o Hulme(...) são quarteirões homogêneos de gente trabalhadora, estendidos como um circuito, espalhados em meia milha de largura, em torno do distrito comercial. Por fora, além desse circuito, vive a média e alta burguesia; a média burguesia, em ruas regularmente enfeitadas na vizinhança de quarteirões de trabalhadores(...) a alta burguesia em vilas remotas com jardins (...) ao ar livre e saudável do campo, em finas e confortáveis residências, servidas a cada meia ou quarto de hora por ônibus que se dirigem à cidade. E a parte mais hábil do arranjo é que os membros da aristocracia do dinheiro po-

dem tomar o caminho mais curto em meio a todos os distritos de trabalhadores sem nunca ver que estes estão no meio da miséria suja que se esconde à direita e à esquerda. Isso porque as ruas que conduzem à Bolsa, de todas as direções da cidade, são ladeadas, de ambos os lados, por uma série quase ininterrupta de lojas, tão seguras nas mãos da média e baixa burguesia(...) (que) bastam para ocultar dos olhos dos homens e mulheres ricos, de estômagos fortes e nervos fracos, a miséria e a sujeira que constituem o complemento de sua riqueza (...). Eu sei muito bem que esse plano hipócrita é mais ou menos comum a todas as grandes cidades; eu sei, também, que os negociantes atacadistas são forçados, pela natureza de seus negócios, a tomar posse das grandes avenidas; eu sei que há mais edifícios bons do que maus com tais ruas em toda a parte; que o valor do solo é maior em sua proximidade do que em distritos remotos; mas ao mesmo tempo eu nunca vi tão sistemática separação da classe trabalhadora das ruas principais, com o objetivo de ocultar tudo que possa afrontar os olhos e os nervos da burguesia, como em Manchester. E ainda, sob outros aspectos, Manchester é menos construída de acordo com um plano, segundo regulamentos oficiais, é mais um crescimento desordenado casual, do que outra cidade; quando considero nesta relação a ávida impudência da classe média, de que a classe trabalhadora está indo bem, não posso deixar de sentir que os manufatureiros liberais, os grandes Wigs de Manchester, não são tão inocentes, afinal, no assunto de seu refinado método de construção". (Engels, *The Condition of the English Working Class in 1844*, 46-7).

A linha de abordagem adotada por Engels, em 1844, era e ainda é mais consistente em relação às duras realidades econômicas e sociais do que era a abordagem essencialmente cultural de Park e Burgess. De fato, com certas modificações óbvias, a descrição de Engels poderia, facilmente, ser feita para adaptar-se às cidades americanas contemporâneas (zoneamento concêntrico com boas facilidades de transporte para os afluentes que vivem nos arrabaldes, protegendo os usuários na cidade de ver a sujeira e a miséria que são o complemento de sua riqueza etc.). É uma pena que os geógrafos contemporâneos tenham olhado mais para Park e Burgess do que para Engels em sua inspiração. A solidariedade social que Engels notou não era gerada por nenhuma superordenada "ordem moral". Ao contrário, as misérias da cidade eram inevitável complemento de um sistema capitalista miserável e avarento. A solidariedade social era reforçada através da operação do sistema de mercado de troca. Engels refere-se a Londres assim: "estes londrinos foram forçados a sacrificar as melhores qualidades de sua natureza humana, a se fazer passar por todos os assombros de civilização que glorificaram sua cidade; centenas de poderes que dormitavam dentro deles permaneceram inativos; foram suprimidos para que uns poucos pudessem desenvolver-se mais ampla

e multiplicavelmente, através da união com os de outros(...) A indiferença brutal, o isolamento vazio de cada um em seu interesse privado tornou-se tão mais repelente e ofensivo, quanto mais os indivíduos eram jogados juntos dentro de um espaço limitado (...) A dissolução da humanidade em mônadas cada uma com um princípio separado, o mundo dos átomos, está aqui à mostra em seu último extremo. Daqui, decorre também que a guerra social, a guerra de cada um contra todos está aqui abertamente declarada(...) as pessoas olham-se somente como objetos de uso; cada um explora o outro; e o fim de tudo isso é que o mais forte pisa o mais fraco sob os pés; e que os poucos poderosos, os capitalistas agarram tudo para si próprios, enquanto para os muito fracos, os pobres, nem uma existência simples sobra(...) Em qualquer parte, a bárbara indiferença; duro egoísmo de um lado e miséria irremovível de outro; em toda a parte a guerra social; cada habitação humana em estado de sítio; em toda parte a pilhagem recíproca sob a proteção da lei; e tudo tão desavergonhado, tão abertamente declarado que se treme diante das consequências de nosso estado social, tais como elas próprias se manifestam aqui sem disfarces, e pode-se somente desejar que a fábrica inteira louca ainda se enforque junto". (*op. cit.*, 23-5).

Se limpármos a linguagem um pouco (eliminando a referência ao capitalismo, por exemplo) teríamos a descrição virtuosa do Relatório da Comissão Kerner (1968).

A estrutura espacial comum das cidades, observada por Engels e por Park e Burgess, pode assim ser analisada do ponto de vista econômico e cultural. A questão que Engels coloca, a respeito, do modo pelo qual um sistema poderia evoluir sem a direção dos "Grandes Wigs" e além disso estar em clara vantagem sobre eles, tem sido subsequentemente objeto de detalhada análise econômica. A possibilidade de utilizar os princípios da economia marginalizada para explicar esse fenômeno foi, inicialmente, indicada no trabalho de von Thünen num contexto agrícola. Isso forneceu a base para uma teoria econômica do mercado urbano do solo no trabalho relativamente recente de Alonso (1964) e Muth (1969). Os detalhes dessa teoria não necessitam deter-nos (contudo, veja-se o Capítulo 5); mas, é forçoso examinar sua contribuição para um entendimento da formação do gueto. O uso urbano do solo, argumenta-se, é determinado através de um processo de ordem competitiva em relação ao seu uso. A ordem competitiva desenvolve-se de modo que as rendas do solo são mais altas perto do centro de atividade (na teoria, geralmente, assume-se que todo o emprego está concentrado numa localização central). Se agora considerarmos a escolha residencial aberta para dois grupos na população (um rico e outro pobre), com relação a um centro de emprego, podemos prever onde cada um deve viver, examinando a estrutura de suas curvas de quantidade de renda. Para o grupo pobre a curva de

quantidade de renda é caracteristicamente alta, desde que o pobre tem pouco dinheiro para gastar em transporte; e por isso seu poder de decidir sobre o uso do solo declina rapidamente com a distância do lugar de emprego. O grupo rico, por outro lado, tem caracteristicamente uma curva de quantidade de renda baixa desde que seu poder de decidir não é muito afetado pela soma de dinheiro gasta em transporte. Quando colocados em competição entre si, encontramos o grupo pobre forçado a viver no centro da cidade e o grupo rico vivendo fora (tal como Engels descreveu). Isso significa que os pobres são forçados a viver em solo de renda alta. A única maneira deles ajustarem-se a isso é, naturalmente, poupar a quantidade de espaço que consomem, e apertar-se em áreas bastante pequenas. A lógica do modelo indica que os grupos pobres estarão concentrados em áreas de alta renda próximas ao centro da cidade em condições de grande aperto. Agora, é possível construir um número de variantes do modelo, desde que a forma da curva de quantidade de renda do rico seja realmente função de sua preferência pelo espaço em relação ao custo de transporte. Lave (1970) mostra que a estrutura espacial da cidade mudará se as preferências do grupo rico mudam. Se a congestão dos custos aumenta na área central, por exemplo, e o rico decide que o tempo e a frustração não merecem isso; então, ele pode, facilmente, alterar sua função de quantidade de renda e voltar ao centro da cidade. Várias estruturas urbanas podem ser preditas, dependendo da forma das curvas da quantidade de renda; e é perfeitamente factível encontrar o rico vivendo no centro da cidade e o pobre localizado nos arrabaldes. Neste caso, os pobres são forçados a ajustarem-se, por exemplo, trocando tempo por custo de distância de modo que gastam grandes quantidades de tempo caminhando para o trabalho para gastar menos em custos de transporte (condição não desconhecida nas cidades da América Latina). Tudo isso significa, atualmente, que o grupo rico pode sempre forçar preferências sobre o grupo pobre, porque ele tem mais recursos para aplicar, tanto para custos de transporte como para obter solo, qualquer que seja a localização que escolha. Isso é a consequência natural derivada da aplicação dos princípios econômicos marginalistas (a curva de quantidade de renda sendo um típico artifício) a uma situação na qual as diferenças de renda são substanciais. A teoria repousa na obtenção do que é usualmente chamado "ótimo de Pareto" no mercado de moradias.

É possível usar formulações teóricas desse tipo para analisar o desequilíbrio num sistema urbano, e imaginar políticas que servirão para trazer as condições novamente ao equilíbrio. Com a rápida suburbanização do emprego nos Estados Unidos, desde 1950, anteciparíamos um expediente externo das populações pobres (dadas as funções de quantidade de renda), na medida em que elas tentam localizar-se perto de seus centros de emprego. Esse expe-

diente ainda não ocorreu, por causa do zoneamento residencial exclusivo nas áreas suburbanas. Podemos, assim, atribuir a seriedade do problema do gueto na sociedade moderna a uma função das instituições que evitam a obtenção de equilíbrio. Podemos, por meio de uma série de cortes e outras medidas, mudar a legalidade e a constitucionalidade do zoneamento exclusivo. (De modo significativo, esse esforço é sustentado, tanto por grupos de direitos civis como corporações, desde que os primeiros olham o zoneamento suburbano como discriminatório, enquanto as últimas estão preocupadas com a ausência de trabalho de renda baixa nas locações suburbanas). Podemos, também, tentar modificar os controles de uso do solo de tal modo que a espécie de situação, apresentada por cerca de 20 comunidades na área de Princeton, Nova Jersey, na qual há zoneamento industrial e comercial para 1,2 milhões de empregos e zoneamento residencial adequado para 144.000 trabalhadores, seria evitada ("Wall Street Journal", 27 de novembro de 1970). Poderíamos, também, tentar superar o problema de transporte insuficiente das áreas centrais para os subúrbios externos subsidiando sistemas de transporte ou organizando facilidades especiais de transportes para conseguir levar os residentes do gueto ao emprego suburbano. Necessariamente, isso implica em que o residente do gueto substitua o tempo pelo custo (se o serviço é subsidiado). A maioria destes programas tem falhado. Poderíamos, também, tentar recuperar o equilíbrio atraindo o emprego de volta para o centro da cidade através de projetos urbanos de renovação, suporte do capitalismo e similares. Todas essas soluções têm como base a suposição tácita de que há desequilíbrio no uso do solo urbano, e que a política deveria ser dirigida para colocar o uso do solo urbano de volta ao equilíbrio. Essas soluções são liberais no sentido de que reconhecem a iniquidade, mas buscam curá-la dentro de um forte mecanismo social existente (neste caso os mecanismos que são consistentes com a teoria de Von Thünder do uso do solo urbano).

Como podemos identificar soluções mais revolucionárias? Voltemos a apresentação de Muth (1969) da teoria de Von Thünen. Depois de uma apresentação analítica da teoria, Muth procura avaliar a relevância empírica da teoria testando-a contra a estrutura existente do solo residencial em Chicago. Seu teste indica que a teoria é claramente correta, com entretanto certos desvios explicáveis por coisas como a discriminação racial no mercado de moradias. Podemos, assim, inferir que a teoria é uma verdadeira teoria. Essa certeza, alcançada por meios positivistas clássicos, pode ser usada para auxiliar-nos a identificar o problema. O que para Muth foi um teste bem sucedido de uma teoria social torna-se para nós indicador de qual é o problema. A teoria prediz que os grupos pobres devem, necessariamente, viver onde eles possam gastar menos para viver.

Nosso objetivo é eliminar os guetos. Por isso, a única política válida a respeito deste objetivo é eliminar as condições que tornam verdadeira a teoria. Em outras palavras, desejamos que a teoria de von Thünen do mercado do solo urbano *não* se torne verdadeira. A abordagem mais simples, aqui, é eliminar os mecanismos que servem para gerar a teoria. O mecanismo, neste caso, é simples; — competição crescente pelo uso do solo. Se eliminamos este mecanismo, eliminaremos presumivelmente, o resultado. É imediatamente compreensível, em uma política de eliminação de guetos, que suplantará presumivelmente, a competição crescente, com um mercado do solo urbano socialmente controlado e um controle socializado do setor de moradias. Sob tal sistema, a teoria de von Thünen (que é de qualquer modo uma teoria normativa) tornar-se-ia empiricamente irrelevante para nossa compreensão da estrutura espacial do uso do solo residencial. Essa abordagem foi tentada em numerosos países. Em Cuba, por exemplo, todas as residências foram expropriadas em 1960. Os alugueis eram pagos ao governo, "e considerados como amortização da posse pelos ocupantes, que deviam pagar imediatamente e regularmente e manter as casas" (Valdés, 1971). A mudança de ocupação podia ocorrer somente através de uma instituição do Estado.

"Os que viviam em casas construídas em 1940 ou perto desse ano foram liberados do pagamento em 1965, se o aluguel tivesse sido pago pontualmente desde 1959. Depois de maio de 1961, todas as novas unidades vazias foram distribuídas a famílias que tinham que pagar aluguel igual a 10% da renda da família. Além disso, na metade de 1966, o direito de viver sem aluguel para o resto de suas vidas foi garantido a todos os ocupantes de casas de cômodos que tivessem feito pelo menos 60 meses de pagamento. Um total de 268.089 famílias, estava pagando aluguel em 1969" (Valdés, 1971, 320).

Obviamente, um pequeno país como Cuba, num estágio inteiramente primitivo de desenvolvimento econômico, deverá sofrer carestia crônica de moradias, e a pobreza de moradia *per se* não pode ser eliminada por tal ação. Contudo, as soluções adotadas são interessantes, dado que elas tornaram a teoria do mercado do solo urbano de Alonso e Muth irrelevante para entender a estrutura espacial residencial; e isto, presumivelmente, é o que deveria acontecer se tivéssemos êxito em eliminar o gueto.

Essa abordagem do mercado do solo do gueto e da moradia é indicadora de uma estrutura diferente para a análise dos problemas e soluções imaginadas. Observe-se, por exemplo, que toda a velha moradia torna-se livre de aluguel. Se olharmos o estoque total de moradias de uma área urbana como um bem social (oposto a privado), então obviamente a comunidade já pagou pela moradia velha. Por este cálculo, toda moradia na área urbana construída antes, diga-se, de 1940 (e alguma construída desde então) já está paga. A dívida já foi amortizada e retirada. Os únicos custos ligados a isso são os encargos de

manutenção e serviços. Temos uma enorme quantidade de capital social investido no estoque de moradias, mas num sistema de mercado privado do solo e da moradia o valor da moradia nem sempre é medido em termos de uso como abrigo e residência, mas em termos da quantia recebida no mercado de troca, que pode ser afetada por fatores externos, tais como especulação. Em muitas áreas urbanas centrais, atualmente, as casas patentemente possuem pouco ou nenhum valor de troca. Isso não significa, contudo, que não tenham valor de uso. Como consequência, estamos jogando fora valor de uso porque não podemos estabelecer valores de troca (veja o Capítulo 5). Esse desperdício não ocorreria em um sistema de mercado de moradias socializado, e é um dos custos que sofremos por aderir tenazmente à noção de propriedade privada. Foi, naturalmente, uma asserção da teoria econômica por algum tempo que o valor de uso está agregado ao valor de troca. Enquanto os dois estão obviamente relacionados, a natureza das relações depende de quem está fazendo uso. Na área urbana central do mercado de moradia temos valores de uso bastante diferentes, quando contrastamos o proprietário, que usa a casa como fonte de renda e o morador, que está interessado em abrigo.

Esse argumento a respeito da teoria do uso do solo residencial de Alonso e Muth é muito simplista. Desde que é freqüente o caso de que o mecanismo que é tomado para os propósitos da teoria não é necessariamente o mesmo que os mecanismos reais que geram resultados de acordo com a teoria, seria perigoso, certamente, apontar imediatamente o mercado competitivo como sendo a causa primeira da formação do gueto. Todo um teste bem sucedido da teoria deveria ser feito, por isso, para alertar-nos para a possibilidade de que é o mecanismo do mercado competitivo que está falhando. Necessitamos examinar esse mecanismo em detalhe.

Um mercado funciona sob condições de escassez. Dito de outro modo, a alocação de recursos escassos é o fundamento da economia de mercado. É então importante para nós olharmos outra vez (veja-se acima pp. 65-71, 96) o conteúdo dos dois conceitos "recurso" e "escassez". Os geógrafos têm reconhecido há muito que um recurso é uma avaliação técnica e social (Spohrer, 1956). Isso significa que coisas e pessoas se tornam recursos naturais e humanos somente quando possuímos a tecnologia e a forma social apropriadas para fazer bom uso deles. O urânio torna-se um recurso a partir de avanços tecnológicos em física nuclear, e as pessoas tornam-se recursos quando são forçadas a vender seu trabalho no mercado, com o objetivo de sobreviver (este é o conteúdo real da expressão recursos humanos).

O conceito de escassez, do mesmo modo, não surge naturalmente, mas se torna relevante somente em termos da ação social e de objetivos sociais (Pearson, 1957). A escassez define-se, socialmente, e não é determinada natu-

ralmente. Um sistema de mercado torna-se possível em condições de escassez de recursos, porque somente sob essas condições podem surgir as mercadorias de preço estável nos mercados de troca. O sistema de mercado é um controle altamente descentralizado imaginado para coordenar a integração à ação econômica. A extensão dessa força coordenadora permitiu, historicamente, imenso aumento de produção de riqueza. Por isso, encontramos um paradoxo, isto é, que a riqueza é produzida num sistema que se fundamenta na escassez, para seu funcionamento. Segue-se que se a escassez é eliminada, a economia de mercado, que é a fonte da riqueza produtiva no capitalismo, desapareceria. Além disso, o capitalismo está continuamente incrementando sua capacidade produtiva. Para resolver esse dilema muitas instituições e mecanismos se formam para garantir que a escassez não desapareça. De fato, muitas instituições são organizadas para manter a escassez (as universidades sendo um bom exemplo, embora isso seja sempre feito em nome da "qualidade"). Outros mecanismos garantem o controle sobre o fluxo de outros fatores de produção. Entretanto, o poder crescente de produção tem que achar um caminho, e daí o processo destrutivo (em aventuras militares, programas espaciais e similares), e o processo de criação de necessidades. O que isso sugere, naturalmente, é que a escassez não pode ser eliminada sem também eliminar-se a economia de mercado. Em uma sociedade produtiva avançada, tal como os Estados Unidos, o maior obstáculo para eliminar a escassez repousa na complicada série de instituições inter-relacionadas (financeiras, jurídicas, políticas, educacionais, etc.) que sustentam o processo de mercado. Examinemos, agora, como essa situação se manifesta no mercado de moradia da área urbana central.

Há algumas contradições curiosas em relação às moradias do gueto. Um paradoxo é que as áreas de maior congestionamento são também as áreas com o número maior de casas vagas. Há cerca de 5.000 construções vagas em Baltimore — boa quantidade das quais em condição razoável — e todas estão localizadas em áreas de grande congestionamento. Outras cidades estão passando por situação similar. As mesmas áreas são caracterizadas por grande proporção de casas abandonadas em troca de impostos sobre a propriedade.

Os proprietários na área urbana central do mercado de moradias, ao contrário da opinião popular, não estão conseguindo grandes lucros. De fato, a evidência sugere que eles estão conseguindo menos do que conseguiriam em outra parte do mercado de moradias (veja Sternlieb, 1966; Gribsgy *et al.*, 1971). Alguns não têm ética, naturalmente, mas proprietários de comportamento bom, racional e ético estipulam uma taxa relativamente baixa de retorno. Além disso, os aluguéis que esses proprietários impõem são muito altos em relação à qualidade das acomodações enquanto propriedades e, se eles

realmente, têm boas e racionais razões de negócio para não financiar hipotecas nas áreas urbanas centrais. Há grande incerteza na área urbana central, e o solo é, em qualquer caso, freqüentemente olhado como "maduro" para redensolvimento. O fato de que o desinteresse em financiar hipotecas torna o mesmo mais maduro, é indubitavelmente entendido pelas instituições bancárias, desde que haja bons lucros a serem alcançados pelo redensolvimento através de usos comerciais. Dada a orientação para maximizar os lucros, essa decisão não pode ser olhada como não ética. De fato, é uma característica geral das moradias do gueto que, se aceitamos os costumes do comportamento normal, ético empresarial, não há possibilidade de que possamos culpar alguém porque as condições sociais objetivas que todos estamos desejando se caracterizam como apavorantes e ruins para os recursos potenciais de moradia. É uma situação na qual podemos encontrar todas as espécies de regulamentos contraditórios "verdadeiros". Consequentemente, parece impossível encontrar uma política, dentro da estrutura econômica e institucional existente que seja capaz de corrigir essas condições. Subsídios federais para moradias privadas faltam; subsídios para aluguel são rapidamente absorvidos por ajustamentos de mercado; as moradias públicas têm um pequeno impacto porque são muito poucas em quantidade, com distribuição muito localizada (usualmente, nas áreas onde os pobres são forçados a viver de qualquer modo) e imaginadas para serem usadas somente pelas classes mais baixas da sociedade. A renovação urbana apenas contorna o problema, e em alguns casos produz mais mal do que bem.

Engels, em uma série de ensaios intitulados *A Questão das Moradias*, publicados em 1872, predisse que este era o impasse ao qual as soluções capitalistas para o problema de moradia conduziriam inevitavelmente. Teoricamente, sua predição pode derivar da crítica da análise de von Thünen, exatamente do mesmo modo como Marx criticou Ricardo. Desde que a conciliação de renda do modelo de von Thünen (e no modelo de Alonso e Muth) é essencialmente a mesma de Ricardo (apenas surgiu em circunstâncias um tanto diferentes), podemos usar os argumentos de Marx (*O Capital*, Volume 3; *Theories of Surplus Value* parte 2) a respeito exatamente disto. A renda, de acordo com Marx, não era senão uma manifestação da mais-valia sob instituições capitalistas (tais como propriedade privada), e a natureza da renda não podia ser entendida independentemente deste fato. Considerar a renda como algo "em si mesmo" independente de outras facetas do modo de produção e independente das instituições capitalistas é cometer erro conceitual. É precisamente, esse erro que é cometido nas formulações de Alonso e Muth. Além disso, esse "erro" manifesta-se no próprio processo do mercado capitalista porque ele requer que as rendas (ou o retorno do capital) sejam maximizadas, mais do que realizem uma mais-valia social máxima. Desde

que a renda é meramente manifestação possível e parcial da mais-valia, a tendência para maximizar a renda, mais do que a mais-valia, que dá origem a ela, é limitada, criando tensões na economia capitalista. De fato, isso põe em ação forças que são antagônicas à realização da própria mais-valia; daí o declínio na produção, que resulta quando as forças de trabalho potencial são separadas dos lugares de trabalho pelas mudanças no uso do solo surgidas tanto pelos interesses comerciais, que buscam maximizar o retorno do solo sob seu controle, como pelas comunidades procurando maximizar suas bases disponíveis de taxa. Engels, em *A Questão das Moradias* (1872) indicou a gama inteira de consequências que fluem dessa espécie de processo competitivo do mercado.

"O crescimento das grandes cidades modernas dá ao solo em certas áreas, particularmente nas que estão situadas no centro, um aumento de valor colossal e artificial; os edifícios erguidos nessas áreas deprimem esse valor em vez de aumentá-lo, porque não correspondem muito às circunstâncias modificadas. Eles são derrubados e substituídos por outros. Isso ocorre, sobretudo, com as casas dos trabalhadores que estão situadas no centro, e cujos alugueiros, mesmo com a maior valorização, nunca podem, ou somente de modo lento, aumentar acima de certo teto. Elas são derrubadas, e em seu lugar, lojas, armazéns e edifícios públicos são construídos". (p. 23)

Esse processo (que é claramente visível em toda cidade contemporânea) resulta da necessidade de realizar uma taxa de retorno numa parcela de solo que seja consistente com sua renda locacional. Isso não tem, necessariamente, nada que ver com a melhoria da produção. O processo é também consistente com certas outras pressões.

"A ciência natural moderna provou que os assim chamados 'distritos pobres' nos quais os trabalhadores são apinhados juntos são os lugares que geram todas as epidemias, que de tempos em tempos afligem nossas cidades (...). A condição capitalista não pode dar-se ela própria o prazer de criar doenças epidêmicas entre a classe trabalhadora, sem impunidade; as consequências voltam-se contra ela, e o espírito da morte lança-se furiosamente em suas fileiras, tão cruelmente como nas fileiras dos trabalhadores. Tão logo esse fato foi cientificamente estabelecido, a burguesia filantrópica começou a competir com os demais em esforços nobres em proveito da saúde de seus trabalhadores. Sociedades foram fundadas; foram escritos livros; exposições foram imaginadas; leis foram debatidas e aprovadas para eliminar as fontes das epidemias sempre recorrentes. As condições de moradia dos trabalhadores foram examinadas e tentativas foram feitas para remediar os efeitos mais gritantes (...). Comissões do governo foram organizadas para fazer inquéritos sobre as condições de higiene das classes trabalhadoras". (p. 43)

Hoje, é a patologia social — drogas e crime — que é importante, mas o

problema não parece essencialmente diferente. As soluções imaginadas ainda têm as mesmas características. Engels refere que: "na realidade, a burguesia tem somente um método de resolver a questão das moradias depois de seu surgimento — ou seja, de resolvê-la de tal modo que a solução reproduz, continuamente, a questão de novo. Esse método é chamado 'Hausmann'" (...). Por 'Hausmann', quero dizer a prática que agora se tornou geral de abrir brechas nos quarteirões da classe trabalhadora de nossas cidades grandes, e particularmente nas áreas que estão centralmente situadas, muito longe de ser isto feito por considerações de saúde pública, e para embelezar a cidade, ou devido à demanda dos negócios de bens de raiz situados no grande centro; ou devido às reivindicações do comércio, tais como abrir avenidas e ruas (que, algumas vezes, parecem ter o objetivo estratégico de tornar a luta de barricadas mais difícil) (...). Não importa quanto possam ser diferentes as razões, o resultado é o mesmo em toda a parte; as vielas escandalosas desaparecem, com o acompanhamento do pródigo auto-louvor da burguesia por conta de seu tremendo sucesso, mas elas aparecem outra vez, imediatamente, em alguma outra parte, mais e muitas vezes na vizinhança imediata! (...) Os lugares geradores de doenças, os buracos e celas infames nos quais o modo de produção capitalista confina nossos trabalhadores noite após noite, não são abolidos; eles são meramente transferidos para outra parte! A mesma necessidade econômica que os produziu no primeiro lugar, os produz também no lugar seguinte. Tanto quanto o modo de produção capitalista continue a existir, é tolo esperar por uma solução isolada da questão da moradia ou de qualquer outra questão social que afeta o destino dos trabalhadores. A solução reside na abolição do modo capitalista de produção e na apropriação de todos os meios de vida e trabalho pela classe trabalhadora". (pp. 74-77)

A experiência obtida com políticas de implantação urbana nas cidades americanas contemporâneas indica algumas similaridades perturbadoras com o relato de Engels; e é difícil evitar a conclusão de que a condição inerente ao mecanismo de mercado capitalista contribui para isto. Por isso, há boa razão para acreditar que nossa suspeita inicial seja correta, e que o mecanismo de mercado é réu do sórdido drama. Se pensarmos nesses termos, podemos explicar por que quase todas as políticas imaginadas para a área urbana central têm resultado ao mesmo tempo desejáveis e indesejáveis. Se "renovamos a cidade", meramente movemos a pobreza em torno; se não, meramente permanecemos e observamos a ruína. Se evitamos os condomínios, também evitamos aos negros conseguir moradia. A frustração decorrente de tal situação pode, facilmente, levar a conclusões contraditórias. O pobre pode ser culpado por suas condições (uma conclusão que Banfield acha apropriada); e podemos instituir políticas baseadas em "falhas humanas" que pelo menos não provocarão as espécies de questões que as falhas políticas, inevitavel-

mente, trazem. Por isso, é interessante notar que a política urbana, atualmente parece envolver mudança na ênfase de tentar salvar a área central das cidades (onde os programas estão destinados a falhar) para tentar preservar as "áreas cinzentas" onde o sistema de mercado é mais suficientemente rigoroso para tornar possível alcançar algum grau de sucesso. Se tal política evitará a inimizade e a extensão da ruína pode duvidar-se. Contudo, infelizmente, isso também vincula em conta corrente os valores de uso acumulados na área central das cidades assim como os destinos e vidas dos 15 a 25 milhões de pessoas que estão, atualmente, condenadas a passar a vida inteira em tais localidades. Parece um preço alto a pagar para meramente evitar uma consideração realista de ambas as conclusões que Engels obteve e as bases teóricas sobre as quais a conclusão se fundamenta. O ponto ao qual estou tentando me dirigir é que, embora todos os analistas sérios concedam seriedade ao problema do gueto, poucos trazem à baila as forças que regem o mais profundo de nosso sistema econômico. Assim, discutimos tudo exceto as características básicas de uma economia de mercado capitalista. Imaginamos todas as maneiras de soluções, exceto as que poderiam mudar a permanência desta economia. Tais discussões e soluções servem, somente, para parecermos tolos, desde que elas nos conduzem eventualmente a descobrir aquilo que Engels estava bem consciente, em 1872: que as soluções capitalistas não fornecem nenhum fundamento para lidar com condições sociais deterioradas. Elas são meramente "ar deflogisticado". Podemos, se desejarmos, descobrir oxigênio e tudo o mais sujeitando as verdadeiras bases de nossa sociedade a um exame rigoroso e crítico. É essa tarefa que uma abordagem revolucionária da teoria deve primeiro cumprir. O que essa tarefa supõe?

Deixe-me dizer primeiro o que ela não supõe. Ela não mais supõe outra investigação empírica das condições sociais nos guetos. De fato, constatar ainda mais evidências da patente desumanidade do homem para com o homem é contra-revolucionário, no sentido de que isto acentua o maldito coração liberal em nós, a pretender que estamos contribuindo para uma solução, quando de fato não estamos. Essa espécie de empirismo é irrelevante. Há já bastante informação em relatórios de congressos, jornais, livros, artigos etc., para prover-nos de toda a evidência de que necessitamos. Nossa tarefa não consiste nisso. Nem ela consiste no que possa somente ser chamado "masturbação moral", da espécie que acompanha a união masquista de algum grande relatório sobre as injustiças diárias relativas à população do gueto, a partir do qual curvamos nossas consciências e oferecemos comisseração cada um antes de retirarmos-nos para nossos confortos aconchegantes. Isso, também, é contra-revolucionário porque serve, meramente, para expiar a culpa sem sermos jamais forçados a encarar os assuntos fundamentais, abandonando-os, e nada fazendo por eles. Nem é solução participar daquele turismo

emocional que nos atrai para viver e trabalhar com o pobre, "durante algum tempo", na esperança de que possamos realmente ajudá-lo a melhorar sua sorte. Isso, também, é contra-revolucionário; então fazer o que, se ajudamos uma comunidade a obter um parque em um verão de trabalho para descobrir que a escola se deteriora no fim? Esses são os caminhos que *não* deveríamos tomar. Eles servem meramente, para afastar-nos da tarefa essencial à mão.

Essa tarefa imediata não é mais nem menos que a autoconsciência e construção atenta de um novo paradigma para o pensamento geográfico social através de uma crítica aguda e profunda de nossas construções analíticas existentes. Isso é o que estamos melhor equipados para fazer. Somos acadêmicos, apesar de tudo, trabalhando com os instrumentos do ofício intelectual. Como tal, nossa tarefa é mobilizar nossos poderes de pensamento para formular conceitos e categorias, teorias e argumentos que possamos aplicar à tarefa de possibilitar mudança social humanizadora. Esses conceitos e categorias não podem ser formulados abstratamente. Devem ser forjados realisticamente com respeito a eventos e ações, tais como eles se desdobram em torno de nós. A evidência empírica, os já referidos relatórios e as experiências obtidas na comunidade podem e devem ser usados aqui. Mas, todas essas experiências e toda aquela informação significa pouco, a menos que a sintetizemos em poderosos padrões de pensamento.

Contudo, nosso pensamento não pode permanecer, meramente, apoiado na realidade existente. É preciso abraçar criativamente alternativas. Não podemos procurar planejar para o futuro com base na teoria positivista porque fazer assim, meramente reforçaria o *status quo*. Além disso, como na formação de qualquer novo paradigma, devemos estar preparados para incorporar e convocar tudo o que é útil e válido dentro daquele corpo teórico. Podemos reestruturar a formulação da teoria existente à luz de possíveis linhas de ação futura. Podemos criticar as teorias existentes como "meras apologias" força dominante em nossa sociedade — o sistema capitalista de mercado e todas suas concomitantes instituições. Dessa maneira, estaremos aptos a estabelecer ao mesmo tempo as circunstâncias sob as quais a teoria da localização pode ser usada para criar futuros melhores, e as circunstâncias nas quais ela reforça modos de pensamento que levam à manutenção do *status quo*. O problema, em muitos casos, não é o método marginalista *per se* nem técnicas de otimização *per se*, mas que esses métodos estão sendo aplicados no contexto errado. O ótimo de Pareto, tal como aparece na teoria da localização, é um conceito contra-revolucionário, como em qualquer formulação que busca a maximização de qualquer uma das manifestações parciais da mais-valia (tal como renda ou retorno de investimento do capital). Além do mais, soluções programadas são meios claros e extremamente relevantes para entender como os recursos podem ser melhor mobilizados para a produção de mais-valia

lia. Formulações baseadas na obtenção da igualdade na distribuição são também contra-revolucionárias, a menos que elas sejam derivadas do entendimento de como a produção é organizada para criar mais-valia. Examinando questões como essas, podemos finalmente começar a avaliar as teorias existentes e no processo (quem sabe?) talvez começar a encontrar os delineamentos da nova teoria.

Uma revolução no pensamento científico é efetivada por idéias e conceitos diretores, categorias e relações (em um sistema superior de pensamento) quando decidida contra as realidades que requerem a explicação, de modo que cheguemos a fazer toda oposição àquele sistema de pensamento olhado como ridículo. Desde que somos, na maior parte, nossos próprios principais oponentes no assunto, muitos de nós descobriremos que o primeiro passo inicial nesse caminho trará desconforto, por fazer-nos olhar ridiculamente para nós mesmos. Não é fácil isso, particularmente se estamos possuídos de orgulho intelectual. Ulteriormente, a emergência de uma verdadeira revolução no pensamento geográfico está destinada a ser temperada por um empenho para a prática revolucionária. Certamente, a aceitação geral da teoria revolucionária dependerá do vigor e efetividade da prática revolucionária. Haverá muitas decisões pessoais difíceis de tomar, decisões que requerem empenho "real" oposto a empenho "meramente liberal". Muitos de nós fugiremos, indubitavelmente, antes de assumir tal empenho, porque é certamente muito confortável ser um mero liberal. Contudo, se as condições são tão sérias como muitos de nós acreditamos, então chegaremos, crescentemente, a reconhecer que nada mais pode ser perdido por aquela espécie de empenho, e quase tudo está por ser ganho, e deveríamos fazer isso a seguir.

Comentário ulterior sobre teorias revolucionárias e contra-revolucionárias

A reação a uma versão corrente deste artigo indicou certa ambigüidade na apresentação relativa à relação entre o empenho interdisciplinar e as revoluções sociais em geral. Essa ambigüidade requer esclarecimento.

Accito a proposição assumida por Marx e Engels, em *A Ideologia Alemã*, de que a classe dominante produz as idéias dominantes na sociedade. Essa produção não é um processo simples, naturalmente, mas desde logo as idéias geradas na sociedade são as que são consistentes com os interesses dos que estão com o controle dos meios de produção. Não há conspiração necessariamente envolvida (embora o controle de opinião, de instrução e de propaganda muitas vezes suprima idéias potencialmente revolucionárias). A "mão oculta" é suavemente efetiva em dominar tanto nossos pensamentos como

nossa economia. Contudo não são meramente idéias e conceitos que são produzidos. Toda a organização do saber (a organização do processo de aprendizagem, a estrutura do sistema educacional, a divisão do saber em disciplinas distintas etc.) também reflete os interesses dominantes na sociedade, porque estes são todos parte do processo que contribui para a reprodução da sociedade. Estudantes formados são, assim "produzidos" como geógrafos, planejadores, químicos, médicos, professores e outros. Não estou dizendo que não possa haver diversidade considerável nas formas particulares de organização acadêmica ou nos sentimentos expressos. Mas, deve-se dizer que qualquer que seja a forma ela deve ser tal que satisfaça a necessidade primária de perpetuar a sociedade em seu estado atual. Isso significa que *em geral* todo o saber é difundido como apologia ao *status quo* e com formulações contra-revolucionárias que funcionam para frustrar a investigação de alternativas. Isso, também, significa que a organização do saber (incluindo as divisões disciplinares) tem um *status quo* ou postura contra-revolucionária. O objetivo do saber e sua organização e disseminação são inerentemente conservadores.

No interior das disciplinas devemos, por isso, esperar que a maioria das formulações teóricas serão do *status quo* ou contra-revolucionárias. Essas formulações reificam caracteristicamente (e deste ou daquele modo, facilmente, legitimam) uma situação existente em forma de conceito ou, aliás, (quando não apropriado) dispensa a atenção dos objetivos reais para assuntos que são irrelevantes ou de menor significado. A última tática dá certa qualidade irreai à teoria — uma qualidade que é particularmente marcada em muitas teorias nas ciências sociais contemporâneas. Consequentemente, torna-se um ato de consciência revolucionária para o acadêmico desnudar-se de pressuposições contra-revolucionárias para agarrar-se à realidade que estamos designadamente tentando analisar e compreender. É necessário um esforço similar para reconhecer a qualidade apologética de muita teoria nossa, ou adaptar a teoria do *status quo* para lidar com circunstâncias modificadas. Tais atos de consciência revolucionária são capazes de gerar revolução no pensamento dentro de uma disciplina. É instrutivo relembrar, por exemplo, que as formulações fundamentais e bastante revolucionárias de August Lösch no campo da teoria da localização nasceram de seu senso de "dever real (...) não para explicar nossa triste realidade, mas para aperfeiçoá-la" (1954, 4).

As revoluções no pensamento são, também, necessárias para manter a manipulação e o controle em circunstâncias de mudança para os que possuem o controle dos meios de produção. A revolução keynesiana foi necessária porque as teorias do *status quo* da geração anterior não eram mais ferramentas efetivas para serem usadas em circunstâncias modificadas. As revoluções no pensamento são assim possíveis e necessárias sem revoluções reais

na prática social. Não desejo minimizar os esforços ou o significado das revoluções geradas, internamente, envolvidas no pensamento disciplinar. Mas, se tais revoluções no pensamento são mais do que adaptações, pelas quais os que têm o controle na sociedade perpetuam sua habilidade de controle, elas devem ser vistas como o começo de um esforço para introduzir uma teoria revolucionária mais completa que possa ser válida através da prática revolucionária. Nisso, deve ser primeiro reconhecido que *todas* as fronteiras disciplinares são elas próprias contra-revolucionárias. A divisão do conhecimento leva o corpo político a dividir e a dominar tanto quanto se concebe a aplicação do conhecimento. Isso, também, torna grande parte da comunidade acadêmica impotente, porque leva-nos a pensar que podemos entender a realidade somente através de uma síntese do que cada disciplina tem a dizer sobre seu segmento particular; e rapidamente sucumbimos ao que é uma tarefa tão claramente impossível. Estudos inter, multi e intra-disciplinares são potencialmente revolucionários, mas nunca realmente acontecem; os obstáculos contra eles são bastante grandes. A realidade tem que ser, por isso, abordada diretamente mais do que através de formulações das disciplinas acadêmicas. Devemos pensar em termos não disciplinares ou contra disciplinares se queremos pensar academicamente sobre todos nossos problemas. Formulações genuinamente revolucionárias não podem ter base disciplinar específica; elas devem referir-se a todos os aspectos relevantes da realidade material. Infelizmente, a maioria de nós na academia foi treinada para pensar em termos de (e para dirigir nossa identidade a respeito de) disciplinas específicas. A geografia tem menos problemas com isso do que a maioria, desde que a maior parte dos geógrafos tem pouca idéia do que seja geografia, e são forçados a fazer grande uso de outras disciplinas no curso de seu trabalho. Contudo, todos os acadêmicos têm que "deduzir-se" em algum sentido para que estejam realmente em posição de confrontar as realidades em torno deles de qualquer modo direto.

Confrontando nossa situação, diretamente, tornamo-nos ativos participantes do processo social. A tarefa intelectual é identificar escolhas reais, tais como são iminentes a uma situação existente, e imaginar maneiras de validar ou invalidar essas escolhas através da ação. Essa tarefa intelectual não é tarefa de um grupo de pessoas chamadas "intelectuais", porque todos os indivíduos são capazes de pensar, e todos os indivíduos pensam sobre sua situação. Um movimento social torna-se movimento acadêmico e um movimento acadêmico torna-se movimento social quando todos os elementos na população reconhecem a necessidade de reconciliar a análise e a ação. Gramsci (em *Cadernos Selecionados do Carcere*) provê uma análise excelente do papel da atividade intelectual nos movimentos revolucionários.

É realista, contudo, aceitar que há uma tarefa imediata dentro da geogra-

fia. Essa tarefa é abjurar e rejeitar o *status quo* e as formulações contra-revolucionárias. Estamos, precariamente em posição de identificar o joio do trigo em nosso pensamento, e demandará algum esforço fazer isso. Mas, faz sentido tentar essa tarefa somente se tivermos em mente o contexto mais amplo do movimento social e a macromudança na qual estamos trabalhando. O que fazemos em geografia é, ultimamente, irrelevante; e é por isso desnecessário estar preocupados com algum esforço parvo para alcançar o poder dentro de uma disciplina particular. Meu apelo por uma revolução no pensamento geográfico deve, por isso, ser interpretado como apelo por uma reformulação da teoria geográfica destinada a "atualizar-nos" em relação às realidades que procuramos entender, assim como colaborar na grande tarefa social de estimular um despertar político naquele segmento da população chamado "geógrafos". Meus comentários sobre revolução social destinaram-se a descobrir que a atividade intradisciplinar deve ser formulada no mais amplo contexto social, e deve também ser, ulteriormente, substituída por um movimento social real. Eu peço desculpas por essa distinção não ter ficado clara na apresentação original.

Eu insisto em que há um número de tarefas positivas a serem desempenhadas dentro de nossa disciplina. Temos que limpar o tumulto contra-revolucionário que nos cerca. Temos, também, que distinguir a qualidade apologetica do *status quo* do resto de nossa teoria. Essas duas tarefas podem de fato ser derivadas da colocação de um número de proposições sobre a natureza da teoria. Deixe-me colocá-las, abaixo, tanto quanto posso:

1. Cada disciplina situa problemas e soluções através de um estudo das condições reais mediadas através de uma estrutura teórica que consiste de categorizações, proposições, relações sugestivas e conclusões gerais.

2. Há três espécies de teoria:

(I) *A teoria do status quo* — uma teoria que se apoia na realidade que deseja descrever e que representa, acuradamente, o fenômeno que com ele lida em um momento particular no tempo. Mas, tendo atribuído *status* universal de verdade às proposições que contém, é capaz de produzir políticas prescritivas que podem resultar somente na perpetuação do *status quo*.

(II) *A teoria contra-revolucionária* — a teoria que pode ou não parecer apoiada na realidade que busca retratar, mas que obscurece, enevoa e geralmente ofusca (mesmo que por intenção ou acidente) nossa habilidade em compreender aquela realidade. Tal teoria é, usualmente, atrativa e por vezes alcança consenso geral porque é logicamente coerente, facilmente manipulável, esteticamente atraente, ou bastante nova e de moda; mas, é de muitas maneiras bastante alheia à realidade que pretende representar. Uma teoria contra-revolucionária automaticamente frustra mesmo a criação ou a implementação de políticas viáveis. É por isso um artifício perfeito para a não to-

mada de decisão, porque distrai a atenção dos assuntos fundamentais para assuntos superficiais ou inexistentes. Pode, também, funcionar como suporte espúrio e legitimação de ações contra-revolucionárias destinadas a frustrar a necessidade de mudança.

(III) A *teoria revolucionária* — uma teoria que está firmemente apoiada na realidade que busca representar, a cujas proposições individuais é atribuído um *status* contingente verdadeiro (elas estão no processo de tornar-se verdadeiras ou falsas dependendo das circunstâncias). Uma teoria revolucionária é formulada dialeticamente e pode trazer o conflito e a contradição dentro de si. Uma teoria revolucionária oferece oportunidades reais para momentos futuros no processo social, identificando escolhas iminentes em uma situação existente. A implementação dessas escolhas serve para validar a teoria e para prover os apoios para a formulação de nova teoria. Uma teoria revolucionária, conseqüentemente, provê a perspectiva para criar a verdade mais do que para encontrá-la.

3. Proposições individuais e, certamente, estruturas teóricas globais não estão necessariamente contidas *em si próprias* em qualquer uma das categorias acima. Elas somente pertencem a uma categoria no processo de uso em uma situação social particular. De outro modo, as proposições e teorias permanecem formulações abstratas, idealizadas e etéreas, que possuem forma mas não conteúdo (são meramente palavras e símbolos). As formulações contra-revolucionárias são, freqüentemente, mantidas permanentemente nesse estado de ausência de conteúdo.

4. Uma formulação teórica pode, logo que as circunstâncias mudam e dependem de sua aplicação, mover ou ser movida de uma categoria para outra. Isso acarreta dois perigos que devem ser evitados.

(I) A *cooptação contra-revolucionária* — a reversão de uma teoria de um estado revolucionário para um contra-revolucionário.

(II) A *estagnação contra-revolucionária* — a estagnação de uma teoria revolucionária através da falha em reformulá-la à luz de novas circunstâncias e situações; por esse meio, uma teoria revolucionária pode tornar-se uma teoria do *status quo*.

Mas, há também duas importantes tarefas revolucionárias:

(III) A *negação revolucionária* — tomar a teoria contra-revolucionária e expô-la tal qual realmente é;

(IV) A *reformulação revolucionária* — tomar as formulações do *status quo* ou *contra-revolucionárias*, colocá-las em movimento ou provê-las de conteúdo real, e usá-las para identificar escolhas reais iminentes ao presente.

5. Essas tarefas podem ser realizadas, e esses perigos podem ser evitados somente se a postura contra-revolucionária do esforço organizado do conhecimento (e em particular a divisão disciplinar) é reconhecida e realmente confrontada diretamente.

CAPÍTULO V

Valor de Uso, Valor de Troca e a Teoria do Uso do Solo Urbano

“A palavra VALOR, é preciso observar, tem dois significados diferentes; algumas vezes expressa a utilidade de algum objeto particular e algumas vezes o poder de compra de outros bens que a posse daquele objeto transmite. O primeiro pode ser chamado ‘valor de uso’ e o outro ‘valor de troca’. As coisas de grande valor de uso têm, freqüentemente, pequeno ou nenhum valor de troca; e, ao contrário, as de grande valor de troca têm, freqüentemente, pequeno ou nenhum valor de uso”. (Adam Smith, *The Wealth of Nations*, 1776, 28).

A distinção entre valor de uso e valor de troca foi uma fonte preponderante de consideração para os economistas políticos do século dezanove. Ela estipulou o ponto de partida dos *Princípios de Economia Política e Tributação*, de Ricardo, assim como *O Capital*, de Marx. Jevons (1871, 128-44) manifestou-se para esclarecer o que corretamente percebia como certas ambigüidades e inconsistências nas discussões de Smith e Ricardo sobre o assunto; mas, no processo, ele eliminou muitos assuntos de interesse e socialmente relevantes ligados a elas. Ele tornou valor de uso igual à “utilidade total”, e valor de troca à “proporção de troca”. A última, então, foi relacionada à primeira, através de uma definição formal — definição que Jevons julgava ser uma “chave mestra” para todo o pensamento econômico:

“A proporção de troca de duas mercadorias quaisquer será a recíproca da proporção das medidas finais de utilidade das quantidades de mercadoria úteis para o consumo depois que a troca se realizou”.

E, assim, Jevons transformou a economia política em ciência econômica com sua ênfase em artifícios teóricos sofisticados para a análise marginal. Esses artifícios sofisticados, introspectivos em certos aspectos, são instrumentos fracos para lidar com alguns dos problemas importantes e relevantes colocados pela economia política clássica. Conseqüentemente, esses problemas têm o hábito das aves de arribação, o de surgirem outra vez com novos

trajes. Eles permeiam bastante a economia do bem-estar e assumem forma bastante específica em argumentos sobre a especificação do bem-estar social, a provisão de bens públicos, a natureza dos excedentes dos consumidores e produtores, a natureza e medida apropriada do capital etc. Eles, também, surgem na área política. É evidente, por exemplo, que o conceito social de necessidade e o conceito econômico de demanda são duas coisas bastante diferentes, e que existem em uma relação peculiar entre si. Parece relevante, por isso, relembrar a distinção entre valor de uso e valor de troca em sua forma original e indagar se o debate clássico pode prover qualquer esclarecimento a respeito dos problemas urbanos contemporâneos.

Marx fez várias e significativas contribuições para o debate clássico. Essas contribuições, efetivamente, solucionam as ambigüidades encontradas nas discussões de Smith e Ricardo, mas indicam uma direção para a análise econômica bastante diferente daquela sofisticada por Jevons. Parte da dificuldade colocada pela análise de Marx está em sua maneira bastante original de usar as palavras. Ollman (1971) proveu recentemente uma discussão detalhada sobre esse tópico. A dificuldade surge porque Marx usou as palavras de modo dialético e relacional. Valor de uso e troca não têm significado em si próprios. Eles não se referem, como aparece em outras discussões da época, a dois sistemas de escalas fixos e separados (possuindo atributos universais), que "existem" ambos em algum sentido *a priori* kantiano ou possam ser descobertos através de uma investigação empírica do comportamento humano. Para Marx, eles ganham significado (passam a existir) através do relacionamento entre si (e a outros conceitos) e através de sua relação às situações e circunstâncias em discussão (Ollman, 1971, 179-89). A expressão "valor de uso" pode, assim, ser aplicada a toda a classe de objetos, atividades e eventos em situações particulares sociais e naturais. Pode referir-se à ideologia religiosa, instituições sociais, trabalho, linguagem, mercadorias, recreação etc. É mesmo razoável considerar o valor de uso do conceito "valor de uso"; certamente, isto é o que este ensaio parcialmente pretende.

Marx deu bastante atenção ao significado de valor de uso e valor de troca na sociedade capitalista. Tanto nos capítulos iniciais de *O Capital* como em *Uma Contribuição à Crítica da Economia Política* ele detalha o significado desses conceitos no contexto capitalista. No último trabalho (que esboçaremos aqui) Marx começa aceitando a proposição de que cada mercadoria tem duplo aspecto de expressão na sociedade capitalista burguesa — valor de uso e valor de troca. Ele afirma que "um valor de uso tem valor somente em uso, e realiza-se no processo de consumo". Os valores de uso, conseqüentemente, "servem diretamente como meios de existência". Empregado dessa maneira, contudo, "o valor de uso como tal está fora da esfera de investigação da economia política". Marx passa então a considerar o valor de troca.

Este, sugere, aparece à primeira vista como "relação quantitativa; a proporção pela qual valores de uso são trocados por outros". Mas, em seu modo típico, passa, então, a indagar das forças que geram o valor de troca na sociedade capitalista. Ele conclui que a criação de valor de troca reside no processo social de aplicação de trabalho socialmente necessário aos objetos da natureza para criar objetos materiais (mercadorias) apropriados para o consumo (uso) pelo homem. Marx, então, relaciona valor de uso e valor de troca entre si. É interessante contrastar esse método com o de Jevons que recorreu à suposição marginalista. Marx escreve:

"Até aqui, dois aspectos da mercadoria — valor de uso e valor de troca — foram examinados, mas cada um separadamente. A mercadoria, contudo, é a unidade direta do valor de uso e do valor de troca, e ao mesmo tempo é mercadoria somente em relação a outras mercadorias. O processo de troca de mercadorias é a relação *real* que existe entre elas. Este é o processo social desempenhado pelos indivíduos independentemente uns dos outros, mas eles somente tomam parte nele como possuidores de mercadorias (...). A mercadoria é um valor de uso, mas como mercadoria, ela em si simultaneamente *não* é valor de uso. Não seria mercadoria se fosse valor de uso para seu possuidor; isto é, meio direto para a satisfação de suas próprias necessidades. Para seu possuidor é, ao contrário, *não* valor de uso, que é meramente o depositário físico do valor de troca ou simplesmente *meio de troca*. O valor de uso como ativo portador de valor de troca torna-se meio de troca. A mercadoria é valor de uso para seu possuidor somente na medida em que é valor de troca. A mercadoria, por isso, tem ainda que se tornar valor de uso (...) um valor de uso para outros. Desde que não é valor de uso para seu possuidor, deve ser valor de uso para outros possuidores de mercadorias. Se não é este o caso, então o trabalho gasto nela foi trabalho inútil, e o resultado, conseqüentemente, não é mercadoria (...). Para tornar-se valor de uso, a mercadoria deve encontrar a necessidade particular que ela possa satisfazer. Assim, os valores de uso das mercadorias tornam-se valores de uso por uma troca mútua de lugares: eles passam das mãos para as quais elas eram meios de troca, para as mãos dos quais elas servem como bens de consumo. Somente como resultado da alienação universal de mercadorias, então o trabalho contido nelas torna-se trabalho útil (...). Para tornarem-se mercadorias com valores de uso elas devem ser inteiramente alienadas; devem entrar no processo de troca; a troca, contudo, é relacionada meramente com seu aspecto, como valores de troca. Daqui que, somente se realizando como valores de troca podem elas realizar-se como valores de uso" (*A Contribuição to the Critique of Political Economy*, 41-3).

A técnica de Marx, aqui, é colocar o valor de uso e o valor de troca em relação dialética entre si através da forma que eles assumem na mercadoria.

A mercadoria também expressa uma série de relações sociais. A “alienação universal”, sobre a qual Marx escreve, é explicada com grande detalhe nos *The Economic and Philosophic Manuscripts of 1844* (pp. 106-19). Ali, Marx mostra que os seres humanos tornaram-se, através da história, progressivamente mais alienados (1) do produto do trabalho (do mundo dos objetos e da natureza), (2) da atividade da produção (como perderam o controle dos meios de produção), (3) de sua própria e inerente “espécie” (que se baseia no sentido pelo qual os seres humanos são uma parte da natureza, e por isso têm uma natureza humana) e (4) de si próprios (como cada indivíduo assume uma identidade e é forçado a competir mais do que a cooperar com os outros). Esses aspectos da “alienação universal” estão todos presentes na mercadoria. A mercadoria, como simples objeto ou “coisa em si mesma”, é substituída na análise de Marx pela mercadoria como expressão de inúmeras relações sociais que, através de simples mudança de mãos, pode passar por uma transformação radical de significado. A “mercadoria” assume consigo mesma tudo o mais que está acontecendo na situação social, na qual ela é produzida e consumida. E nesse estilo dialético e relacional de análise que Marx se separa da companhia das análises tradicionais. Há indubitavelmente, ao mesmo tempo resistência e ressentimento a esse modo de abordar: Joan Robinson (citada por Ollman, 1971, 188) queixa-se, por exemplo, de “Hegel colocando seu nariz entre eu e Ricardo”. Mas, uma leitura cuidadosa da passagem acima sugere que a formulação de Marx não é absurda. Ela produz introspecções mais adequadas a certos aspectos do que o estratagema imaginado por Jevons. Este supõe dois sistemas separados de valor que podem ser colocados em relacionamento funcional entre si por um artifício teórico. Essa suposição tem produzido resultados importantes (particularmente na teoria econômica marginalista), mas no contexto de valor de uso e valor de troca levou a teoria econômica seja para discussões um pouco áridas sobre propriedades matemáticas de funções de utilidade, seja para confiar na noção mais do que obscura de “preferência manifesta” que simplesmente confirma que as pessoas se comportam do modo pelo qual se comportam. Geógrafos, planejadores e sociólogos, por outro lado, têm tratado de mercadorias apenas em seus aspectos de valor de uso ou, se eles procuraram esclarecimentos analíticos, serviram-se inquestionavelmente das análises marginais. O valor de uso prevê o sustentáculo conceitual dos tratamentos geográficos e sociológicos tradicionais dos problemas de uso do solo, mas é usado de tal modo que os estudos de uso de solo permanecem “fora da esfera de investigação da economia política”. O método marxista de colocar o valor de uso e o valor de troca em relação dialética entre si merece consideração porque favorece o duplo propósito de soprar vida nova nos estudos geográficos e sociológicos do uso do solo, e de construir uma ponte entre as abordagens es-

paciais e econômicas dos problemas de uso do solo. O último propósito pode ser tão benéfico à economia contemporânea como o é para a análise espacial contemporânea.

O valor de uso e o valor de troca do solo e das benfeitorias

O solo e suas benfeitorias são, na economia capitalista contemporânea, mercadorias. Mas, o solo e as benfeitorias não são mercadorias quaisquer: assim, os conceitos de valor de uso e valor de troca assumem significado em uma situação mais do que especial. Seis aspectos requerem particular atenção.

(i) O solo e as benfeitorias não podem deslocar-se livremente, e isso os diferencia de outras mercadorias, tais como trigo, automóveis e similares. O solo e as benfeitorias têm localização fixa. A localização absoluta confere privilégios de monopólio à pessoa que tem os direitos de determinar o uso nessa localização. É atributo importante do espaço físico que duas pessoas ou coisas não possam ocupar exatamente o mesmo lugar, e este princípio, quando institucionalizado como propriedade privada, tem ramificações muito importantes para a teoria do uso do solo urbano e para o significado do valor de uso e do valor de troca.

(ii) O solo e as benfeitorias são mercadorias das quais nenhum indivíduo pode dispensar. Não posso existir sem ocupar espaço; não posso trabalhar sem ocupar um lugar e fazer uso de objetos materiais aí localizados; e não posso viver sem moradia de alguma espécie. É impossível existir sem alguma quantidade dessas mercadorias, e isso restringe fortemente a escolha do consumidor com respeito a elas.

(iii) O solo e as benfeitorias mudam de mãos relativamente com pouca frequência. Em certos tipos de realização de negócio (particularmente quando está envolvido um pesado investimento de capital fixo), no planejamento de muitas facilidades públicas (estradas, escolas, hospitais etc.), e setores estáveis do mercado de moradias com ocupantes proprietários, o solo e as benfeitorias assumem a forma de mercadorias com muita pouca frequência mesmo que estejam constantemente em uso. No setor de aluguel do mercado de moradias, em áreas ocupadas por proprietários de modo instável e no setor varejista o solo e as benfeitorias assumem a forma mercadoria com muito mais frequência. A interpenetração dialética do valor de uso e do valor de troca na forma mercadoria não se manifesta no mesmo grau nem ocorre com a mesma frequência em todas as seções da economia urbana.

(iv) O solo é algo permanente e a probabilidade de vida das benfeitorias é muitas vezes considerável. O solo e as benfeitorias, e os direitos de uso a elas

ligados, por isso, propiciam a oportunidade de acumular riqueza (tanto para os indivíduos como para a sociedade). Muitos bens de capital devem sua qualidade a eles, mas o solo e as edificações têm sido historicamente, o repositório mais simples e importante de obter bens de herança. O solo é peculiar em um aspecto, porque não requer ser mantido em ordem para continuar com seu potencial de uso; há, como Ricardo indica, algo "original e indestrutível" nele. É por isso, difícil analisar os padrões correntes de uso do solo sem levar em consideração este aspecto. Numa economia capitalista um indivíduo tem duplo interesse na propriedade, ao mesmo tempo como valor de uso atual e futuro e como valor de troca potencial ou atual, tanto agora como no futuro.

(v) A troca no mercado ocorre em um momento do tempo, mas o uso se estende por um período de tempo. Esse aspecto da mercadoria não é peculiar apenas ao solo e às benfeitorias, mas a proporção de frequência da troca em relação à duração do uso é peculiarmente baixa. Direitos de consumo para um período relativamente longo de tempo são obtidos com grande desembolso num momento do tempo. Consequentemente, as instituições financeiras devem desempenhar um papel muito importante no funcionamento do mercado do uso do solo urbano e da propriedade na economia capitalista.

(vi) O solo e as benfeitorias têm usos diferentes e numerosos que não são mutuamente exclusivos para o usuário. Uma casa, por exemplo, pode ser usada simultaneamente de muitos modos diferentes. Ela propicia:

- 1 abrigo;
- 2 uma quantidade de espaço para uso exclusivo dos ocupantes;
- 3 privacidade;
- 4 uma localização relativa que é acessível aos lugares de trabalho, oportunidades de varejo, serviços sociais, família e amigos etc. (e isso inclui a possibilidade do lugar de trabalho etc. ser localizado na própria casa);
- 5 uma localização relativa que é próxima de fontes de poluição, áreas de congestionamento, fontes de crime e risco, pessoas vistas com desagrado etc.;
- 6 uma localização de vizinhança que tem características físicas, sociais e simbólicas (*status*);
- 7 um meio para lucrar e aumentar riqueza.

Todos esses usos, quando tomados juntos, constituem o valor de uso da casa para seu(s) ocupante(s). Esse valor de uso não é o mesmo para todas as pessoas em residências comparáveis, nem é constante no tempo para a mesma pessoa na mesma moradia. Solteiros instáveis, jovens casais com filhos, pessoas idosas aposentadas, pessoas enfermas, jogadores e jardineiros todos têm diferentes necessidades e consomem aspectos diferentes da moradia em quantidades diferentes em suas vidas diárias. Cada indivíduo e grupo determinará, diferentemente, o valor de uso. É somente quando as caracte-

risticas das pessoas são consideradas com as características da moradia que o valor de uso assume real significado.

Os valores de uso refletem um misto de necessidade e reivindicações sociais, idiossincrasias, hábitos culturais, estilos de vida e similares, que, deve dizer-se, não são arbitrariamente estabelecidos pela "pura" soberania do consumidor. Mas, os valores de uso são basicamente formados relativamente ao que deveria ser chamado de "sistema de sustentação de vida" do indivíduo. O valor de uso, concebido em seu sentido cotidiano, "permanece fora da esfera da economia política". É essencial entender como esse sistema de sustentação de vida opera. Mas, não importa quão sofisticado seja nosso entendimento disto, não podemos criar uma teoria adequada do uso do solo urbano fora dele. Para isso emergir, devemos focar a atenção naqueles momentos catalíticos do processo de decisão sobre o uso do solo urbano, quando o valor de uso e o valor de troca colidem para tornar o solo e as benfeitorias mercadorias. As decisões relativas à alocação de atividades e recursos do solo são tomadas nesses momentos. É particularmente importante para entendimento do que acontece nesses momentos ter em mente as características muito especiais tanto do solo como das benfeitorias de que o solo é possuidor.

A teoria do uso do solo urbano

A teoria contemporânea do uso do solo urbano está em uma situação peculiar. As análises se concentram, tipicamente, quer nas características do valor de uso (através do estudo do sistema de sustentação de vida) ou nas características do valor de troca (o sistema de mercado de troca), mas há pouca ou nenhuma informação sobre como as duas podem ser relacionadas entre si.

Geógrafos e sociólogos, por exemplo, têm desenvolvido uma variedade de teorias de uso do solo, que se atêm a padrões de uso. A zona concêntrica, o núcleo múltiplo e as "teorias" setoriais nada mais são do que descrições generalizadas de padrões de uso do espaço urbano. A tradição de pesquisa em ecologia fatorial chega à mesma coisa com muito maior sofisticação (e algum esclarecimento), enquanto o trabalho de outros sociólogos como Gans (1970) e Suttles (1966) produz certa dose de realismo para os sumários estatísticos um tanto áridos da ecologia fatorial. Vários outros esquemas existem para generalizar estatisticamente sobre os macropadrões de uso do solo urbano. O "modelo" exponencial negativo de declínio da densidade-população (e renda do solo) com a distância do centro urbano foi investigado com algum detalhe. Vários modelos fora da tradição da física social — de que as formulações de Wilson (1970) são seguramente os mais sofisticados até o presente — têm sido, também, utilizados para caracterizar as macrocaracterísticas de atividade

des e usos no sistema urbano. Todas essas formulações, contudo, implicam em sofisticadas análises de padrões de uso que diferem em grau, mas não em espécie, das expressas no mapa de uso do solo ou na descrição da atividade diária tal como esta se desenvolve no sistema de sustentação de vida que é a cidade. Muito pode ser obtido por tais descrições. Mas, estudos como esses não podem criar uma teoria de uso do solo urbano.

Por contraste, as teorias de uso do solo criadas fora da microeconomia neoclássica recaem sobre o valor de troca, embora assim fazendo recorram à estratégia descoberta por Jevons, através da qual o valor de uso (utilidade) é relacionado ao valor de troca na margem. Alonso (1964), Beckmann (1969), Mills (1967, 1969) e Muth (1969) pressupõem maximização de utilidade do comportamento por parte dos indivíduos. No mercado da moradia isso significa que os indivíduos negociam a quantidade de moradia (usualmente concebida como espaço), a acessibilidade (usualmente, o custo de transporte ao lugar de emprego) e a necessidade de todos os outros bens e serviços, dentro de um orçamento mais do que restrito. É pressuposto que os consumidores são indiferentes a respeito de certas combinações de espaço e acessibilidade. É, também, pressuposto que os indivíduos procuram moradia em uma localização superior, até o ponto em que a soma extra de "satisfação" obtida com uma mudança é exatamente igual à utilidade marginal de dispor uma quantidade extra de dinheiro. Desta concepção, é possível derivar condições que estão próximas do ótimo de Pareto. Esse processo pode ser transformado em modelo de várias maneiras. Herbert e Stevens (1969) formularam-no como um problema de programação no qual os proprietários de imóveis buscam seu melhor "pacote residencial" de bens fora da cesta do mercado geral de todos os bens sujeitos a custo e a restrições orçamentárias. Muth (1969) desenvolve formulações particularmente sofisticadas, nas quais ele tenta juntar análises da produção de moradia, a alocação do estoque de moradia existente, a alocação de solo para uso, e o comportamento de maximização da utilidade por parte dos consumidores individuais com diferentes características de renda e preferências diversas de moradia. Outros autores examinaram a competição pelo espaço e localização entre usos diferentes (comercial, industrial, residencial, etc.).

É tentador ver esse corpo de teoria do uso do solo urbano como propiciando uma estrutura adequada para a análise das forças de mercado que dirigem o uso do solo urbano. Infelizmente, essas teorias abstraem-se das questões de valor do uso e fazem muito pouco para colocar o valor de uso e de troca juntos, como fazem as formulações de geógrafos e sociólogos, que começam com o valor de uso como consideração básica. O fato de que os modelos de maximização da utilidade contêm afirmação precária a respeito da relação entre valor de uso e valor de troca não deveria levar-nos a pensar que os problemas reais foram resolvidos. Não se trata de condenar os modelos derivados da

microeconomia como inúteis. Eles lançam muita luz sobre o aspecto do valor de troca da teoria de uso do solo urbano da mesma maneira como os geógrafos e sociólogos lançam luz sobre os aspectos do valor de uso. Mas, uma teoria adequada de uso do solo urbano requer uma síntese desses dois aspectos, de tal modo que cheguemos ao processo social da troca de mercadorias no sentido que Marx concebeu para ele. Essa teoria não é fácil de construir, particularmente em vista das qualidades peculiares do solo e das benfeitorias e dos usos diversos para os quais estas podem ser destinadas.

A teoria microeconômica de uso do solo urbano

Uma crítica da abordagem microeconômica ajudar-nos-á a identificar o problema: Kirwan e Martin (1971) criticaram, recentemente, a contribuição dessa abordagem, para nossa compreensão dos usos do solo residencial; e por razões de brevidade concentram-me em nesse aspecto da teoria do uso do solo urbano. Deve ficar evidente que minhas notas podem, em princípio, ser generalizadas para todos os outros aspectos do uso do solo urbano.

As formulações típicas, construídas na abordagem microeconômica, são obviamente não realistas, e geralmente admitidas como tais. Mas, então, isto é verdade para todos os modelos microeconômicos de qualquer espécie. A questão é, como e em que grau é a concepção geral não realista? Podemos começar a responder a isso comparando a natureza geral dos resultados com a realidade que estamos procurando entender. O fato notável, aqui, é que embora as teorias extrapoladas analiticamente da estrutura microeconômica não possam ser olhadas como "verdadeiras", no sentido de que elas têm sido sujeitas a rigorosos testes empíricos, essas teorias de uso do solo urbano (embora normativas) alcançam resultados que não estão muito longe das realidades da estrutura urbana. De outro modo, olhá-las então como tentativas empíricamente relevantes pode não ter sido demonstrado, mas, também, não têm sido refutado. Essas teorias devem, assim, ser olhadas talvez, como caracterizações gerais não absurdas das forças que governam o uso do solo urbano. Há, contudo, aspectos em que essa conclusão preliminar deve ser criticada: exploraremos-as agora.

Há numerosos e diversos atores no mercado de moradia, e cada grupo tem um modo distinto de determinar o valor de uso e o valor de troca. Consideraremos a perspectiva de cada um dos principais grupos que operam no mercado de moradia.

(i) *Os usuários de moradia* consomem os vários aspectos da habitação de acordo com seus desejos e necessidades. O valor de uso da casa é determinado

pela consideração conjunta de uma situação pessoal ou de família e uma casa particular em uma localização particular. Os usuários proprietários estão relacionados com os valores de uso e agem de acordo com isso. Mas, tanto quanto uma casa tem uso como potencial de riqueza, o valor de troca pode ser considerado. Podemos manter nossa casa em ordem para que possamos usá-la melhor, ou podemos modificá-la com a intenção de aumentar seu valor de troca. Os usuários proprietários, tipicamente, tornam-se interessados no valor de troca em dois pontos — no momento da compra e quando reformas maiores os forçam a olhar para suas restrições orçamentárias. Locatários (e outras espécies de usufrutuários) estão em posição bem diferente porque o valor de uso propicia somente um limite racional para a ação, enquanto o valor de troca vai para o proprietário. Mas, todos os usuários de moradia, têm um objetivo similar — obter valores de uso através do arranjo do valor de troca.

(ii) *Corretores de imóveis* operam no mercado de moradia para obter valor de troca. Eles obtêm lucro através de compra e venda ou através de cobrança de custos de transação para seus serviços como intermediários. Os intermediários, raramente, contribuem muito para o valor de uso da casa (embora eles possam realizar alguns melhoramentos em certos casos). Para os intermediários, o valor de uso da moradia reside no volume de transações, porque é destas que eles obtêm o valor de troca. Eles operam como empresários coordenadores no mercado de moradia; trabalham sob pressão cooperativa e necessitam conseguir certa porção de lucro. Eles têm incentivo para aumentar o giro no estoque de moradia porque isso leva a uma expansão do negócio. O giro pode ser estimulado por meios éticos ou não éticos (a demolição é um bom exemplo destes últimos). Os corretores podem, assim, desempenhar um papel em um *continuum* como coordenadores passivos do mercado ou como encorajadores da atividade do mercado, forçando-o.

(iii) *Proprietários* operam, na maioria, com valor de troca como seu objetivo. Usuários proprietários que alugam uma parte de sua casa têm duplo objetivo, naturalmente, e podem ser motivados por considerações de valor de uso, como os que ocupam toda sua propriedade. Mas, proprietários rentistas olham a casa como meio de troca — os serviços de moradia são trocados por dinheiro. O proprietário tem duas estratégias. A primeira é comprar uma propriedade rapidamente e então alugá-la para obter renda do capital investido nela. A segunda estratégia envolve a compra de uma propriedade através de financiamento hipotecário: a aplicação da renda de aluguel para amortizar a hipoteca (junto com a depreciação de taxas e impostos) leva então o proprietário a aumentar o valor líquido de suas posses. A primeira estratégia maximiza a renda corrente (usualmente, a curto prazo) enquanto a segunda maximiza o aumento da riqueza. A escolha da estratégia tem um impacto importante sobre a manipulação do estoque de moradia; a primeira estratégia tende a levar à

rápida obsolescência; a segunda, à boa posição e manutenção. A escolha depende das circunstâncias — o custo de oportunidade do capital investido em moradia sendo oposto a todas as outras formas de investimento, a utilidade do financiamento de hipoteca etc. Qualquer que seja a estratégia, permanece o fato de que os rentistas profissionais cuidam da casa como meio de troca e não como valor de uso para si próprios.

(iv) *Os incorporadores* e a indústria da construção de moradias estão envolvidos no processo de criar novos valores de uso para outros, a fim de realizar valores de troca para si próprios. A compra do solo, sua preparação (particularmente a provisão de utilidades públicas) e a construção de moradia requerem considerável desembolso de capital em adiantamento à troca. As firmas envolvidas nesse processo estão sujeitas à pressão competitiva e devem realizar lucro. Elas têm, por isso, forte interesse empregado em proporcionar os valores de uso necessários para obter benefícios em valor de troca. Há numerosas maneiras (legais ou ilegais) para atingir isso, e certamente esse grupo no mercado de moradia tem forte interesse empregado no processo de suburbanização e, em menor grau, no processo de reabilitação e redensolvimento. Do mesmo modo que os intermediários estão interessados no aumento da mobilidade, os incorporadores e firmas de construção estão interessados em crescimento, reconstrução e reabilitação. Esses dois grupos estão interessados em valores de uso para outros, somente na medida em que criam valores de troca para si próprios.

(v) *Instituições financeiras* desempenham papel importante no mercado de moradia em relação às características particulares da habitação. O financiamento da casa própria, empreendimentos de proprietários, desenvolvimento e nova construção, recaem pesadamente sobre os recursos de bancos, companhias de seguros, sociedades de construção e outras instituições de financiamento. Algumas dessas instituições limitam-se ao financiamento do mercado de moradia (as associações de poupança e empréstimos nos Estados Unidos, por exemplo). Mas, outras servem todos os setores e tendem a alocar seus fundos em moradia tanto quanto criar oportunidades de moradia para investimento lucrativo e seguro relativamente a outras oportunidades de investimento. Fundamentalmente as instituições de financiamento estão interessadas em obter valores de troca por meio de financiamentos de oportunidades para a criação ou aquisição de valores de uso. Mas, as instituições de financiamento como um todo estão envolvidas em todos os aspectos do desenvolvimento do patrimônio real (industrial, comercial, residencial, etc.), e elas, por isso, conseguem alocar o solo para usos sob seu controle através do financiamento. Decisões dessa espécie são, evidentemente, orientadas para a lucratividade e para evitar risco.

(vi) *Instituições governamentais* usualmente surgidas de processos políti-

cos, apoiadas na carência de valores de uso disponíveis para os consumidores de moradia, frequentemente, interferem no mercado de moradia. A produção de valores de uso através da ação pública (a provisão de moradias públicas, por exemplo) é uma forma direta de intervenção; mas, a intervenção é frequentemente indireta, (particularmente, nos Estados Unidos). Esta última pode assumir a forma de auxílio a instituições financeiras aos incorporadores e à indústria da construção para obter valores de troca pela ação do governo ao prover isenção de impostos, para garantir lucros, ou para eliminar o risco. Argumenta-se que garantir o mercado é um modo de assegurar a produção de valores de uso — infelizmente, isso nem sempre opera desse modo. O governo também impõe e administra uma variedade de restrições institucionais na operação do mercado de moradia (o zoneamento e os controles de planejamento do uso do solo sendo os mais conspícuos). Tanto quanto o governo aloca muitos serviços, facilidades e vias de acesso, ele também contribui indiretamente para o valor de uso da moradia modificando o meio circundante (veja capítulo 2).

As operações de todos esses diversos grupos no mercado de moradia não podem ser facilmente agrupados em uma estrutura compreensiva de análise. O que é valor de uso para um é valor de troca para outro, e cada um concebe o valor de uso diferencialmente. A mesma casa pode assumir significado diferente, dependendo das relações sociais que os indivíduos, as organizações e as instituições expressam nela. Um modelo de mercado de moradia que pressupõe a alocação de todo o estoque de moradia entre usuários (cuja única característica de diferenciação são a renda e as preferências de moradia), através do comportamento de maximização da utilidade, parece peculiarmente restrito em sua aplicabilidade. Análises realistas de como as decisões sobre uso do solo urbano são tomadas — com origem na análise perceptiva de Hurd(1903) — levaram, consequentemente, Wallace Smith (1970,40), por exemplo, a concluir que "o conceito tradicional de 'equilíbrio da oferta e demanda' não é muito relevante para a maioria dos problemas ou assuntos que estão associados com o setor de moradia da economia." É difícil não concordar com esta opinião, porque se uma mercadoria depende da ocorrência conjunta do valor de uso e do valor de troca no ato social de troca, então as coisas que denominamos solo e moradia são aparentemente mercadorias muito diferentes, dependendo do grupo particular de interesse que está operando no mercado. Quando introduzimos a complexidade ulterior gerada pela competição entre diversos usos podemos estar inclinados a estender a conclusão de Wallace Smith à teoria do uso do solo urbano como um todo.

Outra linha geral de crítica à abordagem microeconômica da teoria do uso

do solo urbano deriva do fato de que ela é formulada em uma estrutura estática de equilíbrio. Isso poderia ser uma crítica meramente grosseira, contudo, se fosse somente indicado que o sistema de uso do solo urbano raramente se aproxima de algo como uma postura de equilíbrio, e que o ótimo de Pareto nunca, provavelmente, é alcançado. O desequilíbrio diferencial é evidente em toda a parte (veja acima, capítulo 2), e há bastante imperfeições, rigidez e imobilidades para o mercado operar bem como um esquema coordenado. Mas, há um ponto de substância aqui que requer exame. A área urbana, seqüencialmente, num longo período de tempo e as atividades e as pessoas assumem suas posições no sistema urbano seqüencialmente. Uma vez localizadas, as atividades e as pessoas tendem a ter particular dificuldade em mover-se. A simultaneidade pressuposta nos modelos microeconômicos corre contrariamente ao que é de fato um processo bastante rígido. Isso indica uma falha fatal nas formulações microeconômicas — sua inabilidade para explicar a qualidade absoluta do espaço que faz do solo e das benfeitorias mercadorias tão peculiares. A maioria dos autores ou ignoram esse assunto ou não o admitem. Muth (1969, 47), por exemplo, assegura que:

"Muitos dos aspectos da estrutura da cidade e do uso do solo urbano podem ser explicados sem referência à herança do passado. Na medida em que há qualquer distinção entre solo, especialmente solo urbano, e outros fatores de produção, tal distinção pareceria surgir principalmente do fato da singularidade espacial. De fato, a singularidade espacial não é claramente uma distinção em espécie como poderia alguém, inicialmente, supor. Se o trabalho não fosse algumas vezes altamente imóvel, e por isso espacialmente único, não haveria provavelmente áreas deprimidas ou problemas agrários. E a oferta de solo com certas características espaciais é algumas vezes aumentada por ocupações com áreas edificadas e, frequentemente, através de investimento em facilidades de transporte".

Esse tratamento da singularidade espacial (ou espaço absoluto) evidentemente não satisfaz. A singularidade espacial não pode ser reduzida à mera imobilidade nem a uma questão meramente de acesso ao transporte.

Dizer que o espaço tem propriedades absolutas é dizer que as edificações, as pessoas e parcelas de terra existem, de modo que são mutuamente exclusivas entre si num espaço físico (euclidiano) tridimensional. Esse conceito não é *em si mesmo* conceituação adequada de espaço para formular a teoria do uso do solo urbano. A distância entre dois pontos é *relativa* porque ela depende dos meios de transporte, da percepção da distância pelos atores na cena urbana etc. (veja capítulo 1). Devemos, também, pensar *relacionalmente* o espaço porque há um sentido importante no qual um ponto no espaço "contém" todos os outros pontos (é o caso da análise do potencial demográfico e de varejo, por exemplo; e é também crucial para entender a determinação do valor do

solo, como veremos mais tarde). Mas, não podemos jamais dar-nos ao luxo de esquecer que não pode haver mais do que uma parcela de solo *exatamente* na mesma localização. Isso significa que todos os problemas espaciais têm qualidade monopolística inerente a eles. O monopólio no espaço absoluto é uma condição de existência, e não alguma coisa vivida como um desvio do mundo espacial da competição perfeita. Na sociedade capitalista, essa característica de espaço absoluto é institucionalizada através da relação da propriedade de monopólio sobre "partes" do espaço. Nossa atenção tem por isso que dirigir-se para "a realização desse monopólio na base da produção capitalista" (Marx, *Capital*, volume 3, 615-16). Os modelos de Muth e Alonso diminuem as qualidades de monopólio do espaço em alguns aspectos importantes -- essa análise depende de um ponto de vista particular sobre o espaço e o tempo, assim como de certas abstrações da localização institucional da economia capitalista.

Podemos começar a incorporar considerações contrárias à concepção de espaço absoluto se visualizarmos a alocação ocorrendo de um modo seqüencial através de um espaço urbano dividido em grande mas finito número de parcelas de terra. A teoria do uso do solo aparece, então, como problema seqüencial de ocupação do espaço (com a possibilidade de espaço adicional na periferia). No mercado de moradia com um estoque de moradia fixo o processo é análogo a ocupar assentos seqüencialmente num teatro vazio. O primeiro que entra tem n escolhas; o segundo tem $n-1$, etc., com o último não tendo nenhuma escolha. Se os que entram assim o fazem de acordo com seu poder de compra então os que têm dinheiro têm mais chances, enquanto os mais pobres pegam o que sobrou, depois de todos terem exercido a escolha. Essa conceituação é sugestiva -- particularmente se a ela se une o conceito de excedente do consumidor.

O excedente do consumidor é a diferença entre o que um indivíduo pode, realmente, pagar por um bem e o que ele estaria inclinado a pagar para não ficar sem ele (Hicks, 1941; 1944; Mishan, 1971). Esse conceito contribui para restabelecer a distinção perdida entre valor de uso e valor de troca, embora isso ocorra por meio de uma suposição que leva a que o valor de uso seja estimado em termos do valor de troca (é uma concepção não marxista do assunto). O excedente do consumidor provê uma ligação fundamental, mas não muito explorada, entre a análise locacional e a economia do bem-estar (Gaffney, 1961; Alonso, 1967; Denike e Parr, 1970). Que há excedentes do consumidor no mercado de moradia, por exemplo, está fora de dúvida. A tarefa interessante é determinar como eles podem ser calculados, e como o excedente coletivo dos consumidores (definido por Hicks como a "soma de dinheiro que os consumidores em conjunto teriam que perder para deixar cada um deles tão mal como seria se a mercadoria desaparecesse") é distribuído

entre os indivíduos e os grupos. Uma distribuição diferencial surge, parcialmente, porque os benefícios, custos, oportunidades, acessibilidades etc. estão, diferencialmente, distribuídos no sistema de recursos produzidos pelo homem que é a cidade (veja capítulo 2). As parcelas de solo captam benefícios externos gerados em alguma parte e a ocupação das moradias transfere esses benefícios para os excedentes do consumidor (estamos, aqui, pensando relacionalmente a respeito das parcelas de solo em um espaço absoluto). Restringiremos nossa atenção, contudo, à maneira pela qual a ordem competitiva contribui para a distribuição diferencial do excedente do consumidor.

O modo mais simples de calcular o excedente do consumidor é igualá-lo à área sob a curva da demanda, e acima da linha de preço de equilíbrio competitivo. Esse cálculo é realista somente sob certas suposições (Hicks, 1944), mas será suficiente para nosso propósito. Procedamos como se houvessem grupos distintos de renda na sociedade com todos os grupos tendo um gosto homogêneo a respeito de serviços de moradia. Se a utilidade marginal de moradia permanece constante para todos os consumidores, então a curva da demanda sairá, visivelmente, da origem com o aumento de renda do grupo. O excedente do consumidor pode, também, aumentar desproporcionalmente com o aumento do poder de oferecer o preço. O grupo mais rico tem para oferecer somente pequena soma a mais do que o grupo rico seguinte, para obter os direitos de ocupação na primeira locação e na melhor moradia. Desde que a distribuição de renda é altamente assimétrica nas sociedades capitalistas e o número de boas locações é presumivelmente limitado, é muito possível que a quantidade de excedente do consumidor declinará, desproporcionalmente, com o declínio da renda do grupo. Também, desde que o poder de oferecer o preço depende da avaliação do crédito, há um declínio definido do mesmo com o declínio colateral. Como consequência, podemos encontrar o grupo mais rico nos Estados Unidos pagando em média, por exemplo, \$50.000 por casas que eles estariam preparados (em média) para oferecer \$75.000 para não ficar sem elas; enquanto os grupos pobres podem estar pagando \$5.000 por moradias que eles poderiam cada um estar preparados a pagar \$6.000 cada (alcançando um excedente do consumidor de \$25.000 no primeiro caso e de apenas \$1.000 no segundo). Se os grupos ricos ganham mais excedente do consumidor por dólar desembolsado em moradia do que os pobres é uma questão de pesquisa empírica.

Numa alocação seqüencial de um estoque fixo de moradias com poder competitivo de compra, o grupo mais pobre, porque chega ao mercado de moradia por último, tem que enfrentar produtores de serviços de moradia que estão em uma posição quase monopolística. Os que chegam por último no processo de oferecer preço podem por isso ser forçados a entregar parte de seus excedentes de consumidor como excedentes de produtor para intermediário, proprietário,

etc. A ausência de escolha torna o pobre mais inclinado a ser esmagado por políticas quase monopolísticas (processo que não se confina ao mercado de moradia, mas que se estende às oportunidades de emprego e de compras no varejo etc.). Se os excedentes do produtor podem, simplesmente, ser interpretados como rendas ou lucros, como Mishan (1968) sugere, então o excesso de lucros e o excesso de rendas pode crescer mais facilmente nesse setor do mercado de moradia. Esses excessos de rendas e lucros podem ser produzidos por competição, mas para o consumidor o resultado é o mesmo — o excedente do consumidor é diminuído. Dessa maneira podemos antecipar a exploração do intermediário (excessivas remarcações nos preços de casa) e a exploração dos proprietários (rendas excessivamente altas) nas áreas mais pobres, mesmo se os intermediários e os proprietários não tenham obtido lucros excessivos individualmente. Essa condição peculiar pode surgir quando os produtores competem entre si no espaço pela clientela de consumidores presos ao espaço; em outras palavras, estamos lidando com um monopólio de classe dos proprietários relativo à provisão de moradia para uma classe de locatários de baixa renda. O fenômeno de monopólio de classe é muito importante para explicar a estrutura urbana, e por isso requer elucidação. Há uma classe de consumidores de moradia que não tem nenhuma fiança de crédito e que não tem escolha senão alugar onde possam. Uma classe de proprietários surge para prover as necessidades desses consumidores mas, desde que os consumidores não têm escolha, os proprietários, como as classes, têm poder de monopólio. Proprietários individuais competem entre si, mas como classe eles possuem certo comportamento comum padronizado — eles retirarão moradias do mercado, por exemplo, se a proporção de retorno do capital cai abaixo de certo nível. Chegar, por último, ao mercado em um sentido econômico deve ser diferenciado de chegar, por último, por outras razões. Novas famílias que se formam, têm também que enfrentar esse problema de algum modo, mas em um mercado onde a nova construção é possível os grupos ricos sempre têm a opção de apoderar-se de novas construções. A principal conclusão a ser tirada, contudo, é que numa economia de mercado de troca capitalista é possível realizar mais ganhos como resultado da qualidade inerentemente monopolística do espaço em algumas situações do que é em outras. Monopolistas individuais maximizam o lucro produzindo em direção ao ponto onde o custo marginal igualiza a renda marginal mais do que o preço (como seria o caso sob pura competição). Isso significa gasto mais baixo, preço mais alto e lucro mais alto sob monopólio, tanto individual como de classe. Os ricos, que estão plenos de escolha econômica, são mais capazes de escapar das consequências de tal monopólio, do que os pobres, cujas escolhas são muitíssimo limitadas. Por isso, chegamos à conclusão fundamental de que o rico pode dominar o espaço enquanto o pobre está aprisionado nele (veja acima p. 68).

O argumento construído acima é informal e incompleto. Mas, ele provê um contraste útil em relação ao qual pode-se comparar os modelos de maximização da utilidade de Alonso, Muth, Beckmann e Mills. Na medida em que esses modelos são formulados em um espaço relativo, de modo que diminuem as características de monopólio do espaço absoluto, eles parecem mais apropriados como argumentos que governam o que acontece aos grupos afluentes que estão em posição de escapar das consequências do monopólio do espaço; as formulações são, por isso, viesadas em termos de renda. O critério de ótimo de Pareto também parece irrelevante (se não claramente enganoso) em qualquer análise do mercado urbano de moradia. A distribuição diferencial do excedente do consumidor coletivo conforme o princípio de que o primeiro que chega é o primeiro que se serve, com o rico na frente da fila, quase certamente tem efeito diferencial de renda no qual os ricos estão destinados a ganhar mais do que os pobres na maioria das situações. A ocupação sequencial no uso do solo urbano do tipo de que estamos supondo não produz um ótimo de Pareto, mas uma redistribuição de renda imputada (que é para o que o excedente do consumidor realmente leva). Mesmo se levamos em consideração que uma nova construção é possível (isto é, que o estoque de moradia não é fixo) essa condição é insatisfatória para mudar a situação, porque os pobres, certamente, não estão em condição de gerar atividade no setor privado por causa da fraca demanda efetiva por moradia que eles são capazes de expressar no mercado.

O espaço absoluto restringido provê algumas interessantes introspecções no processo de mudança do uso do solo. Suponhamos, por conveniência, que os ocupantes são geograficamente ordenados de acordo com suas características de renda. Como mudam as posições nessa situação ordenada? Aceita-se, freqüentemente, (sem que qualquer evidência seja mostrada para sustentar a afirmação) que os consumidores têm um desejo insaciável de moradia (o desejo por valores de uso nunca se satisfaz), e que todos esforçam-se por procurar a melhor moradia na melhor localização. Os mais ricos, porque têm a maioria dos recursos, podem mais facilmente mover-se, e se assim o fazem deixam atrás de si moradias de boa qualidade que podem ser adquiridas por outros. Por um processo de "filtração", os grupos mais pobres, eventualmente, adquirem melhor moradia. Essa teoria de "filtro por baixo" tem sido muito considerada, mas há pouco evidência para ela (Lowry, 1968). Além do mais, certos processos de transformação do uso do solo e de mobilidade residencial podem ser observados. Se nos valemos do "modelo resumido de espaço" explicitado acima, podemos supor algo. Os grupos mais pobres que têm maior demanda latente por moradia, e os menores recursos para obtê-la não podem conseguir nova moradia. Além disso, os grupos pobres têm um poder singular (poder com o qual muitos deles, provavelmente, desejam que não sejam

abengoados) o de que os grupos mais ricos na sociedade contemporânea não desejam morar em sua proximidade geográfica. Os pobres, por isso, exercem uma pressão social que pode variar em sua forma, desde mera presença sentida, através de forte exibição de todas aquelas patologias sociais associadas com a pobreza, até plena rebelião desencadeada. A última auxilia melhor a abrir o mercado de moradia aos pobres. Em lugar de uma teoria de "filtro por baixo", por isso, seria mais interessante examinar uma teoria de "explosão". A pressão social e física é exercida na base do mercado de moradia, e é transmitida para cima da escala sócio-econômica até que os mais ricos são pressionados a mover-se (estamos deixando fora do quadro, naturalmente, o problema da formação de novas famílias, intramigração etc.). Essa formulação é, contudo, claramente não realista porque o rico possui o poder político e econômico para resistir à invasão, enquanto o grupo sócio-econômico imediatamente abaixo dele tem um comportamento tão inaceitável como é o do grupo mais pobre. Os mais ricos de todos, provavelmente, não mover-se-ão a menos que prefiram, o que deixa os vários grupos intermediários espremidos entre uma pressão emanada de baixo e uma força política e econômica inamovível de cima. Dependendo da pressão relativa exercida em pontos diferentes nesse sistema, diferentes grupos podem "explodir": grupos de renda média podem ser forçados a sair para novas locações construídas nos subúrbios — um processo que pode bem diminuir seu excedente do consumidor. Essa espécie de comportamento é evidente no mercado de moradia — Wallace Smith (1966) descobriu, por exemplo, que são os grupos de renda média e baixa que conseguem nova moradia em Los Angeles, enquanto os grupos de renda superior permanecem estacionários ou "filtrados" para moradias mais antigas e boas localizações. A maneira exata pela qual tal processo se desenvolve depende muito das circunstâncias de tempo. A inquietação social dos anos 60 em muitas cidades americanas levou muitos grupos intermediários a fugir rapidamente, deixando atrás de si um estoque substancial de moradias que, dada a economia da situação, tem muitas vezes sido abandonadas mais do que usadas. Na prática, a dinâmica do mercado de moradia pode, provavelmente, ser melhor observada como combinação de "explosão" e "filtro por baixo". Isto é, significa reconhecer que mudanças no uso do solo no setor de moradia não são independentes dos projetos de ganho em outras espécies de uso do solo. Os grupos pobres são tipicamente sujeitos a pressões desse tipo. Hawley sugere, por exemplo, que:

"A propriedade residencial em solo altamente valorizado está usualmente em uma condição deteriorada, porque desde que próximas de negócios e áreas industriais estão sendo sustentadas especulativamente por antecipação de sua aquisição por uso do solo mais intensivo, e por isso mais remunerativo. Em vista dessa probabilidade, os possuidores de tais propriedades não estão

dispostos a gastar muito para a manutenção ou engajar-se em novas construções residenciais" (1950, 280).

Moradias deterioradas estão tipicamente sujeitas à pressão especulativa — pressão que pode levar à renovação urbana sob diferentes espécies de moradias ou a uma transformação no uso do solo. Engels reconheceu o significado do processo descrito por Hawley, desde 1872:

"O crescimento das grandes cidades modernas da ao solo, em certas áreas, particularmente naquelas que estão situadas no centro, um aumento de valor artificial e muitas vezes colossal; os edifícios levantados nessas áreas perdem seu valor, em lugar de aumentá-los, porque não se adaptam por muito tempo às circunstâncias modificadas. Eles são derrubados e substituídos por outros. Isso ocorre, sobretudo, com as casas de trabalhadores que estão situadas no centro e cujos alugueis, mesmo com a maior concentração, não podem, ou somente muito devagar, aumentar acima de certo máximo. Elas são derrubadas, e em seu lugar são erguidas lojas, armazéns e edifícios públicos (...). O resultado é que os trabalhadores são expulsos do centro das cidades em direção aos subúrbios; essas habitações dos trabalhadores, em geral, tornam-se raras e caras, e muitas vezes totalmente inalcançáveis, porque nessas circunstâncias, a indústria da construção, a qual é oferecido um campo muito melhor para especulação por casas mais caras, constrói casas para trabalhadores somente como exceção" (*The Housing Question*, 23).

A evidência da cidade americana contemporânea sugere que a dinâmica da mudança de uso do solo permanece, razoavelmente, constante sob o modo de produção capitalista. O excedente do consumidor dos grupos mais pobres é diminuído pelos produtores de serviços de moradia, transformando-os em excedente dos produtos através de práticas quase monopolísticas (usualmente, exercidas na base de poder de monopólio de classe). Também os grupos mais pobres vivem, geralmente, em locações sujeitas à maior pressão especulativa de uso do solo. Para realizar um retorno futuro adequado do investimento em esquemas de renovação urbana do comércio existente, por exemplo, as instituições financeiras têm acentuado interesse na expansão geográfica do desenvolvimento do comércio; por esse processo espacial exteriorizações são criadas através das quais novo desenvolvimento comercial aumenta o valor do velho. Novo desenvolvimento comercial, usualmente, terá que ter lugar sobre solo já construído. As moradias nessas áreas podem ser deliberada e economicamente deterioradas pela retirada de suporte financeiro para o mercado de moradia; - "assinalar em vermelho" por instituições financeiras é prática comum nos Estados Unidos, embora seja geralmente explicado como aversão ao risco; isso não é senão uma parte da história. Os proprietários são forçados nessas condições a maximizar a renda corrente num período de curto prazo, o que significa um negócio tão racional, como tirar da propriedade todo seu valor. A

obsolescência física, gerada dessa obsolescência econômica, resulta em pressões sociais e econômicas que aumentam nas piores seções do mercado de moradia, e que têm de manifestar-se, em um estágio ou outro, por uma "explosão" em alguma parte. Essa "explosão" resulta em nova construção e na aquisição de solo novo nos limites urbanos ou no redensolvimento urbano — processos que estão sujeitos à intensa pressão especulativa. A formação de novas famílias e a intra-imigração sustentam essa dinâmica.

As mesmas instituições financeiras que negam fundos para um setor do mercado de moradia organizam-se para ganhar na realização de lucros especulativos em outro, assim que o uso do solo é subsequentemente transformado ou quando continua a suburbanização. Os impulsos que são transmitidos através do sistema de uso do solo urbano não são desconexos. A diversidade de atores e instituições envolvidos torna uma teoria conspiratória da mudança do uso do solo urbano improvável (o que não é o mesmo que dizer que essa conspiração nunca ocorra). Os processos são fortemente estruturados através do sistema de mercado de troca, de tal modo que os indivíduos, os grupos e as organizações, operando auto-interessadamente em termos de valor de troca podem, com a ajuda da "mão oculta", produzir o resultado necessário. Alguns argumentam que esse sistema produz a melhor distribuição possível de valores de uso. Essa é uma presunção que a observação casual sugere como sendo errada: a maximização de valores de troca por diversos atores produz benefícios desproporcionais para alguns grupos e diminui as oportunidades para outros. A brecha entre a produção e a distribuição convenientes de valores de uso e um sistema de alocação que reside no conceito de valor de troca não pode, facilmente, ser ignorada.

A diversidade de atores operando em um sistema de uso do solo e a qualidade monopolística inerente ao espaço absoluto tornam as teorias microeconômicas de uso do solo urbano inadequadas como definidoras dos mecanismos de alocação, quando julgadas em relação a formulações alternativas em que o valor de troca predomina. Se abandonamos a suposição de que os indivíduos e os grupos têm gostos homogêneos a respeito de moradia, e admitimos que a grande diversidade de necessidades e gostos desempenham sua parte, então nos afastamos ainda mais da estrutura contida na teoria microeconômica — e é assim para longe disso que nos devemos afastar, se queremos construir uma teoria realista das forças que governam o uso do solo urbano. Além disso, há algo desconcertante nessa conclusão, porque as teorias microeconômicas produzem, certamente, resultados que são razoavelmente consistentes com os resultados reais de diversos processos sociais que governam a alocação de uso do solo. Alonso (1964, 11) dirige-se diretamente a esse ponto; ele sugere que as teorias microeconômicas podem ter êxito em fazer muito mais simplesmente do que as mais elaboradas conceituações de autores como Hawley (1950) o

fazem mais realisticamente, mas com menos poder analítico. Por isso, temos que considerar o que é que torna a teoria microeconômica tão bem sucedida (relativamente falando) no modelamento dos padrões de uso do solo urbano, quando está tão obviamente longe do objetivo, quando se volta para modelar o processo real que produz esses padrões. A solução para esse problema deve ser buscada investigando o significado e o papel da renda como um esquema alocativo no sistema urbano.

A renda e a alocação do solo urbano para obter vantagens

O conceito de rentabilidade ocupa uma posição crítica nas teorias de uso do solo urbano. Está, explicitamente, colocado por inteiro nas formulações de Alonso, Muth e Mills e emerge na forma de preços supostos do solo e recursos nas versões introdutórias de outras teorias de localização. A suposição básica-se em que a teoria do equilíbrio espacial geral, que é a parte sagrada de muitos teóricos da localização, deve ser buscada através da fusão da teoria da renda com a teoria da localização. "Foi reconhecido há muito", escreve Alonso (1967, 39), "que as teorias de renda e de localização são gêmeas, mas as ligações são artificiosas". A renda funciona como um artifício racional que seleciona usos do solo em localizações, presume-se, por via usualmente de lances competitivos. Todos os atores do drama da moradia são afetados por ela em algum estágio; ela provê um padrão comum em termos de que todos os atores devem medir suas aspirações se querem alcançar seus objetivos diversificados. É porque todos os cálculos estão baseados nessa medida comum que as diversas atividades aparecem coordenadas no mercado do solo e da propriedade para produzir o padrão de usos do solo que é tão evidente na metrópole contemporânea.

O conceito de renda tem uma história longa e controversa no pensamento econômico-político (Keiper *et al.*, 1961, provém uma sondagem bastante completa; veja também Bye, 1940). Além disso, a renda entra na teoria do uso do solo urbano em um estágio inocente como se não houvessem problemas sérios ligados à sua interpretação. Esse fato pode ser responsável pela penetrante e completa aceitação, na teoria microeconômica de uso do solo urbano, do ponto de vista neo-clássico segundo o qual a renda é o retorno a um fator escasso de produção e o solo não é diferente em essência do trabalho e do capital. As consequências desse ponto de vista para a concepção de renda urbana foram descritas por Mills:

"As rendas do solo urbano são determinadas pelo valor da produtividade marginal do solo. E, como na agricultura, a produtividade do solo é determinada pelas características do próprio solo e pelos custos de transporte a merca-

dos relevantes (...). Essas idéias básicas são agora bem compreendidas pelos economistas. E o processo de produzi-las foi um feito notável no desenvolvimento da doutrina econômica. Por si mesmas, elas não nos fornecem, naturalmente, um modelo de valores do solo urbano. Para isso, é necessário incorporar as rendas do solo em um modelo que descreva a demanda e a oferta do solo urbano para todos os usos. A característica crucial do solo urbano é a grande complexidade resultante do fato de que a oferta e a demanda por diferentes parcelas de solo estão relacionadas de modos significativos e pobremente compreensíveis. Em outras palavras, uma economia urbana é um sistema de equilíbrio geral complicado" (1969, 233).

Que nada vai bem com essa "sabedoria recebida e embelezada" da teoria da localização foi assinalado por Gaffney (1961; 1969). A renda do solo, observa, é um excedente "diferenciado de outras porções distributivas faltando-lhe a função de produzir oferta agregada" (1961, 147) — a simetria suposta entre o solo e os outros fatores de produção não pode ser aceita. Gaffney também toma a economia do bem-estar para exame.

"Por todo seu sentido ecumênico, a maior parte da economia do bem-estar 'pura' é ao mesmo tempo a-espacial e a-temporal. Está tudo bem em abstrair-se de localismos, mas o espaço e o tempo são universais absolutos. E a economia do bem-estar que prega contra a colcha de retalhos da otimização. Fazer economia sobre pontos fora do espaço e do tempo é separação além do tolerável" (1961-1962, 142-3).

O solo é fixo tanto na localização como na oferta agregada, e a ficção neoclássica de que não é (aceita completamente por Muth, por exemplo) é uma armadilha inocente que pode facilmente levar-nos à interpretação falsa das forças que determinam o uso do solo urbano. Negligenciamos as realidades do espaço e do tempo determinados, absolutos, relativos e relacionais, por nosso risco. Como diz Lösch (1954, 508): "a particularidade é o preço de nossa existência".

É útil, por isso, voltar à riqueza terrena da economia política clássica para elucidar a natureza da renda, pois a empresa neoclássica, que é elegante e muito útil para certos propósitos, é bem sucedida em ocultar alguns dos assuntos mais relevantes técnicos e éticos que se ligam à renda, tal como esta funciona no mercado do solo urbano. Os escritos clássicos estão, contudo, amplamente devotados à renda do solo agrícola e as particularidades do argumento são examinadas neste, mais do que em termos de uso do solo urbano. Isso não nos deve deter, porque a translação para o contexto urbano é relativamente fácil, visto que podemos inferir um conceito bastante geral do debate clássico. Marx fornece ampla generalização e síntese do argumento que cerca o conceito de renda em *O Capital* (volume 3) e em *Teorias da Mais-Valia* (particularmente Parte 2). Foi resultado do vigor peculiar de Marx olhar para

as conexões ocultas entre as coisas, e não ficar satisfeito com as aparências superficiais. O aspecto comum a todos os casos, contudo, é a instituição da propriedade privada do solo.

"A propriedade do solo está baseada no monopólio, por certas pessoas em porções definidas do globo, como esferas exclusivas de sua vontade privada com exclusão de outras. Com isso em mente, o problema é verificar o valor econômico, isto é, a realização desse monopólio na base da produção capitalista. Sem o poder legal para usar ou não usar de certas porções do globo, nada é decidido. O uso desse poder depende inteiramente das condições econômicas, que são independentes de suas vontades (...). Qualquer que seja a forma específica de renda, todos os tipos têm isso em comum: a apropriação da renda é aquela forma econômica na qual a propriedade do solo se realiza (...). Esse elemento comum nas várias formas de renda torna possível as diferenças escaparem à averiguação" (*Capital*, Volume 3, 615, 634).

Proprietários possuem, assim, monopólio sobre o uso do solo. Dentro dessa concepção geral, Marx se propõe descobrir as "diferenças que de outro modo poderiam escapar à averiguação. Ele mostra em *O Capital* (volume 3, capítulo 47) como a renda pode surgir de uma variedade de maneiras, dependendo do modo de produção dominante, e retine algumas evidências históricas para ilustrar seu argumento. Muito da Parte 2 das *Teorias da Mais-Valia* ilustra como as definições de renda são contingentes às condições econômicas de cada época, e como as definições e apologias estão intimamente relacionadas. Mas, Marx está principalmente interessado nas manifestações da renda em uma economia de mercado competitivo, e este é o tópico que ele persegue completamente. Ele enumera três espécies básicas de renda que, tipicamente, surgem no modo capitalista de produção:

(i) A *Renda de monopólio* surge porque é possível gravar um preço de monopólio "determinado pela aversez do comprador em comprar e capacidade de pagar, independentemente do preço determinado pelo preço geral de produção, tanto como pelo valor do produto" (*Capital*, volume 3, 775). A oportunidade de cobrar um preço de monopólio cria a oportunidade para o proprietário de obter renda de monopólio. Essa forma de renda parece não ser muito importante na agricultura (Marx menciona os vinhedos com características especiais, como um caso onde a renda de monopólio pode surgir). Mas, em numerosas passagens (*Theories of Surplus Value*, Parte 2, 30, 38, por exemplo) ele indica que acredita que as rendas de monopólio são cruciais no caso do solo e propriedade urbanos, e que pode haver condições, particularmente em áreas densamente povoadas, nas quais as rendas da casa e do solo são "somente explicáveis" como rendas de monopólio. É uma questão interessante a de se saber se a competição monopolística da espécie analisada por Chamberlin (1933) e Lösch (1954) produz rendas de monopólio no sentido

do termo para Marx. Parece-me que as rendas obtidas na competição espacial são um caso clássico de *renda absoluta* (definida abaixo) e que as rendas de monopólio no sentido de Marx surgem somente através de imperfeições substanciais na competição espacial.

(ii) A *renda diferencial* vem, usualmente, associada ao nome de Ricardo (1817), mas Marx mostra que a doutrina de Ricardo é um caso especial que surge de diferenças na fertilidade com diminuição de retornos para sucessivos investimentos de trabalho e capital. Marx discute a generalidade das suposições de Ricardo, e põe-se contra o modo restritivo pelo qual as implicações da doutrina são alcançadas. Ele critica Ricardo por analisar a renda, como se a propriedade do solo não existisse, e como se o solo possuísse "poderes originais e indestrutíveis" quando ele é claramente condição e não força de produção. Marx aceita a existência das rendas diferenciais. Elas surgem, simplesmente da diferença entre "o preço de produção individual de um capital particular e o preço de produção geral do capital total investido na esfera concernente de produção" (*O Capital*, Volume 3, 646). A renda diferencial, obviamente, não pode entrar no custo de produção ou no preço dos produtos porque ele surge novamente do excesso de lucros de certos produtores em virtude de sua situação vantajosa. Esses lucros excessivos são embolsados pelos proprietários sob forma de renda. Situações vantajosas existem por uma variedade de razões, e Marx discute-as de modo bem mais geral que Ricardo, diferenciando entre aplicações intensivas e extensivas de capital e trabalho sob diferentes condições. As diferenças em fertilidade são importantes, mas Marx indica que a renda diferencial pode surgir independentemente de se o cultivo é estendido dos solos ricos para os pobres ou *vice-versa* (*Capital*, volume 3, 659). Não há também necessidade de supor retornos decrescentes e a renda diferencial pode surgir simplesmente da aplicação diferencial de capital e trabalho. A vantagem da localização relativa é explicitamente introduzida no quadro (e é instrutivo notar que Marx tirou muito de sua inspiração a este respeito de William Petty, que em 1662 reconheceu o significado da localização para a determinação da renda — von Thünen não é mencionado). Marx, então, combina todos esses elementos, e mostra como várias combinações de solos em diferentes localizações com características diferentes, exploradas em seqüências diferentes, com diferentes quantidades de capital, podem dar origem a vários padrões de renda diferencial (*Capital*, volume 3, 650, 668-73, *Theories of Surplus Value*, Parte 2, 310-12). Ele, também, indica que "no caso de renda do solo em moradias, a situação constitui, decisivamente, um fator para a renda diferencial, como a fertilidade (e a situação) no caso da renda agrícola" (*Theories of Surplus Value*, Parte 2, 365). A maioria dos teóricos contemporâneos da localização concordaria com essa afirmação.

A renda diferencial assume seu significado em um espaço relativo que é es-

truturado por diferenciais em capacidade produtiva, em localizações diferentes e que é integrado, especialmente, através das relações de custo de transporte. A renda diferencial, parece, não pode ser conceituada sem a projeção em um espaço relativo. Mas, a renda diferencial é criada, na ótica de Marx, através da operação do modo capitalista de produção no contexto da instituição da propriedade privada.

(iii) A *renda absoluta* distingue-se da renda do monopólio, por dar origem ao preço de monopólio, enquanto um preço de monopólio determinado independentemente permite que se ganhe renda de monopólio. Ricardo negou a existência da renda absoluta — posição a que ele foi levado, segundo Marx, por sua confusão entre valor e preço. Marx evita essa confusão argumentando que o valor dos produtos agrícolas pode ser mais alto do que seu preço, se mais dinheiro é adiantado para salários em proporção ao capital constante, comparado à relação de salários para o capital constante necessário em outras esferas da produção. Nessas condições, uma quantidade maior de mais-valia (que é derivada do poder excedente da força de trabalho) pode ser extraída da agricultura, mais do que é possível em qualquer outra parte. Essa condição é necessária para a existência da renda absoluta numa esfera particular da produção, mas ela só se realiza se há alguma barreira para a igualização total na taxa de lucro entre diferentes esferas da produção. Várias barreiras podem existir, incluindo a ausência de mobilidade geográfica e social, ausência de mobilidade no capital etc. (*Capital*, Volume 3, 196-7). Os lucros em excesso podem por isso, emergir "transitoriamente" em todas as áreas de produção (e, aqui, Marx parece estar propondo algo análogo à quase renda de Marshall). Mas, na agricultura os lucros em excesso são institucionalizados em renda absoluta através da força de monopólio da propriedade privada:

"Se o capital encontra uma força adversa que ele não pode senão parcialmente, ou de nenhum modo, superar, e que limita seu investimento em certas esferas, admitindo isso somente sob condições que inteira ou parcialmente excluem aquela igualização geral de mais-valia em lucro médio, então é evidente que o excesso de valor das mercadorias em tais esferas da produção, sobre seu preço de produção, daria origem a um lucro excedente, que deveria ser convertido em renda e como tal tornado independente com respeito ao lucro. Tais forças adversas e barreiras são representadas pela propriedade do solo, quando se confronta com o capital em seu empenho em investir no solo; tal força é o proprietário da terra *vis-a-vis* o capitalista. A propriedade do solo é aqui a barreira que não permite nenhum novo investimento de capital (...) sem impor uma taxa, ou em outras palavras, sem demandar uma renda" (*Capital*, volume 3, 761-2).

A produção capitalista não pode, na ótica de Marx, destruir a instituição da propriedade privada (de modo como esta destruiu muitas outras instituições

feudais) porque sua própria existência está fundamentada na propriedade privada dos meios de produção. O capitalismo está, por isso, preparado para pagar uma taxa na produção (renda) como o preço para a perpetuação da base legal de sua própria existência. Tal taxa, obviamente, deve entrar nos custos de produção, e sob este aspecto a renda absoluta (e a renda de monopólio) deve ser distinguida da renda diferencial. A crítica ao conceito de renda absoluta de Marx tem sido grande (por exemplo, Emmanuel, 1972, 216-26). A dificuldade surge porque Marx não provê uma réplica adequada para a questão colocada em *Teorias de Mais-Valia* (Parte 2): "se a propriedade do solo dá o poder para vender o produto acima do preço de custo de seu valor, porque não dá igualmente o poder de vender o produto *acima* do seu valor, através de um preço de monopólio arbitrário?". A distinção entre monopólio e renda absoluta pode, talvez, ser conseguida tomando-se a primeira como operando ao nível individual (um proprietário particular tem algo que alguém, particularmente, deseja ou necessita) e a última como algo que surge das condições gerais de produção em algum setor (é um fenômeno de monopólio de classe que afeta a condição de todos os proprietários agrícolas, todos os possuidores de moradia de baixa renda etc.).

Uma vez institucionalizada a renda, ela pode aparecer de várias maneiras. O investidor em solo, por exemplo, igualiza a renda com juros no capital e trata-a como o último quando é realmente ainda a primeira. Isso cria a ilusão de que o solo é ele próprio fator produtivo que deve ser pago e cujo custo deve entrar nos custos de produção. Esse custo é de fato a taxa (renda) extraída pela propriedade privada como renda absoluta ou de monopólio. Há, contudo, alguma confusão em torno da renda do solo de um lado e os juros como um retorno dos investimentos de capital de outro. Marx aceita que há uma distinção legítima a ser feita aqui, mas argumenta que os investimentos de capital, que são relativamente permanentes e incorporados aos atributos do solo (e ele inclui nisso as estruturas permanentes) deveriam ser analisados do ponto de vista da renda e não dos juros. A ótica de Marx a esse respeito corresponde rigorosamente à de Gaffney entre os analistas contemporâneos.

Marx admite o significado da "fricção da distância" na falha em obter a igualização do lucro por todas as esferas da produção o que permite a extração da renda absoluta e da renda de monopólio. Mas, ele subestima o modo pelo qual a distância em si mesma pode ser uma "força adversa", que pode criar as condições para os possuidores de solo e propriedade ganhar renda absoluta e renda de monopólio. A distinção entre renda, como ela surge através de lances competitivos para uso do solo, e renda como a remuneração do monopólio, tem sido difundida na literatura de uso do solo urbano (veja-se, por exemplo, Chamberlin, 1939, apêndice D; Alonso, 1964, 43; Lösch, 1954). Mas, o aspecto de monopólio não tem sido bem entendido, porque ele pode surgir

quer nas formas absoluta ou de monopólio, como Marx as categoriza. Em ambos os casos o preço de monopólio está presente, mas no caso da renda absoluta é a renda que determina o preço de monopólio mais do que o outro modo indicado. Essa distinção é relevante para nosso entendimento da competição espacial. Os preços de monopólio são criados sob competição espacial perfeita; esta, naturalmente, foi a contribuição fundamental de Lösch. Numa planície perfeitamente homogênea, com competição perfeita entre os produtores de um produto não diferenciado, ainda observaremos uma superfície rentável; o poder de monopólio existe dentro das proximidades de um produtor porque produtores alternativos em outras localizações expõem-se a custos de transporte mais altos. Essa espécie de renda pode ser identificada como renda absoluta porque ela surge das condições técnicas e sociais que afetam um setor particular como um todo. Ela emerge como renda de monopólio (no sentido marxista), quando os produtores dentro daquele setor estabelecem arranjos de cartel entre eles; quando um produtor isolado opera sobre muitos pontos de produção e quando as várias práticas competitivas entre firmas com distintos territórios são restritas ou modificadas para evitar forte competição (Seidel, 1969, faz algumas observações interessantes sobre este último ponto). A renda absoluta é ainda um retorno para a propriedade do solo, mas as condições técnicas sob as quais ela surge são mais numerosas do que Marx imaginou ou considerou.

O poder da análise de Marx sobre a renda reside no modo como ele dissecou uma coisa aparentemente homogênea em suas partes componentes e relaciona essas partes a todos os aspectos da estrutura social. A renda é um simples pagamento aos possuidores da propriedade privada, mas ela pode surgir de uma multiplicidade de condições. É intrigante comparar essa análise do conceito de renda com abordagens sobre a natureza do espaço, porque as duas séries de idéias existem com uma relação peculiar entre si. Os privilégios de monopólio da propriedade privada surgem das qualidades absolutas do espaço que são institucionalizadas de certo modo. Na esfera da atividade social o espaço absoluto emerge como a base da renda de monopólio. Mas, o espaço absoluto é em geral superado pela interação entre diferentes esferas de atividade em diferentes localizações e os atributos relativos do espaço emergem como o princípio condutor para o estabelecimento tanto da renda diferencial como absoluta, embora o espaço absoluto extraia sua taxa em todos os casos através do privilégio de monopólio da propriedade privada. Por último, há um sentido em que o espaço relacional prevalece na determinação geral do valor de renda em localizações diferentes — isto tornar-se-á mais explícito resumidamente. O estilo relacional de análise usado por Marx tem de fato similaridades notáveis com a análise relacional do espaço sustentada por Leibniz (edição de 1934; veja, também, Whiteman, 1967). Do mesmo modo que a renda não pode ser

entendida sem referir-se ao pagamento que ocorre nas circunstâncias sociais, também temos que reconhecer que o espaço urbano não é absoluto, relativo ou relacional, mas todos os três simultaneamente, dependendo das circunstâncias de tempo. Devemos, por isso, tomar cuidado em combinar nossa análise social com nossa conceituação de espaço (e tempo).

As categorias marxistas de renda do monopólio, renda diferencial e renda absoluta abrangem todo o pensamento na economia política clássica, e de fato não têm sido aperfeiçoadas desde então. Isso não quer dizer que autores anteriores a Marx (tais como Ricardo e Smith) ou que autores posteriores a Marx (tais como Marshall, Wicksell e Pigou) aceitem a interpretação marxista dessas categorias. Por exemplo, a renda absoluta, tal como surge na análise de Marx, repousa em sua distinta e única teoria do valor, e não pode ser separada dela. Autores posteriores ignoraram ou entenderam muito mal essa teoria (Ollman, 1971 e Hunt e Schwartz, 1972, provêm boas discussões). Poucos economistas ocidentais negariam o significado da renda absoluta, mas a maioria prefere atribuí-la à oferta agregada fixa do solo que, uma vez que está em uso de um modo ou de outro, é tomada para exigir alguma renda. Os níveis de renda absoluta podem então ser fatores de produção, e daqui podemos chegar à posição neoclássica. As rendas de monopólio podem então ser interpretadas na tradição neoclássica como surgindo através da manipulação artificial da escassez através da manipulação da oferta de solo pelos produtores.

A escassez é, contudo, socialmente determinada (veja capítulo 4). Marx restringe o significado de renda à escassez obtida através da instituição da propriedade privada, e diferencia-a da escassez introduzida e realizada sob outras condições. A generalização neoclássica é útil sob certos aspectos, mas ela elimina a distinção que Marx e alguns analistas posteriores (tais como Henry George) não querem esquecer, por óbvias razões éticas. A análise neoclássica procede como se não importasse como surge a escassez. Na ótica de Marx a renda é algo "furtado" pelo proprietário do solo — é um retorno injusto. O proprietário do solo não contribui em nada em comparação com o capitalista, que pelo menos promove a produção; e o proprietário do solo tem êxito porque ele tem o poder de retirar recursos substanciais ligados ao solo e às benfeitorias se lhe é vantajoso fazer assim (manter deliberadamente vagos grandes blocos de escritórios tornou-se vantajoso para os incorporadores, em Londres, em fins de 1966, por exemplo). Marx mostra, explicitamente, a regra quando postula que a posse legal do solo dá ao seu possuidor "o poder de retirar o solo da exploração econômica até que as condições econômicas permitam a ele utilizá-lo, de tal modo que proporcione a ele um excedente". (*Capital*, volume 3, 757). Marx vê, por isso, o arrendatário, como figura passiva que colhe a vantagem geral do crescimento econômico obtido através da aplicação de trabalho social (*Capital*, volume 3, 637). Essa ótica da renda provoca certas análises

ulteriores do modo pelo qual a escassez é criada para dar origem a acréscimos ou decréscimos no valor da renda.

A faculdade do solo em conseguir vantagens e amortizar custos depende de sua rigidez de localização em relação a todos os modos de custos e benefícios externos que estão sendo gerados pela atividade social no sistema urbano. Gaffney (1967, 142) assim, assinala que a renda do solo depende em parte do "que o público deixa livre para o proprietário", assim como da "atividade privada complementar em outro solo significativamente ligado a uma dada parcela", acrescentando que "benefícios de perdas positivas sobressalentes, acumulando-se e reforçando-se, são enfatizados por economistas urbanos como o que as cidades são afinal". Os economistas políticos clássicos reconheceram a conexão entre o crescimento econômico e os valores de renda que surgem, mas esse aspecto do problema tem sido subsequentemente negligenciado. A faculdade do solo em obter vantagens, para capturar os excedentes dos consumidores etc., é muitíssimo importante, e isso tem a ver com a escassez no sentido de que tanto o público como a atividade privada criam escassez de lugares de acesso favorável para recursos feitos pelos homens (veja capítulo 2). Dessa forma, os possuidores de propriedade recebem benefícios ou têm custos alocados independentemente de suas vontades, exceto na medida em que podem influenciar a atividade pública e privada (a legislatura, nos níveis estadual ou local, nota Gaffney, é um dos mais penetrantes de todos os arranjos de cartel para controle de recursos do solo).

Mas, as rendas são também criadas em um espaço e tempo relacionalmente estruturados. Adam Smith e Marx argumentam que todas as rendas do solo são determinadas pelo preço da mercadoria básica que sustenta a vida (trigo). É melhor considerar os valores de renda como sendo simultaneamente influenciados por usos alternativos e de vizinhança (e aqui a ideia de equilíbrio geral é relevante). Isso significa que a renda é determinada relacionalmente, em todas as esferas de produção, em todas as localizações, com as expectativas futuras também incorporadas no cálculo. O solo e as benfeitorias são, de acordo com a prática efetiva do patrimônio, frequentemente valorizados em relação a seu mais alto e melhor uso do que com relação a seu uso atual. Daí, surge o "sentido importante" de que o valor de qualquer parcela de solo "contém", atualmente, os valores de todas as outras parcelas, assim como as expectativas supostas de valores futuros. As implicações disso para a determinação do valor do solo, assim como para o cálculo da oportunidade de investimento no solo são bem explorados na literatura sobre economia do solo (veja, por exemplo, Ratcliffe, 1949). As consequências para as decisões sobre o uso do solo urbano são numerosas e contêm uma inteira multidão de problemas devido aos de especulação desabrida até os de "custos de maturação" e danos provocados em zonas de transição de uso do solo, e efeitos que se estendem por

tudo o conjunto do sistema urbano, assim como o crescimento urbano e o crescimento econômico (de algum tipo) andam juntos. Gaffney (1969, 148) fornece um exemplo:

"Hoje em dia muitas decisões de alocação são tomadas à sombra de aumentos iminentes (no valor do solo). Visualize-se a hierarquia de usos do solo como uma série de círculos concêntricos. A demanda por usos mais altos não é plenamente satisfeita em seus próprios círculos, por causa dos especuladores do solo. A demanda não satisfeita examina a parte de fora, lançando um "valor incerto" difuso sobre zonas exteriores. Esse valor incerto levanta os preços do solo de tal modo que o solo exterior é também valorizado alto para renovar seu uso atual, embora ainda prematuro para o uso mais alto (...). O procedimento socialmente ótimo é o de renovar o lugar em seu uso atual mais baixo. Mas, o valor incerto desencoraja isso. (O proprietário do solo deixará), provavelmente, os velhos edifícios envelhecerem, por enquanto, reservando o solo para uso melhor. Os construtores precisando de solo para uso inferior são empurrados para outro anel, lançando seu valor incerto sobre o uso seguinte inferior etc. numa série de ondas de impulsos; resultado: maior expansão em cada margem de uso do solo".

Esses impulsos de ondas contínuo (que Engels e Hawley observaram) influem de volta ao centro, porque, como a cidade se estende para fora, o valor do solo tende a aumentar no centro (e aqui as observações de von Thünen são muito relevantes). Mas, não é somente o valor do solo que aumenta; custos de congestionamento também aumentam como o fazem todas as espécies de outros custos externos (Lave, 1970). Esses custos impõem-se ao usuário do solo que é obrigado a ser sensível a eles. Caso a mensagem não seja clara, a taxa de propriedade assentada por convenção contra o uso mais alto e melhor logo faz o usuário saber que seu uso não é consistente com o valor potencial de troca. E pressões de filtragem e explosão (estimuladas por novos movimentos) conduzem à diminuição dos preços das moradias na área central da cidade. Daí, surge o paradoxo da cidade americana: os preços das moradias estão diminuindo mais rapidamente nas que são, do ponto de vista relacional, a maioria das locações valiosas.

O valor alto da renda do solo nas cidades centrais não deveria ser, necessariamente, interpretado como reflexo das diferenças na produtividade marginal do solo (como sugere Mills). As rendas absoluta e de monopólio nessas localizações entram no custo de produção. As rendas diferenciais, não. Se as rendas absoluta e de monopólio são dominantes na determinação do valor do solo nas locações centrais então é o valor do solo que determina o uso. Se as rendas diferenciais dominam então é o uso que determina o valor do solo. Na prática, naturalmente, a renda surge das três circunstâncias, e é muitas vezes difícil determinar que porção do valor de renda adicional surge de qual circunstân-

cia. É provável que a estrutura do sistema de transporte e a natureza da produção nas novas cidades industriais e comerciais do século dezoito significassem que a renda diferencial fosse fonte maior de renda durante aquele período (o conceito é particularmente aplicável a Chicago, no fim do século dezoito, por exemplo). Mas, é muito improvável que, nos centros metropolitanos contemporâneos (assim como nos mais velhos centros comerciais e administrativos, tais como Londres nos séculos dezoito e dezoenove), o processo contrário no qual as rendas absoluta e de monopólio entram nos custos de produção, e desta ou daquela maneira determinam o uso, seja de muito maior significado. O problema nessas condições é descobrir (ou gerar) firmas com funções de produção que podem prontamente ajustar-se para absorver esses custos. Não é surpreendente encontrar, por isso, que as áreas de mais alta renda na cidade são valorizadas por atividades comerciais cuja produtividade não pode ser medida — escritórios do governo, bancos, companhias de seguro, agentes de câmbio, agentes de viagem e várias formas de entretenimento são bons exemplos. Daí surge o paradoxo de que parte da atividade mais improdutiva da sociedade é encontrada no solo, que é supostamente de maior produtividade marginal em razão de sua localização. A solução desse paradoxo é simples. A renda do solo e da propriedade nas locações centrais não surge da produtividade marginal do solo, mas fora do processo que permite que as rendas absoluta e, mesmo a mais importante, a de monopólio, sejam impostas.

Isso fornece-nos a chave para entender o sucesso relativo dos modelos do tipo de von Thünen. Tais modelos apóiam-se, exclusivamente, no conceito de renda diferencial, e geralmente colocam sua análise no espaço relativo. Eles também abstraem, como fez Ricardo, a força da propriedade privada, embora o controle monopolista individual sobre as parcelas individuais de solo seja sempre presumido. Esses modelos devem, por isso, ser vistos como casos especiais que descrevem condições em que as rendas absoluta e de monopólio são insignificantes; em que os conceitos relacionais de tempo e espaço são irrelevantes; e em que a instituição da propriedade privada é, notavelmente, imóvel no solo e nos mercados de propriedade. É útil, naturalmente, ter a análise expelido essas condições restritas, mas é perigoso olhar esses modelos como fundamento de uma teoria geral de uso do solo. Entre geógrafos, planejadores e sociólogos, muitos dos quais não simpatizam com abstrações do economista neo-clássico, ou não as ignoram os modelos ganham curso e atraem porque parecem artifícios empiricamente relevantes para entender a estrutura geral do sistema urbano; uma ótica que se sustenta ulteriormente pelo teste moderadamente bem sucedido de seus modelos por Mills (1969) e Muth (1969).

Essa relevância aparente surge de uma suposição — a de que "a distância

do centro da cidade atrai sobre si uma 'penalidade' na forma de custos de transporte ou comunicação" (Mills, 1969, 234). As rendas diferenciais são, por assim dizer, "representadas" em torno da distância do centro (usualmente, porque uma fonte central de todo o emprego é suposta). O pico dos valores do solo no centro da cidade é, contudo, o resultado de forças que nada têm a ver, necessariamente, com a renda diferencial ou a produtividade marginal do solo. É natural, por exemplo, para valores do solo estabelecidos relacionamente na cidade, como potencial demográfico e de varejo, tenderem a aumentar no centro ou perto dele. As rendas de monopólio tendem também a ser mais facilmente estabelecidas no centro ou perto dele (desde que há somente um centro e um inteiro *continuum* de periferia). A renda absoluta (se apelarmos para o sistema de Lösch, por exemplo) será maior no centro da região metropolitana mais ampla. E por isso que a suposição de centralidade dá aparência de relevância empírica aos modelos de Alonso, Mills e Muth. Por associação, o mecanismo suposto no funcionamento desses modelos — lances competitivos para uso do solo — recebe muito maior atenção do que é lícito. O lance competitivo é indubitavelmente significativo, mas supõe que o uso do solo determina o valor quando na prática a determinação contrária prevalece mais na maioria das cidades capitalistas contemporâneas. A esse respeito, a análise aqui se afasta em um aspecto importante daquela provida no Capítulo 4.

Os modelos do tipo do de von Thünen sobre o uso do solo devem, por isso, ser olhados como casos especiais que se aplicam somente em condições muito restritas. Eles, contudo, ganham seu curso e credibilidade, de uma relevância empírica aparente que é de fato baseada na suposição da centralidade.

O valor de uso, o valor de troca, o conceito de renda e as teorias do uso do solo urbano - Uma conclusão

A renda é a parte do valor de troca que se destina ao proprietário e possuidor do solo. Os valores de troca relacionam-se (através da circulação de mercadorias) aos valores de uso socialmente determinados. Se argumentamos que a renda pode prescrever o uso, então isso implica que os valores de troca podem determinar os valores de uso, criando novas condições, às quais os indivíduos devem adaptar-se se desejam sobreviver em sociedade. Essas condições são relevantes, não somente nos momentos catalíticos, quando as decisões sobre o solo e a propriedade são tomadas em sua forma de mercadoria, mas elas também criam pressões persistentes pela contínua captura de custos e benefícios externos por parcelas de solo, através de trocas relacionamente estabelecidas no valor do solo etc. O mercado capitalista de economia de troca penetra

tanto em cada aspecto da vida social e privada que exerce controle quase tirânico sobre o sistema de sustentação da vida, nos quais os valores de uso estão inseridos. Um modo de produção dominante, observou Marx, cria inevitavelmente as condições de consumo. Por isso, a evolução dos padrões de uso do solo urbano pode ser entendida somente em termos do processo geral pelo qual a sociedade é arrastada em direção a (sabe-se há muito) um padrão de necessidades sociais e relações humanas (que não são nem compreendidas nem desejadas) pelas forças cegas de um sistema envolvente de mercado. A evolução da forma urbana é parte integral desse processo geral, e a renda, como medida de interpretação dos valores de uso e valores de troca, contribui notavelmente para a manifestação desse processo.

Em economias capitalistas, a renda surge sob formas de monopólio, diferencial e absoluta. Uma vez surgida, a renda serve para alocar o uso do solo. Quando o uso determina o valor, uma exceção pode ser feita para a racionalidade social da renda como artifício alocativo que leva à eficiência os padrões de produção capitalista (embora a quantidade agregada de renda paga pareça um preço extraordinariamente alto para a sociedade pagar por tal mecanismo alocativo). Mas, quando o valor determina o uso, a alocação ocorre sob os auspícios da especulação desabrida, da escassez artificialmente induzida e similares e desaparece qualquer pretensão de ter algo a ver com a eficiente organização da produção e distribuição. A política social, argumenta-se frequentemente, deveria ser dirigida para encorajar a primeira espécie de alocação e desencorajar a última. Infelizmente, o poder monopolístico da propriedade privada pode ser realizado em formas econômicas por inumeráveis estratégias; o locatário conseguirá aquela quantidade de lucro não importa como. É esse fato, contudo, que dá certa homogeneidade às formas das cidades capitalistas a despeito das diferenças bastante nítidas de país para país (e mesmo de cidade para cidade) em instituições políticas, legais e administrativas, assim como na produção, na distribuição e na matriz social da vida na comunidade.

Além disso, são discerníveis diferenças no modo pelo qual a renda é obtida ao longo do tempo. A renda de monopólio (no sentido marxista) e a renda absoluta (se é olhada como fenômeno de monopólio de classe) são mais significativas do que jamais o foram, parcialmente porque as cidades são maiores e geograficamente mais diferenciadas. As rendas individuais e de monopólio de classe são agora obtidas extensivamente, embora diferencialmente, dependendo da localização, da forma particular de atividade, do grupo de renda particular dos consumidores, e do poder da classe operária em manipular as decisões públicas em seu próprio benefício. A renda tem também sido confundida na economia capitalista contemporânea com os juros do capital; e os aumentos em valor de renda têm, como consequência, se tornado tão significativos para

a evolução do capitalismo como os aumentos na produção. A confusão entre renda e taxa de retorno do capital também surge na teoria de uso do solo urbano. O ponto é que a renda pode, se necessário, ser representada como um problema na definição da taxa social de retorno do capital. O problema da renda é então resolvido em transferir gastos desta taxa social de retorno do capital. Infelizmente, todos os assuntos surgidos neste Capítulo aparecem outra vez nas controvérsias sobre a teoria do capital (veja Harcourt, 1972). Se assumirmos a posição de que não existe unidade homogênea de capital e que o valor de troca do capital fixo não pode ser medido independentemente da distribuição e dos preços, então, falar de um agregado ou mesmo de função de produção da grande indústria é insignificante, e todo o trabalho em economia urbana, tais como os de Mills (1972) e Muth (1969) é igualmente insignificante. Desde que todas as análises reais do fenômeno urbano têm que começar com o fato de que uma grande proporção do capital fixo não tem valor independente do uso futuro, dos preços e da distribuição de benefícios na sociedade, não há modo de dizer que os problemas que surgem da teoria da renda possam ser salvos por uma conversão aos domínios da teoria do capital. Em outras palavras, se Joan Robinson, Sraffa e os outros neokeynesianos (veja Hunt e Schwartz, 1972; Harcourt, 1972 e Harcourt e Laing, 1971) estão, onde quer que seja, perto de estarem certos, então Alonso, Mills e Muth estão completamente errados.

O crescimento urbano provê certo modo de realizar aumentos no valor da renda ou no valor do capital fixo, enquanto provê, simultaneamente, um campo para a disposição do produto excedente (veja adiante, pp. 231-4). Não somente na periferia e no centro, mas por todo sistema urbano, a expectativa é que o solo e os valores de propriedade surjam, e que a capacidade produtiva do capital fixo implantado será usada; o modo seguro para obter isso é estimular o crescimento urbano. O crescimento pode ser moderado, mas controlar o crescimento físico sem controlar nada mais, meramente exacerba a escassez. O planejador no sudeste da Inglaterra e os conselhos de povoamento na região metropolitana de Nova Iorque têm, igualmente, ajudado a criar oportunidades ulteriores de extrair rendas de monopólio. A emergência das rendas individuais e de monopólio de classe como fonte dominante de renda geral deve, por isso, ser vista como um dos aspectos de um processo de evolução na economia de troca do mercado capitalista e de suas instituições legais e políticas respectivas; evolução que está fortemente ligada à emergência de uma forma distinta de urbanismo (veja Capítulo 6). O capitalismo de monopólio, parece, andar *pari-passu* com as rendas de monopólio.

A conclusão a ser tirada disso (se não está aparente na análise de Marx) é que a renda existe somente em sentido contingente; depende do modo de produção e de certas instituições relativas ao domínio da propriedade. Se é esse o caso, e se as relações entre o valor de uso e o valor de troca são também em

função dos processos gerais que operam na sociedade, então segue-se que não pode haver algo como uma teoria do uso do solo urbano "geral". Todas as teorias de uso do solo devem ser olhadas como contingentes. Há, somente, teorias específicas que podem desempenhar papéis específicos ajudando a elucidar as condições existentes ou estabelecendo escolhas alternativas em uma série particular de suposições sobre o modo dominante de produção, sobre a natureza das relações sociais e das instituições prevalentes da sociedade. A natureza contingente de toda a teoria de uso do solo urbano, é mais claramente exemplificada pelo modo pelo qual concepções particulares de renda produzem espécies particulares de teoria. Mills (1969) por exemplo, apela diretamente para o conceito de renda diferencial, enquanto Gaffney (1961) olha a renda diferencial como "incidental" e argumenta que a renda surge "porque o solo é relativamente escasso para a demanda". Como consequência, eles produzem análises bastante diferentes da estrutura urbana. A introdução do espaço absoluto e da renda como excedentes do consumidor ou produtor obtida em um mercado do solo, ocupado sequencialmente (desenvolvido anteriormente neste ensaio), produz, além disso, outra perspectiva na dinâmica do mercado urbano de moradia. Como os conceitos de renda e espaço são unidos, claramente determinam a espécie de teoria de uso do solo que emerge. O problema então surge da avaliação das teorias contrastantes. Essa tarefa pode somente ser cumprida se houver clara compreensão dos usos em que a teoria deve ser colocada.

Se estamos procurando esclarecimento a respeito de nossos problemas urbanos atuais, por exemplo, então deve concluir-se que os modelos do tipo de von Thünen de uso do solo urbano são uma mistura desconcertante de apologia do *status quo* e de ofuscamento contra-revolucionário. O sentido em que esses modelos são casos especiais já foi considerado, mas esse sentido não é explicado na literatura nem parece ter sido compreendido. A crença em vários artifícios neoclássicos e o apagar de importantes distinções relativas à natureza da renda, à natureza do espaço e às relações entre o valor de uso e o valor da renda, a natureza do espaço e às relações entre o valor de uso e o valor de troca, junto com certa prova espúria, leva a que tais modelos obtenham muito maior curso e credibilidade do que eles de fato merecem. Geógrafos, sociólogos e planejadores, por outro lado, provêm-nos com um caos de dados e materiais (algumas vezes, sob a forma de modelo), tão dividido, que é difícil concluir qualquer coisa do conjunto, salvo as generalidades superficiais óbvias relativas a coisas como o significado de classe e *status*, custo de transporte, poder político etc., para o funcionamento do sistema urbano. Tais observações, como aquelas avaliações que contêm, podem ser perceptivas e ocasionalmente, serem esclarecedoras sobre o estado perturbador da condição humana, mas há

pouca compreensão real de “como isto tudo se junta” ou “como isto tudo surge”. O mais próximo que chegamos de um real esclarecimento está no trabalho daqueles poucos economistas do solo, de que Gaffney é seguramente o mais eminente, que combinam um firme apego aos processos reais com talento para avaliar e generalizar sobre eles, contra o pano de fundo dos processos sociais em geral. A tarefa mais óbvia, por isso, é construir teorias de uso do solo urbano como “casos especiais” que sejam bastante gerais no escopo de abranger conceitos diferentes de renda e espaço no mesmo contexto. É aqui que a preocupação com as maravilhas da análise matemática podem ser mais uma barreira do que uma ajuda. Muito do que transpira no solo urbano e no mercado de propriedade não é suscetível de transformar-se em modelo pelas técnicas convencionais; elas não devem ser ignoradas por essa razão. Talvez, a tarefa mais urgente nas circunstâncias contemporâneas seja entender como as rendas do indivíduo e do monopólio de classe surgem, e conseguir alguma introspecção nos processos pelos quais a criação de escassez artificial, o crescimento de áreas urbanas, e o poder de realizar tais rendas estejam intimamente ligados. A teoria de uso do solo urbano tem pouco a dizer sobre este importante tópico, na atualidade.

Se, por outro lado, estamos procurando alguma teoria normativa de uso do solo, então os modelos do tipo de von Thünen (e seus irmãos no corpo da teoria da localização), têm considerável interesse. Diferenciais na produtividade do solo existem; a fricção da distância desempenha um papel; os usos do solo estão interligados de maneiras complexas, e a escassez absoluta na utilidade do solo pode ser significativa. Essas condições deverão, provavelmente, persistir não importa qual modo de produção. Dessas condições emerge um conceito de renda como um preço fantasma que representa escolhas sociais perdidas, e nessa forma a renda (que não tem, atualmente, de ser realmente cobrada) pode ajudar a modelar as atitudes sociais para com o uso do solo e do espaço, assim como ajudar a determinar as decisões de uso do solo benéficas socialmente, consistentes com os objetivos da sociedade. É paradoxal, talvez, que os modelos neoclássicos, especificados em sua maneira indistinta, como resultado de competição perfeita e pura numa economia de troca de mercado capitalista, podem prover a base para avanços revolucionários a respeito da criação de estruturas urbanas humanas e eficientes socialmente. Que este é o caso, testemunha, contudo, o fato de que os modelos e teorias particulares não são em si mesmos do *status quo* revolucionários ou contra-revolucionários (veja Capítulo 4). As teorias e modelos somente assumem uma ou outra dessas posições quando entram na prática social, seja através da formação da consciência das pessoas a respeito dos processos que operam em torno delas, ou através da previsão de uma estrutura analítica como ponto de partida para a ação.

CAPÍTULO VI

O Urbanismo e a Cidade — Um Ensaio Interpretativo

Robert Park escreveu certa vez:

“As cidades, e particularmente as grandes cidades metropolitanas dos tempos modernos (...) são, com todas as suas complexidades e artificialidades, a mais grandiosa criação do homem, o mais prodigioso dos artefatos humanos. Devemos pensar nossas cidades, por isso (...) como laboratórios de civilização e, ao mesmo tempo, como a moradia natural do homem civilizado” (1936, 133).

Desde que o urbanismo e sua expressão tangível, a cidade, foram por muito tempo olhados como o próprio foco da civilização, não é surpreendente descobrir que o fenômeno do urbanismo tem sido pesquisado de muitos pontos de vista, e em uma variedade de contextos históricos e culturais. Apesar (ou talvez por causa disso) dessa pesquisa intensiva, ainda procuramos em vão, como fez o colega de Park, Louis Wirth (1938), “uma teoria geral que sistematize o conhecimento útil sobre a cidade como uma entidade social”. Desde que Wirth escreveu, as coisas mudaram em um aspecto importante — possuímos, agora, uma volumosa literatura sobre teoria urbana. Ela contém uma redundância de formulações teóricas, algumas das quais são tão particulares, que parece simplesmente impossível incorporá-las a qualquer teoria urbana geral, enquanto outras são claramente e mutuamente incompatíveis. A conclusão decorrente de uma sondagem dessa literatura é que uma teoria geral do urbanismo é provavelmente impossível de ser construída. O urbanismo é um fenômeno bastante complicado para ser incluído facilmente em alguma teoria abrangente. As teorias, como as definições, têm suas raízes na especulação metafísica e na ideologia, e dependem, também, dos objetivos do pesquisador e das características do fenômeno que está sendo investigado. Há, parece, demasiadas posições ideológicas a serem defendidas, demasiadas especulações ocultas a serem seguidas, demasiados pesquisadores e demasiados contextos

nos quais o fenômeno urbano pode ser encontrado, para que uma teoria geral do urbanismo possa emergir facilmente. Até o momento, tal teoria, provavelmente, provar-se-ia mais especulativa do que útil: ela levaria a um encerramento prematuro de nossas idéias sobre uma série de fenômenos que são tão ricos em complexidade e ambigüidade que teríamos apenas começado a entendê-los em todas suas possíveis manifestações.

Essa falta de teoria geral não nos deve deter, contudo, na busca de indagações gerais daquelas qualidades essenciais do urbanismo que levam as cidades a serem "laboratórios de civilização". A quantidade de informação útil torna tal inquérito geral difícil, embora não pareça impossível extrair da literatura alguns conceitos simples, cômodos, através dos quais podemos ganhar alguma introspecção na essência do próprio urbanismo. É esta tarefa que eu explorarei de modo preliminar neste ensaio.

Modos de produção e modos de integração econômica

O urbanismo pode ser encarado como uma forma particular ou padronizada do processo social. Esse processo desenvolve-se num meio espacial estruturado, criado pelo homem. A cidade pode, por isso, ser olhada como um ambiente tangível construído — um ambiente que é um produto social. Uma sociedade pode ser definida como "um grupo de seres humanos participando de um sistema auto-suficiente de ação que é capaz de existir além da vida breve do indivíduo, sendo o grupo suprido, pelo menos em parte, pela reprodução sexual de seus membros" (Friedl, 1967, 8).

As condições de auto-suficiência e de sobrevivência sugerem que o grupo possui um modo de produção e um modo de organização social que são eficazes na obtenção, produção e distribuição de quantidades suficientes de bens materiais e serviços. As ações individuais devem, por isso, ser tão coordenadas e integradas entre si a fim de que muitos indivíduos sobrevivam para garantir a sobrevivência do grupo. O modo exato pelo qual as sociedades enfrentam esse desafio está sujeito a enormes variações em seus detalhes. Mas, é, talvez, possível generalizar a respeito de modos de produção e suas formas concomitantes de urbanismo (onde quer que estas estejam presentes).

Modos de produção

O conceito de modo de produção não é fácil de compreender. Ele é complicado, parece um tanto ambíguo e desempenha um papel vital no pensamento marxista, mas em nenhum momento está plenamente explícito. Devemos,

por isso, concretar seu significado. No prefácio de *Uma Contribuição à Crítica da Economia Política*, Marx apresenta o que ele chama de "princípio condutor" de todos os seus estudos. Para garantir a sobrevivência da sociedade os homens são forçados, "independentemente de suas vontades", a entrar em relações sociais entre si. A forma dessas relações deve estar "adaptada" ao estágio particular de desenvolvimento da capacidade produtiva. Marx então continua:

"A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade. É o fundamento real sobre o qual levanta-se uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas definidas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o processo geral da vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina sua existência, mas é sua existência social que determina sua consciência (...). Mudanças na base econômica conduzem cedo ou tarde à transformação de toda a imensa superestrutura. No estudo de tais transformações é sempre necessário distinguir entre a transformação material das condições econômicas de produção, que podem ser determinadas com a precisão da ciência natural, das formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas — em resumo, ideológicas, pelas quais os homens tomam consciência do conflito (na base econômica) e procuram resolvê-lo".

Várias passagens em *O Capital* e em outros trabalhos de Marx e Engels podem ser usadas para obter introspecções mais profundas sobre o significado dessa proposição. Quase no fim de sua vida Engels esteve muito preocupado em refutar o que ele considerava uma grosseira desinformação sobre a posição de Marx, e numa série de cartas escritas em 1890 procurou explicar o que Marx realmente queria dizer. Em uma carta para Bloch, por exemplo, ele escreveu:

"...o *último* elemento determinante na história é a produção e a reprodução da vida real. Mais do que isto nem Marx nem eu jamais afirmamos. Por essa razão, se alguém deturpa isso dizendo que o elemento econômico é o *único* determinante, ele transforma a proposição em uma frase insignificante, abstrata e sem sentido. A situação econômica é a base, mas os vários elementos da superestrutura — formas políticas da luta de classes e seus resultados, a saber: as constituições estabelecidas pela classe vitoriosa depois de um combate bem sucedido etc., as formas jurídicas e mesmo os reflexos de todas essas lutas nos cérebros dos participantes, as teorias políticas, jurídicas, filosóficas, pontos de vista religiosos e seu posterior desenvolvimento em sistemas de dogmas — também exercem influência sobre o curso das lutas históricas, e em muitos casos preponderam na determinação de sua *forma* (...). Marx e eu devemos, nós mesmos, ser parcialmente corrigidos pelo fato de que as pessoas mais jovens algumas vezes põem mais peso do lado econômico do que é devido

a este. Tivemos que enfatizar o princípio mais importante *vis-à-vis* nossos adversários, que o negaram, e nem sempre tivemos tempo, lugar e a oportunidade de dar o devido peso aos outros elementos na interação" (*Marx-Engels Correspondence*, 417-18).

Numa carta anterior a Conrad Schmidt ele também tinha escrito: "embora o modo material de existência seja o *primum agens*, isto não exclui as esferas ideológicas reagindo sobre ele em retorno, embora com efeito secundário (...). Toda a história deve ser estudada novamente; as condições de existência das diferentes formações da sociedade devem ser examinadas individualmente antes de que a atenção se volte para deduzir delas os pontos de vista políticos, jurídicos, estéticos, filosóficos, religiosos etc. correspondentes a elas. Até o presente, pouco tem sido feito em relação a isso porque somente poucas pessoas se têm dedicado a isso seriamente. Nesse campo, podemos utilizar muita ajuda; ele é muitíssimo grande e alguém que deseje trabalhar seriamente pode conseguir muito e distinguir-se" (*Marx-Engels Correspondence*, 415-16).

Parte da ambigüidade aparente do conceito de modo de produção repousa no fato de que a interpretação do conceito varia de sociedade para sociedade. Isso foi tomado por alguns para indicar que o uso dos termos em Marx era inconsistente. Essa confusão, contudo, é ela própria inconsistente, porque se sustenta geralmente, de um lado, que categorias e definições fixas prejudicam nossa interpretação do passado, do presente e do futuro, enquanto, de outro lado, definições relacionais "fluidas" da espécie usada por Marx (veja Ollman, 1971) são consideradas como inadmissíveis e confusas. Marx tenta relacionar suas definições e categorias à sociedade sob consideração. Por isso, embora seja difícil determinar o significado da expressão "modo de produção" em abstrato, devemos tentar dizer alguma coisa sobre seus aspectos constituintes. O modo de produção refere-se àqueles elementos, atividades e relações sociais que são necessários para produzir e reproduzir a vida real (material). Há três elementos básicos, e eles permanecem constantes de sociedade a sociedade. Eles são:

- 1 o objeto de trabalho (as matérias-primas existentes na natureza);
- 2 os meios de trabalho (as ferramentas, o equipamento, o capital fixo etc., construídos por trabalho anterior) e
- 3 força de trabalho.

Esses três elementos devem ser tomados juntos em um padrão de atividade que molda os produtos e serviços necessários para produzir e reproduzir a vida real na sociedade. Os padrões de atividade podem variar imensamente, dependendo dos arranjos tecnológicos para a produção, da divisão do trabalho, dos produtos necessários como meios para a produção futura, das necessidades dos consumidores das sociedades em ambientes diferentes etc. A base social que coordena a atividade individual na produção consiste de relações sociais: estas

podem variar tanto com o mecanismo de coordenação (que pode ser diferente em sociedades diferentes) como de acordo com o modo de produção. As relações sociais formam a estrutura social que é mantida através das forças políticas, jurídicas e outras. Em algumas sociedades, por exemplo, o parentesco prevê uma estrutura social através da qual a atividade pode ser coordenada. Em outra sociedade, um sistema de *status* baseado em alguma forma de possuidores de propriedade pode desempenhar a mesma função, nesse caso servindo para designar papéis na produção para os participantes. Na sociedade ocidental contemporânea, o sistema de preço serve para coordenar grande número de atividades individuais através do comportamento do mercado, e a estrutura social correspondente é aqui uma sociedade de classes estratificada. As sociedades socialistas buscam substituir o mecanismo de mercado por algo como um sistema de planejamento centralizado ou descentralizado. Esses vários mecanismos de coordenação — modos de integração econômica — são parte integral da base econômica da sociedade, porque é através deles que os vários elementos na produção são reunidos, e as diversas atividades socialmente produtivas da sociedade são unidas em algo coerente. Cada sociedade desejará produzir uma fusão de elementos, uma mistura particular de atividades e um padrão particular de relações sociais. Todas essas, quando tomadas em conjunto, e na medida em que contribuem para a produção e a reprodução da vida real constituem o modo de produção. É por essa razão que a advertência de Engels para estudar cada sociedade novamente tem que ser levada a sério. Se esse ponto é reconhecido, o conceito de modo de produção perde muito de sua ambigüidade aparente.

Marx e Engels concentram sua análise, na maior parte, nas condições da sociedade capitalista, e é perigoso generalizar desta análise para todos os modos de produção. Isso é particularmente verdadeiro quando aplicado ao exame das relações entre a base econômica e a superestrutura ideológica. Engels, em sua carta a Bloch, concede certa autonomia às formas ideológicas (políticas, jurídicas, religiosas etc.) na superestrutura e rejeita a idéia de um simples determinismo econômico. Certas passagens em *O Capital* (por exemplo, Volume 3, 797) e trabalhos como os *Fundamentos* indicam que esse era, também, o ponto de vista de Marx. A essência do assunto é que a totalidade das formas de interação políticas, jurídicas, institucionais e outras, assim como o estágio da consciência são ao mesmo tempo suportes e reflexos das condições na base econômica da sociedade. As particularidades dos processos históricos e das relações entre a base econômica e a superestrutura estão imbricadas em seu âmbito. Engels, em sua carta a Bloch, citou "a quantidade sem fim de acidentes", as "tradições que existem nas mentes humanas" e os "conflitos entre as muitas vontades individuais" como estando contidas no processo histórico que contém "inumeráveis forças cruzadas, uma série infinita de parale-

logramos de forças, que dão origem a uma resultante: o evento histórico". Por último, é na sequência dos eventos históricos que "o movimento econômico, finalmente, sustenta a si mesmo como necessário" (Marx-Engels, *Selected Correspondence*, 417-18).

A sobrevivência de uma sociedade significa a perpetuação de dado modo de produção. Dai, Marx argumenta (*Pre-Capitalist Economic Formations; Capital*, Volume 3, 879) que o modo de produção deve criar as condições para sua própria perpetuação; a reprodução dessas condições torna-se tão importante como a própria produção. Isso significa a perpetuação das formas políticas, jurídicas e outras (incluindo os estágios da consciência social) que são consistentes com a base econômica, assim como a perpetuação das várias relações (por exemplo, divisão do trabalho) no interior da própria base econômica. A sobrevivência de um sistema econômico requer, por exemplo, a sobrevivência das relações de propriedade sobre as quais se baseia. Marx, por isso, presta atenção ao modo pelo qual um modo de produção "produz" as condições de sua própria existência. Sob essas condições, um dado modo de produção torna-se "seu próprio pré-requisito e origina-se de si mesmo, criando a pressuposição de sua manutenção e crescimento" (Marx, *Grundrisse*, 107).

A transformação de um modo de produção em outro tem que ser explicada. Marx argumenta que:

"Nenhuma ordem social é jamais destruída antes que todas as forças produtivas em que se baseia se tenham desenvolvido, e as novas relações superiores de produção nunca substituem as velhas antes que as condições materiais de sua existência tenham amadurecido dentro da estrutura da velha sociedade. A humanidade, assim, inevitavelmente se impõe somente as tarefas que pode resolver, desde que um exame atento mostrará sempre que o próprio problema só surge quando as condições materiais para sua solução estão já presentes ou pelo menos em vias de formação" (*A Contribution to the Critique of Political Economy*, Prefácio).

Há duas ideias importantes nessa passagem. A primeira sugere que qualquer modo de produção tenderá a exaurir suas próprias potencialidades, a respeito, tanto das condições naturais como societárias dentro de que subsiste. Exaurindo as possibilidades sociais ou sangrando a base dos recursos naturais, um dado modo de produção será forçado a adaptar-se e mudar de algum modo. Essas adaptações podem levar à estabilização da sociedade através da emergência de formas superestruturais (tais como os estágios de consciência, mecanismos políticos etc.) que limitam o crescimento populacional, coagem certos setores da população, e por outro lado evitam que a sociedade entre naquela crise da qual podem emergir novas formas econômicas e sociais. Ou, adaptações podem abrir novas potencialidades dentro do modo de produção existente. Mudanças dessa espécie podem atirar as forças da superestrutura ao conflito

com as da base econômica. Por exemplo, mudanças tecnológicas destinadas a aumentar o domínio sobre os recursos naturais podem requerer novas formas legais e jurídicas para sua implementação (novas divisões do trabalho, novos conceitos de direitos de propriedade etc.). Esses conflitos podem, contudo, ser resolvidos dentro de dado modo de produção. Marx considerou o capitalismo, por exemplo, como sendo "permanentemente revolucionário, derrubando todos os obstáculos que o impedem (...). A produção capitalista move-se em contradições que são constantemente restabelecidas. A universalidade em direção à qual ele está perpetuamente se dirigindo encontra limitações em sua própria natureza, que em certo estágio de desenvolvimento torna-lá a maior barreira a essa tendência, conduzindo assim a sua própria autodestruição" (*Grundrisse*, 94-5).

Uma conjunção particular de circunstâncias pode tornar possível forjar uma nova combinação de formas sociais e econômicas para definir um novo modo de produção. Isso implica que certas formas sociais e econômicas, tanto na base econômica como na superestrutura, sejam transportadas de um modo de produção para outro: certamente, sem certa persistência dessas formas a transição de um modo de produção a outro seria impossível. Assim, diferentes formas de produção podem ser encontradas no mesmo modo, e formas similares podem também ser identificadas no interior de modos diferentes. Certas formas características do capitalismo (por exemplo, comércio, crédito, dinheiro, juros) podem ser encontradas em épocas anteriores; essas formas desempenharam papel importante na transformação do feudalismo em capitalismo, porque foi através de mudanças quantitativas em sua importância para a sociedade que a mudança do feudalismo para o capitalismo foi alcançada. Essa é a segunda ideia importante no argumento de Marx. Ela implica que uma época histórica não é domínio exclusivo de um modo de produção, mesmo que um modo particular possa ser claramente dominante. A sociedade sempre contém dentro de si, potencialmente, modos de produção conflitantes. Lukacs o diz deste modo:

"Um modo de produção particular não se desenvolve e desempenha um papel histórico somente quando o modo tomado inútil por ele já tenha completado em toda a parte as transformações próprias de si mesmo. Os modos de produção e as formas sociais correspondentes, e as estratificações de classe que se sucedem e se superpõem, tendem de fato a aparecer na história muito mais como forças cruzadas" (1970, 45).

Parte da ambiguidade que rodeia o conceito de modo de produção resultou da tentativa de identificar vários modos com várias épocas históricas. Isso levou alguns a concluir, falsamente, que o modo de produção é um conceito "tipo-ideal" no sentido de Weber, em outras palavras, algo que tem utilidade conceitual, mas não validade empírica. Pelo contrário, é evidente que uma

época histórica particular deriva muito de seu caráter do conflito entre diferentes modos de produção. Ou, dito de outra forma, a própria sociedade é marcada pelo conflito a respeito da própria definição do modo de produção apropriado a suas circunstâncias. Mesmo nas sociedades estáveis, modos de produção opostos estão presentes; mas, aqui eles estão sendo fortemente colocados em cheque por vários desvios ideológicos, sociais, políticos e jurídicos. É por isso que os elementos superestruturais na sociedade desempenham um papel vital ao impedir a transformação tanto da base econômica da sociedade como das relações sociais contidas nessa base econômica. É por essa razão que na superestrutura ideológica "os homens tornam-se conscientes do conflito e lutam para superá-lo". Quando um período histórico particular é descrito como "feudal" ou "capitalista", por isso, ele deveria ser sempre tomado como significando que esse período histórico foi dominado por um modo de produção que caracterizamos como "feudal" ou "capitalista".

Nesse ponto, penso que é útil fazer algumas observações preliminares sobre as relações entre o urbanismo como forma social, a cidade como forma construída e o modo dominante de produção. A cidade é em parte uma loja atacatista de heranças fixadas, acumuladas, antes da produção. Ela é construída com uma tecnologia dada, e elaborada no contexto de um dado modo de produção (não se trata de que todos os aspectos da forma construída da cidade são funcionais a respeito do modo de produção). O urbanismo é uma forma social, um modo de vida, ligado, entre outras coisas, a uma certa divisão do trabalho e a uma certa ordem hierárquica de atividade, que é amplamente consistente com o modo de produção dominante. A cidade e o urbanismo podem, por isso, funcionar para estabilizar um modo de produção particular (ambos podem ajudar a criar condições para a autopreservação desse modo). Mas, a cidade pode, também, ser o lugar das contradições acumuladas e ser, por isso, o berço provável do novo modo de produção. Historicamente, a cidade parece ter funcionado variadamente como um pivô em torno do qual um dado modo de produção se organiza, como centro de revolução contra a ordem estabelecida, e como centro de poder e privilégio (contra o qual se revolta). Historicamente, a antítese entre cidade e campo foi o pivô do movimento e do conflito em torno do qual toda a história econômica da sociedade desenrolou-se. Em *A Ideologia Alemã* (p. 69), Marx e Engels escreveram:

"O antagonismo entre a cidade e o campo começa com a transição da barbárie à civilização, da tribo ao Estado, da localidade à nação e atravessa toda a história da civilização até o presente (...). A existência da cidade implica, ao mesmo tempo, a necessidade de administração, polícia, impostos etc.; em re-

sumo, da municipalidade e assim, da política em geral. Aqui, se torna pela primeira vez manifesta a divisão da população em duas grandes classes, que estão diretamente baseadas numa divisão do trabalho e nos instrumentos de produção".

O estudo do urbanismo pode, por isso, contribuir significativamente para nossa compreensão das relações sociais na base econômica da sociedade, assim como para nossa compreensão dos outros elementos políticos e ideológicos na superestrutura. Mas, como qualquer forma social, o urbanismo pode exibir considerável variedade de formas no interior de um modo de produção dominante, embora formas similares possam ser encontradas em diferentes modos de produção. Por exemplo, certas cidades do período medieval (particularmente as dominadas por instituições religiosas) podem comparar-se a certas cidades do período capitalista, embora possa haver um tremendo contraste entre as cidades dentro do próprio modo de produção capitalista. Além disso, parece razoável supor que um modo de produção dominante se caracteriza por uma forma dominante de urbanismo e, talvez, por certa homogeneidade na forma construída da cidade. Em interessante passagem em *Formações Econômicas Pré-Capitalistas* (pp. 77-8), Marx tenta uma classificação preliminar (obviamente baseada em informação muito incompleta):

"A história clássica antiga é a história de cidades, mas das cidades baseadas na propriedade do solo e na agricultura; a história da Ásia é uma espécie de unidade indiferenciada de cidade e campo (a grande cidade, propriamente falando, deve ser olhada meramente como um campo principesco superimposto sobre a verdadeira estrutura econômica); a Idade Média (período — feudal — germânico) começa com o campo como lugar da história, cujo desenvolvimento ulterior continua, então, através da oposição entre cidade e campo; a história moderna é a urbanização do campo, não, como entre os antigos, a ruralização da cidade."

A proposição geral de que alguma espécie de relação existe entre a forma e o funcionamento do urbanismo (e em particular as várias formas de relações cidade-campo) e o modo de produção dominante, parece inteiramente razoável. O problema principal, por isso, é elucidar sua natureza. Os estudiosos marxistas e não marxistas têm, igualmente, buscado aperfeiçoar a classificação de Marx dos vários modos de produção e identificar várias sociedades em vários pontos de sua evolução em termos de alguma tipologia geralmente aceita. A dificuldade dessa abordagem é que a variedade de formas, tanto na base econômica como na superestrutura de um modo de produção fortemente dominante, não permite uma caracterização única daquele modo. Desde que muitas das evidências tangíveis em que nos apoiamos para caracterizar uma sociedade relacionam-se a formas (por exemplo, o desenho das cidades etc.), surgem tanto atritos como ambigüidades ao se tentar definir as qualidades

essenciais de um modo de produção particular. Há, por exemplo, concordância geral na existência de um modo de produção chamado "feudal" (Marx chama-o "germânico"), mas existe desacordo quanto ao que o caracteriza exatamente e quanto às sociedades às quais deva ser válido aplicá-lo. Em parte, essa disputa surge porque os atributos específicos do feudalismo foram originalmente estabelecidos pelos historiadores europeus, trabalhando no contexto europeu; esses atributos foram muito modificados logo que os estudiosos estenderam suas análises a outros contextos, tais como o Japão (Hall, 1962) e a China antiga (Wheatley, 1971).

O argumento sobre a essência do feudalismo é polido e refinado comparado com o argumento sobre o capitalismo. Uma grande variedade de formas sociais pode existir sob o capitalismo. As variações institucionais são substanciais de país para país, e tem havido mudanças significativas através do tempo, como se sabe. Alguns consideram que o capitalismo é agora qualitativamente diferente do modo de produção que dominou o século dezanove. Baran e Sweezy (1966), por exemplo, argumentam que a forma monopolística de capitalismo é qualitativamente diferente do capitalismo típico individualista do século dezanove. Outros argumentam que o estado do bem-estar nos países da Escandinávia e Grã-Bretanha mudaram o capitalismo, tão essencialmente, que não é mais adequado descrever tais sociedades como "capitalistas". Esses argumentos não são meramente acadêmicos, naturalmente, porque eles representam diferentes posições analíticas de crítica à sociedade contemporânea e diferentes bases prescritivas para a ação. Não há, de fato, nenhum modo de produção que possa ser caracterizado de uma maneira que conte com o acordo de todos os observadores. É, por isso útil estender a conclusão de Wheatley, a respeito do feudalismo, a todos os modos de produção. Ele sugere "que uma sociedade feudal não pode ser caracterizada com um simples conceito inclusivo e que o feudalismo, como tipo ideal, não necessita ser exemplificado em sua totalidade por alguma sociedade particular em relação à qual refere-se que seja feudal. Uma sociedade feudal deve ser vista como um modo de integração social, política e econômica que inclui uma ordem de variáveis essenciais. Ao definir tal sistema, é particularmente necessário prestar atenção aos limites de variabilidade desses elementos". (1971, 121).

O conceito de modo de produção, quando usado da maneira relacional típica de Marx, não é uma construção "típica ideal". Mas, é, talvez, também amplo e bastante compreensivo para prover os requisitos metodológicos para examinar, de alguma maneira refinada, a relação entre sociedade e urbanismo. Outro critério conceitual é, assim, necessário, e o que vem mais rapidamente à mente é o indicado na frase de Wheatley: "modo de integração social, política e econômica".

Modos de integração econômica

Karl Polanyi (1968, 148-9) distingue entre três modos distintos de integração econômica ou mecanismos de coordenação: *reciprocidade*, *redistribuição* e *mercado de troca*. Eles podem em geral estar associados a três modos distintos de organização social chamados respectivamente, por Morton Fried (1967) igualitário, ordenado e estratificado. As associações entre os modos de integração econômica e os de organização social não são perfeitas e os esquemas desenvolvidos por Polanyi e Fried diferem em alguns aspectos. Em geral, parece que a reciprocidade está exclusivamente associada às estruturas sociais igualitárias, que o mercado de troca (no sentido restrito dado a esse termo por Polanyi) está exclusivamente associado à estratificação; mas, a redistribuição pode existir, quer nas estruturas sociais ordenadas quer nas estratificadas. É, também, evidente, que todos os três modos de integração econômica podem fundamentar-se, simultaneamente, em um dado modo de produção, embora um ou outro seja usualmente dominante. Eles não são por isso mutuamente exclusivos uns em relação aos outros. Mas, em um período histórico particular, um modo de integração econômica particular pode dominar e ser fundamental para o funcionamento da sociedade. É assim possível caracterizar sociedades de acordo com o grau de penetração do mercado na atividade humana, as relações às quais a reciprocidade está ligada; a extensão em que a atividade redistributiva pode ser observada, e o modo pelo qual os três modos funcionam juntos para chegar àquela coordenação superior de atividade sobre a qual a sobrevivência da sociedade como um todo se apóia. Podemos, também, caracterizar a estrutura social da sociedade examinando os suportes institucionais e os aspectos sociais correlativos dos diferentes modos de integração econômica. Polanyi coloca isso deste modo:

"A reciprocidade, então, supõe uma base de grupos arranjados simetricamente; a redistribuição depende da presença de alguma medida de centralidade no grupo; a troca, para produzir a integração, requer um sistema de mercados de preços estabelecidos. É evidente que os diferentes padrões de integração supõem suportes institucionais definidos" (1968, 149). Os conceitos de reciprocidade, redistribuição e mercado de troca parecem oferecer instrumentos simples e efetivos para analisar as relações entre as sociedades e as formas urbanas que se manifestam nelas. Será útil, por isso, burilar esses conceitos prévios para seu uso.

1. Reciprocidade

A reciprocidade envolve a transferência de bens, favores e serviços entre indivíduos em dado grupo de acordo com certos costumes sociais bem defi-

nidos. Várias espécies de reciprocidade são descritas por Fried (1967). Reciprocidade "equilibrada" indica troca mútua entre indivíduos ou unidades de produção (tais como famílias), com as somas trocadas sendo aproximadamente iguais (a longo termo) entre os participantes. Muitos grupos possuem reciprocidade "desequilibrada" o que garante que há um movimento constante dos que têm para os que não têm. Exemplos de reciprocidade "negativa", a que poderíamos chamar de privação, também podem ser encontrados. A reciprocidade está de acordo, de modo característico, com a existência de grupos simétricos na estrutura social (Polanyi, 1968, Capítulo 1). Fried chama essas sociedades de *igualitárias* e define isso como significando que elas têm "tantas posições de prestígio em qualquer grau dado de idade-sexo quanto pessoas capazes de ocupá-las (...). Tantas pessoas quantas possam manejar o poder — quer através de força pessoal, influência, autoridade ou quaisquer outros meios — podem fazê-lo, e não há necessidade de aliciá-las para estabelecer uma ordem de domínio e soberania" (1967, 33).

Uma sociedade igualitária não possui mecanismos próprios de coerção social sistemática (o que não exclui a ocorrência de atos individuais de coerção) e sua coerência social é por isso mantida através da cooperação voluntária amplamente sustentada pelo costume social. Grupos primitivos são muitas vezes igualitários e dominados pela reciprocidade na troca. Essa forma de organização social corresponde bastante ao que Marx considerava como sendo o comunismo primitivo. Certo número de observações necessita ser feito sobre as sociedades dominadas por tal modo de organização social. A primeira é que elas tendem a estabilizar-se em seus limites sociais e de recursos, e não são caracterizadas pela mudança social. No sentido marxista, elas não têm história; elas meramente existem de modo a-temporal. Elas simplesmente reproduzem sua própria existência. Tais sociedades também exibem tanto um desenvolvimento muito pobre no sentido de individualidade como uma consciência das relações entre o indivíduo e a natureza dominada pelas situações do ambiente imediato sensível. Essa consciência da natureza Lévi-Strauss (1966) chama "a ciência do concreto", que é um modo de inquérito científico adaptado à percepção e à imaginação, mas que exclui as conceituações abstratas do pensamento científico contemporâneo. A ciência do concreto nunca é capaz de penetrar além do realismo cru ou absoluto fenomênico (Segall *et al.*, 1966), e é permeada pelo que Gutkind (1956, 11) chama relação "Eu-Ele", entre o homem e o mundo natural, mais do que uma relação "Eu-Isto", na qual o homem vê a si mesmo tanto separada como diferentemente da natureza em muitos aspectos importantes. As sociedades igualitárias, com sua forma dominante de integração econômica, exibem, assim, certos aspectos em sua superestrutura ideológica que refletem tanto a força como a necessidade de explorar "o mundo sensível em termos sensi-

veis". Lévi-Strauss sugere, assim, que a ciência do concreto foi suficientemente sofisticada para prover a base para a revolução neolítica na agricultura. Apesar disso, ela não foi suficientemente elaborada para abranger o surgimento da ciência que Childe (1942) viu como uma necessidade concomitante da revolução urbana na Mesopotâmia.

É aceito, em geral, pela maioria dos estudiosos, que as sociedades igualitárias são incapazes de ver surgir o urbanismo. Os grupos simétricos típicos não permitem a concentração do produto social necessário ao urbanismo. A reciprocidade pode ser encarada como uma forma residual na sociedade urbana em lugares tão diversos como nas práticas fraudulentas das grandes corporações, e nos atos de troca amigável e mútua existente entre bons vizinhos em uma comunidade. Mas, numa economia dominada pela reciprocidade não pode ocorrer o urbanismo.

2. Integração redistributiva

Uma *sociedade ordenada* é definida por Fried como "uma sociedade na qual as posições de *status* valorizados são de algum modo limitadas, de tal maneira que nem todos com talento suficiente para ocupar tais *status* habitualmente o conseguem. Uma sociedade como esta pode ou não ser estratificada. Isto é, uma sociedade pode limitar fortemente suas posições de prestígio sem atetar o acesso de todos os seus membros aos recursos básicos de que dependem suas vidas (...). A acumulação de sinais de prestígio não confere qualquer direito privilegiado aos recursos estratégicos em que a sociedade está baseada" (1967, 109). As sociedades ordenadas caracterizam-se por um modo *redistributivo* de integração econômica. A redistribuição envolve um fluxo de bens (ou em alguns casos o estabelecimento de direitos sobre a produção) para sustentar as atividades de uma elite. Caracteristicamente, há um fluxo de bens para dentro e para fora de algum centro. Fried (1967, 117) sugere que este centro é tipicamente "o pináculo da hierarquia da ordem ou, como indica sua complexidade, o pináculo de um componente muito pequeno diluído dentro de uma ampla estrutura". O urbanismo é, assim, possível em uma sociedade ordenada. Wheatley (1971, 341) indica que a gênese urbana da China setentrional envolvia, entre outras coisas, "a transmutação da reciprocidade em redistribuição". Em sociedades ordenadas complexas a estrutura social pode ser fisicamente representada por uma hierarquia de centros urbanos da espécie derivada das teorias locacionais de Christaller e Losch. Johnson (1970) encontra apoio considerável nesse ponto. Certamente, pareceria que não pode existir urbanismo e hierarquia de centros urbanos a menos que haja alguma ordenação hierárquica significativa na estrutura social.

Uma economia redistributiva, com sua forma social correlata, a sociedade

ordenada, pode, ao menos em teoria, ser mantida através da cooperação voluntária. A maioria das sociedades ordenadas no passado fundou-se em ideologias religiosas, e em alguns casos isso se provou suficiente para garantir a perpetuação da economia redistributiva. O clero e uma burocracia central podem ser suportados voluntariamente por uma população camponesa. Parece mais provável, contudo, que a redistribuição seja sustentada através do estabelecimento de direitos sobre os resultados ou sobre os meios de produção (o que implica estratificação); direitos mantidos por uma pequena elite e garantidos pela força se necessário. A evidência disso está na emergência de instituições políticas e outras formas (tais como possuidores de propriedade de alguma espécie) na superestrutura. Fried (1967), depois de uma busca extensiva, não encontrou exemplos de uma sociedade puramente redistributiva que não possuísse, contemporaneamente, instituições políticas e jurídicas. Em alguns casos, as sociedades redistributivas (tais como as sociedades feudais da Europa medieval) são também estratificadas, embora em algumas sociedades teocráticas parece que os direitos que garantiam a perpetuação da economia redistributiva eram direitos morais sobre os resultados mais do que direitos de propriedade dos próprios meios de produção.

3 Mercado de troca

É importante distinguir o mercado de troca como um modo de integração econômica dos atos de câmbio e troca que podem ocorrer com a reciprocidade e a redistribuição. Polanyi distingue entre:

- 1) um movimento meramente local de um produto entre pessoas;
- 2) a troca de um produto a um preço determinado por algum mecanismo social e,
- 3) a troca que ocorre através da operação de mercados de preços fixos.

Ele prossegue: "Para a troca ser integrativa o comportamento dos sócios deve orientar-se para produzir um preço que seja tão favorável para cada um tanto quanto cada um o consiga. Tal comportamento contrasta bastante com o da troca a um preço determinado (...). A troca por preços determinados envolve mais do que o ganho para qualquer participante envolvido na decisão de trocar; a troca a preços flutuantes objetiva um ganho que pode ser alcançado somente através de uma atitude que implica em uma relação antagonista distinta entre os sócios" (1968, 154-5).

O mercado de troca ocorre sob uma variedade de circunstâncias, mas ele funciona como um modo de integração econômica somente quando os mercados de preço fixo operam para coordenar as atividades. É neste último sentido que o termo "mercado de troca" é usado no decorrer deste ensaio.

A troca regularizada através de mercados de preço fixo é um mecanismo adquadamente harmonizado para coordenar e integrar a atividade de um grande número de indivíduos agindo independentemente. Mas, para ser efetivo, esse sistema requer que os indivíduos respondam apropriadamente aos preços assinalados — senão não haverá integração econômica. As respostas não que estar dirigidas aos preços e lucros potenciais. É por isso que é o *valor de troca*, mais do que o *valor de uso* (veja Capítulo 5), o centro da permuta. Em vez de mercadorias serem vendidas por dinheiro para comprar mercadorias, o dinheiro é usado para comprar mercadorias que são então revendidas muitas vezes numa forma alterada para obter mais dinheiro. Esse processo de circulação resultante é a marca do comportamento dos negócios, e é esse padrão de circulação que dá a Marx o foco de análise em *O Capital*. A integração através dos mercados de preço fixo é característica do modo de produção capitalista; ela encoraja a divisão do trabalho e a especialização geográfica da produção e, através da competição, ela estimula o impulso para a adoção de novas tecnologias e a organização de um espaço econômico razoavelmente eficiente. Consequentemente, ela incrementa enormemente a perspectiva de criação de riqueza material na sociedade como um todo. Ela tende sempre a estimular a reprodução ampliada. Mas, o mercado de troca repousa na escassez, porque sem ela os mercados de preço fixo não podem funcionar. Assim, a escassez conduz à riqueza através do sistema de mercado de troca, enquanto a preservação do mercado de troca requer que a escassez seja mantida. Muitas instituições sociais na superestrutura são destinadas, por isso, a reproduzir as condições de escassez às quais os mercados de preço fixo estão ligados. Isso é particularmente verdadeiro com respeito àquelas instituições que regulam a posse dos meios de produção. Como resultado, a *estratificação*, como forma social e o mercado de troca, como modo de integração econômica, estão relacionados de modo muito específico, porque o acesso diferencial ao que Fried (1967, 186) chama "os recursos básicos que sustentam a vida" permite a organização social da escassez na própria base econômica. Numa sociedade estratificada, os aspectos naturais e sociais podem ser caracterizados como "recursos" de um modo autoconsciente. Tanto "escassez" como "recurso" são, contudo, conceitos relativos que devem ser usados com circunspeção (veja acima, pp. 80-86, 139). Mas, uma vez que uma definição social seja dada a esses termos, então a economia prática, que lida com a alocação de recursos escassos, torna-se possível.

A relação de mercado de troca afeta a consciência dos participantes individuais de vários modos. O indivíduo substitui o estado de dependência *personal* (característico das sociedades igualitárias e ordenadas) por estados de dependência *material* (Marx, *Grundrisse*, 70-73). O indivíduo torna-se "livre", embora seja controlado pela mão invisível do sistema de mercado. A ideologia

das sociedades penetradas pelo mercado de troca reflete isso. Max Weber (1904) e outros autores (por exemplo, Tawney, 1937) reconheceram uma conexão essencial entre mudanças na ideologia religiosa e o advento do capitalismo europeu. A luta para alcançar uma nova ideologia religiosa consistiu em uma luta para substituir as relações sociais da ordem feudal por relações sociais apropriadas à ordem capitalista. Um aspecto importante, talvez central, dessa luta ideológica referiu-se ao significado da palavra "valor". Para os antigos gregos, vivendo em uma sociedade ordenada em condição de dependência pessoal hierárquica, o valor referia-se ao mérito ou "bondade" de uma pessoa. Como consequência, o valor de uma troca não poderia ser separado do valor das pessoas envolvidas na troca (Polanyi, 1968, capítulo 5). Este conceito básico de valor, característico de todas as sociedades ordenadas (tais como a Igreja Católica do período medieval), é diferente daquele que opera em sociedades igualitárias: aqui o valor está no uso imediato de um bem ou favor na medida em que ele atende às necessidades (físicas ou psicológicas) do indivíduo. Em mercados de preço fixo, em contraste, o valor torna-se função do domínio sobre recursos obtidos através de atos de troca. O valor de troca, expresso nos preços, é uma quantidade abstrata determinada através do funcionamento de um sistema de mercado fundado no dinheiro como medida do valor. As admoestações de Lutero sobre as questões de "favor" e "lucro" podem, por isso, ser vistas como uma tentativa de unir o conceito de valor no mercado de troca com o conceito de valor como mérito moral em uma aliança difícil. Hobbes (1651) faz a mesma tentativa no *Leviatã*. De um lado, ele assegura inequivocamente que "O Valor ou Mérito de um homem é como todas as outras coisas o seu Preço; deve-se dizer, tanto quanto seria dado pelo uso de seu Poder (...). E como em outras coisas também nos homens, não o vendedor, mas o comprador é que determina o Preço." De outro lado, Hobbes também assegura que "O mérito público de um homem, que é o Valor colocado nele pelo Bem-comum, é o que os homens chamam comumente DIGNIDADE, e esse Valor (...) é entendido, por serviços de Governo, Justiça, Emprego público, ou por Nomes e Títulos introduzidos para distinção de tal Valor" (p. 151). O choque entre esses conceitos tem sido uma importante força ideológica, desde mesmo a Reforma; o conflito entre a velha ordem aristocrática e a novíssima e emergente classe industrial e comercial dos últimos anos da revolução industrial na Inglaterra pode ser visto, por exemplo, nesses termos.

A consciência da relação entre o homem e a natureza também assume nova forma sob condições do mercado de troca. As antigas sociedades redistributivas ordenadas europeias deram origem, em geral, a formas abstratas de arte e ciência que foram muito diferentes daquelas expressas na "ciência do concreto". Posta a serviço para articular o simbolismo cosmológico do que era qua-

re, invariavelmente, uma sociedade teocrática, a ciência da sociedade ordenada era abstrata e dedutiva (daí a origem das matemáticas na Grécia) e sua tarefa era discernir a estrutura do cosmos no qual a imagem do homem, da natureza e da sociedade era moldada. A ciência aplicada almeja, freqüentemente, imitar a ordem cósmica e as paisagens eram moldadas de acordo — a forma construída da cidade em economias redistributivas pode, como Wheatley (1969, 1971) demonstrou, brilhantemente, ser interpretada como projeção do simbolismo cosmológico no mundo material. A penetração da economia de mercado de troca, contudo, parece ter trazido com ela uma nova ênfase na ciência contra a filosofia natural; uma ênfase que se enraizava no fato de que o homem agora via a si mesmo como ocupando uma nova e diferente posição em relação à natureza. O período decorrido desde a Renascença forjou uma nova consciência, que repousa na "dicotomia de toda a realidade em experiência interior e exterior do mundo, sujeito e objeto, realidade privada e verdade pública" (Langer, 1942, 22). Essa consciência, que Witheman (1967, 370) chama "A Idade do Dualismo Científico", tornou possível diferenciar entre as verdades privadas do valor de uso e do consumo atual. Marx retrata uma das consequências, como se segue:

"A natureza torna-se pela primeira vez, simplesmente, um objeto para o gênero humano, um assunto puramente de utilidade; ela cessou de ser reconhecida como um poder em seu próprio âmbito; e o conhecimento teórico de suas leis independentes aparece somente como um estratagemas destinado a subjugar as vontades humanas, quer como objeto de consumo ou como meios de produção" (*Grundrisse*, 94).

Essa concepção do mundo natural, no qual a natureza é vista como um "recurso" para uso do homem, subjaz na concepção materialista da natureza no pensamento científico moderno (veja Whiteman, 1969). A origem da ciência natural moderna não deveria ser vista, por isso, como uma mudança de ideologia que não tem relação com a penetração da economia de mercado de troca. É significativo que Leonardo da Vinci trabalhou na época em que o esforço comercial florentino estava em seu apogeu, e que Isaac Newton deveria ter sido Mestre do Tesouro Real num período de revolução fundamental nas técnicas comerciais e bancárias (Wilson, 1963, 227): a matemática aplicada, a aritmética política e a filosofia natural aparentemente progrediram lado a lado no século dezessete na Inglaterra. Os cientistas não vivem isolados das circunstâncias sociais e deveriam por isso esperar que a ciência refletisse os valores sociais, as atitudes e as tensões da época. O delicioso estudo de Yi-Fu Tuan sobre *O Círculo Hidrológico e a Sabedoria de Deus* (1966) documenta, por exemplo, como o simbolismo cósmico típico da velha ordem chocava-se com o estilo científico naturalista da nova discussão do fenômeno hidrológico nos séculos dezessete e dezoito.

O mercado de troca requer instituições políticas e jurídicas específicas se deseja operar com sucesso como um modo de integração econômica. Na Europa, os ajustamentos políticos e jurídicos necessários para facilitar o novo modo de integração econômica foram inúmeros. Esses ajustamentos não foram feitos de uma vez, e tem havido uma evolução contínua nas instituições políticas e jurídicas desde o século dezoito (a emergência de responsabilidades legais limitadas, companhias de fundos comuns, leis de conglomerados etc.). Trazendo à vida essas novas formas jurídicas e instituições, o uso livre é sempre feito a partir de um simbolismo extraído de uma ordem mais velha: o Estado e outras formas políticas assumem, por exemplo, uma aura de certeza moral característica dos direitos morais sustentados nas sociedades teocráticas. Em seu aspecto prático, essas instituições servem para sustentar, e então para perpetuar o novo modo de integração econômica, legitimando-o, e em alguns casos santificando-o. Ultimamente, contudo, todas essas instituições dependem do poder de coagir para perpetuar-se, porque, como Fried observou, "sociedades estratificadas criam pressões desconhecidas em sociedades igualitárias e sociedades ordenadas, e essas pressões não podem ser contidas por controles sociais internalizados ou apenas pela ideologia" (1968, 186). O modo de integração econômica de mercados, por isso, depende do exercício do poder coercitivo, porque é somente através de tal poder que as delicadas instituições que sustentam os mercados de preço fixo podem ser perpetuadas. Visto que as sociedades estratificadas que operam através do mercado de troca são dinâmicas e expansionistas, devemos esperar que contradições surjam, o que suscita ajustamentos internos ou novas formas de expansão. Desde que a coerção é um aspecto essencial para o modo de integração econômica de mercado, é improvável que essas contradições possam ser resolvidas sem o uso da violência.

Para resumir: a reciprocidade, a redistribuição e o mercado de troca são três modos distintos de integração econômica. Eles são indicativos de certos aspectos correlativos da superestrutura ideológica da sociedade: *status*, *classes*, a projeção de ambos em padrões de poder político, instituições definidas de suporte e estados de consciência social são, talvez, os mais significativos desses aspectos. Como as mais simples e cruas caracterizações, esse esquema deve posteriormente ser substituído por uma malha mais fina de conceitos para captar as nuances mais sutis da organização social e econômica. Mas, a reciprocidade, a redistribuição e o mercado de troca equipam-nos com os meios conceituais para caracterizar uma formação econômica e social, e fornecem-nos linhas consistentes para traçar a transformação de um modo de produção dominante em outro.

As cidades e o excedente

As cidades formam-se através da concentração geográfica de um produto social excedente, que o modo de integração econômica deve, por isso, ser capaz de produzir e concentrar. Nisso reside a relação crucial entre o urbanismo e o modo de integração econômica. O conceito de produto social excedente é, contudo, um tanto escorregadio. Se ele deve ser usado, como eu estou propondo aqui, como um conceito através do qual o urbanismo e os vários modos de integração econômica devem relacionar-se, então seu significado deve ser cuidadosamente esclarecido.

O conceito de excedente e as origens urbanas

O conceito de excedente tal como se relaciona com o urbanismo tem sido objeto de grande pesquisa na literatura sobre as origens urbanas. Há acordo geral de que algum produto agrícola excedente foi necessário para a emergência das formas da cidade. Muita controvérsia, contudo, cerca o modo pelo qual deveríamos conceber o excedente e o modo pelo qual os excedentes surgem, são adquiridos e são colocados em uso. Examinar essa controvérsia pode ser útil. Há dois aspectos inter-relacionados para isso. O primeiro concerne a se o excedente pode ser definido em sentido absoluto ou relativo. O segundo baseia-se em um argumento sobre se a força para reproduzir o excedente, automaticamente, garante que ele será produzido na máxima quantidade possível e usado para favorecer o novo desenvolvimento social do qual o urbanismo é o aspecto central. Mergulhada nessa controvérsia há profunda brecha entre os que se prendem a uma interpretação materialista da evidência histórica e os que procuram uma interpretação alternativa do *primum agens* na evolução histórica. Nossa capacidade em compreender as linhas principais da brecha entre os protagonistas, com relação ao argumento, é obscurecida, contudo, pela tendência dos antagonistas da interpretação materialista de escolher as noções cruas do argumento materialista; versões que alguns "marxistas" têm todos, freqüentemente, proposto, mas que Marx e Engels claramente desaprovaram.

Um excedente social é usualmente tomado para representar "aquela quantidade de recursos materiais existentes acima dos requisitos de subsistência da sociedade em questão" (Polanyi *et al.*, 1957, 321). Não é todavia, fácil definir esses "requisitos de subsistência". Eles podem ser iguais aos requisitos biológicos mínimos, mas isso é insatisfatório porque, como Orans aponta, "o nível de subsistência é inextricavelmente cultural e não se baseia nos requisitos das espécies biológicas uniformes" (1966, 25). Confinando

nossa atenção apenas aos requisitos biológicos, podemos, grosseiramente, definir o que Orans chama "excedente submínimo" que é a diferença entre o resultado total e os "requisitos submínimos" necessários para sustentar a atividade puramente biológica (metabolismo, atividade de produção e reprodução). As necessidades sociais e culturais deixam assentado que nenhuma sociedade poderia sobreviver com um resultado a esse nível (embora separar as funções biológicas das culturais seja em si mesmo um estratagemas bastante suspeito). Quando muito, então, os requisitos submínimos podem indicar o que poderia ser ignorado se o indivíduo estivesse vivendo uma "pura existência animal". Mas, não podemos estabelecer a existência de um excedente absoluto por estes meios.

A definição de excedente absoluto requer que identifiquemos as funções culturais e sociais que são "necessárias" para a sobrevivência da sociedade e as que são "demasiadas" e sustentadas pela produção do excedente. Essa é uma tarefa claramente impossível, se não desarrazoada, porque a "necessidade" (veja Capítulo 3) pode ser definida somente em termos de uma situação particular técnica, social, cultural e institucional. Mesmo uma coisa elementar como a fome não pode ser medida independentemente de alguma situação social. Marx, por exemplo, sugere que:

"A fome é a fome. Mas a fome que é satisfeita com alimentos cozidos e talheres é uma outra fome, diferente daquela que se satisfaz com alimentos crus, com a ajuda das mãos, das unhas e dentes. *O modo de produção produz, ao mesmo tempo, objetivamente e subjetivamente, não somente o objeto consumido, mas também o modo de consumo*" (Citado em Schmidt, 1970, 84; itálicos meus).

A consciência da necessidade é um produto social; ela é apenas parte da superestrutura ideológica que repousa sobre o funcionamento da base econômica. O nível da necessidade varia de sociedade para sociedade e de época para época; ela é contingente ao próprio modo de produção. Em *Uma Contribuição à Crítica da Economia Política* Marx examina as intrincadas relações entre produção, consumo, distribuição, necessidade, troca e circulação, e chega ao seguinte princípio importante:

"A produção produz o consumo: (1) provendo o objeto de consumo; (2) determinando o modo de consumo; (3) criando no consumidor a necessidade dos objetos que ele primeiro elabora como produtor" (p.197).

Muitos autores têm aceito que o excedente é alguma coisa relativa, mas poucos estudiosos não marxistas reconheceram como a natureza do excedente é em retorno produzida pelas condições internas à sociedade. Pearson, por exemplo, apenas aceita, sem posterior elaboração, que:

"Os excedentes relativos são simplesmente meios materiais e serviços humanos que estão em algum sentido colocados à parte ou mobilizados à

parte das demandas funcionais existentes, que uma dada unidade social: uma família, uma firma, uma sociedade — forma sobre sua economia" (Polanyi *et al.*, 334).

Rosa Luxemburgo admite que os excedentes aparecem fora de uma espécie particular de situação econômica e social. Ela sustenta que "toda a sociedade efetua trabalho excedente" porque os não trabalhadores (particularmente as crianças e algumas vezes o doente e o velho) são mantidos por trabalhadores, e porque é, frequentemente, necessário manter um "fundo de seguro social contra o infortúnio elementar que pode ameaçar a produção anual" (1913, 77).

Isso pode levar, mesmo em sociedades igualitárias, à criação de um armazém comunitário central e de mecanismos sociais para a distribuição da produção estocada. Um excedente operacional de alguma espécie é necessário para a sobrevivência da sociedade a longo prazo, porque nenhuma sociedade é presciente o bastante para ter condições de calcular exatamente o que serão suas necessidades e circunstâncias futuras. A maioria das sociedades coloca, por isso, de lado algo além e acima do que é preciso para atender às necessidades imediatas. Como as sociedades mudam, assim também a quantidade de produto material colocado à parte muda como os propósitos nesse sentido. A definição do que é ou não é excedente é, por isso, contingente às condições sociais de produção na sociedade.

É, conseqüentemente, possível aumentar a quantidade de excedente instituindo-se mudanças sociais que alteram a definição social de excedente (ou o que leva ao mesmo, mudando o conceito de necessidade) sem aumentar, a curto prazo, a quantidade total de produto material. As funções religiosas que solicitam demandas materiais podem, por exemplo, ser olhadas por alguns como "necessárias" à sobrevivência da sociedade. Mas, se todos os elementos da sociedade decidirem que a atividade religiosa organizada não é necessária, então o produto material alocado a essa função seria designado como excedente. Isso aconteceria, também, se fosse decidido, de algum modo, que os recursos materiais presentemente alocados a aventuras militares e à defesa não fossem necessários à sobrevivência. Cada modo de produção e cada modo de organização social tem implícito em si uma definição particular de excedente. Desde que a sociedade, invariavelmente, contém diferentes modos de produção em conflito entre si ocorre também um conflito correspondente quanto à definição social de excedente. Por essa razão, o conceito de excedente tem conteúdo ideológico e significado político. Aqueles que apropriam produto excedente para benefício próprio irão elaborar meios de persuadir os que contribuem para que as atividades e funções dos apropriadores sejam inestimáveis, necessárias e benéficas à sobrevivência da sociedade; as lições ideológicas dos velhos sacerdotes e do complexo

industrial militar tem certas coisas em comum. Isso implica em que o excedente deveria ser definido como aquela quantidade de produto além e acima do que é necessário para garantir a sobrevivência da sociedade, *tal como os indivíduos a conhecem*. O excedente tem que ser definido de um modo que seja intrínseco aos trabalhadores de um modo de produção particular. Na sociedade em geral o que é definido como excedente por alguns será interpretado como essencial por outros.

Essa visão do excedente condena-nos a um relativismo desproporcional; posição que, como vimos brevemente, parece aceitável para muitos estudiosos ocidentais. Se o conceito de excedente deve desempenhar um papel crítico, devemos, entretanto, construir uma perspectiva favorável mais geral, da qual ele possa ser visto em relação a diversos modos de produção, modos de integração econômica e às variedades de urbanismo. Agir, assim, requer que sejam invalidadas inúmeras definições limitadas do excedente por um conceito que possa unir culturas, épocas e classes. A versão marxista faz isso relacionando o conceito de excedente a uma visão dos requisitos humanos universais da existência do homem como espécie. Essa relação pode ser vista no trabalho de Marx, em uma justaposição dos *Manuscritos Econômicos e Filosóficos de 1844* e os *Fundamentos*, de um lado, e *O Capital*, de outro. Daí, podemos concluir que o excedente tem duas formas. Pode ser primeiramente uma soma de produto material (além e acima do que é necessário para reproduzir a sociedade em seu estado existente) que é colocada de lado para promover melhoramentos ao bem-estar humano. Rosa Luxemburgo (1913) indica, assim, que não pode haver avanços na civilização sem a criação inicial de um excedente que possa ser usado, sobretudo, com objetivos de avanço social. Em segundo lugar o excedente pode ser olhado como uma versão estranha e alienada da primeira: ela aparece como uma quantidade de recursos materiais que é apropriada em benefício de um segmento da sociedade às expensas de outro. Em todos os modos de produção que ocorreram historicamente (salvo os que exibem formas comunistas primitivas de organização social) o excedente apareceu em sua forma estranha alienada. Nessas sociedades, o excedente pode ser igualado ao produto do trabalho alienado.

A concepção marxista de excedente (com seus significados estabelecidos relacionalmente) não tem sido compreendida na literatura ocidental (e mesmo entre marxistas); em parte, porque a ótica marxista dos requisitos universais da espécie têm sido confundidos com argumentos em apoio do conceito de excedente absoluto. Mas, há também uma incompreensão mais séria do papel relacional do conceito de excedente sobretudo na estrutura do pensamento marxista. Estudiosos ocidentais tais como Pearson, Adams e Wheatley têm sido muitíssimo críticos ao argumento marxista, particular-

mente como representado no trabalho de Gordon Childe sobre as origens urbanas. Childe, deve admitir-se, não foi sempre claro em sua apresentação da ótica marxista, mas ele não sustenta algumas das interpretações usualmente atribuídas a ele. Tocaremos, brevemente, nesse assunto, mas é instrutivo inquirir como a ótica alternativa, sustentada por muitos estudiosos ocidentais, a manifesta.

A posição de relativismo, mais do que desproporcionada, a respeito do conceito de excedente, adotado por estudiosos tais como Pearson, Adams e Wheatley, tem certas consequências para a concepção das origens urbanas, assim como para concepção fundamental da natureza do próprio urbanismo. Como o excedente é concebido como individual e especial para cada um e para toda a sociedade é difícil ou impossível dizer algo de grande importância sobre seu papel específico, seja na emergência das formas urbanas, seja no funcionamento do urbanismo em geral. Para ser exato, um excedente tem que ser produzido, mas ele pode ser produzido de várias maneiras. Observe-se, por exemplo, como Pearson muda da consideração do excedente para outros aspectos da organização social:

"Desde que não estamos procurando níveis absolutos de consumo, depois dos quais os excedentes automaticamente aparecem, o interesse da pesquisa está dirigido para o fator positivo dos meios institucionais pelo quais o curso do processo econômico em fluxo é alterado para suportar os requisitos materiais dos papéis societários novos ou aumentados" (Pearson *et al.*, 1957, 334).

Uma vez estabelecido que as formas institucionais são o "fator positivo" então os problemas relativos à produção de um excedente, embora bastante reais, tornam-se de significado secundário. A mudança social é, assim, atribuída a uma força que se move nas mentes humanas mais do que a uma evolução necessária da prática social determinada pela transição de um modo de produção dominante a outro, assim como as condições toleráveis de um modo de produção inicial são vagarosamente exauridas através de seu próprio desenvolvimento interno e expansão. O excedente sempre existe, argumenta-se, para ser usado. Pearson escreve: "há sempre em toda a parte excedentes potenciais úteis. O que conta são os meios institucionais para trazê-los à tona. E os meios de extrair esforços próprios são tão amplos e variados, pondo de lado a soma excedente, e imaginando o excedente, quanto a organização do próprio processo econômico" (Polanyi *et al.*, 1957, 339).

Wheatley repete exatamente a concepção de Pearson:

"Um excedente 'social', então, é designado como tal pela sociedade em questão, e sua realização depende da existência de um poder local capaz de extrair produtos ou serviços das mãos de seus membros. Nenhum povo primitivo jamais gastou todas suas horas despertas em comer, produzir e cul-

tivar: mesmo os mais debilitados pelo desperdício de alguns de seus recursos de maneira não utilitária demonstraram a existência de um excedente. Os administradores encarregados da mobilização de recursos em economias redistributivas descobriram, há muito, que a estrutura humana era quase infinitamente elástica e que, conseqüentemente, era quase sempre possível arrancar da maioria dos cultivadores pobres ainda outra extorsão para o sustento da burocracia central" (1971, 268).

Adams também conclui que "a transformação no 'core' da Revolução Urbana jaz no reino da organização social" (1966, 12). Qual teria sido o aspecto da organização social que desempenhou o papel decisivo para a emergência do urbanismo é objeto de controvérsia. Pearson aceita uma ampla gama de possibilidades, enquanto Wheatley aponta fortemente uma transformação do relicário em centro cerimonial, e daí focaliza as instituições religiosas. De fato, uma ampla gama de aspectos organizacionais e sociais, muitos dos quais Marx caracterizaria como superestruturais, mostraram-se como candidatos possíveis ao papel do fator positivo ou fatores que levaram à gênese do urbanismo. Há uma diversidade considerável de opinião entre os estudiosos ocidentais, mas suas óticas diferem, marcadamente, das de Marx que, bastante simplesmente, sustentou que toda e qualquer sociedade contém contradições inerentes que permitem e atualmente, necessitam de uma transformação intrínseca da sociedade se esta, deseja sobreviver. No decorrer dessas transformações geradas internamente, um novo modo de produção pode surgir. E cada modo de produção particular dá definição e forma tangível ao conceito de excedente, assim como produz as formas superestruturais necessárias para a perpetuação de sua própria existência.

A versão do argumento materialista, rejeitada por Pearson e autores subsequentes, é substancialmente diferente da proposta por Marx. Pearson assim descreve o que chama "teorema do excedente", como argumento de duplo estágio, no qual os excedentes são primeiro supostos como aparecendo com tecnologia avançada e produtividade a ser seguida por "desenvolvimentos econômicos e sociais de *prima* importância." Coisas como "comércio e mercados, dinheiro, cidades, diferenciação em classes sociais, certamente a própria civilização, são assim conseqüência da emergência de um excedente" (Polanyi *et al.*, 1957, 231). Pearson, subseqüentemente, rejeita esse argumento como frivolidade, dizendo primeiramente, que as cidades não surgem porque aparece o excedente em um certo estágio do desenvolvimento econômico; em segundo lugar, que "a inter-relação entre os aspectos materiais e societários da existência são tais que não podem ser separados em seqüências," e, em terceiro lugar, que o excedente não pode ser olhado como causa necessária mas não suficiente da mudança econômica e social que subjaz na emergência do urbanismo. Adams também rejeita a idéia — que

tanto ele como Wheatley (1971, 278) atribuem a Gordon Childe — de que há "uma tendência inerente dos agricultores em desenvolver a produtividade em direção ao mais alto nível potencial correspondente à sua tecnologia, isto é, a maximizar a sua produção acima da subsistência e necessidades e então propiciar o crescimento de novos padrões de apropriação e consumo, envolvendo elites livres das responsabilidades da produção de alimento" (1966, 45).

Um aspecto curioso desse argumento, relativo à relação entre produção excedente e origens urbanas é o modo pelo qual os argumentos desenvolvidos para combater as óticas materialista atribuídas a Childe (um marxista de qualidade) conduziram alguns dos estudiosos ocidentais, contemporâneos a assumir posições que, em certos aspectos pelo menos, se parecem com as de Marx. Af estão, naturalmente, alguns desacordos fundamentais. Marx não atribui às formas sociais e institucionais da superestrutura a autonomia que autores como Pearson e Wheatley claramente imputam a elas. Embora o excedente deva ser pensado como relativo em ambos os argumentos, Marx tinha uma ótica altamente estruturada sobre o modo pelo qual o excedente deveria ser olhado como relativo (veja Ollman, 1971, 12-42). Mas, nem Marx nem Childe argumentaram que o excedente era absoluto ou que ele era casualmente eficaz ao dar origem a formas urbanas. Childe, por exemplo, escreveu:

"As graves contradições da economia neolítica foram ultrapassadas quando os agricultores foram persuadidos ou compelidos a arrancar do solo um excedente acima de suas necessidades domésticas próprias, e quando esse excedente se tornou útil para sustentar as novas classes econômicas não diretamente engajadas na produção de seu próprio alimento. A possibilidade de produzir o excedente necessário era inerente à verdadeira natureza da economia neolítica. Sua realização, contudo, requereu adições ao estoque de ciência aplicada à disposição de todos os bárbaros, assim como modificações nas relações econômicas e sociais" (1942, 77).

A capacidade de produzir excedente é a habilidade de realiza-lo em forma consistente com o urbanismo são claramente reconhecidas, aqui, como duas coisas diferentes. A última depende da emergência de uma forma de organização econômica e social capaz de persuadir ou compeli o agricultor neolítico a produzir mais do que era necessário para sua mera subsistência. Childe, aparentemente, olha a capacidade de produzir excedente como condição necessária, mas não suficiente para a emergência do urbanismo. Marx, contudo, tem um ponto de vista melhor, a partir do qual mostra como o excedente foi criado e instituído; um ponto de vista usualmente eluído e merecedor de explicação.

O conceito marxista de excedente surge da análise de Marx da forma alienada de mais-valia tal como vem à existência na sociedade capitalista. A mais-valia é aquela parte do valor total da produção que é a parte posta de lado depois que o capital constante (que inclui os meios de produção, matérias-primas e instrumentos de trabalho) e o capital variável (força de trabalho) foram computados. Sob condições capitalistas, a mais-valia é em parte realizada nas três formas, renda, juros e lucro. Se a produção deve manter-se e o modo de produção capitalista deve sobreviver, então deve ser alocado um valor suficiente ao trabalho para permitir-lhe sustentar-se e reproduzir-se, através do consumo dos bens que aquele valor pode comprar. A quantidade de bens consumidos deve, por fim, ser igual à quantidade necessária para a sobrevivência biológica (e aqui Marx parece invocar a idéia que é similar ao conceito de um nível de requisito submínimo proposto por Orans). Mas, haverá obviamente certas necessidades sociais dependentes das condições sociais e relações necessárias para manter a produção. As transformações na sociedade, inevitavelmente provocam transformações nas necessidades atuais e percebidas porque, como Marx afirma em *A Miséria da Filosofia* (147: veja também p. 40), "toda a história nada mais é do que uma contínua transformação da natureza humana". A quantidade de mais-valia depende da quantidade de produto necessário para realizar as necessidades biológicas e sociais do trabalho. Parte da objeção de Marx contra o modo capitalista de produção baseou-se em que a orientação para maximizar as formas capitalistas de mais-valia inevitavelmente conduz o capitalista como classe (mesmo contra sua própria vontade individual) a baixar os níveis de subsistência da população trabalhadora, cada vez mais para perto do nível de requisitos submínimos. No processo, o trabalho é desumanizado e reduzido à existência "animal". O desempenho dos primeiros industriais, em particular, não parece ter sido muito diferente do dos primeiros burocratas da dinastia Chou que, como Wheatley infere, tornou possível "arrancar da maioria dos cultivadores pobres ainda mais uma outra exação para o sustento da burocracia central".

Numa economia capitalista, a mais-valia é uma quantidade medida em termos de valor de troca ou dinheiro. Numa economia redistributiva o valor é igualado ao mérito moral. Desde, contudo, que o valor surge da aplicação do trabalho socialmente necessário, a produção de mais-valia em ambos os tipos de sociedade pode ser igualada à extração de força de trabalho excedente. Uma parte do dia dos trabalhadores destina-se a produzir mais-valia e uma parte dela é alocada para produzir o equivalente de tudo o que eles precisam para manter e reproduzir a força de trabalho. O trabalho exceden-

te é, por isso, aquela força de trabalho gasta pelo trabalhador para reposição de algo ou alguma coisa a mais. Disso surge a conexão entre o conceito marxista de um excedente alienado e do trabalho alienado. Em *O Capital* Marx escreve:

"É de todo importante, para uma correta compreensão da mais-valia, concebê-la como mero congelamento de tempo de trabalho excedente, nada se não trabalho excedente materializado, como é, para uma compreensão adequada do valor, concebê-la como mero congelamento de várias horas de trabalho; como nada senão trabalho materializado. A diferença essencial entre as várias formas econômicas da sociedade, entre, por exemplo, a sociedade baseada no trabalho pago e a baseada no trabalho escravo, reside somente no modo pelo qual esse trabalho excedente é em cada caso extraído do atual produtor, o trabalhador" (Volume 1, 217).

Numa passagem posterior, Marx o diz deste modo:

"O capital não inventou o trabalho excedente. Onde quer que uma parte da sociedade possui o monopólio dos meios de produção, o trabalhador, livre ou não livre, deve acrescentar ao tempo necessário para sua própria manutenção um tempo de trabalho extra para produzir os meios de subsistência para os proprietários dos meios de produção, quer este proprietário seja o nobre ateniense, o teocrata etrusco, o cidadão romano, o barão normando, o escravista norte-americano, o boiardo da Valáquia, o latifundiário moderno ou o capitalista" (p.235).

A mais-valia na sociedade capitalista deve, por isso, ser vista como manifestação do trabalho excedente sob condições do mercado de troca. Em sociedades igualitárias, como indica Luxemburgo, esse trabalho excedente surge para sustentar o fraco e para proteger contra as incertezas do meio. Em sociedades redistributivas, contudo, o trabalho excedente assume forma alienada. Uma transmutação das sociedades igualitárias em redistributivas cria, assim, uma redefinição social do trabalho excedente que é, provavelmente, não empreendida voluntariamente. Marx, assim, argumenta (*Capital*, Volume 1, 512-15) que não há "qualidade inerente de trabalho humano para fornecer produto excedente"; e que antes que o trabalho seja gasto "em trabalho excedente para estranhos, é preciso a compulsão". A capacidade de desempenhar trabalho excedente não garante a alienação do excedente. Nem deve o excedente ser concebido de nenhum modo senão em um sentido relativo, dependendo do que é socialmente designado como excedente. O conceito de excedente é relacional como todos os outros conceitos de Marx (Ollman, 1971; veja também Capítulo 7), e ele por isso torna possível distinguir as sociedades de acordo com os modos pelos quais o excedente é definido e extraído. Marx faz uma distinção significativa entre os conceitos de excedente alienado e não alienado. Mas ele, também, distinguiu dentro da categoria

alienada entre economias redistributivas — nas quais o objetivo é a aquisição de valor de uso e onde há limitação natural à quantidade de produtos excedentes que podem ser absorvidos — e economias de mercado de troca, nas quais o objetivo é a aquisição de valor de troca, e nas quais a única limitação colocada sobre o trabalho excedente extraído surge da necessidade de sustentar e reproduzir a força de trabalho com objetivos de futura produção. O atual modo de integração econômica, por isso, leva a uma mais longa e vigorosa busca de força de trabalho excedente do que a primeira. Em outras palavras, o trabalho escravo, por si mesmo, tende a ser menos explorador do que o trabalho pago.

A extração de força de trabalho excedente não dá necessariamente origem ao urbanismo: o urbanismo jaz na concentração de uma quantidade significativa de produto social excedente em um ponto no espaço, e é praticamente impossível o excedente social ser extraído e ainda permanecer disperso. Pearson indica que “a prática de distribuição, mutuamente obrigatória, típica da reciprocidade (...) não é útil para a construção individual de excedentes, desde que isso garanta contra as reais incertezas pessoais que causam poupança” (Polanyi *et. al.*, 1956, 336). Os padrões de troca na reciprocidade não são úteis, quer para a acumulação de excedentes sociais, em qualquer quantidade, quer para a concentração do excedente nas mãos de um segmento da sociedade. A ausência do urbanismo na reciprocidade para ser atribuída ao modo pelo qual o excedente é definido, à utilidade limitada do excedente potencial e à incapacidade de concentrar o excedente em bases permanentes. Um modo redistributivo de integração econômica, por outro lado, não implica em capacidade de concentrar o produto do trabalho excedente, embora seja outro assunto se a concentração está numa base ampla e permanente, suficiente para dar origem ao urbanismo. Contudo, é o modo de mercado de troca que mais tipicamente conduz a concentrações permanentes de mais-valia que são então colocadas em circulação uma vez mais para conseguir posterior mais-valia. Os três modos diferentes de integração econômica estão associados a diferentes arranjos organizacionais e institucionais como explanatórios da emergência e expansão do urbanismo como forma social.

Há, contudo, um problema econômico mais profundo a ser resolvido na mudança da reciprocidade para a redistribuição e à atual emergência do mercado de troca. É o problema da reprodução ampliada que conduz em retorno ao problema da acumulação primitiva. Rosa Luxemburgo argumenta deste modo: “a reprodução simples, como a mera repetição contínua do processo de produção na mesma escala anterior, pode ser observada em longos períodos da história social (...). Mas, a reprodução simples é a fonte e o claro sinal da estagnação geral econômica e cultural. Nenhum passo adiante im-

portante na produção seria possível sem ampliar a produção; porque a base e também o incentivo social para um avanço decisivo da civilização está somente na expansão gradual da produção para além das necessidades imediatas” (1913, 41).

A transformação da reciprocidade em redistribuição diz respeito a um problema puramente econômico de substituir a reprodução simples pela reprodução ampliada. Marx e Luxemburgo argumentam que isso substitui a “acumulação primitiva”, que Marx definiu como “nada mais que o processo histórico de separar o produtor dos meios de produção”; processo de expropriação “escrito nos anais da humanidade com letras de sangue e fogo” (*Capital*, Volume 1, 714-15). A acumulação primitiva significa a exploração de certa parte da população — quer através da apropriação dos valores de uso existentes acumulados com bens fixos, ou através da apropriação de força de trabalho — para obter um produto excedente para investir na reprodução ampliada. O fator chave nesse processo, tanto quanto Marx se preocupou com isso, é a emergência de novas relações de produção (na base econômica), na qual uma certa parte da população encontra-se divorciada do controle dos meios de produção. Assim, a acumulação primitiva repousa na emergência de uma sociedade estratificada que, embora possa, inicialmente, ser dominada pela redistribuição, contém dentro de si a semente para a emergência do mercado de troca.

A análise subsequente de Rosa Luxemburgo da acumulação primitiva é mais penetrante, embora ela não resolva inteiramente o problema que Marx deixou à margem. Ela coloca três pontos de interesse específico no contexto do urbanismo. Primeiro, uma parte do excedente tem que ser usado para criar novos meios de produção. Na medida em que esses investimentos assumem forma fixa, eles podem contribuir para a forma construída da cidade. Segundo, a acumulação primitiva requer o crescimento concomitante de uma demanda efetiva por produto excedente produzido. No modo de produção capitalista, isso implica numa dificuldade peculiar visto que a classe capitalista está diretamente interessada em expandir o valor de troca; e, para fazer isto, uma demanda efetiva — através da expansão dos usos antigos ou da criação de novos — tem que ser criada. Em economias redistributivas — que estão ligadas a valores de uso — este problema não surge do mesmo modo. Mas, em ambos os casos descobrimos que a cidade funciona como um lugar de disposição de produto excedente. A arquitetura monumental, o consumo pródigo e conspicuo, e a criação da necessidade na sociedade urbana contemporânea são todas manifestações diferentes desse mesmo fenômeno. A cidade pode assim ser interpretada parcialmente como um campo destinado a gerar demanda efetiva. Terceiro, Luxemburgo argumenta que há necessidade absoluta de um modo de produção em expansão, tal como o

capitalismo, para fornecer somas proporcionais de acumulação primitiva; os mecanismos mais importantes para esse aumento na acumulação primitiva eram, a seu ver, o imperialismo econômico e uma penetração sempre crescente do modo de integração econômica do mercado de troca em mais e mais aspectos da vida social e em novos territórios. Embora haja argumento para não ver nisso toda a história da acumulação primitiva, não pode haver dúvida de que o urbanismo contemporâneo, que poderia ser chamado de "metropolização global", está envolto numa forma global de imperialismo econômico. Todos colocam a questão: como é definido o excedente e quando ele aparece nas condições do urbanismo contemporâneo?

Trabalho excedente, mais-valia e a natureza do urbanismo

Quando Pearson, Wheatley e outros focalizam a transformação organizacional e institucional como subjacente à emergência do urbanismo, podemos ver que eles estão realmente dirigindo a atenção para certos aspectos correlativos daquele processo por meio do qual a acumulação primitiva ocorre. Evidentemente, o excedente, mesmo em sua forma socialmente definida, não teve eficácia causal — supor assim é cair naquela interpretação materialista vulgar da história que Marx e Engels tão fortemente desaprovaram. O ponto é que mudanças fundamentais na base econômica da sociedade levam a uma redefinição do conceito de excedente e as novas relações sociais de produção que se opõem a essa redefinição. As mudanças não são, e nunca podem ser, simplesmente geradas na superestrutura ideológica da sociedade: as condições econômicas tem que estar prontas para a emergência da nova forma de integração econômica. Essas condições econômicas contêm acumulações de bens do passado. As condições materiais para a emergência da redistribuição tem já que estar presentes ou ao menos em curso de formação (veja acima, p. 201). Em *O Capital* Marx argumenta deste modo:

"Na alvorada da civilização, a produtividade alcançada pelo trabalho é pequena, mas assim também são as carências que se desenvolvem com e pelos meios de satisfazê-las. Posteriormente, naquele período inicial, a parte da sociedade que vive do trabalho de outros é infinitamente pequena comparada com a massa de produtores diretos. Com o progresso da produtividade do trabalho, aquela pequena parte da sociedade aumenta, tanto absolutamente quanto relativamente. Além disso, o capital, com as relações que o acompanham, nasce de um solo econômico que é produto de um processo de desenvolvimento. A produtividade do trabalho que serve para seu fundamento e de ponto de partida é uma dívida, não da Natureza, mas de uma história que abarca milhares de séculos" (Volume I, 512).

Esse é o argumento que Childe repete. Assim, a questão real que o conceito de excedente coloca é: quais foram as condições relevantes na base econômica da sociedade que permitiram a redistribuição e ao recente mercado de troca emergirem como modos de integração econômica?

Os aspectos básicos na transformação da reciprocidade em redistribuição têm que ser considerados. Primeiramente, a população (ou pelo menos uma parte dela) tem que estar separada de parte de seu produto ou do acesso aos meios de produção. Em segundo lugar, a produtividade agregada à sociedade tem que ser suficiente para sustentar a parte não produtiva da população. Não há dúvida de que os argumentos de Marx e Childe a respeito desses dois aspectos são, frequentemente, bastante simplistas. Childe acentuou as mudanças tecnológicas que aumentaram a produtividade agrícola. Isso, obviamente, tem importância como Adams (1966, 45) concorda; mas um aumento na população total pode gerar um excedente agregado mais amplo sem nenhuma mudança necessária na produtividade. Por exemplo, Orans (1966) dá uma boa indicação de uma relação integral entre população total, estratificação e atividades que criam excedente. Pode argumentar-se, também, que a densidade da população é importante. Desde que em economias redistributivas a extração de força de trabalho excedente envolve integração espacial da economia em torno de um centro urbano, isso significa que uma população mais próxima combinada com facilidade de comunicação torna possível extrair grandes quantidades de força de trabalho excedente total com menos esforço. Há, ainda, um ponto. As populações que fornecem força de trabalho excedente não o fazem usualmente de boa vontade. Os escravos podem fugir, e uma população móvel simplesmente fugirá das fileiras de algum centro de exploração. É importante, por isso, para que a população forneça trabalho excedente, que esteja imóvel. Isso indica, parcialmente, um modo de produção no qual bens fixos — tais como pagamento de direitos no campo — tornam difícil mover-se, e talvez uma densidade alta de população ou barreiras físicas que tornam difícil encontrar espaço vital fora das fileiras da cidade central de exploração. A força de trabalho excedente tem, por isso, que estar ligada (e não é inconcebível que isso ocorresse por preferência ideológica) seja ao centro urbano ou à terra que cerca o centro urbano.

Evidentemente, nenhuma simples série de condições pode ser identificada como sendo necessária para garantir a sobrevivência de formas redistributivas de integração econômica. Não obstante, alguma combinação das condições descritas acima parece necessária. Especificar que condições é assunto para um historiador acadêmico. Mas, é mais fácil extrair grandes quantidades de produto definido como excedente (na forma de trabalho alienado) sob certas condições (tais como a agricultura permanente, altas densidades de população, formas fáceis de comunicação, alta produtividade natural sob dada

tecnologia e similares) do que sob outras condições. Por último, essas condições são o resultado de uma história que "abarca milhares de séculos". Isso é tudo o que aquela versão de Childe da gênese urbana precisa conter. Diante desse argumento é difícil sustentar a ótica de Pearson e Wheatley de que não houve condições prévias necessárias para a produção de excedente e que, como consequência, o urbanismo poderia emergir quase em toda a parte onde existissem os arranjos institucionais e organizacionais corretos que o trouxeram à tona.

As condições que habilitam a transformação da reciprocidade em redistribuição foram cruciais para a emergência do urbanismo; elas foram o instrumento de concentração do produto excedente em poucas mãos e poucos lugares. A emergência do urbanismo e a apropriação de um produto social excedente estiveram inextricavelmente relacionadas. Se a mais-valia é olhada como manifestação particular do trabalho excedente, nas condições do capitalismo (mercado de troca) então se segue que o urbanismo nas sociedades capitalistas pode ser analisado em termos da criação, apropriação e circulação de mais-valia. Não é suficiente, contudo, afirmar meramente, *a priori*, uma proposição importante como essa. A verdade disso pode ser atestada somente pelo estudo do urbanismo no modo de produção capitalista.

Numa economia capitalista, a mais-valia acumulada é em grande parte destinada a trabalhar para criar quantidades cada vez maiores de mais-valia. Esse processo não ocorre com intensidade similar em todos os setores ou territórios da economia capitalista. Sua intensidade depende, entre outras coisas, do grau de penetração do mercado no setor ou territórios em questão. E, por isso, importante examinar os padrões setoriais e espaciais de circulação da mais-valia na medida em que os lucros são investidos com o objetivo de realizar lucros posteriores.

A forma mais simples de circulação espacial surge quando a cidade extrai o produto excedente de uma hinterlândia agrícola. A diferenciação interna na economia da cidade está associada com a circulação da mais-valia dentro da cidade e, com o surgir da industrialização, a cidade torna-se o lugar de produção, assim como de extração da mais-valia. O estabelecimento de relações comerciais entre as cidades expande o padrão de circulação, de modo que a mais-valia pode ser extraída através do comércio e dos negócios. A metropolização global contemporânea é uma combinação de todos esses elementos, e os padrões setoriais e espaciais de circulação de mais-valia são extraordinariamente intrincados (Frank, 1969, fornece uma análise desta circulação). A metropolização global está imersa nos padrões de circulação de uma economia global, na qual a mais-valia está sendo extraída. Diferentes formas de cidade estão contidas dentro dessa economia. Castells (1970), por exemplo, diferencia entre as formas metropolitanas da América do Norte e

da Europa Ocidental e as formas urbanas dependentes de grande parte do mundo. O urbanismo dependente surge em situações onde a forma urbana existe como um canal para a extração de quantidades de excedente de uma hinterlândia rural de recursos com objetivos de enviá-los para os centros metropolitanos maiores. Essa forma colonial de urbanismo é característica corrente, por exemplo, em grande parte da América Latina (Frank, 1969), mas no começo do século dezenove ela era, como nota Pred (1966), dominante nos Estados Unidos. Dentro dos países funcionam hierarquias de tipos de cidades que fornecem canais para a circulação e concentração de mais-valia, enquanto ao mesmo tempo provêm a integração espacial da economia. Turbulências na circulação ocorrem, também, dentro da grande metrópole (entre, por exemplo, a cidade e o subúrbio nos Estados Unidos contemporâneos); estas, contudo, são menores se comparadas à circulação global maciça de mais-valia na qual está imersa a metropolização contemporânea.

Em todos esses complexos padrões de circulação, a concentração local pode surgir, mas a distinção da forma da cidade, tão aparente como fenômeno geográfico, desaparece. O urbanismo contemporâneo pode, ainda, ser olhado, na maneira proposta por Adams e Wheatley, como forma de organização econômica e social que com sucesso mobiliza, cria, concentra e (talvez) manipula o produto do trabalho excedente sob a forma de mais-valia; mas não faz muito sentido pensar a cidade como uma entidade tangível que expressa o processo de circulação em forma fixa e distinguível. Não obstante, modelos simples de circulação, tais como os baseados em um padrão cidade-campo de circulação, podem ser úteis para explicar certos aspectos básicos do urbanismo contemporâneo: nas seções que se seguem farei uso de tais modelos simples com objetivo de demonstração.

O capitalismo repousa na circulação de mais-valia. O papel que a cidade desempenha nesse processo depende das possibilidades sociais, econômicas, tecnológicas e institucionais que governam a quantidade de mais-valia nela concentrada. Hesselitz (1960, Capítulo 8) faz uma distinção útil, mas um tanto simplista entre cidades "geradoras" e "parasitárias". Uma cidade geradora contribui para o crescimento econômico da região na qual está situada, enquanto uma cidade parasitária não. Uma cidade geradora aloca uma soma considerável de mais-valia acumulada dentro de si em formas de investimentos que ampliem a produção. Os investimentos podem ocorrer na cidade ou na área rural ao redor (no último caso, elas destinam-se basicamente, naturalmente, a facilitar uma taxa aumentada de extração do excedente da área rural em questão). Há, por isso, uma conexão necessária, mas não suficiente entre urbanismo e crescimento econômico. Nessa situação, a cidade devolve certos benefícios à área rural, e daí surge a ótica, comum a Adam Smith (1776, Livro 3) e Jane Jacobs (1969) de que a cidade é benéfica

ao campo porque é o centro da inovação tecnológica e catalizador do crescimento econômico geral e do progresso econômico. Da cidade, o campo recebe novos produtos, novos meios de produção, inovações tecnológicas e similares. Adam Smith assim resolve para sua própria satisfação o que tem a aparência de um sério dilema moral — o fato de que “a cidade pode ser considerada como existindo para ganhar riqueza e toda a subsistência do campo”. A solução, naturalmente, é que “os ganhos de ambos são mútuos e recíprocos, e a divisão do trabalho é neste, como em todos os outros casos, vantajosa para todas as diferentes ocupações”. É notável, aqui, que Smith ignora o problema da acumulação primitiva, e engana-se por meio disso com o fato simples, mas inegável de que as cidades foram historicamente fundadas na extração e concentração de um produto social excedente. Se o excedente social é usado para ampliar a reprodução, o produto total da sociedade, sem dúvida aumentará, e assim um aumento na quantidade total de excedente social produzido tem, historicamente, estado associado à atividade da urbanização — aqui, tanto Jane Jacobs como Smith estão certos. Os outros centros urbanos têm, frequentemente, sido “geradores”, mas a necessidade de realizar a acumulação primitiva milita contra o processo, sendo naturalmente e reciprocamente benéfica como Adam Smith e Jane Jacobs previram, porque o processo da acumulação primitiva é, nas palavras de Marx, “tudo, menos idílico”.

As cidades parasitárias, por outro lado, caracterizam-se por uma forma de organização econômica e social que é dedicada ao consumo do excedente social, muitas vezes através de empresas que são conspicuamente predatórias de um ponto de vista econômico (qualquer que seja seu significado militar ou religioso). Wolf (1959, 1969) considera os centros teocráticos do México antigo como parasitários e C. T. Smith (1967, 329) indica que muitas cidades no século onze na Europa também exibiram qualidades parasitárias. Uma cidade parasitária está preparada para reprodução simples mais do que para aquela reprodução ampliada sobre a qual estão baseados os avanços da civilização e a economia. Desde que esta reprodução simples envolve o movimento de um excedente social para uma elite urbana não trabalhadora e consumidora a forma parasitária de urbanismo reflete claramente a natureza parasitária da elite urbanizada. As cidades parasitárias são vulneráveis a menos que a elite urbana tenha forte controle militar, econômico e ideológico sobre a população que produz o excedente. As cidades geradoras são, nesse aspecto, mais robustas, desde que elas ao menos promovam a ilusão de padrões de circulação de mais-valia mutuamente benéficos. Johnson (1970) assim observa que a integração do mercado é ferramenta muito mais poderosa para a preservação do urbanismo e da integração espacial do que o controle militar e ideológico. Por outro lado, as sociedades engajadas na reprodução

simples podem ser muito estáveis e com razão livres de contradições econômicas internas. Assim, as cidades parasitárias não tendem a ser internamente muito vulneráveis como o são a forças externas. Essa distinção entre cidades geradoras e cidades parasitárias pode manifestar-se em um número diversificado de maneiras. Gramsci (*Prison Notebooks*, 90-102) distingue, perceptivamente, por exemplo, entre o urbanismo parasitário da Itália do sul nos anos 50, nos quais havia um “domínio literal da cidade pelo campo” (porque a cidade era a residência da classe rentista e de uma burocracia que vivia de um excedente extraído da agricultura), e o urbanismo gerador da Itália do norte, na qual havia contínua ampliação da produção através da indústria e do comércio, junto com a criação concomitante de um amplo proletariado urbano-industrial. Em ambos os casos, o trabalho excedente estava sendo mobilizado para a produção de mais-valia, mas as circunstâncias, embora fossem “urbanas”, eram bastante diferentes.

Essa discussão sugere um possível dilema quando as políticas de urbanização são imaginadas em países socialistas. De um lado, compreende-se que o trabalho excedente é necessário para promover o progresso da sociedade, enquanto, de outro, a acumulação primitiva é olhada como um processo penoso e destrutivo. Esse é, realmente, uma problema na teoria do desenvolvimento socialista, mas parece que não há meios de aumentar a produção sem acumulação primitiva; e, assim, as experiências não idílicas de desenvolvimento da Rússia, China e Cuba pareceriam inevitáveis nessas circunstâncias (embora não se trate necessariamente de defender as formas atuais que elas assumem e estão assumindo). Esse ponto de vista tem que ser modificado, contudo, em razão de que o contexto da transição para o socialismo envolve uma redefinição do conceito de excedente. Essa definição elimina a forma de renda, juros e lucro e centra-se no que é trabalho socialmente necessário para a produção de valores de uso benéficos socialmente (em lugar de valores de troca) para ao mesmo tempo os membros atuais e futuros da população. Em outras palavras, um excedente socialista surge, ao menos em princípio, do trabalho alienado. O excedente, assim redefinido, perde seu caráter de classe: todos os membros da sociedade estão em condições de fornecer certa quantidade de trabalho excedente para objetivos socialmente definidos. É dessa perspectiva teórica que temos que medir a emergência de novas formas urbanas.

Em sociedades socialistas é necessário que excedente de alguma espécie seja produzido, mas não há razão, *a priori*, de que ele necessariamente ser concentrado. Tanto Marx como Engels aceitaram o ponto de vista, por exemplo, de que uma sociedade socialista requeria que a histórica antítese entre a cidade e o campo desaparecesse. Essa é uma recomendação bastante simplista, em vista dos padrões bastante complexos de circulação nos países

capitalistas e socialistas contemporâneos. Mas, podemos tecer um argumento em torno disso. Parte do excedente trazido à tona em uma sociedade socialista será colocado, presumivelmente, em novo investimento para expandir a produção. Na medida em que esse investimento for mais eficientemente desenvolvido em forma concentrada (através de economias de escala, economias de aglomeração e similares) há razão para aceitar alguma forma de aglomeração urbana. Mas, muito do produto excedente que existe em sociedades socialistas será, presumivelmente, distribuído para uso da população em geral, e é aqui que a concentração geográfica deveria ser evitada a todo o custo. A tentativa consciente de dispensar em Cuba o atendimento médico de sua anterior concentração forte em Havana para um sistema regional compreensivo de atendimento em saúde para todo o país é bom exemplo dessa espécie de política. A situação é relativamente simples em Cuba, naturalmente, mas o princípio permanece o mesmo a respeito das complicadas circulações do excedente em sociedades produtivas avançadas. Acima de tudo, entretanto, as formas urbanas na sociedade socialista não têm, presumivelmente, papel comparável à promoção da demanda efetiva na sociedade capitalista. O grau em que mudanças na forma da cidade têm ocorrido em sociedades "socialistas" (em situações usualmente dominadas, inicialmente, por um legado de formas capitalistas urbanas), em relação à perspectiva teórica formulada acima, é alguma medida de seu sucesso em conseguir seus objetivos declarados. As indicações atuais da União Soviética e da Europa Oriental não são particularmente encorajadoras, porque o domínio dos centros urbanos não se transformou em nova configuração, nem a própria estrutura urbana se alterou radicalmente (Musil, 1968; Castells, 1970). Como colocou Lefebvre: "os mesmos problemas (de urbanismo) podem ser encontrados no socialismo e no capitalismo com a mesma ausência de resposta" (1970, 220). Na China, a situação parece ser diferente. A revolução socialista, ali, teve base rural, e a tensão histórica na vida chinesa entre a cidade e o campo tem a ver diretamente com isso.

No pensamento maoísta a tensão entre a cidade e o campo é olhada como contradição principal na organização social do povo — uma contradição que abrange "três grandes diferenças: entre as áreas urbanas e rurais, a indústria e a agricultura, o trabalho intelectual e o manual" (*Committee of Concerned Asian Scholars*, 1972, 104). Essas contradições são examinadas na teoria revolucionária chinesa, e muito de sua história recente pode ser interpretado como tentativa para resolvê-las (Mao Tse-tung, 1966). Um tema central da política chinesa desde 1957, por exemplo, tem sido mudar o caráter dos centros burocráticos industriais que foram inicialmente concebidos (na linha russa) como fonte central de poder político e social (assim como o centro da circulação do excedente socialista) e integrar as cidades no campo (para

conseguir solução do antagonismo cidade-campo na maneira defendida por Marx e Engels). A revolução cultural foi parte desse processo, no qual a dominação dos intelectuais urbanos foi mudada e a organização social e política feita para assumir nova forma, consistente com o objetivo econômico fundamental de livrar o campo da dominação das cidades. A divergência política entre a Rússia e a China é o reflexo de abordagens bastante diferentes às três grandes contradições de que a diferenciação urbana-rural é sintomática. A política russa parece estar voltada a perpetuar a brecha histórica entre a cidade e o campo; a política chinesa parece querer resolvê-la. Esse contraste dentro de países "socialistas" assume significado profundo quando é comparado com o progresso naturalmente evolutivo da urbanização nas nações capitalistas avançadas, onde as distinções cidade-campo estão rapidamente sendo obliteradas através de uma forma de organização espacial rapidamente sendo substituído de um lado por um maior e mesmo cidade e o campo tem sido substituído de um lado por um maior e mesmo cidade e, de outro, por um antagonismo crescente baseado na diferenciação interna dentro das áreas metropolitanas. De todos esses caminhos de desenvolvimento, tanto socialista como não socialista, somente o chinês parece dirigido mais para resolver do que para aprofundar o conflito entre a cidade e o campo. Que tal realização seja possível, ou mesmo concebível, dado o nível chinês de desenvolvimento, pode-se pôr em dúvida.

O urbanismo e a circulação espacial de mais-valia

O urbanismo implica na concentração de excedente (ainda que definido em algum tipo de cidade (quer seja um enclave murado ou a metrópole agitada dos dias atuais). O urbanismo requer, assim, a articulação de um espaço econômico suficientemente extenso para facilitar a concentração geográfica do excedente social (ainda que seja definido). Mercados de preço fixo, por exemplo, não podem funcionar numa base de aldeia, e requerem integração econômica efetiva sobre o espaço para operar. A integração espacial na economia, a evolução dos mercados de preço fixo e a evolução do urbanismo estão, por isso, inextricavelmente inter-relacionadas através da necessidade de criar, mobilizar e concentrar o excedente social. Uma economia espacial tem que ser criada e mantida se o urbanismo deve sobreviver como forma social. A reprodução ampliada e a mudança de escala no urbanismo requerem uma economia espacial (geograficamente) expansiva ou intensiva. Os fluxos de bens e serviços, através dessa economia espacial, são expressão tangível daquele processo que circula mais-valia para concentrá-la mais. Essa

concepção da economia espacial é mais instrutiva do que a convencional existente em geografia e na ciência regional, que se baseia na noção de Adam Smith de que cada coisa pode ser explicada por uma demanda insaciável do consumidor e ganhos mútuos do comércio. É mais realista, por isso, conceber uma economia espacial urbanizada como um artifício criador, extrator e concentrador de excedente. Sugestões políticas liberais, do tipo da defendida por John Friedmann (1966; 1969) visam gerar crescimento econômico em nações subdesenvolvidas através da criação de um "espaço efetivo" dentro do qual os produtores e as pessoas possam ser mobilizados em uma forma hierárquica de urbanismo: evidentemente, essa política criaria uma forma de organização espacial que serviria, meramente, para aumentar a taxa de exploração, e criar as condições necessárias para a extração eficiente e irresistível de cada vez maiores quantidades de excedentes para benefício último dos poderes imperiais. (Veja Frank, 1969).

Propostas políticas para uma organização mais efetiva do espaço não podem ter por garantido que um benefício mútuo de todos resultará daí. Sob formas capitalistas de economia e organização social o reverso será quase sempre o caso.

Conclusões

As relações entre cidades e excedente podem ser sumariadas, como segue:

Definições

1) O excedente social é a quantidade de força de trabalho usada na criação do produto para certos propósitos sociais específicos, além e acima do que é biológico, social e culturalmente necessário para garantir a manutenção e a reprodução da força de trabalho no contexto de um dado modo de produção;

2) A mais-valia é trabalho excedente expresso em termos do mercado de troca capitalista.

Proposições

1) As cidades são formas criadas e produzidas para mobilização, extração e concentração geográfica de quantidades significativas do produto excedente socialmente definido;

2) O urbanismo é um padrão de atividade individual que, quando agregado, forma um modo de integração social e econômica capaz de mobilizar, extrair e concentrar quantidades significativas de produto excedente socialmente definido;

3) Um produto social excedente de alguma espécie é produzido em todas as sociedades e é sempre possível criar mais. O conceito de excedente está sujeito

a redefinição quando mudam as condições de produção, consumo e distribuição. Deve ser feita distinção entre um produto alienado do trabalho alienado e a forma não alienada que o excedente pode assumir em certas sociedades.

4) É mais fácil mobilizar, extrair e concentrar certa quantidade de produto excedente socialmente definido sob certas condições do que em outras. Essas condições são o produto final de um processo de evolução histórica. Condições favoráveis, inicialmente, dependem de alguma combinação das seguintes circunstâncias:

- a) população total numerosa;
- b) população fixa e relativamente imóvel;
- c) alta densidade de população;
- d) alta produtividade potencial em dada série de condições naturais e técnicas;
- e) fácil comunicação e acesso.

5) Mobilizar e concentrar excedente social em base permanente implica na criação de uma economia espacial permanente e na perpetuação das condições descritas em (4);

6) O urbanismo *pode* originar-se das transformações de um modo de integração econômica, baseado na reciprocidade, em um modo baseado na redistribuição;

7) O urbanismo, *necessariamente*, surge com a emergência de um modo de integração econômica de mercado de troca com suas concomitantes estratificações sociais e acesso diferencial aos meios de produção;

8) O urbanismo pode assumir uma variedade de formas, dependendo da função particular do centro urbano com respeito ao padrão total de circulação do produto excedente socialmente definido. Em sociedades contemporâneas esses padrões são geográfica e setorialmente complexos;

9) Há uma conexão necessária, mas não suficiente, entre o urbanismo e o crescimento econômico. Cidades geradoras promovem crescimento, mas cidades parasitárias, não;

10) Se não há concentração geográfica do produto excedente socialmente determinado não há urbanismo. Onde quer que o urbanismo se manifeste a única explicação legítima para isso reside numa análise dos processos que criam, mobilizam, concentram e manipulam aquele produto social excedente.

Os modos de integração econômica e a economia espacial do urbanismo

Ficaram de ser examinadas as relações entre os modos de integração econômica, a criação do excedente social e as várias formas de urbanismo. Fazer isso

com êxito requer que reconheçamos primeiramente que um modo particular de integração econômica pode assumir considerável variedade de formas (veja p. 170) e, em segundo lugar, o domínio da atividade por um modo de integração econômica não exclui a contínua ou incipiente presença de outros modos (veja p. 173). O último ponto leva-nos ao conceito de "equilíbrio de influência" entre os diferentes modos de integração econômica em um período histórico particular. Podemos, assim, interpretar as formas existentes, historicamente, de urbanismo, avaliando o equilíbrio de influência entre os vários modos de integração econômica em uma época particular, e examinando a forma assumida por cada um dos modos no tempo. Isso não é fácil. A dificuldade é dupla. Primeiramente, os termos "reciprocidade", "redistribuição" e "mercado de troca" não têm significados fixos mas, como muitos outros conceitos que examinamos, são relacionalmente definidos; seus significados não podem ser estabelecidos fora de algum contexto do qual a parte é a relação que sustenta a outra (por exemplo, podemos falar de reciprocidade tanto em sociedades primitivas como capitalistas, mas no último caso ela é mera e pálida representação da anterior). Em segundo lugar, "o urbanismo", se a interminável contenda sobre sua definição deve de qualquer modo prosseguir, também não tem significado fixo universal aplicável a todas as sociedades em todos os tempos. Estamos, por isso, tentando relacionar duas séries de termos relacionalmente definidos, e não seria impossível que urbanismo e modo de integração econômica fossem aspectos da mesma organização econômica e social. Em outras palavras, os dois definem-se entre si. Não podemos explicar o urbanismo num sentido causal, atribuindo eficácia causal a um modo particular de integração econômica. Mas, podemos usar as características do último para espelhar e melhor compreender os atributos qualitativos do primeiro.

Variação dentro de um modo de integração econômica

Consideremos, primeiro, como um modo particular de integração econômica pode apresentar considerável variação em si mesmo. A reciprocidade pode assumir uma variedade de formas. Os padrões de fluxos em uma economia predominantemente redistributiva podem, também, variar bastante. As características estruturais particulares da sociedade ordenada refletem-se na forma construída da cidade. Wheatley (1969:1971) fornece alguns exemplos excelentes disso em sua discussão das qualidades simbólicas das várias formas de cidade. Para demonstrar o ponto de vista geral sobre o assunto, entretanto, examinaremos muito rapidamente a variedade de formas assumidas pelo mercado de troca.

O mercado de troca, como fenômeno, existiu desde tempos remotos e as primeiras cidades foram, entre outras coisas, locais onde essa atividade estava, provavelmente, concentrada. Mas, o mercado de troca como modo de integração econômica, baseado em mercados de preço fixo é relativamente recente. É o aspecto auto-regulador dos mercados de preço fixo que torna o mercado de troca um modo distinto de integração econômica. Mercados, troca, negócios e comércio, dinheiro, preços etc. podem existir, e efetivamente existem, sem que o mercado seja auto-regulador. Somente quando os indivíduos regulam sua alocação de recursos produtivos, seus níveis de produto e hábitos de consumo aos movimentos dos preços é que o mercado se torna um modo de integração econômica.

Mercados de preço fixo requerem participantes que sejam antagonistas entre si e que operem por meio do valor de troca. Os participantes podem estar organizados em várias configurações sociais e operam sob condições institucionais variadas. Produtores e consumidores individuais podem competir entre si num sistema de mercado altamente fragmentado e atomisticamente organizado. Grupos se formam para competir com outros grupos. Monopólios de consumo e produção podem surgir. Todas as espécies de combinações podem nascer, com a produção monopolística fluindo para consumidores individuais, produtores oligopolísticos lidando com o monopólio dos consumidores etc. Nenhum deles necessita destruir o caráter auto-regulador do sistema de mercado, embora certas depressões e tensões sejam, inevitavelmente, criadas. Mesmo no caso de monopólio dentro de dada linha de produção o produtor é forçado a manter certo nível de lucros (de outra forma, o investimento retirar-se-á e mover-se-á para outra parte). Isso significa que o monopolista buscará reduzir os custos e regular a quantidade produzida para o preço de mercado ou variar o preço de mercado para definir certa capacidade de produzir. Arranjos institucionais, realmente, fornecem algumas regras do jogo para o comportamento antagonista, assim como algumas regras para regular a organização dos participantes (por exemplo, legislação antitruste). Em algumas ocasiões, também, artifícios mediadores ou facilitadores da atividade de mercado (por exemplo, leis para limitar a responsabilidade) são criados por meios institucionais.

A configuração social exata dos protagonistas e as condições institucionais sob as quais eles operam dão variedade ao mercado de troca como um modo de integração econômica, e também, como veremos mais tarde, distintos atributos qualitativos ao urbanismo. As diferentes configurações sociais e formas institucionais não surgem acidentalmente. O resultado final da feroz competição em algum setor da economia, por exemplo, é a eliminação de todos os competidores e, daí, a emergência do monopólio. Essa transição da competição para o monopólio resulta na tendência dos mercados de preço fixo em eli-

minar as condições necessárias de sua perpetuação. Se o mercado de troca deve ser perpetuado, por isso, deve haver contínuas mudanças nas configurações sociais e nas instituições. Não há, naturalmente, um único caminho pelo qual as configurações sociais e formas institucionais devam misturar-se para alcançar esse resultado. Mas, qualquer que seja a configuração e quaisquer que sejam as formas institucionais, elas devem agir conjuntamente para livrar o mercado de troca ou mesmo o mercado auto-regulador de preço fixo da destruição.

Os mercados auto-reguladores não se difundiram na Europa até o século dezoenove, depois do que eles se espalharam rapidamente através do resto do mundo. Antes dessa época a atividade era ampla e cerradamente reguladora dentro dos costumes aceitos socialmente da sociedade ordenada. Contudo, muitos sinais de economia de mercado auto-reguladora foram evidentes depois de 1800, embora quase exclusivamente nos negócios e comércio dentro dos quais em alguns períodos a atividade de mercado auto-reguladora tornou-se força integrativa significativa. Negócio e comércio, por isso, aparecem como os primeiros setores de atividade a serem penetrados pelo mercado de troca. O que é extraordinário é que o mercado de troca tenha levado tanto tempo para penetrar outros aspectos da vida e da atividade social. Mesmo na Inglaterra, tanto a terra como o trabalho permaneceram, por muito tempo, fora da economia do mercado auto-regulador, até perto de 1750: embora houvesse mercados para terra e trabalho muito mais cedo, não eram auto-reguladores. O alcance da terra (com a ajuda dos atos de cercamentos) significou a penetração da agricultura. Isso gerou uma pressão para maximizar o produto agrícola em relação ao lucro. Ao mesmo tempo, grande número de moradores rurais foi despojado (pela combinação do cercamento e das forças do mercado) do controle dos meios de produção e foi forçado a sair do campo para as cidades. O sistema de salário passou, concomitantemente, a predominar sobre toda a força de trabalho. O trabalho tornou-se mercadoria como qualquer outra coisa. Assim, tanto a produção agrícola como a industrial puderam ser organizadas na base do mercado de troca como mecanismo integrativo. A lenta construção da revolução industrial na Inglaterra representou, assim, uma penetração gradual do mercado de troca na produção (assim como diversas formas de negócio e comércio) através da penetração da terra e do trabalho. Logo que a revolução industrial ganhou importância, mais e mais setores de atividade tornaram-se integrados através do mercado de troca, e a distribuição e atividades de serviço foram também atraídas. A circulação de mais-valia em sua forma capitalista ficou, finalmente, livre da influência restritiva da sociedade ordenada; e então, através de sua dominação de todos os setores-chaves da sociedade tornou-se o meio através do qual o modo de integração econômica de mercado, gradualmente, ligou a sociedade a um sistema econômico coesivo. As cidades

do século dezoenove, que cresciam rapidamente na Inglaterra, permaneceram no centro dessa circulação de mais-valia.

Subsequentemente, o mercado de troca penetrou e integrou novos territórios numa economia capitalista global, por toda a parte, com a mais-valia vagando livre e atribuladamente em busca de reprodução ampliada e da acumulação primitiva. Mais tarde, também, o mercado de troca penetrou em mais e mais aspectos da vida até que pouca coisa de importante restou intocada. Uma condição resalta como sendo de grande importância para essa penetração progressiva. Para que ocorra a auto-regulação é necessário que as respostas de indivíduos e grupos (consumidores, competidores, comerciantes) às mudanças de preço, sejam corretas a maior parte do tempo. Indivíduos que calculam mal incorrem em penalidade econômica, mas erros substanciais nos próprios índices de preços inibem a penetração do mercado de troca. Esse erro pode ser reduzido, em certa medida, por melhoramentos e comunicação: com facilidades adequadas de transporte é possível iniciar ofertas para demandas relativamente rápidas; e a informação sobre as quantidades de oferta e demanda podem ser transmitidas quase instantaneamente. A integração espacial de grande parte do mundo no sistema capitalista através do mercado de troca foi e é contingente à existência de meios adequados de comunicação. Quanto mais adequada a comunicação, mais provável se torna a integração no mercado. Inicialmente, isso se aplica somente a bens privados que podem ser trocados a um dado preço porque o indivíduo tem controle total sobre seu uso. Mudanças institucionais, legais e sociais são necessárias para transformar outras esferas de atividade, de modo que elas possam ser tratadas como mercadorias. A transformação da força de trabalho em mercadoria de trabalho pago requer tais mudanças. É então possível transformar em futuras mercadorias cauções públicas, franquias para a provisão de bens públicos, todo o tipo de direitos e obrigações etc. Em geral, podemos sem perigo afirmar que dificilmente existe um aspecto maior da vida urbana que não esteja agora sujeito às operações de um mercado auto-regulador de alguma espécie.

Há, naturalmente, algumas questões sérias a serem indagadas no que diz respeito à eficácia do mecanismo de preço. Um dos problemas que afetam a produção capitalista é a falha do mecanismo de preço em transmitir os sinais certos sob certas condições. Nesse caso, a maioria dos participantes no processo do mercado de troca tomará decisões erradas, e um desastre econômico inevitavelmente ocorre. Marx argumentava que essa condição era endêmica do capitalismo e que se tornaria cada vez mais séria à medida que ocorresse a acumulação de capital, enquanto Keynes pensava isso como sendo um sério empecilho, que poderia ser superado pela intervenção do governo (Mattick, 1969). Políticas keynesianas destinam-se a resolver o que é tido como uma fraqueza estrutural do mecanismo de preço. Mas, para Marx, os defeitos no me-

canismo de preço não eram senão sintomas de um profundo mal estrutural inerente à circulação de mais-valia para criação de mais-valia. Se Marx está certo, então as ocorrências negativas localizadas no mecanismo de preço (como é frequente, por exemplo, nos mercados de moradia) não podem ser atribuídas a meras deficiências na formação do preço. Elas, provavelmente, indicam problemas colocados profundamente no processo da própria circulação capitalista.

Para sumariar, os mercados de preço fixo podem ser organizados de modo variado dependendo da configuração social exata, do contexto institucional e da natureza da comunicação. Do mesmo modo, diferentes setores da economia podem, em qualquer momento, ser penetrados em grau diverso pelo mercado de troca. Os atributos qualitativos do urbanismo são sensíveis a essas variações. Além disso, por todo o processo há certa constância de comportamento nos mercados de preço fixo que assegura que a mais-valia continua a circular e a buscar mais-valia, de tal modo que as ações de todos os participantes e grupos na sociedade são conduzidos ao que sempre aparece como um sistema auto-regulador de mercado de troca.

A circulação do excedente e o equilíbrio de influência entre os modos de integração econômica na economia espacial urbana

A metrópole contemporânea em países capitalistas é uma verdadeira sobreposição de formas sociais construídas à imagem de reciprocidade, redistribuição e mercado de troca. A mais-valia, como é socialmente definida na ordem capitalista, circula dentro da sociedade; move-se livremente ao longo de alguns canais, embora seja reduzida à mera gota em outros. Na medida em que essa circulação se manifesta em forma física, através do fluxo de bens, serviços e informação, a construção de medidas de movimento etc., e na medida em que as formações sociais dependem em sua coerência da proximidade espacial, encontraremos, também, uma economia espacial intrinsecamente expressa, mas tangível. É a tese central deste ensaio a de que juntando as estruturas conceituais em torno (1) do conceito de excedente, (2) do conceito de modo de integração econômica e (3) dos conceitos de organização espacial, chegaremos a uma estrutura superior para interpretar o urbanismo e sua expressão tangível, a cidade.

Cada época dá a cada uma dessas estruturas conceituais um significado especial. Se buscamos escrever uma teoria geral do seu urbanismo, isso tem, por isso, a ver com o fato de que seus significados mudam e devem sempre ser estabelecidos através da investigação detalhada das circunstâncias do tempo.

Qual é, por exemplo, o significado da redistribuição na China antiga, no México teocrático, na Europa feudal, nos Estados Unidos contemporâneos? E, que significado futuro podemos ver em formações sociais que são possíveis, aqui e agora, mas que não foram ainda efetivadas? A construção da teoria revolucionária do urbanismo não necessita, por isso, consistir em reescrever teorias já existentes, mas pode incluir, sob certas circunstâncias, a redefinição dos termos contidos nelas. Podemos, por exemplo, precisar dar novos significados a palavras tais como "excedente" e "redistribuição". Porque para que essa teoria se torne efetiva é preciso que seja forte o bastante para ser aplicada a uma ampla variedade de situações. E com este espírito que podemos investigar como os conceitos propostos nas seções precedentes deste ensaio podem ser colocados em uso para examinar a relação entre o urbanismo e a sociedade em uma variedade de contextos históricos.

1 Padrões de circulação geográfica do excedente

O urbanismo implica na concentração geográfica de um produto excedente socialmente determinado. Isso significa uma circulação geográfica de bens e serviços excedentes, movimento de pessoas e, numa economia monetária, na circulação de investimento, dinheiro e crédito. A economia espacial, assim criada, está sujeita a todas as espécies de substituições, interrupções, desastres, mudanças e caminhos de crescimento. A reputação e o significado das cidades em si mesmas depende amplamente de sua localização com respeito à circulação geográfica do excedente. Os atributos qualitativos do urbanismo serão, também, afetados pelas altas e baixas da quantidade total de excedente assim como pelo grau em que o excedente é produzido de forma concentrada.

A ruptura na circulação geográfica do excedente pode ocorrer por uma variedade de razões, acidentes, calamidades e processos naturais. O declínio de muitos portos medievais europeus, por exemplo, pode ser atribuído, algumas vezes, erroneamente, ao assoreamento dos canais (Bruges é o exemplo mais debatido). A exaustão de um recurso chave e a ocorrência de novos recursos (através da tecnologia ou da abertura de novas rotas de comércio) pode proporcionar mudanças rápidas na circulação de excedente, e em cidades importantes e poderosas pode destruí-las rapidamente. Nurembergue, Augsburg e numerosas outras cidades bávaras foram centros de circulação de excedente na Europa medieval porque elas controlavam o acesso à oferta supervalorizada de prata. Mas, a importação de grandes quantidades de ouro e prata através da conquista da Espanha no século dezesseis relegou a área a uma tranqüila hinterlândia da economia européia. O conflito social, a guerra, a emergência de blocos de poder territorial de mobilidade restrita, a imposição de barreiras ao movimento, tudo interfere com a circulação do excedente. Pirenne (1925) as-

sinala como as cidades do extremo sul da França declinaram durante a era Carolíngia assim que os muçulmanos começaram a dominar o comércio mediterrâneo: as cidades, privadas do comércio de longa distância, voltaram-se para as funções redistributivas centradas na Igreja Católica e na nobreza local. A luta pelo controle do comércio mediterrâneo entre o Islã, Bizâncio e as cidades-estados ocidentais teve efeito profundo na circulação de excedente no início do período medieval. Lutas posteriores entre a Espanha, a Alemanha, a França e a Inglaterra, pelo controle do comércio atlântico e báltico, mudaram a geografia da circulação do excedente como o fizeram os movimentos colonizadores no século dezanove. Em épocas contemporâneas, a instável fidelidade das nações, a interdição do comércio através da ação política (a divisão da Alemanha, o fechamento do canal de Suez) afetaram a circulação do excedente. A competição entre as cidades, entre grupos de cidades (tais como a Hansa) ou entre países, pelo controle da circulação do excedente alterou por si próprio, o padrão geográfico de circulação desde que um dos lados dominou o outro através do poder econômico opressor (alcançado por meio do exercício de organização superior e economias de escala, por exemplo), através de vantagens comparativas locais, ou através do exercício do privilégio monopolístico (ganho por algum estratagema ou conferido por algum poder externo). A circulação do excedente está constantemente mudando para novos canais. Em alguns casos, as mudanças geográficas destinaram-se a preservar o nível superior de urbanização e a quantidade superior de circulação de excedente, embora as cidades individualmente pudessem perecer, estagnar ou expandir: a adaptação e a substituição na circulação do excedente produzem novas configurações geográficas que emergem para substituir as velhas. Em outros casos, a quantidade de excedente em movimento aumenta, e a urbanização demonstra um crescimento superior dentro do qual as cidades, individualmente, podem morrer, estagnar-se ou expandir-se.

Há, entretanto, uma tendência inerente à circulação de excedente de ser minada por uma falha econômica e social nos mecanismos que asseguram a criação de excedente. Wolf fornece um exemplo fascinante do México teocrático:

"A fonte básica de poder do clero que dirigia as cidades santas foi, ao que parece, um poder sobre as mentes dos homens e um poder sobre os bens obtidos a serviço dos deuses. Mas, há uma limitação inerente ao poder puramente ideológico(...) A sociedade teocrática tinha unido a cidade sagrada e a hinterlândia, o sacerdote, o comerciante, o artesão e o camponês, homens que falavam línguas diferentes, estrangeiros e cidadãos. Unificando-os semeou, também, as inevitáveis sementes de dissensão interna e a possibilidade de revolta(...) A teia da sociedade teocrática continha outro defeito fatal: um desequilíbrio permanente entre a cidade santa e a hinterlândia, entre a cidade e as

provincias. Por último, as cidades tornaram-se ricas e com esplendor porque o campo trabalhava e produzia. Não que alguma riqueza dos centros não fluísse de volta para a área rural. Alguns benefícios devem retornar para o funcionamento de qualquer sociedade(...) A brecha crescente entre o centro e a hinterlândia não se baseou num enriquecimento absoluto do centro, embora o campo permanecesse absolutamente empobrecido. Ambos cresceram em seu relacionamento mútuo; mas, os centros cresceram mais rapidamente, mais opulentamente, e mais obviamente(...) Em sociedades complexas essa confrontação de esperança com a negação de esperança joga governantes contra governados, os ricos contra os pobres, e a hinterlândia e a periferia contra o core e o centro. A periferia sofre por comparação enquanto o centro cresce inchado de riqueza e poder. Além disso, é também na periferia que os controles do governo e da religião tendem a ser mais fracos; é aqui que as forças de insatisfação podem, facilmente, ganhar ao mesmo tempo força e organização. Aqui, o poder do centro e sua capacidade de compelir as pessoas e sua vontade são mínimos. A sociedade teocrática testemunhou essa rebelião da periferia contra o centro. As fissuras se abriram(...) (1959, 106).

Essa espécie de fraqueza estrutural tem sido endêmica em todas as economias redistributivas. Foi, por exemplo, o x do problema para a sobrevivência do Império Romano; e sociedades muito menos urbanizadas têm, ultimamente, decaído por causa da inabilidade em livrar-se de uma fraqueza estrutural inerente a seu modo de integração econômica (cf. Johnson, 1970). Uma fraqueza desse tipo não se restringe a economias redistributivas: no modo de mercado de troca de integração econômica elas se têm mostrado nas numerosas crises comerciais do século dezanove, no cataclisma recente da Grande Depressão, no onipresente e potencialmente ameaçador balanço de pagamentos, e nas crises monetárias do mundo contemporâneo. Qualquer modo de integração econômica contém dentro de si o poder de minar as condições de sua própria autopropetuação. Essa capacidade indica fraqueza estrutural, tanto na redistribuição como na potencialidade do mercado de troca em ser capaz de infligir interrupção severa e talvez total na circulação do excedente sobre o qual jaz o urbanismo.

Parece mais fácil detectar essa fraqueza estrutural num período de expansão. A estrutura redistributiva do Império Romano foi parcialmente preservada com o desabamento das margens do império, superando o descontentamento na periferia. Quando a expansão cessou, seguiu-se rapidamente o colapso. Outras sociedades redistributivas procuraram perpetuar o controle ideológico dentro de uma economia espacial comodamente estável através de uma mistura de ação militar e persuasão ideológica. O capitalismo, contudo, mostrou ser uma força inerentemente expansiva; na medida em que sua existência se deve à colocação de mais-valia em circulação para aumentar a mais-valia, tem

que se expandir para sobreviver. Daqui, surge um processo de geração de contradições subsequentemente inevitáveis através da expansão (veja acima, pp. 194-6). A expansão significa penetração progressiva do mercado de troca, maiores quantidades de excedente acumulado, e mudança na circulação de mais-valia, assim que novas oportunidades são exploradas, novas tecnologias adquiridas e novos recursos e capacidades produtivas são abertos. O urbanismo, como vimos, desempenha importante papel nesse processo. A cidade funciona como centro gerador, em torno do qual um espaço efetivo é criado, dentro do qual quantidades crescentes de produto excedente são extraídas. O crescimento econômico superior pressupõe tanto boas condições como poder para os que estão no centro urbano colocarem mais-valia de volta à circulação, de tal modo que a cidade funciona como um "polo de crescimento" para a economia à volta. O crescimento resultante altera os canais, ao longo dos quais o excedente flui e altera a direção e as quantidades de tal fluxo. No passado, as alterações na circulação de mais-valia, contingentes ao crescimento econômico, foram substanciais em quantidades como significativas em termos de reorganização espacial. Os padrões geográficos de circulação do excedente foram tão alterados pelo crescimento econômico quanto o foram pelas interrupções provocadas pelas calamidades naturais, guerras etc.

O padrão geográfico na circulação do excedente pode, por isso, ser concebido apenas como um momento num processo. Em termos desse momento, as cidades, isoladamente, atingem posições com respeito à circulação de excedente que, até o momento seguinte no processo, se alteram. O urbanismo, como fenômeno geral, não deveria ser visto como a história das cidades isoladamente, mas como a história do sistema de cidades dentro, entre e em torno do qual o excedente circula. Quando Florença declinou, Nurembergo e Augsburg cresceram; quando Antuérpia caiu, Amsterdã cresceu; e quando Amsterdã caiu, Londres emergiu como o árbitro principal na circulação do excedente. A história das cidades, isoladamente, pode ser entendida, por isso, apenas em termos de circulação de mais-valia em um momento da história em um sistema de cidades.

2 As cidades da Europa medieval

Marx afirmou que "a Idade Média começa com o campo como o lugar da história, cujo desenvolvimento posterior então prossegue através da oposição de cidade e campo" (veja p. 201-2). Essa é uma análise penetrante. A economia feudal dominante na Europa medieval do norte consistiu, basicamente, num tabuleiro de xadrez de economias localmente fechadas e de base rural, nas quais a redistribuição ocorreu quer dentro do sistema feudal, quer de algum modo nos domínios feudais mais amplos (Bloch, 1961). Poucas autoridades

super-ordenadas — a Igreja e o Sacro Império Romano sendo as mais importantes — presidiram facilmente essa economia altamente fragmentada. O excedente para o suporte dos vários elementos da sociedade ordenada era extraído sob forma de dízimos, dias de trabalho e trabalho escravo, enquanto os privilégios estavam ligados aos proprietários da terra (mantidos através de leis de hereditariedade) e a posições dentro da hierarquia e da igreja. O poder militar e o controle ideológico eram as duas formas de controle que serviam para manter a sociedade. Os centros urbanos que existiam eram, na maior parte dos casos, castelos ou centros religiosos; algumas vezes, a igreja e o castelo poderiam aparecer juntos para formar um centro de significado importante. Mas, grande parte do excedente extraído não estava concentrado geograficamente em uma forma urbana — ele permaneceu disperso através do sistema feudal.

Uma circulação do excedente bem diversa foi sobreposta a essas economias feudais locais redistributivas. Ela estava associada ao comércio a longa distância, e ao que parece permaneceu como parte da atividade redistributiva local durante parte do período medieval. Como escreve Polanyi (1944, 58), "os mercados não eram instituições que funcionavam principalmente dentro da economia, mas fora", embora o comércio a longa distância seja visto pela maioria dos estudiosos como a principal função da cidade medieval. A distinção entre longa distância e circulação local do excedente foi uma consequência tangível das relações ambíguas e incertas entre os preceitos da sociedade ordenada e a atividade lucrativa do comércio. Em termos do senso de valor prevalente na sociedade católica e feudal, era imoral e desumano comerciar e tirar vantagem da escassez. A ética prevalente na sociedade ordenada era anticapitalista em muitos aspectos (as leis que regulavam a usura são o exemplo mais conspicuo). Não que o comércio em si fosse desprezado, mas sim que as instituições, as atividades e os mais do que óbvios instintos comerciais dos mercadores profissionais eram claramente inconsistentes com os preceitos ideológicos da ordem feudal. Tentativas para organizar o comércio em bases não profissionais foram insuficientes, contudo, e a sociedade ordenada foi forçada a confiar em uma classe de mercadores profissionais que parecia, em alguns aspectos, solapar suas bases morais.

A sociedade feudal confiou, por isso, em certa medida no tráfico e no comércio e as cidades foram o lugar onde essa atividade poderia ser controlada e dirigida. Esse controle deu à sociedade feudal a oportunidade de conseguir novos recursos valorativos de renda para seu próprio sustento (taxação, tarifas etc.), eram uma fonte importante de riqueza e de finança Real, tanto na Inglaterra como na França, e misturaram-se inextricavelmente com o destino do comércio e, daí, com o destino das cidades desde data relativamente remota. Os mercadores na sociedade medieval não eram, contudo, capitalistas em ne-

nhum sentido fundamental. Na maioria dos casos, eles não procuravam ou desejavam controlar a produção e o trabalho, nem agiam para substituir um sistema econômico e social que proporcionava grande lucro para suas aventuras, e cujas normas sociais geralmente subscreviam. O sistema social e econômico da ordem feudal era altamente descentralizado em essência, e por isso criou numerosas economias paroquiais, entre as quais a demanda e a oferta diferenciadas podiam tranquilamente coexistir. O fracasso em criar uma economia espacial integrada além e acima do nível, que deve ser em parte atribuído às dificuldades em comunicação e em parte às deficiências em organização social, forneceu ao capital mercantil oportunidade abundante para a exploração e o lucro.

O capital mercantil, oposto ao capitalismo industrial, baseia-se em diferenças no desenvolvimento econômico para seu funcionamento, e de fato opera para preservar mais do que eliminar tais diferenças. Marx sugere que:

"Onde quer que o capital mercantil ainda predomine, encontramos condições de atraso. Isso é verdade dentro de um e mesmo país, no qual, por exemplo, as cidades especificamente mercantis apresentam muito mais analogias estreitas com as condições do passado do que as cidades industriais(...) A lei, segundo a qual o desenvolvimento independente do capital mercantil é inversamente proporcional ao grau de desenvolvimento da produção capitalista é particularmente evidente na história do comércio corrente, como entre os venezianos, os genoveses, os alemães etc., onde os ganhos principais não foram obtidos com a exportação de produtos domésticos, mas promovendo a troca de produtos de sociedades, comercialmente, e além do mais economicamente subdesenvolvidas(...) Tanto quanto o capital mercantil promove a troca de produtos entre sociedades subdesenvolvidas, o lucro comercial não somente aparece como barganha exterior e enganadora, mas também se origina amplamente delas. A parte o fato de que ele explora a diferença entre os preços de produção em vários países(...) o capital mercantil apropria-se de uma porção considerável do produto excedente parcialmente como mediador entre comunidades que ainda produzem substancialmente valor de uso(...) e parcialmente porque sob esses modos de produção antigos, os principais proprietários do produto excedente com que o mercador procura trapacear" (*Capital*, Volume 3, 327-33). Visto nessa perspectiva, o capital mercantil e o urbanismo a que ele dá origem, devem ser olhados mais como força conservadora do que revolucionária. A prevenção da integração espacial na produção, o estabelecimento de monopólios através dos quais os termos do comércio pudessem ser ditados pelos produtores, a emergência do "colonialismo urbano" com respeito ao campo vizinho (Dobb, 1947, 95), foram aspectos importantes para

o conservadorismo do capital mercantil. Além disso, ele colocou-se como uma espécie de ameaça à ordem feudal, que era mais substancial do que mera imposição ideológica. Marx continua:

"O desenvolvimento do comércio e do capital mercantil dá origem em toda a parte à tendência em direção à produção de valores de troca, aumenta seu volume, multiplica-a, torna-a cosmopolita e transforma o dinheiro em dinheiro mundial. O comércio, por isso, tem influência mais ou menos dissolvente em toda a parte na organização da produção(...). Em que medida ele promove a dissolução do velho modo de produção depende de sua solidez e de sua estrutura interna. E para onde esse processo de dissolução conduzirá, em outras palavras, que novo modo de produção substituirá o anterior, não depende do comércio, mas do caráter do próprio modo de produção anterior" (*ibid.*).

O antagonismo entre a cidade e o campo, entre o mercador urbano e a ordem feudal rural tinha base econômica real. A solução desse antagonismo no norte da Europa era procurado no isolamento e contenção da atividade mercantil nas cidades, onde ele podia ser regulado e controlado. Em adição, a atividade tendeu a ser confinada ao comércio de longa distância baseado no princípio geográfico da complementaridade ou ao comércio de longa distância em itens de luxo (Postan, 1952). A fragmentação geográfica, evidente no norte da Europa, foi por isso em parte uma resposta da ordem feudal às possíveis incursões da atividade mercantil, tal qual era a delimitação geográfica estrita da cidade e do campo. Parecia, conseqüentemente, como se as cidades medievais fossem "ilhas não feudais num mar feudal" (Postan, 1952, 172; Pirenne, 1925) ou, como prefere Polanyi (1944, 62), "prisões" nas quais as atividades potencialmente desagregadoras da classe mercantil eram confinadas. Seria errôneo concluir daí que as cidades medievais foram "corpos inteiramente estranhos" na sociedade feudal, porque é altamente provável que a maioria das cidades "originou-se da iniciativa de alguma instituição feudal, ou de algum modo como elemento na sociedade feudal" (Dobb, 1947, 78).

A relação entre a sociedade ordenada e comércio e o tráfego urbano foi freqüentemente ambígua em sua forma no norte da Europa. Em alguns casos, a sociedade ordenada foi fortemente sustentadora da atividade comercial ou autorizou o comércio a operar livremente em seu próprio proveito. Em outros casos, a sociedade ordenada estava em conflito com o comércio ou pretendeu (e em alguns casos o fez) ignorá-lo totalmente, de tal modo que ele tinha que ser desenvolvido sub-repticiamente do lado de fora dos muros do que era quase uma cidade puramente redistributiva. O patrimônio feudal e o lugar de mercado estiveram juntos sob inúmeras maneiras. Qualquer que fosse a relação exata, contudo, era claro que o comércio das cidades estava regulado politicamente pela sociedade ordenada. Esse regulamento baseava-se, inicialmente, em artigos de incorporação que deram à cidade a estrutura legal, e conferiram

direitos e deveres sobre seus habitantes, que eram marcadamente diferentes dos que regulavam a economia feudal. A cidade assumiu, assim, a forma de uma corporação territorial. Essa corporação estava destinada a facilitar o comércio, mas ela também procurou promover vantagens monopolísticas *vis-à-vis* outras cidades, assim como regular o conflito interno. Longe de garantir a liberdade de ação dos mercadores, a corporação territorial regulou, controlou e dirigiu a atividade mercantil de modo consistente com a penetração da ordem feudal. Em geral, os mercados conheciam esse fato e procuraram se conformar com ele. Postan (1952) e Thrupp (1948) notaram, por exemplo, a tendência do mercador ativo medieval em passar ao *status* de senhor do campo ou de rentista urbano logo que houvesse sido acumulada riqueza suficiente; certamente, Postan atribui, em parte, a degeneração financeira das mais ricas cidades do norte da Europa no século quinze a este aspecto do comportamento mercantil.

A situação relativa ao urbanismo no sul da Europa foi, marcadamente, diferente da do norte e distante dela em certos aspectos importantes. A sociedade redistributiva dominou o tráfico e o comércio por toda a parte, mas na Itália, em particular, ela dominou por participação. O Estado corporativo combinou, ali, os elementos do catolicismo, do feudalismo e do capitalismo mercantil, e assumiu uma forma muito especial e importante de sociedade ordenada. Nas cidades-estados italianas a sociedade ordenada (estruturada principalmente através do parentesco e de direitos herdados de propriedade do solo) foi sustentadora do comércio e do tráfico, e de fato procurou expressar suas normas morais e sociais, assim como apropriar-se do excedente através de operações comerciais. A igreja católica, em caso de necessidade, participou diretamente; e o Vaticano tornou-se o centro da atividade comercial em numerosas ocasiões. A autoridade e o poder derivados das instituições da sociedade ordenada (e aqui a igreja católica desempenhou um papel sustentador mais importante) foram usados para legitimar o tráfico e o comércio assim como vários atos de acumulação primitiva através da pirataria e da guerra. Essa atividade redistributiva destinou-se a distribuir riqueza de modo proporcional à ordem social da consciência de prestígio da sociedade ordenada. E foi essa sociedade que certas formas capitalistas ganharam fundamento inicial, embora de um modo que não se destinava a dar origem à produção capitalista. Lopez escreve:

"A idade de ouro do tráfico medieval (no sul da Europa) certamente conheceu muitas das características que julgamos como típicas do capitalismo. Quando examinamos os documentos do fim do século onze até o começo do século quatorze, não podemos deixar de notar uma firme acumulação de capital em dinheiro e em bens; um uso crescente de crédito e uma tendência para a separação gradual em direção tanto dos proprietários de capital como do

trabalho manual; um esforço constante para implantar os métodos de negócio e para competir com outros homens de negócio no mesmo ramo; um planejamento de operações em grande escala com vistas à expansão do mercado; uma elevação dos interesses do comércio à importância de assuntos de Estado; e, sobretudo, um desejo de lucros como motivo condutor da atividade comercial" (1952, 320).

Instituições bancárias e artifícios técnicos, tais como dupla entrada, guarda-livros, foram criados para facilitar o comércio. Essas técnicas capitalistas assumiram, mais tarde, grande significado, assim como foram transmitidas para o norte da Europa através de mercadores italianos (muitos dos quais foram antes coletores de impostos no sistema redistributivo que sustentava o papado). Com o colapso das cidades-estados e o subsequente declínio do comércio no Mediterrâneo no século dezesseis essas técnicas foram preservadas em países mais ao norte.

A discussão de se os estados italianos podem propriamente ser caracterizados como capitalistas ou não é mais do que obscura. A redistribuição permaneceu o modo fundamental de integração econômica por toda a parte, e o capitalismo não penetrou as relações de produção em nenhum grau substancial; ainda que, por outro lado, o excedente fosse apropriado usando-se técnicas capitalistas através da circulação do capital mercantil. Assegurar que a redistribuição permanece dominante implica em que a atividade auto-reguladora de mercado esteve quase ausente ou era um aspecto menor. Havia um sistema de preços, mas tanto no norte como no sul da Europa os preços refletiram o equilíbrio das condições da oferta e da demanda mais do que sinais aos quais os consumidores e produtores estivessem reagindo. Os lucros do comércio dependiam inteiramente da habilidade do mercador em equilibrar a oferta à demanda, mas desde que a produção na agricultura e na maior parte da indústria não era organizada em linhas comerciais, o mercador tinha que fazer o melhor em condições de mudança permanente; certo, isto era o que ele podia fazer com sua habilidade. Os sinais de preços por si mesmos eram também objeto de interferência externa (a variável oferta de prata e ouro, aviltamento de concorrência etc.). A tendência da atividade mercantil de estar confinada ao comércio de longa distância e geograficamente complementar também tornou os sinais de preços algo irrelevante como guia para o comportamento porque a competição era instável e as incertezas enormes. Nos séculos treze e quatorze, contudo, a relativa estabilidade do que Lopez chama de área "interna" do comércio de grande distância (principalmente em torno das margens do Mediterrâneo) deu caráter diferente a esse comércio:

"Era um mercado altamente competitivo, onde o sucesso dependia principalmente da eficiência, rapidez e quase metódica pesagem das cargas transportadas, direitos e condições de mercado. Os investimentos eram comparati-

vamente livres, e os lucros eram usualmente moderados, mesmo se julgados de acordo com os padrões modernos(...). A redução na margem de lucro, e o tremendo aumento do volume do tráfico acelerou o desenvolvimento de técnicas de negócio e minou, vagarosamente, a superioridade do mercador viajante sobre o homem de negócios sedentário.”

Ainda que esse comércio “interno” de longa distância ocorresse independentemente do lugar de tráfico e da produção local, nos quais verdadeiros mercados de preço fixo de uma modalidade moderna pudessem vir a surgir, foi somente nos anos de decadência de Veneza, no começo do século dezesseis, que o delineamento de uma economia integrada regionalmente, auto-reguladora, começou a aparecer, e essa economia ainda não estava integrada à produção urbana ou ao comércio de longa distância.

A transição a um novo modo de produção na Europa, em consequência da dissolução do velho modo, através de operações do capitalismo mercantil, dependeu de condições alheias aos próprios centros urbanos. Na Europa medieval, Marx viu dois desenvolvimentos possíveis (*Capital*, Volume 3, 334). O primeiro, um “caminho verdadeiramente revolucionário”, envolveu o produtor, tornando-o mercador e capitalista. O segundo, que não podia em si mesmo transformar o modo de produção, levava o capital mercantil ao controle da produção. O advento do capitalismo industrial aguardou a transformação dos produtores em capitalistas e mercadores; ainda que fosse essa transformação que todas as formas econômicas e institucionais da sociedade feudal estivessem destinadas a evitar. Antes que os produtores pudessem tornar-se mercadores e capitalistas, por isso, as numerosas barreiras colocadas pela ordem feudal tinham que ser removidas. E foi esta tarefa que o capital mercantil cumpriu com sucesso.

O capitalismo mercantil era uma força instável. Havia uma tentação constante e uma necessidade imperiosa do capital mercantil levar seu controle à produção. O capitalismo mercantil precisou expandir a produção porque era necessário aumentar sempre a circulação do excedente, caso os níveis de lucros devessem ser mantidos. Essa expansão transformou as economias de uma base produtiva destinada a produzir valores de uso em outra destinada a produzir valores de troca, e isso em parte contribuiu para a “integração tardia” do capital mercantil em engajar-se na produção. Uma outra razão talvez mais forte, foi o fato de que os privilégios monopolistas de comércio, sobre os quais o capital mercantil se baseava, caso as diferenças no desenvolvimento econômico devessem ser mantidas; tornaram-se cada vez mais difíceis de sustentar e controlar diante da competição crescente, visto que se tornou muito importante obter o controle sobre a produção. O controle da produção pelo capital mercantil — evidente em Flandres, Veneza e Florença medievais, e muitos centros urbanos menores e em áreas rurais (por exemplo, a indústria rural de

lã na Inglaterra) — não revolucionou a organização da produção em linhas capitalistas. Ela promoveu novas técnicas, mas a tarefa essencial era controlar a fonte de oferta mais do que capitalizá-la.

Nossa capacidade de interpretar o urbanismo medieval e sua posterior transição para o urbanismo industrial depende de nossa capacidade de distinguir os pontos cruciais de transição do feudalismo, através do capitalismo mercantil, para o capitalismo industrial. Se nossa interpretação é correta então podemos visualizar dois estágios significativos nesse processo:

- 1 a criação de uma economia espacial regional, nacional e eventualmente supranacional dentro da qual os recursos, as pessoas e o produto possam ser mobilizados através da operação de mercados de preço fixo;
- 2 a penetração do mercado de troca em todas as facetas da produção, oposta a sua penetração na distribuição sob o capitalismo mercantil.

O primeiro estágio foi amplamente cumprido no capitalismo mercantil, enquanto o segundo requereu uma revolução posterior. A distinção entre o urbanismo redistributivo da sociedade feudal e o urbanismo do capitalismo mercantil reside quase inteiramente no fato de que o último conseguiu uma integração espacial acima e além daquela típica do paroquialismo da era feudal. Dentro desse espaço efetivo, a mais-valia podia ser acumulada nos centros mercantis, e todos os ornamentos financeiros da organização capitalista (como a assessoria técnica financeira, por exemplo) podiam ser elaborados. No fim do século quinze, por exemplo, a Alemanha tinha organizado uma economia espacial regional bem integrada que lhe garantiu rigor competitivo para a mudança e a ruína do monopólio de comércio da Liga Hanseática (Poston, 1952, 251-3). A Revolta dos Países-Baixos no fim do século dezesseis simbolizou uma ruptura final e decisiva do capitalismo mercantil na regulação da velha sociedade ordenada. Amsterdã, com um súbito aumento de riqueza, população e especialistas — como os mercadores que fugiam da conquista pela Espanha do sul dos Países-Baixos (que interrompeu o comércio de Antuérpia em particular) — tornou-se um centro totalmente independente, dentro do qual o capitalismo mercantil podia viver. A integração espacial da economia em torno de Londres seguiu curso similar. Partindo do começo do século dezesseis com uma economia agrícola bem organizada, operando através de mercadorias de preço fixo, estendeu-se para atender às demandas de Londres por alimento (Fisher, 1935). O crescimento dessa “agricultura intensiva ilhada” desempenhou papel importante porque era nessa esfera que os mercados de preço fixo podiam mais facilmente funcionar. No começo do século dezesseis Londres estava com estatura igual a Amsterdã, como centro de capitalismo mercantil.

Além disso, havia uma diferença fundamental entre a Inglaterra e a Holanda — diferença que é significativa para a compreensão da transição para

o capitalismo. Marx dá uma explicação sucinta que muitas pesquisas subsequentes geralmente referendam (veja-se Wilson, 1941; 1965, por exemplo):

"Não é o comércio que revoluciona a indústria, mas a indústria que constantemente revoluciona o comércio. A supremacia do comércio em si mesma está relacionada ao predomínio de maior ou menor grau de boas condições para a grande indústria. Compare-se, por exemplo, a Inglaterra e a Holanda. A história do declínio da Holanda como nação comercial dirigente é a história da subordinação do capital mercantil ao capital industrial" (*Capital*, Volume 3, 333).

Desde que o capitalismo mercantil dissolvente fizera seu trabalho sob o feudalismo a situação estava pronta para a emergência de um novo modo de produção. O capitalismo mercantil não poderia continuar em seu caminho expansionista sem aumento na produção e por isso via favoravelmente o que quer que fosse na organização da produção que servisse para expandir a circulação de mais-valia. O capitalismo mercantil não era, por isso, resistente ao capitalismo industrial, enquanto a ordem feudal o era bastante. Além disso, os centros urbanos estavam ainda, amplamente, dominados pela sociedade ordenada e, como em grande parte da ordem feudal em todo o lugar, a manufatura era regulada e controlada. A história da manufatura em toda a era medieval é a história do forte regulamentado da guilda na qual a atividade estava discriminada de acordo com preceitos de prestígio, *status* e mérito moral, mais do que através de um sistema assalariado. Um sistema assalariado existiu naturalmente, mas os salários eram usualmente regulados quer pela autoridade urbana quer através da intervenção do Estado. A atividade industrial foi freqüentemente forçada, em consequência, a buscar localizações nas áreas rurais, longe da influência e da regulação urbanas. A indústria inglesa de lã, por exemplo, passou por diversas relocações. Somente no fim do período medieval a produção industrial começou a fazer uso de certas formas capitalistas de organização (produção para lucro, investimento, especulação, financiamento de crédito, saques etc.). Essa organização foi, indubitavelmente, incorporada à indústria pela ação do capitalismo mercantil que podia, naturalmente, criar um proletariado substancial (como em Florença e nos Países-Baixos no auge de sua atividade industrial). Não foi, contudo, um caminho revolucionário. A industrialização, que por fim subjugou o capital mercantil, não foi um fenômeno urbano, mas um fenômeno que levou à criação de uma nova forma de urbanismo — um processo em que Manchester, Leeds e Birmingham foram transformadas de insignificantes aldeias ou centros menores de comércio em cidades industriais de grande poder de produtividade. Nesse processo, deve acrescentar-se, os centros então dominantes de comércio, defrontados como o foram pela ética peculiar do capitalismo mercantil assim como por uma função econômica que era basicamente parasitária, diminuíram de signi-

ficado econômico e político. Amsterdã curvou-se diante de Londres, e Bristol curvou-se a Birmingham. A penetração da atividade de mercado auto-reguladora na produção agrícola e industrial criou novos centros urbanos, assim como nova forma de urbanismo: a estratificação de classe tornou-se então o aspecto mais significativo, em lugar das mais do que antigas formas de diferenciação, que se baseavam parcialmente na estratificação (sob as condições jurídicas que governavam os direitos de propriedade e os direitos de produção em geral) e parcialmente segundo o critério tradicional da sociedade ordenada.

A forma edificada das cidades medievais e capitalistas mercantis refletiu a espécie de ordem social do tempo, e era bastante diferente da ordem social da nova cidade industrial. No começo do período medieval, o triplo tema do castelo, instituição religiosa e lugar de mercado era evidente em toda a parte. No período final, quando a atividade mercantil chegou para dominar, as grandes cidades desenvolveram uma estrutura ecológica que apresentou considerável segregação residencial, assim como segregação de atividades. Esses padrões não eram tanto resultado da segregação funcional de forças de trabalho, como eram as representações territoriais e simbólicas de posição relativa na escala de prestígio da ordem medieval (Sjoberg, 1960). Mesmo os típicos quarteirões de artesãos nas grandes cidades refletiam considerações de prestígio tanto quanto refletiam necessidades econômicas impostas através de uma crescentemente elaborada divisão do trabalho. Algumas atividades, particularmente as que envolviam o movimento de materiais pesados, estavam localizadas com boa concepção de localização. A riqueza, contudo, era um indicador de prestígio e as localizações de prestígio estavam na maior parte, encerradas no centro simbólico da cidade redistributiva medieval. Os valores do solo refletiam a competição por localizações de prestígio. Além disso, era o uso que determinava o valor de troca no mercado do solo urbano da sociedade ordenada, em contraste com os períodos posteriores em que o retorno do investimento viria ditar inteiramente o uso. Havia uma boa quantidade de manipulação no mercado do solo urbano, naturalmente, e a ocupação de rentista era não só favorecida como prestigiada (para não dizer lucrativa e estável).

Tudo em toda a estrutura espacial da cidade medieval reflete o critério típico da sociedade ordenada. A forma edificada reflete, desse modo, a necessidade dos que estão em posições de poder e prestígio na sociedade, para usar o espaço e as formas de arquitetura, quer como representações simbólicas desse poder, quer como representações simbólicas das imagens cósmicas às quais a sociedade ordenada continuou a apelar para seu sustentáculo moral. Os aspectos distintos da estrutura da cidade eram construídos para refletir os valores característicos da época; valores que eram expressões ideológicas do modo de

produção dominante, seu característico modo de integração social e econômica e, eventualmente, do que representava a emergência de um modo de produção totalmente novo.

3 O processo de troca e o urbanismo metropolitano no mundo capitalista contemporâneo

A caracterização da história moderna, por Marx, como "a urbanização do campo" é simples, mas verdadeira. No *Manifesto do Partido Comunista* Marx e Engels também escreveram:

"A burguesia sujeitou o campo ao domínio das cidades. Ela criou cidades enormes, aumentou fortemente a população urbana quando comparada com a rural, e livrou assim considerável parte da população do idiotismo da vida rural. Do mesmo modo que fez o campo dependente das cidades, os países bárbaros e semibárbaros dos países civilizados, subordinou as nações de camponeses às nações de burgueses, o Oriente ao Ocidente. A burguesia suprime cada vez mais a dispersão dos meios de produção, da propriedade e da população. Aglomerou a população, centralizou os meios de produção e concentrou a propriedade em poucas mãos" (pp. 47-8).

A penetração da economia de mercado de troca auto-regulada em todas as facetas da atividade social e em particular na produção permitiu às formas capitalistas escaparem de seu confinamento urbano e integrarem toda a economia, primeiro em escala nacional, depois, internacional. O domínio da atividade de mercado pelo critério moral da sociedade ordenada, finalmente terminou. O conjunto da sociedade estava agora, basicamente, regulado e moldado pelo mercado auto-regulador. Técnica e economicamente isso permitiu produção de bens através de inumeráveis estágios, proliferação de ligações entre indústrias, tremendo aumento no número de transportes necessários para produzir um produto acabado, e enorme aumento no potencial de divisão do trabalho. Todas as espécies de novos modos eram abertas, nos quais o excedente, agora universalmente definido em forma de valor de troca, podia ser criado e apropriado. Como consequência, o produto total, assim como a quantidade de mais-valia em circulação, aumentou enormemente, assim como os centros urbanos e as populações neles contidas.

Há algumas diferenças importantes de grau entre as formas prévias de urbanismo e suas manifestações contemporâneas em países capitalistas desenvolvidos. A "metropolização contemporânea" está envolta em uma economia global de grande complexidade. Essa economia está hierarquicamente ordenada em relação a centros locais dominando hinterlândias locais, centros metropolitanos mais importantes dominando centros menos importantes, e todos os centros fora das nações comunistas estando em última instância

subordinados às áreas metropolitanas centrais na América do Norte e Europa Ocidental. Essa estrutura econômica, elaborada de modo mais acabado, teórica e empiricamente, no trabalho de Lösch (1954) tem que ser interpretada em termos de apropriação e extração de excedente. Frank faz (e documenta sobre a história da América Latina) uma interpretação da organização espacial similar à formulada na análise de Lösch, mas entendida em termos de *modos operandi* do capitalismo contemporâneo. Essa interpretação baseia-se em uma "relação de exploração que, em um modelo de elos, estende o vínculo capitalista entre o modo capitalista e as metrópoles nacionais aos centros regionais (parte de cujo excedente eles apropriam), e destes aos centros locais e, assim por diante, para alcançar proprietários de terra e comerciantes que expropriam excedente de pequenos camponeses ou rendeiros, e algumas vezes mesmo destes últimos para trabalhadores sem terra explorados por eles. A cada passo desse caminho, os relativamente poucos capitalistas acima deles exercem o poder de monopólio sobre os muitos que estão em baixo, expropriando alguns ou todos de seu excedente econômico e, na medida em que eles não são expropriados pelos ainda em menor número acima deles, apropriando-o para seu próprio uso. Assim, a cada ponto, o sistema capitalista internacional, nacional e local gera desenvolvimento econômico para poucos e subdesenvolvimento para a maioria" (1969, 31-2).

A tendência das nações ricas tornarem-se mais ricas, e as pobres se tornarem mais pobres já foi objeto de investigação detalhada (Myrdal, 1957). Dentro da estrutura geral da circulação de excedente associada com essa tendência o significado do antagonismo cidade-campo muda. Fanon argumenta por exemplo, que a relação cidade-campo dentro do mundo colonial é reestruturada pela posição particular dos países coloniais na cadeia de exploração de que fala Frank:

"A originalidade do contexto colonial é que a realidade econômica, a desigualdade e a imensa diferença de modos de vida nunca mascararam as realidades humanas. Quando se examina de perto o contexto colonial é evidente que o que divide o mundo é, para começar, o fato de pertencer ou não a uma dada raça, a dadas espécies. Nas colônias, a infra-estrutura econômica é também uma superestrutura. A causa é a consequência; você é rico porque você é branco, e você é branco porque você é rico. Eis porque a análise marxista deveria sempre ser mais elaborada cada vez que se tem que haver com o problema colonial" (1967, 31-2).

A estrutura urbana resultante é fortemente diferenciada:

"A cidade colonial é uma cidade fortemente edificada, toda feita de pedra e aço. É uma cidade brilhantemente iluminada; as ruas são cobertas por asfalto, e os cubos de limpeza recolhem todas as sobras, que não são vistas; que são ignoradas e dificilmente imaginadas (...) A cidade do colonizador é uma

cidade bem nutrida, uma cidade de vida fácil; sua barriga está sempre cheia de coisas boas. A cidade do colonizador é uma cidade de gente branca, de estrangeiros. A cidade que pertence às pessoas colonizadas (...) é um lugar de má fama, povoado por homens de má reputação. Eles nasceram aí, importa pouco onde ou como; eles morrem aí, não importa onde nem como. É um mundo sem espaço; os homens vivem lá, uns em cima dos outros, e suas cabanas são construídas umas por cima das outras. A cidade nativa é uma cidade faminta, privada de pão, de calçados, de carne, de carvão, de luz. A cidade nativa é uma aldeia acaçapada, uma cidade de joelhos, uma cidade enlameada no lodo. É uma cidade de negros e árabes imundos" (*ibid.*).

O antagonismo econômico entre a cidade e o campo está aqui substituído pelo "antagonismo que existe entre o nativo que está excluído das vantagens do colonialismo e sua contrapartida, que manobra para voltar a exploração colonial para si" (p. 89). A luta histórica entre a cidade e o campo na China, Argélia e Vietnã tem que ser interpretada nesses termos, e nossa concepção de urbanismo tem que ser modificada no mesmo sentido.

Embora o maior fluxo apropriativo do excedente ocorra das nações subdesenvolvidas para as potências capitalistas avançadas, os centros metropolitanos das últimas são eles próprios, internamente, diferenciados pelo processo pelo qual o excedente é apropriado no "máximo sistema de transação", a metrópole contemporânea. A mais-valia pode ser extraída em qualquer ponto de transação, quer esteja nos setores primário, secundário (indústria), terciário (distribuição e serviços) ou no que tem sido denominado quaternário (atividades de finanças e manipulação do dinheiro) da economia. No meio dessa mistura de transações não é fácil distinguir entre atividade produtiva e não produtiva. Mas, como as áreas metropolitanas aumentaram em tamanho e significado, também a proporção de mais-valia extraída através de transações socialmente desnecessárias e improdutivas aumentou. A metrópole contemporânea, por isso, parece vulnerável, porque se a taxa em que a mais-valia está sendo apropriada no centro (mantidos os níveis de lucro) excede a taxa em que o produto social está sendo criado, então o colapso financeiro e econômico é inevitável. A especulação financeira não é atividade produtiva (embora alegue-se que ela ajuda a coordenar a atividade produtiva); o dinheiro é bom apenas pelo que ele pode comprar. Toda a atividade deve em última análise ser sustentada pela simples conversão de matérias-primas ocorrentes em objetos de utilidade para o homem; a apropriação tem que se relacionar à produção dos bens e serviços socialmente necessários, se não a taxa de lucro corre o risco de cair.

A vulnerabilidade da metrópole contemporânea nas nações capitalistas avançadas deriva do fato de que a produção dos bens e serviços socialmente necessários (a produção de valores de uso) ocorre em larga medida em outras

partes do mundo; somente na indústria manufatureira e na provisão daqueles serviços que Marx denominava como "improdutivos, mas socialmente necessários", a metrópole contemporânea contribui enormemente na produção de riqueza. Essa vulnerabilidade pode ser atenuada pela efetivação do mecanismo de preço ao coordenar a atividade através do mercado auto-regulador, de tal modo que a "mão oculta" assegure um fluxo de excedente dentro do centro metropolitano. Além disso, a competição perfeita da espécie encarada na análise do pensamento econômico ocidental é uma força destrutiva. De fato, todos os aspectos da sociedade são ameaçados pelo poder potencialmente destrutivo do sistema de mercado de troca. Polanyi (1944) coloca o assunto deste modo:

"Permitir que o mecanismo de mercado seja o único dirigente do destino dos seres humanos e de seu ambiente natural, mesmo da soma e uso do poder de compra, certamente, resultaria na demolição da sociedade. Porque a mercadoria implícita, "força de trabalho", não pode ser inutilizada, usada indiscriminadamente, ou mesmo deixada em desuso, sem afetar também o ser humano que é o portador dessa mercadoria peculiar. Dispondo da força de trabalho do homem, o sistema disporia, implicitamente, da entidade "homem" física, psicológica e moral ligada àquela característica. Despojados da cobertura protetora das instituições culturais os seres humanos pareceriam vítimas dos efeitos da anomia social; eles morreriam como vítimas do agudo desvio social através do vício, perversão, crime e extenuação. A natureza seria reduzida a seus elementos selvagens, os arrabaldes e paisagens corrompidos, os rios poluídos, a segurança militar ficaria em perigo, o poder de produzir alimento e matérias-primas, destruído. Finalmente, a administração mercantil do poder de compra periodicamente liquidaria a empresa de negócios, porque a falta e excesso de dinheiro provar-se-iam tão desastrosos aos negócios como as inundações e secas na sociedade primitiva".

Essas tendências destrutivas da economia de mercado auto-regulador são todas bastante evidentes na história do capitalismo, desde o começo do século dezanove, e os efeitos são tão marcantes na metrópole contemporânea como eram no início da cidade industrial. A sobrevivência da sociedade capitalista e dos centros metropolitanos aos quais ela deu origem depende, assim, de alguma força de compensação expressa através da operação dos mercados auto-reguladores. Em parte, essa força de compensação está na reconstituição da reciprocidade e redistribuição para desempenharem o papel de contêdores das forças destrutivas do mercado de troca. Mas, em parte, também, o sistema de mercado de troca está organizado para conter certos freios que em si mesmos servem para separar (ao menos por algum tempo) seus aspectos mais destrutivos. Os dois aspectos mais importantes, aqui, são as formas variadas de controle de monopólio (monopólio, oligopólio, arranjos de cartel, arranjos

informais não competitivos etc.) e uma rápida taxa de inovação tecnológica.

As formas de monopólio e as inovações tecnológicas estão relacionadas entre si de modo bastante importante. O monopólio deve, eventualmente, levar à frustração do mercado auto-regulador, e, por isso, ao colapso do sistema econômico capitalista. A atividade inovadora abre novas linhas de atividade e novos tipos de produção que podem ser competitivamente organizados, de modo que o mercado auto-regulador possa gerar nova atividade que, eventualmente, invalide as atividades antigas (usualmente organizadas monopolisticamente). A inovação, o crescimento competitivo, a monopolização e a oligopolização parecem ser uma sequência padrão na história capitalista. A inovação tecnológica pode, também, ajudar a perpetuar o oligopólio desde que as firmas possam competir através da inovação mais do que através da competição de preço.

As formas de monopólio da organização econômica e a inovação tecnológica têm grande significado para o entendimento do urbanismo metropolitano contemporâneo, particularmente quando elas são vistas em relação recíproca. A metrópole propicia campo para aplicação de inovações tecnológicas, assim como lugar para as operações das grandes corporações. Ao mesmo tempo, a metrópole está organizada para refletir o poder crescente das formas monopolísticas de organização em certas esferas de atividade.

O crescimento do monopólio é ele próprio um problema a ser discutido. De um lado, os teóricos do capitalismo vêem o monopólio como uma ameaça à ordem tradicional e à capacidade de permanência dos mercados de preço fixo. Alguns teóricos marxistas (tais como Baran e Sweezy, 1968) olham isso como sendo a razão do porquê o colapso capitalista tem sido evitado. A verdade a respeito do assunto é que a competição tem sido sempre aperfeiçoada pelo monopólio, e que o monopólio é, inevitavelmente, a última consequência da competição (Marx, *Poverty of Philosophy*, 161). O monopólio tem sido sempre essencial ao capitalismo, e as relações de propriedade têm garantido acesso restrito aos meios de produção e, daí um controle de monopólio individual ou pelo menos sobre alguma porção dos recursos produtivos da sociedade. A competição não é nunca aberta e livre, mas assume a forma de competição entre muitos monopólios localizados que, através do tempo, podem consolidar-se em grandes monopólios. Historicamente, os centros urbanos têm sido o lugar de poder do monopólio e mesmo sob o capitalismo esse mercantilismo urbano não desapareceu. Veblen (1923) argumenta que as cidades do campo no século dezanove, na América, funcionavam basicamente como centros de controle de monopólio sobre atacado, varejo e expedição de produtos agrícolas. Vance (1970) do mesmo modo fornece exemplos de poder de monopólio e atividades urbanas sob condições de troca de mercado capitalista. A conexão entre centros urbanos e poder de monopólio parece, assim,

bastante geral. O que realmente mudou nos últimos cinquenta anos, naturalmente, foi a *escala* da empresa de monopólio, e não há dúvida de que essa mudança de escala produziu certas mudanças qualitativas na forma social da metropolização contemporânea. O mercado auto-regulador operou sempre sob restrições jurídicas e institucionais; mas, ele aparece, frequentemente, agora, como se os preços de mercado fossem determinados e dominados por pequenos e poderosos grupos de interesse investido, que usam sua força de modo semelhante ao das *clãs* de patrícios de Veneza antiga que expressavam suas normas morais e sociais através da atividade do mercado de troca.

A forma contemporânea de monopólio é, contudo, muito diferente. O controle que as grandes corporações exercem no mercado é grandemente ilusório. Numa economia de mercado auto-regulador, a *mais-valia* tem que ser colocada de volta à circulação para criar mais *mais-valia*. A rapidez com que a *mais-valia* está agora circulando é tal que a riqueza é medida como taxa de fluxo mais do que como quantidade absoluta de produto estocado. A riqueza nada mais é do que uma coisa tangível, mas constitui condição da taxa de fluxo corrente (capitalizada sobre um período futuro de tempo) sustentada por direitos de câmbio sobre fluxos ou débitos futuros e obrigações de dívidas de fluxos anteriores. A metrópole, como um sistema de maximização de negócios, reflete isso de muitas maneiras, a mais evidente das quais é a crescente instabilidade física das estruturas que ela contém, assim como requer a economia uma circulação mais rápida de *mais-valia* para manter a taxa de lucro. A grande corporação é arrastada nesse processo, quer ela goste ou não: seu objetivo deve ser proteger e levantar a taxa de *mais-valia* que está circulando; ela não pode fazer nada além disso. Esse objetivo é realizável todo o tempo e é possível expandir a circulação de *mais-valia* em dada linha de produção (a indústria automobilística tem tido êxito nisso há cinquenta anos). Mas, logo que as perspectivas de expansão declinam os níveis de lucro caem e a riqueza (medida como taxa capitalizada de fluxo) esvai-se. A grande corporação pode parecer grande e todo poderosa, mas ela é assim somente na medida em que se orienta para seguir o critério imposto pelo mercado auto-regulador. A ferrovia Penn Central foi à bancarrota não porque necessitasse de fundos, mas porque a taxa em que a *mais-valia* podia circular declinou abaixo do nível de sobrevivência e porque o valor de câmbio de seus fundos de capital fixo não podia ser sustentado contra expectativas futuras de lucros. A Rolls-Royce teve o mesmo problema.

A mais recente adaptação institucional a essa questão de aumentar a taxa de circulação de *mais-valia* é o conglomerado financeiro. Os conglomerados menores funcionam, usualmente, como "despojadores de fundos", mas os grandes conglomerados são instituições financeiras extraordinariamente amplas e flexíveis que jogam fundos de uma linha de produção para outra; eles

“promovem” fluidez em uma grande diversidade de operações em muitos países, assumindo linhas lucrativas de investimento e livrando-se de empresas não lucrativas (Relatório sobre os Conglomerados, 1971). Os conglomerados não se identificam com nenhuma linha de atividade, nenhum lugar, ou mesmo nenhum país (eles são instituições internacionais sem localização). Eles são uma adaptação institucional à necessidade de expandir a quantidade de mais-valia em circulação, assim como aumentar a taxa de circulação; uma necessidade gerada pela tendência da taxa de lucro em cair.

Essas novas formas institucionais e jurídicas e a forma particular agora assumida pelo mercado auto-regulador tiveram um impacto profundo na estrutura da economia metropolitana contemporânea. A escala do urbanismo expandiu-se à escala de expansão da empresa corporativa. A complexidade de negócios dentro da economia do espaço urbano aumentou, assim como multiplicou-se a divisão do trabalho. A concentração geográfica de pessoas e atividade produtiva nos grandes centros metropolitanos nas nações capitalistas avançadas não seria possível sem as enormes concentrações de mais-valia em instituições superordenadas tais como as grandes corporações e o governo nacional. Nem seria possível essa concentração sem um aparato elaborado para proteger a estrutura hierárquica da economia de espaço global, para assegurar a manutenção de fluxos de hinterlândias para os centros urbanos, dos centros menores para os centros maiores e de todos os centros regionais para os centros de atividade capitalista.

Ha, também, alguns impactos muito específicos da escala crescente do capitalismo de monopólio sobre a estrutura urbana que deveriam ser considerados. Chinitz (1958) detalha alguns deles. Ele sugere que uma economia metropolitana oligopolisticamente organizada, tal como a de Pittsburgh, está pouco apta a criar iniciativas empresariais e a ser pouco receptiva à migração interna de empresários capitalistas. Segue-se que tal cidade é menos capaz de criar novas indústrias, e que tenderá a encorajar e a aplicar somente aquelas inovações que ajudem a manter a inextinguível orientação de cortar custos, a aumentar a eficiência e a diferenciar o produto em linhas de atividade existente. Jane Jacobs (1969) está, sem dúvida, certa ao queixar-se de que a grande e eficiente empresa corporativa (e a atividade governamental) cria ambientes urbanos que inibem o surgimento de um urbanismo vigoroso, no qual o trabalho novo e a inovação tecnológica pudessem crescer. Os ambientes mais férteis são aqueles em que um grupo de trabalho caótico, com talento e iniciativa empresariais e financeiras fundamenta um meio gerador para a criatividade capitalista e a invenção. A história de Pittsburgh contrasta com Nova Iorque; as histórias de Birmingham (Inglaterra) e Manchester contrastam similarmente. Na medida em que o controle monopolista inibe a atividade inovadora em uma localização particular, deve antecipar-se que a substituição

envolverá mudanças geográficas nos centros de atividade de crescimento, e mudanças nos padrões geográficos de circulação do excedente.

A grande corporação industrial objetiva, também, e normalmente consegue “independência financeira através da geração interna de fundos”: como consequência “o capital excedente que se acumula dentro de grandes conglomerados é mais móvel inter-regionalmente dentro da companhia do que inter-regionalmente fora dela” (Chinitz, 1958, 285-6). Em acréscimo, os bancos e outras instituições financeiras aumentaram a escala de sua empresa de tal modo que eles acham mais fácil relacionar-se com grandes corporações industriais do que com empresários pequenos, que, usualmente, necessitam pequenas somas de capital de alto risco, como dinheiro germinativo, desde que novas linhas de atividade estejam para ser abertas. A natureza dessa concentração é em si mesma significativa para o encadeamento de mais-valia entre as várias empresas e atividades dentro de uma área metropolitana. Por exemplo, o Relatório Wright Patman (1968) sobre o *Truste Bancário nos Estados Unidos* indicou que o Truste dos Bancos detinha um quarto do trilhão de dólares de bens dos investidores institucionais. Em 221 áreas urbanas pesquisadas, 210 tinham 75% ou mais desses bens dos trustes controlados por três bancos ou menos. Em Baltimore, por exemplo, concluiu-se “que os bancos de Baltimore, as finanças de Baltimore e grande parte do comércio e da indústria de Baltimore são grandemente influenciados e, talvez, mesmo dominados e controlados através de operações da Mercantile Safe Deposit and Trust Company e de corporações a ela intimamente ligadas” (p. 545).

Poucos bancos controlam grande parte do capital de investimento disponível dentro de áreas metropolitanas particulares. A circulação de mais-valia de grandes instituições financeiras para grandes corporações industriais e em retorno — muitas vezes simbolizada por diretorias inter-relacionadas dentro de uma estrutura de poder econômico completamente fechada — implica num fluxo de fundos relativamente restrito para novas formas de produção ou para setores da economia que não podem, por razões técnicas, ser organizados em larga escala. Setores organizados atomisticamente ou em menor escala são usualmente socorridos através de algum intermediário (corporação estatal, agência de hipotecas, ampla operação de proprietários de terra, corporação de empréstimos a pequenos negócios etc.). Em moradia, por exemplo, as políticas de grandes instituições financeiras e agências do governo, em direção a vários intermediários no mercado de moradia, têm um impacto significativo sobre a nova construção, reabilitação, manutenção, compra de residência, e o horizonte de tempo tanto na construção como na compra. A estrutura física da metrópole é em alto grau um produto tangível de tais políticas.

A influência das formas monopolísticas estende-se muito além das consequências diretas para a organização do investimento, da produção e da distri-

bução. Protegida da competição antagonista direta e com grandes quantidades de mais-valia a sua disposição, a grande corporação defronta-se com um agudo problema, o de encontrar mercado para absorver o produto em expansão, assim como o de ajudar a expandir a taxa de circulação de mais-valia. A corporação deve, por isso, criar, manter e expandir a demanda efetiva para seus produtos. Há várias estratégias disponíveis. Talvez o de maior sucesso seja criar uma necessidade enquanto elimina a possibilidade dessa necessidade ser satisfeita por uma substituição de produto. A demanda efetiva por automóveis (assim como produtos de petróleo, construção de auto-estradas, construção suburbanas etc.) tem sido criada e expandida através da reorganização total da forma edificada metropolitana, de tal modo que é de todo, senão impossível, viver uma vida social "normal" sem um carro (exceto nas áreas onde o congestionamento é tão grande que torna o acesso por automóvel caro e difícil). Uma necessidade foi criada a partir do luxo. E é essencial que essa demanda efetiva por automóveis — a chave das economias capitalistas contemporâneas — seja mantida e expandida. De outra forma, haverá séria interrupção econômica e financeira de todo o conjunto da economia. Nessa base, pode ser previsto, por exemplo, que os sistemas públicos de trânsito só podem ser construídos na medida em que eles não interfiram (ou efetivamente expandam) na demanda efetiva por equipamento de transporte. Se os Estados Unidos fossem subitamente cobertos por sistemas públicos de trânsito, haveria maciço desemprego em Detroit, e uma recessão econômica muito mais séria do que o colapso dos anos 30. A metropolização contemporânea funciona, aparentemente, em parte como um campo para a necessária transmissão de produto excedente e como fonte manipulável de demanda efetiva. O produto excedente foi frequentemente desperdiçado na forma edificada da cidade no passado (sob a forma de arquitetura monumental e similares). Mas, é agora necessário que o urbanismo gere a expansão do consumo caso a economia capitalista deva ser mantida. Grande parte da expansão do PNB em sociedades capitalistas está de fato restrita ao processo conjunto de suburbanização.

A obsolescência planejada fornece outros meios para manter a demanda efetiva, e é particularmente significativa quando ela aparece para expandir a taxa de circulação de mais-valia. Na cidade redistributiva era a vida física dos edifícios que interessava e muitos edifícios foram construídos para durar. Na cidade capitalista contemporânea é a vida econômica que interessa, e essa vida econômica breve está se contraindo a medida que se torna necessário aumentar a taxa de circulação de mais-valia. Edifícios bons são derrubados para abrir caminho para novos edifícios, que terão vida econômica breve semelhante e ainda mais curta. Não é mera paixão cultural por novidade o que leva a derrubar e construir nas economias metropolitanas (com particular evidência

nos Estados Unidos). É necessidade econômica. Encurtar a vida econômica e física dos produtos é um esquema típico para acelerar a circulação de mais-valia em todos os setores da economia. Isso ocorre mais efetivamente no mercado de moradia, onde a necessidade de realizar lucros em investimentos especulativos em construção e solo dos subúrbios assim como no processo de transição do uso do solo estimula a demanda por moradia e por propriedades comerciais em certas situações, enquanto corta o fluxo de fundos em outros setores (veja Capítulo 5).

A demanda efetiva depende, em última análise, do consumo. Se rejeitamos o ponto de vista de que a humanidade possui tendência natural e insaciável de consumir bens (contrária a um fetichismo da mercadoria instilado culturalmente) então somos forçados a considerar as origens da demanda efetiva. Dentro da economia global há uma resposta óbvia — as necessidades reais da economia metropolitana, existe também grande demanda potencial efetiva de necessidades não atendidas em uma população pobre. Nos Estados Unidos, essa população é substancial — 5 milhões ou quase tanto de famílias foram oficialmente definidos como vivendo na pobreza em 1968, e metade destes vivem em áreas metropolitanas (os números mais certos, acima ou abaixo da linha de pobreza são maiores). Tais populações pobres têm dupla função. Elas podem ser vistas como um exército industrial de reserva (para usar a terminologia de Marx) que tanto pode ser usado como ameaça ao trabalho organizado nas disputas de salário, como força de trabalho excedente a ser arregimentada em épocas de expansão e abandonada em épocas de recessão. Marx (*Capital*, Volume 1, Capítulo 25) faz uma análise do mecanismo que liga a acumulação capitalista e a produção de uma população excedente relativa. O exército industrial de reserva produzido é constituído de três componentes. Os primeiros dois, a que Marx chamou flutuantes e latentes, são aqueles grupos que estão subempregados ou que podem ser alocados na força de trabalho quando necessário (por exemplo, as mulheres). Mas, grande parte da pobreza nas economias metropolitanas avançadas é encontrada entre as populações que são incapazes de juntar-se à força de trabalho — os idosos, chefes femininos de família e outros. Esses elementos, a que Marx chamou de grupo estagnado no exército industrial de reserva depende tipicamente de assistência para sobreviver, e por isso pode ser visto como ferramenta para a manipulação da demanda efetiva através de políticas de governo.

As populações pobres, por isso, funcionam como artifícios estabilizadores dentro das economias capitalistas — artifícios estabilizadores que se baseiam no sofrimento e degradação humana. Eles podem ser vistos como resultado daquela criação institucional de escassez da mercadoria força de trabalho na qual alguns elementos são aceites e alguns recusados. Parece inevitável que as tentativas para eliminar a pobreza dentro do sistema capitalista sejam auto-

maticamente contrabalançadas através de ajustamentos no mercado auto-regulador. A distribuição de renda na sociedade capitalista é, dentro de certos limites, estruturalmente determinada. Desde que o mercado auto-regulador leva diferentes grupos de renda a ocupar diferentes posições podemos ver os padrões geográficos na estrutura residencial urbana como uma expressão geográfica tangível de uma condição estrutural na economia capitalista. A segregação residencial na metrópole contemporânea é, por isso, fundamentalmente diferente da segregação residencial que existe em cidades redistributivas típicas que eram amplamente simbólicas.

A escala crescente da empresa capitalista e o aumento das quantidades do produto ao qual ela dá origem, a criação da grande escala como oposta aos monopólios locais, a geração de novas necessidades de assegurar demanda efetiva para o produto; a obsolescência planejada para facilitar a taxa de aumento de circulação de mais-valia; os mecanismos elaborados para assegurar a manutenção estrutural da escassez estas são apenas algumas das adaptações que têm ocorrido no capitalismo para resolver as dificuldades geradas por ele dentro de si próprio. Essas adaptações não mudam, contudo, seu caráter básico. O mercado auto-regulador opera em novo contexto institucional. Além disso, ele funciona, basicamente, da mesma maneira. As consequências desse modo de integração econômica ao funcionar são em qualquer parte visíveis na metropolização contemporânea, seja na periferia em nações empobrecidas ou nas áreas de gueto de metrópole capitalista. Essas consequências não podem ser contrabalançadas por um retorno a algum sistema idealizado de capitalismo individual, mesmo porque tal sistema nunca existiu: o capitalismo tem sido sempre inibido de monopólio. O que é mais, um sistema como esse não pode ser criado, porque fazer isso seria o equivalente a liberar uma força destrutiva incontrolável que, como Polanyi indicou sucintamente, minaria a verdadeira matriz da sociedade urbanizada. Defender — como Jane Jacobs e os democratas jeffersonianos parecem estar fazendo — um capitalismo individual mais aberto é não somente propor um sistema que contradiz a evidência histórica a respeito do que é afinal o capitalismo, mas também propor um capitalismo que, se criado, destruiria quase certamente toda sociedade civilizada.

As adaptações internas que têm ocorrido na organização social para contornar os problemas gerados pela economia de mercado auto-reguladora têm sido acompanhadas por certo número de outras adaptações — em particular a reconstituição da reciprocidade e da redistribuição como forças contrabalançadoras do poder destrutivo potencial do mercado de troca antagonístico.

4 A redistribuição e a reciprocidade como forças contrabalançadoras ao mercado de troca na metrópole contemporânea

Cada vez e onde quer que o mercado auto-regulador influenciou a organização da economia espacial urbana o governo adaptou suas funções para sustentá-lo e absorvê-lo. Asa Briggs (1963) descreve, por exemplo, como os governos das cidades durante a primeira onda de industrialização na Inglaterra desenvolveram função redistributiva para fornecer os bens e serviços públicos (tais como esgotos e vantagens sanitárias) que os empresários privados não acharam lucrativos, assim como para aliviar em algum grau os péssimos impactos do sistema de salário para os grupos mais pobres da sociedade (através do regulamento das condições de trabalho, condições de moradia e similares). Essas intervenções governamentais, pequenas no início, tornaram-se cada vez mais significativas com o tempo. A provisão pública de bens públicos (e algumas vezes privados), junto com o planejamento privado e público da comunidade urbana "no interesse público" são agora de significado maior na produção da geografia da cidade contemporânea. Projetos públicos ou quase públicos, tais como esquemas de renovação urbana e construção de novas cidades têm também servido para transformar o individualismo caótico da cidade industrial do passado e o "privatismo" — como o chama Sam Bass Warner (1968) — da cidade americana, em um pluralismo urbano no qual o setor público age como força contrabalançadora à potencialidade destrutiva do mercado de troca, enquanto sustenta as condições estruturais necessárias para a sobrevivência de formas capitalistas. O sistema político e burocrático funciona, parcialmente, como agente redistributivo dentro da economia de mercado auto-reguladora (veja Capítulo 2).

Os efeitos indiretos dessa atividade redistributiva requerem alguma elucidação. A intervenção do governo em países capitalistas tem dois objetivos principais. O primeiro é manter o mercado de troca funcionando adequadamente. O segundo, é amenizar as consequências destrutivas que derivam do mercado auto-regulador. As políticas na primeira área variam desde a criação de instrumentos de coerção para preservar a escassez institucionalizada (poder militar no exterior e poder policial no país), através do sustento direto de instituições financeiras, até a construção de uma variedade de mecanismos para manter o mercado funcionando como sistema auto-regulador. Sob o último aspecto, o governo pode intervir, quer para absorver os riscos em uma economia que confia cada vez mais no longo prazo e no investimento em grande escala, caso sua estrutura deva ser preservada, ou para evitar (e em certas circunstâncias para encorajar) a emergência do monopólio em um setor particular da economia. Essas políticas têm uma variedade de impactos e, certamente, destinam-se a cumprir diferentes objetivos, dependendo das circuns-

tâncias. O papel crescente do Estado na sociedade urbanizada tem que ser entendido tomando-se como referência a crescente acumulação de capital, a poderosa expansão da produção, a penetração crescente do mercado de troca e "a urbanização do campo" em escala global. O Estado, junto com organizações supranacionais (nas quais podemos incluir alianças de Estados), tem que intervir onde quer que surjam crises, a maioria das quais são geradas pela dinâmica interna do capitalismo. A intervenção do Estado ocorre ao nível internacional desde que sejam erguidas barreiras artificiais aos fluxos de capital, força de trabalho, recursos, bens e serviços; assim como manipulações técnicas dentro do sistema monetário internacional servem para preservar amplamente as cadeias de exploração que Frank (1969) descreve, através de um padrão forçado de troca desigual (Emmanuel, 1972). O poder e o significado crescente da intervenção do Estado no século vinte deve ser visto como resposta à "força permanentemente revolucionária" que é o capitalismo.

Dentro das nações as políticas estatais têm consequências consideráveis para a forma edificada da metrópole contemporânea. A legislação da Administração Federal de Moradia (AFM) nos Estados Unidos, por exemplo, foi elaborada para amparar o financiamento de hipoteca de moradia nos anos 30, mas seu efeito principal foi sustentar as instituições financeiras que foram profundamente abaladas pelas repercussões da depressão. A consequência foi, contudo, o estímulo da suburbanização porque os empréstimos da AFM são em sua maior parte destinados a financiar a compra de novos estoques mais do que de antigos (Comissão Douglas, 1968). Essa política também levou a uma taxa mais rápida de obsolescência econômica no setor de moradias; e, de uma forma ou de outra, aumentou o potencial de circulação de mais-valia a uma taxa crescente. Essa espécie de intervenção governamental parece ser mais e mais necessária, e ela agora se estende à criação de negócios e empregos, produção e alocação de recursos econômicos para áreas de "interesse nacional" (o que usualmente significa defesa, mas que poderia e deveria também estender-se à saúde, controle da poluição, educação e similares).

Buscando amenizar os piores impactos do mercado de troca, a política do governo pode, também, gerar mudanças substanciais na estrutura urbana. O resultado final da competição é uma distribuição de renda localizada por ramo na sociedade o que, tem sido reconhecido, não é benéfica para os que têm o controle dos meios de produção, desde que ela diminui a demanda efetiva, embora reduzindo a qualidade da força de trabalho. Há, por isso, necessidade permanente de alguma redistribuição de renda e riqueza. Essa redistribuição pode ser facilitada pela permissão de organização do trabalho. De outro modo, é necessário taxar certas porções do excedente em circulação. Na medida que este excedente é retido por uma parte da sociedade e dirigido para o uso da outra, o sistema de taxaço é progressivo, dependendo de qual grupo é taxado,

e qual grupo é beneficiado. A taxaço e a provisão pública de bens, serviços e recursos financeiros é excessivamente complexa e o dinheiro flui de ambos os lados. Em geral, parece que a sociedade é muito mais progressivamente redistributiva do que de fato é, porque há numerosos fluxos ocultos, assim como esquemas de taxaço (particularmente tributos de compra e venda) que se distribuem em outra direção. Não obstante, as políticas governamentais nessas áreas alteraram o significado do desemprego e subemprego (que é estimado em cerca de 30% ou mais da força de trabalho em muitas cidades americanas) e da incapacidade de trabalhar. A combinação de capitalismo com políticas estatais de bem-estar tem produzido uma transformação substancial nas formas metropolitanas.

A distribuição variável da renda disponível entre os vários grupos na sociedade refletiu-se na aparência do urbanismo contemporâneo. Esse impacto é mais evidente naqueles países, tais como a Inglaterra e Escandinávia, que têm seguido políticas estatais de bem-estar com alguma persistência. Nesses países, a sociedade adquiriu estrutura dupla, na qual o setor privado é fortemente diferenciado do setor público. Esse dualismo refletiu-se no desenho físico. Nas cidades britânicas, a moradia pública é claramente distinguível da privada e os bens e serviços fornecidos pelo setor público são também diversos dos da ação privada em campos tais como saúde e educação. O dualismo urbano da Inglaterra e da Escandinávia está amplamente desenhado na paisagem urbana, dando ao urbanismo de lá um caráter particular, diverso do urbanismo dos Estados Unidos, onde o dualismo tem sido bastante evitado pela ação ideológica da privacidade, exceto quando ele surge para propiciar o enriquecimento da sociedade. O socialismo para o rico, que parece ser o modo pelo qual a intervenção governamental é organizada nos Estados Unidos, cria uma espécie muito diferente de estrutura urbana de bem-estar social para o pobre.

Além disso, as políticas de bem-estar, efetivamente aplicadas, representam uma espécie de ameaça para o mercado de troca capitalista. O exército industrial de reserva tem que existir em algum lugar, e a acumulação primitiva tem também que ocorrer em algum lugar. O caso da Suécia, citado freqüentemente como modelo de sociedade estatal de bem-estar, é instrutivo aqui. A Suécia eliminou os piores aspectos da privação material, embora tenha mantido sua base econômica capitalista. Ela teve êxito porque recebeu o exército industrial de reserva do sul da Europa e realizou a acumulação primitiva indiretamente através de seus laços com a economia capitalista global (por exemplo, comércio com os Estados Unidos e a Inglaterra). A Suécia é, com efeito, um subúrbio afluente da economia capitalista global (ela manifesta muitas das depressões sociais e psicológicas de uma economia típica de subúrbio). A moral desse exemplo é que um território em particular pode ter êxito

em sua política de bem-estar além de certo limite somente quando pode livrar-se de alguns dos maiores problemas associados ao mercado capitalista de troca fora de suas fronteiras. Não há limite para a efetivação das políticas estatais de bem-estar dentro de um território, mas há um limite contido à redistribuição progressiva dentro da economia global do capitalismo como um todo.

Comentadores como Jouvénal (1951) têm tido mais percepção a respeito disso do que os socialistas que acreditam cega e religiosamente que o socialismo pode ser alcançado através de políticas redistributivas sem alteração fundamental da produção capitalista. O limite da redistribuição é alcançado no ponto em que ela prejudica seriamente a operação do mercado auto-regulador e a circulação de mais-valia. Em uma economia de grande escala, como a dos Estados Unidos, é difícil mudar os encargos em toda a parte, e a redistribuição não poderia, provavelmente, chegar ao grau a que chegou na Escandinávia. Em uma economia de tamanho intermediário, como a inglesa, as tentativas de redistribuição serão, provavelmente, frustradas pelos ajustamentos naturais através do mercado auto-regulador. Titmuss (1962) e outros mostraram que este é o caso, sem dúvida, e que um esforço substancial para redistribuir renda e riqueza na Inglaterra resultou em mudança muito pequena na estrutura da distribuição da renda na economia. O governo pode, e frequentemente o faz, seguir todos os tipos de políticas, mas os efeitos compensadores de um mecanismo de mercado dominante auto-regulador tenderão sempre a produzir alguma espécie de equilíbrio "natural" entre o mercado de troca e a atividade redistributiva. Esse equilíbrio é o que é rigorosamente necessário para perpetuar a base econômica da sociedade capitalista.

Isso tem implicações para estudos urbanos comparativos. As diferenças superficiais assinaladas, por exemplo, entre o urbanismo na Suécia, Inglaterra e Estados Unidos desaparecem completamente em face desta análise. O urbanismo suéco pode ser visto como algo alcançável em uma jurisdição pequena de um sistema econômico capitalista de grande escala, e tem, por isso, que ser comparado ao urbanismo em Connecticut (EEUU) ou Sussex (Inglaterra). Em todas essas áreas muitos dos problemas característicos das economias capitalistas têm sido distribuídos alhures. O que é notável não é que o urbanismo seja tão diferente, mas que seja tão similar em todos os centros metropolitanos do mundo, a despeito das diferenças significativas em política social, tradição cultural, arranjos administrativos e políticos, instituições e leis etc. As condições da base econômica da sociedade capitalista, junto com a tecnologia que lhe é associada, imprime marca nítida nos atributos qualitativos do urbanismo em todas as nações capitalistas economicamente avançadas.

Embora a atividade redistributiva seja usualmente identificada à ação governamental, seria errado ignorar outros aspectos nos quais as características

sociais da sociedade ordenada tem sido reconstituídas no contexto do capitalismo contemporâneo. O mercado de troca reduz todo o ser humano ao *status* de mercadoria. Poucos indivíduos acham isso uma medida adequada de seu próprio valor ou um critério adequado, pelo qual estabelecer sua própria auto-identidade. Nem acham inteiramente satisfatório situar sua identidade total em um feticismo de mercadoria que proclama que "eu sou o que eu posso comprar" ou "eu sou o que eu possuo". Outras medidas de valor são, por isso, muito importantes. Aqui, o critério de mérito moral inerente às velhas sociedades ordenadas fornece um auxílio aparente para conter o critério impessoal e desumanizante do lugar de mercado. *Status*, ordem, prestígio e privilégio fornecem mais meios de apelo de auto-identificação do que os atribuídos por relações de mercadoria no mercado. As organizações são, assim, dispostas hierarquicamente; as burocracias governamentais e corporativas são internamente ordenadas; os grupos profissionais ostentam ordens oficiais ou não oficiais de prestígio; cada divisão do trabalho na sociedade está organizada como uma sociedade mini-ordenada, enquanto certas ocupações são designadas como de "alto status" por diferentes grupos étnicos, raciais e religiosos.

Essas manifestações da sociedade ordenada são significativas na medida em que as pessoas olham a si próprias, e em seguida, na medida em que elas se tornam conscientes do conflito e lutam contra ele. Questões geradas na base econômica da sociedade são, frequentemente, traduzidas em questões políticas e ideológicas expressas na linguagem da sociedade ordenada. Por exemplo, questões de desemprego podem ser traduzidas em questões de discriminação racial ou étnica no mercado de negócios. Políticas urbanas, e, em grande parte o governo, são permeados por tais versões e, na medida em que a ação decorre mais da versão da questão do que do nexo à questão econômica subjacente, podemos esperar que os conflitos sejam resolvidos de modo a contornar o problema (algumas vezes, geograficamente) sem tocar em sua estrutura subjacente; é tentador supor que isso é a rotina do que é a política contemporânea nas nações capitalistas.

Há uma resistência profunda e mesmo subjacente em interpretar problemas em termos de mercado de troca, porque assim fazer é admitir que o mercado de troca é o determinante primeiro do valor na sociedade — uma noção contra a qual a verdadeira condição de ser humano nos faz ficar revoltado. Além disso, é somente quando reconhecemos as condições sob as quais existimos pelo que elas são que se torna possível confrontá-las diretamente. E para esse aspecto da análise que a teoria marxista da alienação se dirige claramente (veja Meszáros, 1970). Representar as questões de mercado de troca como questões de *status* e prestígio serve apenas para cegar-nos em relação à ação, e de um modo ou de outro ajuda a preservar o *status quo*. Infelizmente, como obser-

vou T. S. Eliot em *Quatro Quartetos*, "a humanidade não consegue suportar muito a realidade". Ou, colocado de outro modo, a maioria de nós somos vítimas da falsa consciência a maior parte do tempo.

O tema prevalente a respeito dos artifícios da sociedade ordenada é bastante real e produz resultados tangíveis na economia do espaço urbano. Organizações e instituições dominantes fazem uso do espaço hierárquico e simbolicamente. Espaços sagrados e profanos são criados, pontos focais enfatizados, e o espaço é geralmente manipulado para refletir *status* e prestígio. A cidade contemporânea, por isso, exibe muitas feições similares às encontradas nas cidades redistributivas que Wheatley (1969; 1971) interpreta como construção simbólicas que refletem os costumes da sociedade ordenada. É sustentado, habitualmente, por exemplo, que as cidades ocidentais possuem uma atividade focal em seu centro porque é ali que a acessibilidade máxima existe para toda a atividade de mercado. Na cidade contemporânea isso é pouco verdadeiro (os centros estão congestionados ao máximo). O centro, contudo é ainda localização de prestígio, e as firmas agem com o prestígio e o *status* em mente. Pode parecer estranho pensar que o que as firmas estão oferecendo nas frágeis e frias análises dos modelos de von Thünen-Alonso-Muth é prestígio, *status* e talvez mesmo divindade no *axis mundi* da cidade capitalista; mas o argumento de que elas estão agindo por vantagens locais relativas está provavelmente mais próximo da verdade.

A forma de uma metrópole contemporânea incorporar os artifícios de uma sociedade ordenada superficialmente constituída é auto-consciente e bastante cautelosa. A renovação urbana nos Estados Unidos tinha clareza simbólica, assim como função econômica. Ela era (e ainda é) destinada a criar confiança nas instituições dominantes da sociedade capitalista, e assim fazer uso autoconsciente de uma velha técnica de projetar "imagens de ordem cósmica no plano da experiência humana, onde elas possam fornecer estrutura para a ação" (Wheatley, 1971, 478). Considere-se o projeto de renovação urbana do Centro Charles, em Baltimore, cujo coração é a Hopkins Plaza, utilizada somente por vagabundos de hora do lanche e reservada para encontros rituais ocasionais (a *City Fair*, as demonstrações anuais anti-guerra). Ao sul, a praça liga-se por um tabuleiro monumental a um edifício que abriga os escritórios do governo federal; ao norte, levemente mais alta e mais elevada, está a sede da Mercantile Safe Deposit and Trust Company (a instituição comercial dominante em Baltimore). A oeste, um restaurante mal sucedido (quem realmente quer comer em uma igreja?) e a este, um teatro bonito, mas pequeno. No centro, uma fonte acolhedora. O City Hall está escondido em quatro blocos mais a este. Grandes edifícios comerciais e alguns blocos de apartamento de prestígio estão, avidamente, agrupados em torno do centro. É isso tudo realmente diferente da descrição de Wheatley da cidade chinesa antiga?

"O recinto central supremamente sagrado, o *axis mundi*, era usualmente reservado para fins de rituais. Construir nesse local era então restrito para habitações dos deuses e daquelas elites que, em sociedades estruturadas na imagem de uma ordem cósmica hierárquica, foram ou concebidas como se ocupassem posições próximas da divindade, ou foram especializadas em técnicas de serviço cerimonial e ritual."

Embora os lineamentos básicos da estrutura residencial na metrópole contemporânea sejam determinados pelo poder da ordem competitiva, suas várias nuances podem ser interpretadas somente como resultado dos indivíduos se estarem voltando para os critérios de uma sociedade ordenada, para diferenciarem-se diante de um processo homogeneizante de mercado de troca. O *Mosaico Urbano*, descrito por Timms (1971), deve ser interpretado como redistribuição e ordem superposta ao mercado de troca e à estratificação. As pessoas tentam por todos os meios diferenciar o que o mercado tem de fato tornado homogêneo, desde que a economia do espaço urbano está repleta de todas as espécies de ordens espaciais de pseudo-hierarquia para expor prestígio e *status* em localização residencial. Esses ordenamentos são muito importantes para o auto-respeito das pessoas, mas são irrelevantes para a estrutura econômica básica da sociedade.

Do mesmo modo que a redistribuição e a sociedade têm sido reconstruídas na sociedade capitalista, também a reciprocidade tem emergido sob forma nova para agir como força contrabalançadora diante do processo de desumanização do mercado. A reciprocidade aparece, também, para desempenhar sua função tradicional na vizinhança e na comunidade local, ela tornou-se particularmente importante, por exemplo, nos primeiros anos da revolução industrial, quando as comunidades de trabalhadores desenvolveram de modo típico uma reciprocidade socialmente emotiva e forte que foi responsável pelo abrandamento dos terríveis efeitos de um sistema opressivo de salários. O sentido de comunidade tem sido significativo como artifício protetor na cidade industrial, desde essa época. Nos primeiros estágios da urbanização industrial, a reciprocidade estava baseada, especialmente, em relações extensas de dignidade, identificações étnicas ou religiosas, ou no agrupamento de partes específicas da população sob alguma ameaça (o sentido de comunidade é bastante forte em áreas de mineração, por exemplo). Os aumentos de mobilidade e as mudanças rápidas na estrutura social fizeram muito para destruir esses laços. Atualmente, tem significado também diminuição de afeição por qualquer lugar em particular. A proximidade espacial, a imobilidade geográfica e a reciprocidade na comunidade estão indubitavelmente relacionadas.

O declínio dessa forma tradicional de reciprocidade em comunidades urbanas (bastante lamentado por autores como Jane Jacobs) tem mudado o funcionamento da comunidade urbana. Na cidade americana, os vínculos

étnicos e uma estrutura comunitária unitariamente fechada fizeram muito no passado em ajudar a resistir à penetração das relações de mercado de troca na vida diária e nas relações humanas dentro da comunidade. As consequências da reciprocidade são geralmente indicadas como benéficas dentro da comunidade: o comportamento baseado sobre esse modo de integração econômica fornece mecanismos amplamente mais seguros para a provisão de bens e serviços públicos, do que o que resultam da lógica de uma ação coletiva baseada nos auto-interesses individuais (veja-se Olson, 1965). A reciprocidade baseada no mútuo respeito e apoio entre os indivíduos na comunidade podem, por isso, fornecer uma fonte potente de resistência às relações humanas mercantis implícitas no sistema de mercado de troca. Na medida em que este modo de integração econômica declinou, ele permitiu a ulterior penetração das relações humanas pelo mercado de troca.

A reciprocidade não declinou, contudo, como muitos dos observadores pensam. Ela assumiu novas formas. Na comunidade o "comportamento de vizinhança" foi redefinido (Keller, 1969); ele tornou-se particularmente significativo como modo de comportamento que ressurge em comunidades sob ameaça. A reação política das comunidades urbanas à ameaça dos pedágios rodoviários; a ameaça de serviços nocivos na vizinhança; o avanço da especulação avarenta do Estado etc. é explicável como a emergência de reciprocidade quando se torna aparente para todos que a ação baseada no auto-interesse individual automaticamente pressagia a ruína.

Ha, também, numerosas instituições paroquiais em que a reciprocidade pode florescer. Clubes políticos locais, a Câmara de Comércio, uniões de negócios etc., todas podem estar marcadas por reciprocidade de comportamento dentro da organização. Esse comportamento pode ser tácito e implícito — uma filosofia de "você coça as minhas costas e eu coçarei as suas" colocada na prática diária. Não é preciso conspiração, nem regras explícitas do jogo, porque pode surgir um código não escrito de conduta entre as pessoas ou organizações que se olham como iguais por razões pragmáticas e ideológicas. Esse código aplica-se em política e negócio, assim como em áreas de ação social. A maioria dos parlamentos tem certa atmosfera de "quase-clube", e os homens de negócio podem relacionar-se empaticamente, mesmo se são competidores honorários. Sob essas condições, a reciprocidade torna-se um modo de integração econômica na base econômica da sociedade. Ela opera sob condições limitadas, mas importantes, cada vez que se torna claro aos competidores que a competição antagonista levará à destruição de tudo o que os interessa. Baran e Sweezy (1968, 50) notam como as três maiores companhias de automóveis dos Estados Unidos portam-se com respeito a cada uma na base da reciprocidade, desde que cada uma reconheça que as outras têm enorme poder de retaliação. É por isso que uma política deliberadamente calculada

para evitar confrontos antagonísticos e provocações, e uma reciprocidade tácita de comportamento, toma lugar. Relação similar existe entre as grandes corporações, particularmente os conglomerados internacionais (tais como a ITT) e os governos nacionais. Onde quer que o comportamento competitivo pareça ameaçar a sobrevivência do sistema econômico capitalista a reciprocidade de comportamento pode emergir como modo alternativo de integração econômica.

A reciprocidade e a redistribuição são antigas e são modos bem experimentados de integração econômica. Longe de terem desaparecido com a penetração do mercado de troca em todos os aspectos da vida, esses modos mais velhos de integração econômica, e as formas sociais com as quais eles estão relacionados, adaptaram-se para assumir novos e mais significativos papéis. Os modos de integração econômica não podem ser entendidos isoladamente entre si. Cada um é definido com relação ao papel que desempenha *ris-à-vis* aos outros. O urbanismo, como um modo de vida, inclui todos os três modos de integração econômica, assim como as formas societárias com as quais cada um está associado. A classe e a diferenciação de ordem e os padrões de mútuo respeito e apoio estão cuidadosamente entrelaçados na vida da metrópole contemporânea. Similarmente, a estrutura física da cidade reflete a combinação peculiar de cada uma em relação à outra. O centro simbólico da cidade, com ênfase em prestígio e *status*, os belos contornos, as áreas de moradia pública, a arquitetura aconchegante da classe trabalhadora ou da vizinhança étnica dentro da qual a reciprocidade pode florescer, as áreas específicas de residência e comércio como valor de troca, tornaram-se o critério de uso nas mãos dos especuladores e operadores comerciais; são todas representações tangíveis dos vários modos de integração econômica e social presentes na sociedade contemporânea. As nuances são muitas e as interações são complexas. Mas, mesmo na metrópole contemporânea, com toda a sua complexidade manifesta, parece que esses expedientes interpretativos servem bem quando buscamos construir uma teoria do urbanismo que inclua, realisticamente, a necessidade de concentrar e de circular mais-valia, assim como a necessidade de construir uma economia espacial na qual os vários modos de integração econômica possam funcionar efetivamente.

Terceira Parte
SÍNTESE

CAPÍTULO VII

Conclusões e Reflexões

Os seis capítulos anteriores deste livro caracterizam-se pela análise. Falta dar um passo final em direção à síntese, para tentar filtrar algumas conclusões. Não é esta uma tarefa muito difícil, quando se está preparado para tentar uma reconstituição do método, uma reformulação do sentido em que podemos falar validamente de uma "teoria" do urbanismo e de uma reavaliação da natureza do urbanismo em seus contextos histórico e geográfico. Esses são todavia, grandes "senões". Mas, desde que os ensaios reunidos aqui estão ordenados segundo um caminho evolucionista de pensamento e experiência, parece natural tentar chegar a algumas conclusões que possam ser sustentadas como um espelho no qual refletir em retorno o que foi dito. Essas conclusões não podem ser arbitrárias. Elas têm que estar presentes, ainda que de forma latente e implícita, no material já apresentado. Uma conclusão não deve permitir se introduzir matéria nova, mas apenas reconstituir a anterior.

Sobre métodos e teorias

Um tema persistente em todo este livro foi a busca de métodos apropriados e de uma concepção apropriada de teoria através de que se pudesse investigar, efetivamente, um fenômeno de grande complexidade como o urbanismo. Parece certo, portanto, começar por tirar algumas conclusões a respeito de método e teoria.

Penso ser verdade dizer que a coisa mais importante a ser aprendida no estudo do trabalho de Marx é sua concepção de método. É a partir dessa concepção de método que a teoria flui naturalmente. Certos aspectos do método de Marx devem ser encontrados nos escritos de seus precursores. Leibniz e Spinoza forneceram modos relacionais de pensamento e um conceito de totali-

dade que Marx aceitou amplamente. Hegel deu uma versão da dialética; Kant propôs inúmeros dualismos para serem resolvidos; os economistas políticos ingleses forneceram métodos práticos de investigação das atividades materiais da produção na sociedade. Marx uniu todos esses elementos difusos (e mais) constituiu um método que, pela fusão da teoria abstrata e da prática concreta, permitia a criação de uma prática teórica através da qual o homem podia antes moldar a história do que ser moldado por ela. Marx viu o que ninguém antes tinha visto: que os inúmeros dualismos que cercam o pensamento ocidental (entre o homem e a natureza, entre fato e valor, entre sujeito e objeto, entre liberdade e necessidade, entre a mente e o corpo e entre o pensamento e a ação) podiam ser resolvidos somente através do estudo da prática humana; e, quando necessário, através de sua criação. É certamente um infortúnio que muitos dos assim chamados marxistas não tenham entendido esse método porque, de um modo ou de outro, eles perderam o apoio precioso que ganharam através do estudo das obras de Marx. Felizmente, essas obras permanecem como testemunho vivo desse método, e o dogmatismo estreito não pôde por muito tempo manter seu poder. Felizmente, também, a ciência contemporânea levou à redescoberta do método pelos que não podem, aliás, olhar a si próprios como "marxistas". Talvez o exemplo mais consistente, da época atual, seja Piaget. Em seu trabalho resumido sobre *Os Princípios da Epistemologia Genética* (1972 a) e em seus trabalhos filosóficos sobre *Estruturalismo* (1970) e *Introspecções e Ilusões da Filosofia* (1972 b) Piaget chega a uma concepção de método que está muito próxima, sem dúvida, daquela praticada por Marx; um fato que, ele insiste, "é uma questão de convergência e não de influência" (1972 b, 204). É exatamente essa espécie de convergência que ocorre através dos ensaios reunidos neste livro. Essa convergência deve ser explicitada.

O que constitui o método de Marx e como pode ele ser exposto? Essas são questões difíceis de responder, abstratamente, porque o método só pode ser bem compreendido através de sua prática. Não obstante, podemos dizer alguma coisa sobre isso, estabelecer alguns breves sinais, se é o caso. Ollman (1971; 1972) tentou criar um guia para nós e, acredito, foi muito bem sucedido. Assim, darei dois passos ao longo do caminho que ele indica, e examinarei a ontologia e a epistemologia de Marx, detendo-me em cada estágio para considerar como esses aspectos do método de Marx influenciaram as análises neste livro.

1 Ontologia

Uma ontologia é uma teoria do que existe. Dizer, por isso, que alguma coisa tem *status* ontológico é dizer que existe. Marx desenvolve em seu tra-

balho certas suposições fundamentais a respeito do modo pelo qual a realidade está estruturada e organizada. Ollman o diz deste modo: "os pilares gêmeos da ontologia de Marx são sua concepção da realidade como uma totalidade de partes internamente relacionadas e sua concepção dessas partes como relações abertas, de tal modo que cada uma em sua plenitude pode representar a totalidade" (1972, 8). Examinemos essa colocação. Muitos autores têm argumentado que a sociedade tem que ser entendida como uma totalidade. Mas, há diferentes modos pelos quais podemos pensar a "totalidade". No primeiro caso podemos pensá-la como um agregado de elementos — uma mera soma de partes — que entram em combinação sem serem construídas por alguma estrutura preexistente dentro da totalidade. Se uma estrutura (tal como uma estrutura de classes) surge na totalidade, ela pode ser explicada como algo contingente ao modo pelo qual ocorre a combinação dos elementos. No segundo caso, a totalidade é vista como algo "emergente" que tem existência independente de suas partes, ao mesmo tempo que domina o caráter das partes que contém. A explicação, neste segundo caso, centra-se nas leis que governam o comportamento da totalidade, e pode ocorrer sem referência às partes. Há um caso posterior a ser considerado:

"Acima e além dos esquemas de associação atomística, de um lado, e totalidades emergentes, de outro, há um terceiro, o do estruturalismo operacional. Ele adota deste o princípio uma perspectiva relacional, de acordo com a qual não são nem os elementos nem o todo que se explicitam, de um modo que ainda não se conhece, mas são as relações entre os elementos que contam. Em outras palavras, os procedimentos lógicos ou processos naturais pelos quais o todo é formado são primários, não o todo, que é consequente das leis de composição do sistema, ou dos elementos" (Piaget, 1970, 9).

Marx ficaria surpreso por encontrar-se descrito como um "estruturalista operacional", mas o conceito de totalidade ao qual Marx recorreu foi exatamente o desta terceira espécie, como Ollman (1971) indicou. Esse conceito de totalidade (que não é muito diferente do proposto por Leibniz) leva-nos a perguntar como as totalidades são estruturadas e como essas estruturas mudam. Para lidar com o problema da mudança Piaget introduz o conceito de *estrutura em transformação*, argumentando que "se não contivessem a ideia de transformação, as estruturas perderiam toda a significação explicativa, desde que elas se reduziram a formas estáticas" (1970, 12). As relações entre elementos dentro da estrutura são por isso olhadas como expressando certas regras de transformação através das quais a própria totalidade vem a ser transformada. Em outras palavras, a totalidade está em curso de ser estruturada pela elaboração das relações em seu interior.

Esse último sentido de totalidade é bastante diferente dos outros dois, e é concepção que é comum tanto a Marx como a Piaget. Ollman (1972) indica

como este ponto de vista das coisas afeta os modos pelos quais pensamos as relações entre os elementos, e entre os elementos e o todo. A totalidade busca moldar as partes de modo que cada parte funcione para preservar a existência e a estrutura geral do todo. O capitalismo, por exemplo, busca moldar os elementos e relações dentro de si mesmo, de tal modo que é reproduzido como um sistema em processo. Consequentemente, podemos interpretar as relações dentro da totalidade de acordo com o modo pelo qual elas funcionam para preservá-lo e reproduzi-lo. Uma consequência que se segue é que cada elemento (assim como as mônadas de Leibniz) reflete dentro de si todas as características da totalidade porque ele é o lugar de uma série de relações dentro da totalidade. Conceitos tais com força de trabalho e excedente têm que ser tratados, por exemplo, como reflexos de todas as relações sociais que ocorrem dentro de um dado modo de produção. Mas, essas relações não estão, necessariamente, em harmonia entre si. Elas estão frequentemente em contradição e desta contradição flui o conflito. As transformações ocorrem através da resolução desses conflitos, e em cada transformação a totalidade é reestruturada; e essa reestruturação em retorno altera a definição, significado e função dos elementos e relações dentro do todo. Novos conflitos e contradições emergem para substituir os antigos.

Segue-se da ontologia de Marx que a pesquisa deve dirigir-se para a descoberta das regras de transformação pelas quais a sociedade está constantemente sendo reestruturada, mais do que para encontrar "causas", no sentido isolado que se segue de uma pressuposição de associação atomística, ou para identificar "estágios" ou "leis descritivas" que governam a evolução da totalidade independentemente de suas partes. Marx dirige, assim, nossa atenção para o processo de transformação interna da sociedade. Ele não fala de causas no sentido comum da palavra, nem propõe um esquema evolucionista historicista como alguns parecem pensar que ele faz. A transição do feudalismo para o capitalismo, por exemplo, não é um passo em um esquema evolucionista arbitrariamente determinado com o qual Marx sonhou, mas é visto como transformação *necessária* dentro da sociedade, assim que as tensões e contradições da sociedade feudal vieram à tona. O materialismo dialético não é também uma doutrina arbitrariamente inserida sub-repticiamente no fenômeno para interpretar seu significado, mas um *método* que busca identificar as regras de transformação através das quais a sociedade é reestruturada. A dialética de Marx é, como Althusser (1969) e Godelier (1972) indicaram, fundamentalmente diferente da de Hegel desde que o último não possui, entre outras coisas, um conceito adequado de totalidade para transformar a dialética num instrumento rico, mais do que em algo arbitrário e estéril.

Até aqui tratamos de totalidades e estruturas como se fossem sinônimos, e deixamos de considerar como as totalidades e estruturas podem ser definidas.

Seria, também, mais do que vago afirmar que uma totalidade é simplesmente tudo que existe; um cuidadoso estudo dos trabalhos de Marx indica que ele nunca considerou tal ponto de vista na prática. Ele conclui, antes, que existem estruturas separadas dentro da totalidade, e que essas estruturas podem ser diferenciadas umas das outras. As estruturas não são "coisas" ou "ações", e não podemos, por isso, estabelecer sua existência através da observação. Definir elementos relacionais significa interpretá-los de um modo exterior à observação direta. O significado de uma ação observável, tal como cortar uma acha de lenha, é estabelecido pela descoberta de sua relação com a estrutura mais ampla da qual ela é uma parte. Sua interpretação variará, dependendo de se a vemos em relação ao capitalismo ou socialismo, ou se a colocamos em relação a alguma estrutura bastante diferente (o sistema ecológico, por exemplo). Uma estrutura deve ser definida, por isso, como um sistema de relações internas que está em processo de ser estruturado através da operação de suas próprias regras de transformação. Segue-se disso que as estruturas têm que ser definidas através de um entendimento das regras de transformação que as moldam. Disso podemos derivar dois modelos distintos pelos quais as estruturas se relacionam entre si.

Uma estrutura de ordem mais alta pode ser obtida de uma de ordem mais baixa por meio de uma transformação. Sob essas condições, uma hierarquia de estruturas pode emergir através de um processo de diferenciação interna. Isso parece ser um modo adequado de lidar com as relações entre, por exemplo, a mecânica newtoniana e a teoria da relatividade ou entre um sistema de governo local e o sistema de administração nacional. Mas, tal visão hierárquica não parece adequada para interpretar a relação entre, por exemplo, um modo de produção e uma estrutura ecológica. Neste último caso, não podemos derivar uma estrutura de outra através de uma transformação. Isso sugere uma regra. As estruturas podem ser olhadas como entidades separáveis e diferenciáveis quando nenhuma transformação existe pela qual uma possa derivar de outra. A incapacidade de identificar uma transformação não prova, naturalmente, que ela não exista. Certamente, a história das ideias está repleta de exemplos nos quais a transformação foi descoberta através de estruturas aparentemente independentes que foram unificadas (a matemática fornece numerosos exemplos). Mas, parece sábio, como regra geral, tratar as estruturas como distintas entre si até que uma transformação possa ser identificada.

Uma consequência dessa regra é que somos obrigados a distinguir entre contradições *dentro* de uma estrutura e contradições *entre* estruturas. Mao Tse-Tung (1966), por exemplo, distingue contradições dentro do povo (entre o trabalho intelectual e o manual, por exemplo) e contradições entre o povo e seus inimigos (diferentes acessos à propriedade, por exemplo). As duas espécies diferentes de contradição apresentam problemas bastante diferentes e

requerem medidas diferentes para sua resolução. Godelier ampliou, recentemente, esse ponto através de cuidadoso exame da contradição nos trabalhos de Marx (1972). Ele sugere que muitas das contradições que Marx expôs eram da variedade interna, mas que algumas das mais fundamentais devem ser interpretadas como contradições entre estruturas. Por exemplo, a estrutura das forças produtivas entram em conflito com a estrutura das relações de produção — um conflito que se expressa no caráter crescentemente social da produção capitalista e no caráter duravelmente privado de restrição e consumo capitalista. Do mesmo modo, a superestrutura sobre a qual Marx frequentemente escreve, deve ser considerada como sendo constituída de estruturas separadas (políticas, ideológicas, jurídicas etc.) nenhuma das quais pode ser derivada, seja da outra, seja das estruturas da base econômica da sociedade por meio de uma transformação. Mas, dizer que as estruturas podem ser distinguidas entre si não é dizer que elas evoluem autonomamente sem interagir entre si. As evoluções separadas na superestrutura são, assim, vistas como fontes de contradição, ao mesmo tempo que existem freqüentemente conflitos fundamentais entre a base econômica e as estruturas na superestrutura. Afirmando a primazia da base econômica Marx estava propondo duas coisas. Primeiro, estava sugerindo que as relações entre as estruturas são elas próprias estruturadas de algum modo dentro da totalidade. No conflito entre a evolução da base econômica da sociedade e os elementos da superestrutura são os últimos que têm de ceder, adaptar-se ou ser eliminados. Algumas estruturas são, por isso, olhadas como mais básicas do que outras dentro da totalidade. As estruturas podem, por isso, ser organizadas em ordem de significado. Marx, obviamente, decidiu que as condições relativas à produção e à reprodução da vida material eram fundamentais, e ele certamente defendeu mais arduamente esse ponto de vista. Isso o levou ao segundo ponto principal. Quando tentamos olhar a sociedade como uma totalidade, cada coisa tem que estar, em última instância, relacionada às estruturas da base econômica da sociedade. Em outras palavras, foi a produção e reprodução da existência material que constitui o ponto de partida e o ponto final para a descoberta das relações entre as estruturas dentro da totalidade. Desse ponto de partida foi possível identificar regras de transformação através das quais estruturas aparentemente bastante separadas contribuíram para o processo de estruturar e reestruturar a sociedade como um todo.

É evidente, então, que Marx distingue entre a totalidade e as estruturas que ela contém. A escolha da base econômica como fundamento de todas as análises está naturalmente aberta à discussão. Ambientalistas modernos argumentariam com a primazia do sistema ecológico. O legado do capitalismo poderia, assim, ser interpretado do mesmo modo como o exemplo "frívolo" de Godelier do dinossauro que não morre através do "espontâneo desenvolvi-

mento de sua próprias contradições, mas através de uma contradição entre sua estrutura psicológica interna e a estrutura de suas condições externas de existência" (1972, 362). Centralizando sua análise na base econômica da sociedade, Marx não estava descartando argumentos dessa espécie ou necessariamente aceitando que a base econômica fosse superior a todas as outras estruturas com as quais ela podia entrar em conflito. Certamente, Marx sugere, especificamente, que o modo de produção capitalista diminuirá sistematicamente sua própria base de recursos e, deste ou de outro modo, destruirá as condições essenciais de sua própria continuidade. A evolução da sociedade como totalidade, deve, por isso, ser interpretada como resultado de contradições estabelecidas tanto dentro como entre estruturas. Esse tema flui em todo o trabalho de Marx e flui naturalmente de sua ontologia básica.

Essas questões de ontologia são difíceis de reter quando colocadas em abstrato. Mas, elas são bastante fundamentais para entender muitos dos assuntos abordados neste livro. Deveríamos olhar o urbanismo como uma estrutura que pode derivar da base econômica da sociedade (ou dos elementos superestruturais) por meio de uma transformação? Ou deveríamos olhar o urbanismo como uma estrutura separada, em interação com outras estruturas? Deixarei essas questões de lado, no momento, porque elas serão o fundamento da segunda parte desta conclusão. Agora, ficarei satisfeito em mostrar como as concepções de totalidade, de estrutura, de inter-relativismo e transformação de Marx relacionam-se às matérias reunidas neste volume.

É evidente, por exemplo, que a controvérsia entre intérpretes marxistas e não marxistas das origens urbanas, e o argumento sobre o excedente em particular podem ser referidos a diferenças ontológicas. Acompanhando Marx, o único caminho válido para abordar a questão das origens urbanas é descobrir as contradições internas e externas presentes na sociedade pré-urbana e mostrar como essas contradições foram resolvidas através da transformação em formas urbanas de organização social. Essa transformação envolveu uma reestruturação e uma reconstituição dos elementos e relações preexistentes na sociedade pré-urbana em alguma configuração nova. Dentro dessa nova configuração, novos elementos e relações poderiam figurar. Assim, a natureza e o conceito de excedente foram transformados, do mesmo modo como as realidades do trabalho, valor, natureza, sociedade e outras. Tal transformação gerou novas contradições e tensões (em particular, o antagonismo entre cidade e campo) que eventualmente deveriam ter sido resolvidos. O foco da análise de Marx está, por isso, na contradição dentro e entre estruturas e a consequente transformação da totalidade. Essa é uma concepção de coisas muito diferente da forjada por estudiosos não marxistas (e alguns "marxistas") que operam, tipicamente, na pressuposição da associação atomística; daí, a constante série de "fatores" que são indicados como causadores da gênese urbana (incluindo

os fatores econômicos providos por alguns "marxistas") — ou que apelam a idéias sobre totalidades emergentes (tais como os conceitos de solidariedade mecânica e orgânica desenvolvidos por Durkheim e muito usados por autores como Wheatley). O argumento sobre as origens urbanas pode, assim, ser apresentado como um argumento sobre método, e em particular sobre pressuposições ontológicas. Uma vez que essas questões fundamentais de método estejam resolvidas grande parte do argumento sobre a evidência desaparecerá.

O mesmo contraste existe entre o método empregado na Parte 1 e o empregado na Parte 2 deste volume. Um exemplo pode melhor ser usado para firmar esse ponto. A redistribuição de renda real em um sistema urbano é o assunto do Capítulo 2. A atenção é imediatamente centrada na definição e significado da "renda". As políticas que se destinam a desenvolver redistribuição de renda podem ser imprimidas por uma mudança na definição e significado social da renda, e isso pode fazer voltar a distribuição para a posição original; este é um exemplo da totalidade moldando as relações dentro de si mesmas para conservar sua estrutura. Para lidar com esse problema, precisamos de uma definição ampliada de renda. A definição que emerge no Capítulo 2 é a de "domínio sobre os recursos escassos da sociedade". Seria possível ampliar a definição ainda mais, por exemplo, como fizeram Miller e Roby recentemente em seu trabalho sobre *O Futuro da Desigualdade* (1971). Além disso, todas essas ampliações adentram a mesma dificuldade. Tanto "recurso" como "escassez" são socialmente definidos de tal modo que: "a heterogeneidade em valores sociais e culturais acaba com qualquer teoria simplista da redistribuição de renda real" (p. 81). Ampliar a definição de renda não resolve o problema; ele apenas muda de lugar. Além disso, não há limite aparente à possível ampliação do conceito. Essas ampliações e mudanças no significado do conceito são ocasionalmente reveladoras. Torna-se aparente no Capítulo 2, por exemplo, que as condições sociais e culturais que dão significado ao conceito de renda não são arbitrariamente determinadas — elas são em si mesmas produtos de outras condições específicas e estão certamente estruturadas de algum modo. Não obstante, as implicações plenas desse fato não podem ser entendidas porque o método apropriado para assim fazer não surgiu ainda. A sociedade é vista na Parte 1 como uma totalidade de partes interativas, mas as partes são vistas interagindo entre si de modo contingente como em um agregado. Consequentemente, a luta para escapar de um relativismo desproporcional e para dar algum significado mais profundo ao conceito de renda nunca tem êxito.

A abordagem da Parte 2 é diferente porque aqui uma metodologia apropriada começa a ser moldada para lidar com esses tipos de questão. A sociedade começa a ser vista como uma série de estruturas em processo de contínua transformação. O conceito de um modo de produção que contém estruturas

que estão em conflito entre si emerge no Capítulo 6 como a chave para entender as questões de distribuição. Estados de consciência são produzidos dentro do modo de produção, não de maneira arbitrária ou instantânea, mas por transformações e pressões que se referem a modos profundamente arraigados de pensamento; reformam-se de maneira que eles se tornam amplamente sustentadores da estrutura de produção existente na sociedade. Assim, os estados de consciência ligados à reciprocidade e à redistribuição, como modos de integração econômica, são transformados para satisfazer às necessidades de uma sociedade agora baseada no mercado de troca. A definição de renda é transformada, assim que o conhecimento se transforma. O significado e a definição de renda podem, por isso, ser vistos como algo que é "produzido" sob dado modo de produção; ele expressa as relações sociais existentes em um período histórico particular. Buscando redefinir o conceito de renda Titmuss, Miller e Roby estão apenas buscando atualizar-se com o modo pelo qual as relações sociais estão mudando na sociedade. Posteriormente, a separação entre produção e distribuição desaparece. Não posso fazer melhor do que deixar Marx falar diretamente sobre esse ponto:

"A produção, a distribuição, a troca e o consumo são (...) anéis de um todo singular, aspectos diferentes de uma unidade. A produção é a fase decisiva (...). Que a troca e o consumo não podem ser elementos decisivos é óbvio, e o mesmo se aplica à distribuição no sentido de distribuição de produtos. A distribuição dos fatores de produção, por outro lado, é ela própria uma fase de produção. Um modo de produção específico determina, assim, o modo específico de consumo, distribuição, troca e as relações específicas dessas diferentes fases entre si. A produção, em seu sentido restrito, contudo, é em seu turno também determinada pelos outros aspectos. Por exemplo, se o mercado, ou a esfera da troca, expande-se, então o volume da produção cresce e tende a tornar-se mais diferenciado. A produção também muda, em consequência de mudanças na distribuição da população na cidade e no campo e outras. A produção é, finalmente, determinada pelas demandas de consumo. Há uma interação entre os vários aspectos. Tal interação ocorre em qualquer entidade orgânica" (*A Contribution to the Critique of Political Economy*, 204-5).

É através desse tipo de formulação que o relativismo desproporcional, do qual o Capítulo 2 jamais escapa, pode ser evitado, sem apelo àqueles princípios abstratos de "moralidade e justiça eternas" — para usar a frase de Engels — que permeiam grande parte do Capítulo 2; eles são objeto de investigação explícita no Capítulo 3 e são, finalmente, rejeitados juntos com a distinção entre valor e fato no Capítulo 4. O processo identificado no Capítulo 2 pode, consequentemente, ser reinterpretado à luz de uma instância metodológica diferente: que emerge na Parte 2.

A concepção de sociedade como totalidade de partes internamente relacio-

nadas, com leis internas de transformação, não pode ser tomada *a priori* como uma concepção superior das coisas. Marx recorreu à história como prova e afirmação de sua ontologia, e procurou demonstrar sua superioridade através da prática do método que ele definia. Essa prática fez uso de uma epistemologia específica; e agora devemos dar o segundo passo em direção do caminho para um entendimento do método de Marx.

2 Epistemologia

A epistemologia procura descobrir os procedimentos e condições que tornam possível o conhecimento. Na obra de Marx a ontologia e a epistemologia estão relacionadas. O conhecimento é visto como uma parte da experiência humana e como decorrendo da prática humana; é uma relação interna dentro da sociedade vista como totalidade. A consciência e o conhecimento são produtos de uma situação social. Mas, obter conhecimento é atividade produtiva; é por isso visto como parte daquele processo mais geral pelo qual a sociedade é transformada. Marx sugere:

"Desde que o processo do próprio pensamento decorre de uma situação, ele próprio é um processo natural; o pensamento verdadeiramente conceitual está na mesma condição e só pode diferenciar-se, gradualmente, de acordo com o nível de desenvolvimento, incluindo o do órgão de pensar" (Citado em Schmidt, 1970, 31).

Em *Contribuição à Crítica da Economia Política* Marx descreve, mais além, como vê o conhecimento surgir:

"Para a consciência, por isso, a evolução das categorias aparece como o processo atual de produção (...) cujo resultado é o mundo; e isso é verdade, tanto quanto a totalidade concreta olhada como totalidade conceitual, como fato mental, é certamente produto do pensar, da compreensão. (Essa totalidade conceitual) não é de nenhum modo produto da idéia que evolui, espontaneamente, e cujo pensar ocorre fora e além da percepção e da imaginação, mas é o resultado da assimilação e transformação das percepções e imagens em conceitos" (p. 207).

Os conceitos e idéias assim estabelecidos podem, então, se tornar força material na produção. Fazer isso, contudo, requer que os conceitos que existem como meras abstrações sejam traduzidos em prática humana. Muitos conceitos permanecem estéréis com relação a isso. Mas, muitos nada fazem para que "ao fim de cada processo de trabalho consigamos um resultado que já existia na imaginação do trabalhador no começo" (*Capital*, Volume 1, 1978).

Subjacente à posição epistemológica de Marx está certa concepção da relação *entre* sujeito e objeto. Essa concepção é expressão particular dos con-

ceitos ontológicos que já examinamos. Sujeito e objeto devem ser vistos, não como entidades, mas como relações de um com o outro. Essa concepção é muito diferente, por certo, daquela proposta pelo empirismo tradicional — que afirma que "toda informação cognitiva tem sua fonte em objetos, e que o sujeito é instrumento a partir do qual se está fora dele"; e daquela, proposta nas muitas variedades de apriorismo e inatismo que comumente considera que o sujeito "possui desde o início estruturas endógenas que impõe aos objetos" (Piaget, 1972 a, 19). Ambas concepções são rejeitadas por Marx e Piaget em favor do que o último chama "posição construtivista" do seguinte tipo:

"Enquanto outros animais não podem alterar a si mesmos exceto pela mudança de suas espécies, o homem pode transformar a si próprio transformando o mundo e pode estruturar a si mesmo construindo estruturas; e essas estruturas são ele próprio, porque elas não são inteiramente determinadas quer de dentro ou de fora" (1970, 118-9).

O sujeito é assim olhado como estando e sendo estruturado pelo objeto. Como Marx o diz em *O Capital*, "agindo sobre o mundo externo e mudando-o (o homem) ao mesmo tempo muda sua própria natureza" (Volume 1, 175).

Alguns princípios básicos podem ser derivados da ontologia e epistemologia básicas de Marx. Esses princípios podem nos ajudar a forjar uma concepção muito específica a respeito de que teoria se trata e de como ela pode ser construída. A "assimilação e transformação das percepções e imagens em conceitos", escreve Marx, ocorre através da abstração reflexiva por parte do sujeito-observador. O resultado desse processo deve ser entendido à luz da ontologia de Marx. Os conceitos e categorias não podem ser vistos como tendo existência independente, como sendo abstrações universais verdadeiras todo o tempo. A estrutura do conhecimento pode ser transformada, é verdade, por suas próprias leis internas de transformação (incluindo aquelas pressões sociais internas à ciência consideradas no Capítulo 4). Mas, os resultados desse processo têm que ser interpretados em termos das relações que eles expressam dentro da totalidade da qual eles são parte. Conceitos são "produzidos" em certas condições (incluindo uma série de conceitos pré-existentes) embora tenham, também, que ser vistos como agentes de produção em uma situação social. É irrelevante perguntar se os conceitos, as categorias e as relações são "verdadeiras" ou "falsas". Devemos perguntar, antes, o que é que as produz e o que é que elas se destinam a produzir. Daí, surge a distinção, referida no Capítulo 4, entre teorias revolucionárias que produzem a mudança, teorias de *status quo*, que são decorrentes de/e ajudam a preservar uma situação existente; e teorias contra-revolucionárias que somente produzem confusão, obscuridade e frustração. Daí, também, emerge o ponto de vista de que essas teorias em retorno não podem ser usadas abstraindo-se a situação

existente, mas têm que ser aplicadas através de um estudo dos modos pelos quais as teorias se tornam "força material" na sociedade através de seu impacto sobre a ação social.

Através do conhecimento consciente do papel que os conceitos e categorias desempenham na sociedade Marx tenta usá-los mais do que ser usado por eles. Ele critica as categorias dos economistas políticos ingleses, e percebe como estavam todos "prisioneiros das categorias aprendidas". Ele busca imaginar novas categorias — tais como a de mais-valia — através das quais podemos reestruturar nosso entendimento da sociedade. E no processo, ele faz uso de uma técnica fundamental — uma técnica, que, como Piaget mostrou, se tornou método padrão em lógica e matemática (1970, 124) — isto é, a construção pela negação. Marx está, assim, preparado para transformar problemas em soluções e soluções em problemas. Essa estratégia é o fundamento da investigação no Capítulo 4 deste livro.

Desde que "O pensamento verdadeiramente conceitual só pode diferenciar-se gradualmente" é importante em cada estágio entender o modo como as categorias se relacionam entre si dentro do corpo geral do conhecimento aprendido por nós. Assim, *O Capital* é, simultaneamente, uma investigação da sociedade capitalista e categorias usadas para descrever e analisar essa sociedade. Essa concepção das coisas aparelha-nos com certas introspecções quando se trata de interpretar tanto a história social como a história do pensamento. A evolução da teoria é vista como diferenciação e reestruturação gradual do conhecimento, a partir da qual emerge uma hierarquia de conceitos que se relacionam entre si de modo particular. Piaget indica que "entre duas estruturas de níveis diferentes não pode haver redução unilateral, mas antes há assimilação recíproca em que a mais alta pode derivar da mais baixa por meio de transformações, enquanto a mais alta enriquece e a mais baixa integrando-a" (1972 a, 93).

Era, naturalmente, esse tipo de transformação que Marx buscava, e parcialmente obteve em *O Capital* e em *Teorias da Mais-Valia*. E são transformações desse tipo que são transcritas em toda a história da ciência e descritas por Kuhn (1962).

A reestruturação do conhecimento através desse processo de transformação espelha o processo de transformação, tal como ele opera na sociedade como um todo. O conhecimento pode, por isso, ser visto como um corpo estruturado de informação sujeito a suas próprias leis internas de transformação. Contradições internas (anomalias) tornam-se o fundamento de novas teorias. Na medida em que o conhecimento se torna força material, a reestruturação que ocorre no plano conceitual pode ampliar-se por toda a totalidade da sociedade, e por último ser registrada na base econômica. Movimentos na base econômica são, também, registrados no plano conceitual. Mas, em última análise o último

temo tem que ser relacionado ao primeiro para ser entendido.

A posição epistemológica de Marx afeta a análise apresentada neste livro, gradualmente. Os conceitos e categorias são sujeitos ao escrutínio crítico, à luz das relações que eles expressam em relação à realidade de que são parte. No Capítulo 5, por exemplo, os conceitos básicos inerentes à teoria do uso do solo urbano são examinados de modo crítico. A renda, como se mostra, tem tido posição de grande importância naquela categoria universal com significado fixo. Voltando à análise de Marx, podemos ver que a renda não é uma categoria universal, mas é um conceito que ganha significado específico somente em situações sociais específicas. A renda nada é fora da série particular de relações de produção, e pode surgir sob uma variedade de maneiras, dependendo de como essas relações são estruturadas. Dessa posição é possível forjar uma crítica da teoria contemporânea do uso do solo urbano. No decorrer do exame do conceito de renda a controvérsia sobre o significado e medida do capital é brevemente referida. Essa controvérsia tem implicações fundamentais para a teoria da localização como tem para toda a análise econômica. Ela surge, naturalmente, independentemente do fato de que o capital não tem significado independentemente da estrutura social de que é parte, e dentro da qual desempenha função específica. Do mesmo modo, o conceito de espaço que apresenta tão grandes dificuldades filosóficas no Capítulo 1 (e que degenera como consequência em um relativismo desproporcional) é reconhecido no Capítulo 5, reconhecendo-se que os problemas filosóficos que apresenta têm soluções somente através do estudo e criação da prática humana. Conceitos de justiça social também devem ser considerados como sendo produzidos e sendo produtores das condições sociais. A análise abstrata da justiça social no Capítulo 3 é tacitamente transformada no Capítulo 6 em um exame de como o sentido de valor que subjaz ao senso de justiça social surge sob as condições das sociedades igualitárias, ordenadas e estratificadas; e como essas concepções podem, quando transformadas em uma ideologia dominante, contribuir para o sustento e a manutenção das relações sociais dentro de um modo de produção.

A intervenção de uma nova posição epistemológica análoga à Marx é mais evidente no Capítulo 6. Os conceitos de reciprocidade, redistribuição e mercado de troca são aqui usados de modo relacional. Na medida em que as relações sociais se alteram, o significado de cada conceito é ajustado. De fundamental para essa técnica é o ponto de vista de que as categorias e conceitos possuem uma relação entre si (ou pelo menos podem operar assim) que espelha as condições da própria sociedade. Outra vez, nada posso fazer de melhor do que citar Marx:

"Desde que, além disso, a sociedade burguesa é somente uma forma resultante do desenvolvimento de elementos antagônicos, algumas relações que

pertencem a formas primitivas da sociedade podem ser freqüentemente encontradas nela, embora em um estado deformado ou como máscara de seu próprio passado, como por exemplo a propriedade comunal. Até que se possa dizer, por isso, que as categorias da economia burguesa contêm o que é verdadeiro de todas as outras formas da sociedade, a postulação deve ser tomada *cum grano salis*. Elas podem contê-las em uma forma desenvolvida, deformada ou caricaturada, mas sempre, essencialmente, diferente" (*Grundrisse*, 39-40).

Sob a dominação do mercado de troca a redistribuição (na forma do Estado em particular) torna-se forma desenvolvida de seu próprio passado, até que a reciprocidade é reduzida à mera máscara. Desse modo, os conceitos, especificamente transformados, podem ser usados para refletir, como num espelho, as transformações que ocorreram na sociedade.

Muito foi dito por nós a respeito do método de Marx e da concepção de teoria que decorre dele, com a finalidade de chegar a algumas conclusões fundamentais. Já indiquei que uma transformação radical de método ocorre entre a Parte 1 e a Parte 2 deste livro. Essa transformação no método não nega as formulações da Parte 1. Ela enriquece-as ao assimilá-las a uma ordem mais alta de conceitos. Ela, também, produz uma convergência em direção a uma posição ontológica e epistemológica análoga à sustentada por Marx. Essa convergência não é introduzida pelo senso de injúria moral que freqüentemente acomete os ingleses que se mudam para os Estados Unidos, nem é consequência de uma mudança de clima político que torna possível (e mesmo perceptível em alguns círculos) mergulhar no marxismo. Esses fatores são incidentais. Eles meramente ajudam a promover algo mais fundamental. E a explicação mais fundamental jaz na *necessidade* da transformação e consequente convergência, se os dilemas que surgem na Parte 1 devem ser resolvidos. Esses dilemas não surgem, naturalmente, do vazio. Eles decorrem de uma situação na qual os pensamentos e esforços intelectuais de inúmeras pessoas se foram devotando ao que era percebido como problemas urgentes e sérios. Os assuntos que predominaram nos anos 60 foram os da urbanização, ambiente e desenvolvimento econômico. Esses assuntos, evidentemente, não podiam ser olhados separadamente, e cada um deles pareceu demandar uma abordagem "interdisciplinar" caso se quisesse compreendê-los.

Piaget, em seu livro sobre *O Estruturalismo* conclui que "a busca de estruturas não pode senão resultar em coordenações interdisciplinares" (1970, 137). Prefiro, como resultado da experiência expressa neste livro, inverter a conclusão. Qualquer tentativa de criar uma teoria interdisciplinar a respeito de um fenômeno como o urbanismo tem por força que valer-se do método estruturalista operacional que Marx pratica e que Ollman e Piaget descreveram. Em outras palavras, e essa conclusão será rejeitada por muitos, o único método capaz de unir disciplinas, de tal modo que elas possam lidar com

assuntos, como urbanização, desenvolvimento econômico e ambiente é o fundado em uma versão convenientemente constituída de materialismo dialético tal como ele opera dentro de uma totalidade estruturada no sentido em que Marx a concebeu.

Sobre a natureza do urbanismo

A partir de uma série de estudos destinados a dizer alguma coisa sobre problemas urbanos, extraímos uma conclusão fundamental a respeito de método. A justificativa para tal conclusão reside na força inerente desse método de permitir introspecções importantes a respeito de problemas urbanos. Se o método não pudesse garantir tais introspecções então a conclusão, evidentemente, não seria boa. Devemos, por isso, formular a questão: que introspecções e revelações obtemos através do uso do método de Marx na investigação do fenômeno urbano?

Uma resposta preliminar a essa questão é tentada no Capítulo 6. Quero acentuar a palavra "preliminar" porque neste estágio não estou preparado para fundamentar a validade da conclusão a respeito do método na essência daquele ensaio. O único trabalho que posso invocar é o de Henri Lefebvre. Infelizmente, os ensaios deste volume estavam terminados antes que eu tivesse a oportunidade de ler, de Lefebvre, *O Pensamento Marxista e a Cidade* (1972) e *A Revolução Urbana* (1970). No primeiro desses trabalhos, Lefebvre examina o tratamento do urbanismo nas obras de Marx, enquanto no segundo tenta uma investigação do urbanismo contemporâneo, fazendo uso dos instrumentos de Marx. Há paralelos entre sua consideração e a minha, e há similaridades de conteúdo (que estão ressurgindo) e algumas diferenças em interpretação e ênfase (que estão mudando). O trabalho de Lefebvre é mais geral do que o meu, mas é também incompleto em alguns aspectos importantes. Não obstante, sinto-me mais confiante em apelar a ambos os trabalhos de Lefebvre e ao material coligido neste volume, para tentar formular algumas conclusões gerais a respeito da natureza do urbanismo.

Com que espécie de objeto ou entidade estamos lidando quando buscamos investigar o urbanismo? Não podemos responder que o urbanismo é uma "coisa" no sentido ordinário da palavra. A cidade, como forma criada, pode, é verdade, ser olhada como uma série de objetos arranjados de acordo com algum padrão no espaço. Mas, há poucos que argumentariam que as cidades são exatamente isso. A maioria dos autores parece concordar que a cidade deve ser olhada como uma totalidade que funciona, dentro da qual tudo se relaciona entre si. Várias estratégias têm sido propostas para lidar com essa

totalidade. Elas caem, em sua maioria, nas duas categorias, de associação atomística ou evolução emergente, que rejeitamos explicitamente. Um exemplo da primeira é a formulação de entropia de Wilson (1970), enquanto o misticismo espetacular projetado de Doxiadis (1968), é, sem dúvida, exemplo excelente da última. Modelos de sistemas tentam delinear a interação e a retroalimentação dentro de uma totalidade, mas por terem definido categorias e atividades fixas perdem flexibilidade para lidar com a estrutura fluida das relações sociais que existem na realidade. Eles podem ser usados para lidar com certos problemas limitados (o modelo ótimo de algum sistema de transporte, por exemplo), mas eles não podem ser usados para propósitos mais amplos: "otimizar a cidade" é uma frase sem sentido. Quando os modelos de sistema tentam tornar-se mais gerais, eles degeneram rapidamente, como no trabalho de Jay Forrester, num "misticismo de caixa negra". Diante dessa espécie de dificuldades, corto ar de desilusão, freqüentemente, se junta à ideia de examinar a cidade como totalidade. Há, conseqüentemente, uma tendência de refugiar-se em análises parciais, usualmente elaboradas com apoio em alguma matriz disciplinar. Muitos pesquisadores, depois de uma reverência ritual à noção de totalidade, que sustenta que as cidades não são apenas agregados estatísticos de coisas e atividades, rapidamente reduzem seus problemas (em nome da competência ou da boa vontade) a análises de coisas e atividades. As introspecções obtidas por tais pesquisas não devem ser desprezadas; de fato elas são matéria-prima inestimável a partir da qual podemos formar uma concepção de urbanismo. Mas, sua contribuição líquida é que aprendemos a lidar, como foi indicado no Capítulo 1, com "problemas na cidade mais do que da cidade".

O urbanismo deve ser considerado como uma série de relações sociais que refletem as relações estabelecidas por toda a sociedade como um todo. Posteriormente, essas relações devem expressar as leis pelas quais o fenômeno urbano é estruturado, regulado e construído. Temos, então, que considerar se o urbanismo é (1) uma estrutura separada com suas próprias leis de transformação e construção interna ou (2) a expressão de uma série de relações imersas em alguma estrutura mais ampla (tal como as relações sociais de produção). Se sustentarmos a primeira, então somos obrigados a identificar as leis de transformação interna do urbanismo e o processo semi-autônomo que o estrutura, assim como o parentesco que tem o urbanismo com outras estruturas na totalidade. Se tomamos o segundo ponto de vista, temos que estabelecer o processo através do qual o urbanismo decorre de outras estruturas.

Estas questões podem ser resolvidas através de um estudo da história, assim como de uma análise do urbanismo no mundo contemporâneo. A primeira revolução urbana assistiu à eclosão de uma estrutura autônoma e separada, que podemos designar como "urbana", a partir de uma série homogeneamente

organizada de relações sociais. A transformação da reciprocidade em redistribuição (examinada no Capítulo 6) envolveu a criação de uma série de relações sociais hierárquicas auto-sustentadas. Marx considerou isso como a cristalização da primeira grande luta de classes na forma do antagonismo entre a cidade e o campo. Não pode haver dúvida de que uma nova estrutura apareceu onde não havia antes estrutura. Essa estrutura tinha poderes limitados de transformação interna e auto-regulação. Desse ponto em diante, a cidade deve ser vista como entidade separada em relação a outras estruturas. Mas, que espécie de entidade era ela, e como funcionava? Ela nasceu à margem da contradição entre as relações sociais de produção e as forças produtivas. Inicialmente, ela funcionava como força política, ideológica e militar para manter um padrão particular nas relações sociais de produção (particularmente com respeito aos direitos de propriedade). A cidade tinha pouco ou nada a ver com a própria produção. Muitas das funções da cidade, durante esse período, devem ser categorizadas como superestruturais. As características definidas por Max Weber para as cidades ocidentais (uma fortificação; um mercado; uma corte própria e leis parcialmente autônomas; uma forma específica de associação, autonomia parcial e autocefalia) indicam essa qualidade superestrutural do primeiro urbanismo. Dizer que a função do urbanismo foi moldar uma superestrutura como suporte de um padrão particular de relações sociais de produção não é dizer que o urbanismo foi mero produto de forças da base econômica da sociedade. Se olharmos a superestrutura como contendo certas estruturas separadas e parcialmente autônomas, do modo sugerido por Godelier, então penso que chegamos a uma concepção razoável de urbanismo neste estágio de sua história.

Leifobere contrapõe esse primeiro estágio do urbanismo — a cidade política — a dois estágios posteriores — a cidade comercial e a cidade industrial. A transformação da cidade política em cidade comercial pode ser interpretada como transformação interna do urbanismo em si mesmo. A cidade ainda funcionou como força política, ideológica e militar mas, parcialmente como resultado da ampliação das necessidades das populações urbanas, a cidade também tinha que expandir sua função comercial. Assim, a cidade transformou-se, assumindo o papel de intermediária entre áreas de oferta e demanda de um espaço efetivo ampliado. Esse papel tinha estado sempre presente, mas na era mercantil ele expandiu-se para dominar os outros papéis. A transformação urbana que ocorreu com a revolução industrial não pode ser interpretada como transformação interna. A nova forma de urbanismo surgiu, geralmente, fora das cidades mais antigas, e subseqüentemente veio a absorver as funções tradicionais mais antigas da cidade política e comercial. Fundamental para essa forma de urbanismo foi a reorganização das forças de produção obterem a vantagem da mecanização, mudança tecnológica e

economias de escala na produção. O urbanismo tornou-se tão importante para a organização das forças de produção como tinha sido previamente a respeito das relações sociais de produção.

É na interpretação do urbanismo contemporâneo que Lefebvre busca descobrir novo caminho. Ele nota que o objeto da investigação de Marx era a sociedade industrial, seu modo de organização e as relações sociais que expressava. Marx interpretou a história em termos das relações passadas que foram fundamentais para a emergência do capitalismo industrial. O urbanismo, como foco de interesse, diminui de importância na medida em que Marx se aproxima cada vez mais de seu objeto de investigação (compare-se *A Ideologia Alemã* do princípio com, posteriormente, *O Capital*) e, onde o urbanismo é considerado, é tratado à luz de sua contribuição para preparar o caminho para o capitalismo industrial. Lefebvre faz uso do método tradicional marxista de construção por negação e inversão; ele busca interpretar a sociedade industrial como precursora do que chama a "revolução urbana": "quando usamos a expressão 'revolução urbana' designamos o conjunto total de transformações que ocorrem em toda a sociedade contemporânea, e que servem para caracterizar a mudança de um período em que as questões de crescimento econômico e industrialização predominam, para o período em que a problemática urbana se torna decisiva, quando a pesquisa de soluções e formas apropriadas à sociedade urbana toma a dianteira (...). A problemática urbana impõe-se em ampla escala mundial. Podem as realidades do urbanismo ser definidas como algo superestrutural, na superfície da base econômica quer capitalista ou socialista? Ou como simples resultado do crescimento econômico e do poder crescente das forças de produção, como modesta elaboração marginal das relações sociais de produção? Não. A realidade do urbanismo modifica as relações de produção sem ser suficiente para transformá-las. O urbanismo torna-se força na produção, do mesmo modo que a ciência. O espaço e a organização política do espaço expressam relações sociais, mas também reagem de volta sobre elas" (1970, 13,25).

Lefebvre desenvolve, então, sua tese principal. A sociedade industrial é vista não como um fim em si mesma, mas como estágio preparatório para o urbanismo. A industrialização, argumenta, pode somente encontrar seu objetivo na urbanização; e a urbanização está agora chegando a dominar a organização e a produção industrial. A industrialização, anteriormente produtora do urbanismo, está agora sendo produzida por ele. Essa subordinação da sociedade industrial à sociedade urbana enseja certas mudanças posteriores que, em turno, contém a semente do conflito posterior. Lefebvre argumenta que assim que o mundo inteiro se torna urbanizado ocorre um contra-movimento interior ao processo de urbanização que conduz a uma maior diferenciação interna através da criação de "habitats" locais específicos (1970,

1975). E nesse nível local que novas e específicas condições de urbanismo começam a emergir para compensar a homogeneidade obtida na escala global.

Algumas das matérias reunidas neste volume podem ser usadas para sustentar a tese de Lefebvre, enquanto outras a contradizem. Há, naturalmente, certos pontos de partida comuns. Ambos aceitamos a mesma concepção de totalidade como relação interna. Ambos aceitamos que o urbanismo deve ser entendido como entidade auto-suficiente que expressa e modela as relações com outras estruturas na totalidade. Nenhum de nós considera o urbanismo como algo decorrente simplesmente de outras estruturas. Lefebvre, também, tenta incorporar conceitos adequados de espaço em sua análise. Ele nota o conflito entre a dialética do processo social e a geometria estática da forma espacial e chega à conceituação do tema processo social-forma espacial que não é diferente da que contém a análise neste livro. O urbanismo, na medida em que possui suas próprias leis de transformação é, pelo menos, parcialmente construído de princípios básicos de organização espacial. O papel específico que o espaço desempenha, tanto na organização da produção como na padronização das relações sociais está conseqüentemente, expresso na estrutura urbana. Mas, o urbanismo não é *meramente* uma estrutura decorrente de uma lógica espacial. Ele está ligado a ideologias específicas (imagem urbana *versus* rural, por exemplo) e, por isso, tem certa função autônoma em moldar o modo de vida de um povo. É a estrutura urbana, uma vez criada, afeta o desenvolvimento futuro das relações sociais e a organização da produção. Gosto, por isso, da analogia de Lefebvre entre o urbanismo e o conhecimento científico. Ambos possuem estruturas específicas com sua própria dinâmica interna. Ambos podem alterar a estrutura da base econômica, em caso de necessidade, de maneira fundamental. Além disso, ambos são canalizados e restringidos pelas forças e influências que emanam da base econômica, e por último devem ser relacionadas à produção e reprodução da existência material caso devam ser entendidas.

A cidade como forma edificada e o urbanismo como modo de vida têm que ser considerados separadamente entre si porque eles se separaram na realidade. O que foram uma vez conceitos sinônimos não são mais. Podemos ver o início dessa separação em épocas passadas, mas é somente com a industrialização e a penetração do mercado de troca em todos os setores e áreas que o antagonismo entre a cidade e o campo foi finalmente vencido. A cidade, o subúrbio e a área rural estão agora incorporando ao processo urbano. A urbanização do campo não é completa, naturalmente, e nossa resposta à tese de Lefebvre dependerá em parte de se estamos pensando na Colômbia, na China, na França, nos Estados Unidos ou em qualquer outra parte. Mas, assim que os velhos antagonismos entre a cidade e o campo passam a desenpenhar um papel muito reduzido, novos antagonismos emergem no coração do próprio processo de

urbanização. Ao nível global há conflito entre os centros metropolitanos do mundo e as nações subdesenvolvidas (veja Capítulo 6). Ao nível local vemos a consequência dos problemas rurais na cidade — nos Estados Unidos as migrações de negros do campo, e brancos dos Apalaches para o interior das áreas urbanas; em grande parte do Terceiro Mundo o abandono de áreas rurais por grande número de pessoas que formam um instável "lumpem proletariado" (como Fanon os chama), geralmente em residências faveladas nas margens das grandes cidades. A pobreza urbana é, na maior parte dos casos, pobreza rural reorganizada dentro do sistema urbano. É nesse sentido que devemos aceitar o ponto de vista de Lefebvre de que a urbanização do campo implica numa ruralização subsidiária da cidade.

Novos antagonismos também emergem com a mudança de escala e densidade da organização urbana. Torna-se cada vez mais difícil manter a distinção entre o público e o privado, particularmente através da operação daquelas exteriorizações discutidas em detalhe no Capítulo 2. Concepções tradicionais de direitos de propriedade não parecem mais adequadas e devem ser suplementadas pela criação de direitos coletivos de propriedade através da organização política do espaço. O antagonismo entre a cidade e o subúrbio emerge como tema maior na política americana (outra vez, veja Capítulo 2). A dificuldade de distinguir entre o público e o privado (decorrente da forma urbana da organização espacial) estabelece a necessidade de maior participação governamental. Um antigo modo de integração econômica — a redistribuição — é remodelado para passar por nova série de circunstâncias. Na medida que o governo é potencialmente suscetível ao controle democrático, as relações sociais que governam a produção e a distribuição permanecem, fundamentalmente, reestruturadas (como, por exemplo, em sociedades do Estado do bem-estar). E na medida em que essas novas relações estão em conflito com os requisitos organizacionais da produção, um antigo antagonismo é reforçado. Todos esses antagonismos (e muitos outros) são parcialmente estruturados através do processo de urbanização.

Isso implica, também, em que o urbanismo está se tornando menos homogêneo. As estruturas crescem e proliferam dentro do processo urbano. O valor de troca reduziu tudo a um denominador comum (veja Capítulo 5), mas outros critérios mais sutis emergiram para estruturar os diferenciais urbanos. Como argumenta Lefebvre a sociedade industrial homogênea e a sociedade urbana diferenciada (1970, 169). As forças poderosas que trabalham em direção à heterogeneidade cultural e à diferenciação territorial no sistema urbano foram objeto de análise detalhada no Capítulo 2. A noção de "homem unidimensional" (Marcuse) vivendo em um "reino urbano não localizado" (Melvin Webber) foi explicitamente rejeitada naquele capítulo, e nisto estou de inteiro acordo com Lefebvre.

Um elemento significativo neste processo geral de diferenciação é que o *espaço criado* substitui o *espaço efetivo* como princípio dominante de organização geográfica. Na sociedade pré-industrial as diferenças naturais de utilidade de recursos e de ambientes naturais formavam a base da diferenciação geográfica. O espaço efetivo foi criado na diferenciação ecológica pela disposição dos fluxos de bens e serviços de áreas de oferta para áreas de demanda — fluxos que permitiram a acumulação de excedente em áreas urbanas. Estilos de vida regionais e locais podiam florescer e a paisagem foi moldada em relações simbióticas sutis entre as atividades sociais e a natureza orgânica. A industrialização teve o poder de alterar tudo isso. A urbanização do campo implica na eliminação de estilos de vida regionais através das forças do mercado mundial. Os produtos e objetos úteis para consumo e uso tornam-se mais padronizados, mais numerosos e menos vinculados à base local. E os então vibrantes estilos de vida das diversas regiões geográficas, junto com as paisagens específicas que eles tinham formado, foram transformados em algo preservado do passado para uso turístico. Nessa dimensão, vemos uniformidade crescente. Além disso, o sistema urbano deve, também, ser visto, ao modo do Capítulo 2, como um sistema de recursos gigantesco feito pelo homem, "de significação econômica, social, psicológico e simbólico". O crescimento desse sistema de recursos feito pelo homem envolve a estruturação e diferenciação do espaço através da distribuição de investimentos fixos de capital. Uma nova estrutura espacial foi criada e algumas das velhas linhas de diferenciação regional são revividas para acentuar a estrutura (exemplo recente é o revivalismo de políticas étnicas nas cidades dos Estados Unidos destinadas a confrontar temas de crescimento urbano e mudança). A estruturação do espaço torna-se cada vez mais importante na medida em que os investimentos de capital fixo se tornam mais importantes para o processo de vida. Para colocar isso na terminologia de Marx, o espaço criado passa a dominar o espaço efetivo como consequência da mudança da composição orgânica do capital.

Mas, o espaço é criado à imagem de quem? Já vimos que a organização do espaço pode refletir e afetar as relações sociais. Mas, o espaço criado tem significado mais profundo do que apenas isso. Na cidade antiga, a organização do espaço foi recriação simbólica de uma suposta ordem cósmica. Ela teve um propósito ideológico. O espaço criado na cidade moderna tem um propósito ideológico equivalente. Em parte, ele reflete a ideologia prevalecente dos grupos e instituições dominantes na sociedade. Em parte, ele é moldado pela dinâmica das forças de mercado que podem, facilmente, produzir resultados que ninguém, em particular, deseja (veja o Capítulo 5). O espaço criado é "domínio étnico" apenas num sentido bastante limitado (veja Capítulo 1). Além disso, o espaço criado é parte integral de um intrincado processo indicativo que dá direção e significado à vida diária dentro da cultura urbana. Os signos,

símbolos e sinais que nos cercam no ambiente urbano são influências poderosas (particularmente entre os jovens). Moldamos nossa sensibilidade, extraímos nosso sentido de desejos e necessidades, e localizamos nossas aspirações a respeito de um ambiente geográfico que é em grande parte criado. É provável que nossa cultura, concebida como um domínio ético, emane do espaço criado mais do que tem êxito em criar espaço. A alienação, frequentemente manifesta da cultura e uma repulsa à imagem da cidade, em parte decorre de um profundo alheamento. Nem a atividade de criação do espaço nem o produto final do espaço criado parecem estar sob nosso controle individual ou coletivo, mas é moldado por forças estranhas a nós. Sabemos como reter, quer na realidade ou na mente, as implicações do espaço criado. Por exemplo, ainda tendemos a analisar o fenômeno urbano como se o espaço efetivo (em grande parte entendido como eficiência de movimento) fosse o único conceito apropriado.

Quase tudo que foi bastante discutido é consistente com a tese de Lefebvre. Então, em que residem as diferenças? Lefebvre assegura que o urbanismo domina agora a sociedade industrial. Ele chega a essa posição através da construção pela negação. O uso de tal artifício dialético fornece uma hipótese. Ela não constitui uma prova. E não acredito que a hipótese possa a esta altura da história ser provada.

O urbanismo possui uma estrutura separada — ele pode ser concebido como entidade à parte — com dinâmica própria. Mas, essa dinâmica é medida através da interação e contradição com outras estruturas. Dizer que o urbanismo domina agora a sociedade industrial é dizer que as contradições entre o urbanismo como estrutura em processo de transformação e a dinâmica interna da antiga sociedade industrial são resolvidas, geralmente, em favor do primeiro. Não acredito que essa pretensão seja realista. Em certos aspectos importantes e cruciais, a sociedade industrial e as estruturas que a contém continuam a dominar o urbanismo. Há três argumentos em que este é o caso.

(i) A mudança da composição orgânica do capital e o volume crescente de investimento de capital fixo que ela enseja é produto da dinâmica interna do capitalismo industrial, e não pode ser interpretada como resposta ao processo de urbanização. O espaço criado é moldado através do desenvolvimento dos investimentos de capital fixo. É o capitalismo industrial que está criando espaço para nós — daí o sentido frequentemente expresso de alienação a respeito do espaço criado. O processo de urbanização, é verdade, exerce certas pressões sobre o capitalismo industrial — uma série de investimentos requerem outra série para complementá-lo. Mas, a dinâmica do processo é controlada e restringida pelos processos que governam o capitalismo industrial, e não pelos que governam a evolução do urbanismo como estrutura separada.

(ii) A criação de necessidade e a manutenção de demanda efetiva são produ-

zidas através dos processos que governam a evolução do capitalismo industrial. A urbanização fornece a oportunidade para o capital industrial dispor dos produtos que cria. Nesse sentido, o processo de urbanização está, ainda, sendo impulsionado pelos requisitos do capitalismo industrial. A urbanização cria novos desejos e necessidades, novas sensibilidades e aspirações, e na medida em que estas adquirem desenvolvimento autônomo o urbanismo pressiona o capitalismo industrial. Mas, os limites de resposta e a taxa de evolução são governados pelas condições relacionadas ao capitalismo industrial mais do que ao urbanismo.

(iii) A produção, apropriação e circulação de mais-valia não se tornaram subordinadas à dinâmica interna do urbanismo, mas continuam a ser reguladas pelas condições derivadas da sociedade industrial. No Capítulo 6 a relação entre o urbanismo e a circulação de mais-valia é explorada. O urbanismo é visto ali como produto da circulação de mais-valia. Esse é um assunto crítico e importante, e é, provavelmente, a mais importante fonte de desacordo entre Lefebvre e eu. Considero os canais através dos quais a mais-valia circula como as artérias através das quais fluem todas as relações e interações que definem a totalidade da sociedade. Compreender a circulação de mais-valia é de fato entender o modo pelo qual a sociedade opera. Infelizmente, não possuímos a espécie de introspecção da estrutura dessa circulação para fazer proposições definitivas sobre ela. É a este respeito que o Capítulo 6 é incompleto e apenas preliminar em suas formulações. Seria preciso um trabalho de pelo menos a magnitude e a introspecção de *O Capital*, de Marx, para desobscurecer todas as complexidades. Lefebvre faz uma distinção simples, mas bastante útil entre dois circuitos na circulação de mais-valia. O primeiro circuito surge da atividade industrial, e envolve a simples conversão das matérias e forças que existem naturalmente em objetos e poderes de utilidade humana. O segundo circuito envolve a criação e extração de mais-valia a partir da especulação sobre direitos de propriedade (de todas as espécies) e dos retornos obtidos do dispêndio de investimentos de capital fixo. Lefebvre argumenta: "Visto que a proporção de mais-valia global formada e realizada na indústria declina, a proporção realizada em especulação, em construção e pelo desenvolvimento do Estado, cresce. O circuito secundário chega a suplantar o circuito principal" (1970, 212). Essa divergência requer alguma consideração. O circuito secundário tem algumas características complicadas. As quantidades crescentes de investimento de capital fixo (resultante da mudança da composição orgânica do capital) são, como Marx definiu, "trabalho morto". Trazer esse capital fixo à vida requer que o trabalho vivo o coloque em movimento, e que um valor de uso seja encontrado (agora ou no futuro) para os produtos ou serviços que ele produz. É difícil assegurar que o último requisito seja alcançado. Consequentemente, há um problema capital de crescente e difícil avaliação, bloque-

ando a sociedade industrial. A atividade especulativa surge desse problema de avaliação e o sustenta. A atividade especulativa tem crescido na proporção do crescimento do investimento de capital fixo e desde que o urbanismo e o circuito do capital especulativo fossem inteiramente relacionados entre si. A relevância dessa ideia é demonstrada nos Capítulos 2 e 5 neste livro. Mas, é prematuro arguir que o segundo circuito substituiu o primeiro. Os dois circuitos são fundamentais entre si, mas o que se baseia no capitalismo industrial ainda domina. Pressões geradas no segundo circuito ameaçam a estabilidade do primeiro porque agora parece que o segundo circuito está muito mais propenso à crise do que o primeiro, embora a contradição entre os dois circuitos seja constante fonte de tensão.

A circulação de mais-valia na sociedade é um tópico complexo que requer entendimento muito melhor para auxiliar-nos a lidar com a dinâmica da urbanização. Não é tópico menor para pesquisa em sociedades socialistas porque, como foi indicado no Capítulo 6, o conceito de mais-valia não desaparece — ele meramente muda sua forma.

Então, onde ficamos a respeito da tese de Lefebvre? Dizer que a tese não é verdadeira nesta conjuntura da história não é dizer que não esteja em processo de tornar-se verdadeira ou que não possa tornar-se verdadeira no futuro. A evidência sugere que as forças de urbanização estão emergindo fortemente e se movendo para dominar o cenário central da história mundial. A urbanização tornou-se global como objetivo. A urbanização do campo está ocorrendo depressa. O espaço criado está substituindo o espaço efetivo. A diferenciação interna dentro do processo de urbanização é fortemente evidente como é a mudança de organização política do espaço que é paralela a essa diferenciação. Em todos esses aspectos Lefebvre está descrevendo algumas tendências dominantes. Lefebvre pode, também, ser interpretado como apresentando uma hipótese relativa às possibilidades imanentes ao presente. Muitas coisas hipotéticas e utópicas têm sido escritas sobre a cidade em toda sua história. Temos agora a oportunidade de tornar vivas muitas dessas coisas supostas e podemos agarrar as possibilidades presentes. Temos a oportunidade de criar espaço, de fortalecer criativamente as forças que trabalham para a diferenciação urbana. Mas, para agarrar essas oportunidades temos que defrontar as forças que criam cidades como ambientes estranhos, que impulsionam a urbanização em direções estranhas a novos propósitos individuais ou coletivos.

Para enfrentar essas forças temos primeiro que compreendê-las. A velha estrutura do capitalismo industrial, então uma força de mudança revolucionária na sociedade, aparece agora como obstáculo. A concentração crescente de investimento de capital fixo, a criação de novas necessidades e demais efetivas, e um padrão de circulação de mais-valia que se apóia na apropriação e explora-

ção, tudo emana da dinâmica interna do capitalismo industrial. Os padrões de circulação de mais-valia estão mudando, mas eles não alteraram o fato de que as cidades — essas “oficinas de civilização” — estão fundadas na exploração de muitos por uns poucos. Um urbanismo genuinamente humano ainda está por surgir. Cabe à teoria revolucionária mudar o caminho de um urbanismo baseado na exploração para um urbanismo apropriado à espécie humana. Cabe à prática revolucionária desempenhar tal transformação.

Bibliografia

- Adams, R. McC. (1966) *The Evolution of Urban Society*, Chicago.
- Alker, H. (1969) "A Typology of Ecological Fallacies" in Dogan, M. e Rokan, S., editores, *Quantitative Ecological Analysis in the Social Sciences*, Cambridge, Massachusetts.
- Alonso, W. (1964) *Location and Land Use*, Cambridge, Massachusetts.
- Alonso, W. (1967) "A Reformulation of Classical Location Theory and its Relation to Rent Theory" in *Papers of the Regional Science Association*, n.º 19, pp. 23-44.
- Althusser, L. (1959) *For Marx*, Londres.
- Althusser, L. (e) Balibar, E. (1970) *Reading Capital*, Londres.
- Aristoteles, *Ethics*, tradução de J.A.K. Thompson (1955) edição Penguin, Harmondsworth, Middlesex.
- Arrow, K. (1963) *Social Choice and Individual Values*, Nova Iorque.
- Bachrach, P. (1969) "A Power Analysis: the Shaping of Antipoverty Policy in Baltimore" in *Public Policy*, n.º 18, pp. 155-86.
- Baran, P. (e) Sweezy, P. (1968) *Monopoly Capital*, Nova Iorque.
- Barbour, V. (1950) "Studies in the Development of Capitalism in Amsterdam in the Seventeenth Century" in *Johns Hopkins Studies in Historical and Political Science*, n.º 67.
- Beckmann, M.J. (1969) "On the Distribution of Urban Rent and Residential Density" in *Journal of Economic Theory*, n.º 1, pp. 60-67.
- Bergmann, M.J. (1969) *Logic and Reality*, Madison, Wisconsin.
- Bernal, J.D. (1971) *Science in History*, 4 volumes, Cambridge, Massachusetts.
- Berry, B.J.L. (1967) *The Geography of Market Centres and Retail Distribution*, Englewood Cliffs, Nova Jersey.
- Berry, B.J.L. (e) Horton, F. (1970) *Geographic Perspectives on Urban Systems*, Englewood Cliffs, Nova Jersey.
- Bloch, M. (1961) *Feudal Society*, tradução de L. Manyon, Londres.
- Boris, G.H. (e) Stein, J.L. (1964) *Economic Growth in a Free Market*, Nova Iorque.
- Boudville, J.R. (1956) *Problems of Regional Economic Planning*, Edinburgh.
- Briggs, A. (1963) *Victorian Cities*, Londres.
- Buchanan, J.M. (1968 a) *The Demand and Supply of Public Goods*, Nova Iorque.
- Buchanan, J.M. (1968 b) "What kind of Redistribution do we Want?" in *Economics*, n.º 35, pp. 185-90.
- Buchanan, J.M. (e) Tullock, G. (1965) *The Calculus of Consent*, Ann Arbor, Michigan.
- Burgess, E.W. (1926) *The Urban Community*, Chicago.
- Buttimer, A. (1969) "Social Space in Interdisciplinary Perspective" in *Geographical Review*, n.º 39, 417-26.
- Bye, C.R. (1940) *Developments and Issues in the Theory of Rent*, Nova Iorque.

- Carnap, R. (1958) *An Introduction to Symbolic Logic*, Nova Iorque.
- Cassirer, E. (1944) *An Essay on Man*, Nova Haven, Connecticut.
- Cassirer, E. (1955-7) *The Philosophy of Symbolic Forms*, 3 volumes, Nova Haven, Connecticut.
- Castells, M. (1970) "Structures Sociales et Processus d'Urbanisation" in *Annales, Economie, Sociétés, Civilisation*, n.º 25, pp. 1155-99.
- Chamberlin, F.H. (1933) *The Theory of Monopolistic Competition*, Cambridge, Massachusetts.
- Childe, V.G. (1942) *What Happened in History*, Harmondsworth, Middlesex.
- Chinitz, B. (1958) "Contrasts in Agglomeration: New York and Pittsburgh" in *American Economic Review*, n.º 51, pp. 279-89.
- Clawson, M. (1969) "Open (Uncovered) Space as a New Urban Resource" in Perloff, H., editor, *The Quality of Urban Environment*, Baltimore.
- Cliff, A. (e) Ord, K. (1969) "The Problem of Autocorrelation" in Scott, A., editor *Studies in Regional Science*, Londres.
- Committee of Concerned Asian Scholars (1972) *China: Inside the People's Republic*, Nova Iorque.
- Coombs, C.H. (1946) *A Theory of Data*, Nova Iorque.
- Dacey, M.F. (1963) "Some Observations on a Two-Dimensional Language" in Department of Geography, North-Western University, *Technical Report*, N.º 7, ONR Task n.º 389-142, Evanston, Illinois.
- Dart, F.E. (e) Pradhan, L. (1967) "Cross-Cultural Teaching of Science" in *Science*, n.º 155, pp. 649-56.
- Darwent, D. (1969) "Growth Poles and Growth Centres in Regional Planning — a Review" in *Environment and Planning*, n.º 1, 5-32.
- Davies, B. (1968) *Social Needs and Resources in Local Services*, Londres.
- Davis, O.A. (e) Whinston, A. (1962) "Externalities, Welfare, and the Theory of Games" in *Journal of Political Economy*, n.º 70, pp. 241-62.
- Davis, O.A. (e) Whinston, A. (1964) "The Economics of Complex Systems: the Case of Municipal Zoning" in *Kyklos*, n.º 27, 419-46.
- Denike, K.G. (e) Parr, J.B. (1970) "Production in Space, Spatial Competition, and Restricted Entry" in *Journal of Regional Science*, n.º 10, pp. 49-64.
- Dobb, M. (1963) *Studies in the Development of Capitalism*, Nova Iorque.
- Dostoevsky, K. (1956) *Esthetics*, Nova Iorque.
- Downs, A. (1970) *Urban Problems and Prospects*, Chicago.
- Duhl, L.J. (1963) "The Human Measure: Man and Family in Megalopolis" in Wingo, L., editor, *Cities and Space: the Future Use of Urban Land*, Baltimore.
- Emmanuel, A. (1972) *Unequal Exchange*, Nova Iorque.
- Engels, F. (1962) *The Condition of the Working Class in England in 1844*, Londres.
- Engels, F. (1955) *The Housing Question*, Nova Iorque.
- Fanon, F. (1967) *The Wretched of the Earth*, Harmondsworth, Middlesex.
- Fishburn, P.C. (1964) *Decision and Value Theory*, Nova Iorque.
- Fisher, F.J. (1935) "The Development of the London Food Market" in *Economic History Review*, n.º 3, pp. 46-64.
- Frank, A.G. (1969) *Capitalism and Underdevelopment in Latin America*, Nova Iorque.
- Fried, M. (1967) *The Evolution of Political Society*, Nova Iorque.
- Friedmann, J. (1966) *Regional Development Policy: a Case Study of Venezuela*, Cambridge, Massachusetts.
- Friedmann, J. (1969 a) *A General Theory of Polarized Development*, mimeo, School of Architecture and Urban Planning, University College of Los Angeles.
- Friedmann, J. (1969 b) "The Roles of Cities in National Development" in *American Behavioral Scientist*, n.º 22, (5), pp. 13-21.
- Gaffney, M. (1961) "Land and Rent in Welfare Economics" in Ackerman, J., Clawson, M. (e) Harris, M., editors, *Symposium on Land Economics Research*, Washington, D.C.
- Gaffney, M. (1969) "Land Rent, Taxation and Public Policy" in *Papers of the Regional Science Association*, n.º 23, pp. 141-53.
- Gaffney, M., (s.d) "Releasing Land to Serve Demand via Fiscal Desegregation" in Clawson, M., editor, *Modernizing Urban Land Policy*, Washington, D.C.
- Gans, H.J. (1970) *People and Plans*, Nova Iorque.
- Gans, H.J. (1969) "Planning for People not Buildings" in *Environment and Planning*, n.º 1, pp. 33-36.
- Geisler, M. (1972) "Structure and Contradictions in Capital" in Blackburn, R., editor, *Ideology in Social Science*, Londres.
- Gramsci, A. (1971) *Selections from the Prison Notebooks*, Londres.
- Granger, C.W. (1969) "Spatial Data and Time-Series Analysis" in Scott, A., editor, *Studies in Regional Science*, Londres.
- Grieco, W.C., Rosenberg, L., Stegman, M. (e) Taylor, J. (1971) *Housing and Poverty*, Institute for Environmental Studies, University of Pennsylvania, Philadelphia.
- Gutkind, F.A. (1956) "Our World from the Air: Conflict and Adaptation" in Thomas, W.L., editor, *Man's Role in Changing the Face of the Earth*, Chicago.
- Hall, E.T. (1966) *The Hidden Dimension*, Garden City, Nova Iorque.
- Hall, J.W. (1962) "Feudalism in Japan" in *Comparative Studies in Society and History*, n.º 5, (1), pp. 1-30.
- Hallward, A.I. (1955) *Culture and Experience*, Philadelphia.
- Harcourt, G.C. (1972) *Some Cambridge Controversies in the Theory of Capital*, Cambridge.
- Harcourt, G.C. (e) Laing, N.F. (1971) *Capital and Growth*, Harmondsworth, Middlesex.
- Harris, B. (1968) "Quantitative Models of Urban Development: their Role in Metropolitan Policy Making" in Perloff, H. (e) Wingo, L., editors, *Issues in Urban Economics*, Baltimore.
- Harvey, D. (1969) *Explanation in Geography*, Londres.
- Hawley, A. (1930) *Human Ecology*, Nova Iorque.
- Hegel, F.W. (1967) *The Phenomenology of Mind*, Nova Iorque.
- Herbert, J. (e) Stevens, B. (1960) "A Model for the Distribution of Residential Activities in Urban Areas" in *Journal of Regional Science*, n.º 2, pp. 21-36.
- Hicks, J.R. (1914) "the Rehabilitation of Consumers' Surplus" in *Review of Economic Studies*, n.º 8, pp. 108-16.
- Hobbes, T. (1651) *Leviathan*, Penguin (1968) Harmondsworth, Middlesex.
- Hoch, J. (1969) "The Three-Dimensional City: Contained Urban Space" in Perloff, H., editor, *The Quality of Urban Environment*, Baltimore.
- Hoover, E.M. (1968) "The Evolving Form and Organization of the Metropolis" in Perloff, H. (e) Wingo, L., editors, *Issues in Urban Economics*, Baltimore.
- Hoselitz, B.F. (1960) *Sociological Aspects of Economic Growth*, Nova Iorque.
- Huberman, L. (e) Sweeney, P. (1969) *Socialism in Cuba*, Nova Iorque.
- Hunt, E.K. (e) Schwartz, J.G., editors (1972) *A Critique of Economic Theory*, Harmondsworth, Middlesex.
- Hurd, R.M. (1903) *Principles of City Land Values*, The Record and Guide, Nova Iorque.
- Isard, W. (1956) *Location and Space Economy*, Nova Iorque.
- Isard, W., Smith, R.E. et al. (1969) *General Theory: Social, Political, Economic and Regional*, Cambridge, Massachusetts.
- Jacobs, J. (1961) *The Death and Life of Great American Cities*, Nova Iorque.

- Jacobs, J. (1969) *The Economy of cities*, Nova Iorque.
- Jevons, W.S. (1871) *The Theory of Political Economy*, Penguin (1970), Harmondsworth, Middlesex.
- Johnson, E.A.J. (1970) *The Organization of Space in Developing Countries*, Cambridge, Massachusetts.
- Johnson, H.G. (1971) "The Keynesian Revolution and Monetarist Counter-revolution" in *American Economic Review*, n° 16, (2), pp. 1-14.
- Journé, B. de (1951) *The Ethics of Redistribution*, Cambridge.
- Kain, J.F. (1968) "The Distribution and Movement of Jobs and Industry" in Wilson, J.Q., editor, *The Metropolitan Enigma*, Cambridge, Massachusetts.
- Keene, J.C. (e) Strong, A.L. (1970) "The Brandywine Plan" in *Journal of the American Institute of Planners*, n° 36, pp. 50-64.
- Keiper, J.S. (e) Kurnow, E., Clark, C.D. (e) Segal, H.H. (1961) *Theory and Measurement of Rent*, Philadelphia.
- Keller, S. (1969) *The Urban Neighbourhood: a Sociological Perspective*, Nova Iorque.
- Kerner Commission (1968) *Report of the National Advisory Commission on Civil Disorders*, Government Printing Office, Washington.
- Keys, L.C. (1969) *The Rehabilitation Planning Game*, Cambridge, Massachusetts.
- Kirwan, R.M. (e) Martin, D.B. (1971) "Some Notes on Housing Market Models for Urban Planning" in *Environment and Planning*, n° 3, pp. 243-52.
- Kluckhohn, C. (1954) "Culture and Behavior" in Lindzey, G., editor, *Handbook of Social Psychology*, Volume 2, Nova Iorque.
- Kotler, M. (1969) *Neighborhood Government: the Local Foundations of Political Life*, Indianapolis.
- Kuhn, T.S. (1962) *The Structure of Scientific Revolutions*, Chicago.
- Langer, S. (1912) *Philosophy in a New Key*, Cambridge, Massachusetts.
- Langer, S. (1913) *Feeling and Form: a Theory of Art*, Nova Iorque.
- Lave, L. (1970) "Congestion and Urban Location" in *Papers of the Regional Science Association*, n° 25, pp. 133-52.
- Lee, T.R. (1968) "Urban Neighbourhood as a Socio-Spatial Schema" in *Human Relations*, n° 21, pp. 241-67.
- Lefebvre, H. (1970) *La Révolution Urbaine*, Paris.
- Lefebvre, H. (1972) *La Pensée Marxiste et la Ville*, Paris.
- Leibnitz, G.W. (1984) *Philosophical Writings*, Dent, Londres.
- Leven, C. (1968) "Towards a Theory of the City" in G. Hemmens, editor, *Urban Development Models*, National Academy of Sciences, Highway Research Board, *Special Report*, n° 97, Washington, D.C.
- Lévi-Strauss, C. (1963) *Structural Anthropology*, Nova Iorque.
- Lévi-Strauss, C. (1966) *The Savage Mind*, Chicago.
- Liebenstein, H. (1966) "Allocative Efficiency versus X-Efficiency" in *American Economic Review*, n° 61, pp. 392-415.
- Lopez, R.S. (1952) "The Trade of Medieval Europe: the South" in Postan, M. (e) Rich, E.E., editors, *The Cambridge Economic History of Europe*, Volume 2, Cambridge.
- Lorenz, K. (1966) *On Aggression*, Nova Iorque.
- Losch, A. (1954) *The Economics of Location*, Nova Haven, Connecticut.
- Lowenthal, D. (e) Prince, H. (1964) "The English Landscape" in *Geographical Review*, n° 54, pp. 304-46.
- Lowry, I. (1960) "Filtering and Housing Standards" in *Land Economics*, n° 36, pp. 362-70.
- Lowry, I. (1965) "A Short Course in Model Design" in *Journal of the American Institute of Planners*, n° 31, pp. 158-166.
- Luce, R.D. (e) Raiffa, H. (1957) *Games and Decisions*, Nova Iorque.
- Lukas, G. (1971) *Lenin*, Londres.
- Luxemburg, R. (1951) *The Accumulation of Capital*, Londres.
- Lynch, K. (1960) *The Image of the City*, Cambridge, Massachusetts.
- McFarlane Smith, L.D. (1964) *Spatial Ability*, Nova Iorque.
- Makielski, S.J. (1966) *The Politics of Zoning*, Nova Iorque.
- Mao Tse-Tung (1966) *Four Essays on Philosophy*, Peking.
- Marcuse, H. (1964) *One Dimensional Man*, Londres.
- Margolis, J. (1965) *The Public Economy of Urban Communities*, Washington.
- Margolis, J. (1968) "The Demand for Urban Public Services" in Perloff, H. (e) Wingo, L., editors, *Issues in Urban Economics*, Baltimore.
- Marx, K. (1963) *The Poverty of Philosophy*, International Publishers Edition, Nova Iorque.
- Marx, K. (1964) *The Economic and Philosophic Manuscripts of 1844*, International Publishers Edition, Nova Iorque.
- Marx, K. (1970) *A Contribution to the Critique of Political Economy*, International Publishers Edition, Nova Iorque.
- Marx, K. (1984) *Pre-Capitalist Economic Formations*, International Publishers Edition, Nova Iorque.
- Marx, K. (1967) *Capital*, 3 Volumes, International Publishers Edition, Nova Iorque.
- Marx, K. (1967-8, 1973) *Theories of Surplus Value*, Parte 1, 2 e 3, Progress Publishers Edition, Moscow.
- Marx, K. (1971) *The Grundrisse*, tradução e edição de D. McLellan, London Macmillan Press, Londres.
- Marx, K. (e) Engels, F. (1952) *Manifesto of the Communist Party*, Progress Publishers Edition, Moscow.
- Marx, K. (e) Engels, F. (1970) *The German Ideology*, International Publishers Edition, Nova Iorque.
- Marx, K. (e) Engels, F. (1955) *Selected Correspondence*, Progress Publishers Edition, Moscow.
- Martick, P. (1969) *Marx and Keynes*, Londres.
- Mejaron, I. (1970) *Marx's Theory of Alienation*, Londres.
- Meyer, J.R. (1968) "Urban Transportation" in Wilson, J.Q., editor, *The Metropolitan Enigma*, Cambridge, Massachusetts.
- Miller, S.M. (e) Roby, P. (1970) *The Future of Inequality*, Nova Iorque.
- Mills, C. Wright (1959) *The Sociological Imagination*, Nova Iorque.
- Mills, E.S. (1967) "An Aggregative Model of Resource Allocation in a Metropolitan Area" in *American Economic Review*, n° 57, pp. 197-210.
- Mills, E.S. (1969) *The Value of Urban Land*, in Perloff, H., editor, *The Quality of Urban Environment*, Washington.
- Mills, E.S. (1972) *Studies in the Structure of the Urban Economy*, Baltimore.
- Milner-Holland Report (1963) *Report of the Committee on Housing in Greater London*, HMSO, Grand, 2605, Londres.
- Minas, J.S. (e) Ackoff, R.L. (1961) "Individual and Collective Value Judgments" in Shelly, M.W. (e) Bryan, G.L., editors, *Human Judgments and Optimality*, Nova Iorque.
- Mishan, E.J. (1967) *The Cost of Economic Growth*, Nova Iorque.
- Mishan, E.J. (1968) "Watt in Producers Surplus?" in *American Economic Review*, n° 58, pp. 1268-82.
- Mishan, E.J. (1969) *Welfare Economics: Ten Introductory Essays*, Nova Iorque.
- Mishan, E.J. (1971) *Cost-Benefit Analysis*, Londres.
- Musil, J. (1968) "The Development of Prague's Ecological Structure" in Pahl, R.E., editor, *Readings in Urban Sociology*, Londres.
- Muth, R. (1969) *Cities and Housing*, Chicago.
- Myrdal, G. (1957) *Economic Theory and Under-Developed Regions*, Londres.
- Nagel, E. (1961) *The Structure of Science*, Nova Iorque.
- Nezer, D. (1968) "Federal, State and Local Finance in a Metropolitan Context" in Perloff, H. (e) Wingo, L., editors, *Issues in Urban Economics*, Baltimore.
- Nunnally, J.C. (1967) *Psychometric Theory*, Nova Iorque.

- Ollman, B. (1971) *Alienation: Marx's Conception of Man in Capitalist Society*, Cambridge.
- Ollman, B. (1972) *Marxism and Political Science: Prolegomenon to a Debate on Marx's Method*, Manuscript Inédit, Department of Political Science, New York University, Nova Iorque.
- Olson, M. (1965) *The Logic of Collective Action*, Cambridge, Massachusetts.
- Oron, M. (1966) "Surplus" in *Human Organization*, n.º 23, pp. 24-32.
- Pahl, R. (1965) *Urban in Ruin* in London School of Economics, *Geographical Paper*, n.º 2, Londres.
- Park, R.E., Burgess, E. W. (e) McKenzie, R.D. (1925) *The City*, Chicago.
- Pearson, H. (1957) "The Economy has no Surplus: a Critique of a Theory of Development" in Polanyi, K., Arensburg, C.M. (e) Pearson, H.W., editores, *Trade and Market in Early Empires*, Nova Iorque.
- Piaget, J. (1959) *Structuralism*, Nova Iorque.
- Piaget, J. (1972 a) *The Principles of Genetic Epistemology*, Londres.
- Piaget, J. (1972 b) *Insights and Illusions of Philosophy*, Londres.
- Piaget, J. (e) Inhelder, B. (1966) *The Child's Conception of Space*, Londres.
- Pirenne, H. (1925) *Medieval Cities*, Princeton, Nova Jersey.
- Polanyi, K. (1944) *The Great Transformation*, Boston.
- Polanyi, K. (1968) *Primitive, Archaic and Modern Economies: Essays of Karl Polanyi*, G. Dalton, editor, Boston.
- Postan, M. (1952) "The Trade of Medieval Europe: the North" in Postan, M. (e) Rich, E.E., editores, *The Cambridge Economic History of Europe*, Volume 2, Cambridge.
- Preb, A. (1966) *The Spatial Dynamics of US Urban-Industrial Growth*, Cambridge, Massachusetts.
- Proshansky, H. M., Ittleson, W.H. (e) Rivlin, L.G. (1970) *Environment Psychology*, Nova Iorque.
- Quirk, J. (e) Saposnik, R. (1968) *Introduction to General Equilibrium Theory and Welfare Economics*, Nova Iorque.
- Ratcliffe, R. U. (1959) *Urban Land Economics*, Nova Iorque.
- Rawls, J. (1969) "Distributive Justice" in Laslett, P. (e) Runciman, W.G., editores, *Philosophy, Politics and Society*, Terceira Série, Oxford.
- Rawls, J. (1971) *A Theory of Justice*, Cambridge, Massachusetts.
- Reichenbach, H. (1958) *The Philosophy of Space and Time*, Nova Iorque.
- Report on Consumerates (1971) *House Judiciary Committee (Staff Report)* Government Printing Office, Washington.
- Recher, N. (1966) *Distributive Justice*, Indianapolis.
- Rikardo, D. (1817) *Principles of Political Economy and Taxation*, Penguin Edition, Harmondsworth, Middlesex.
- Ridker, R.G. (1967) *Economic Costs of Air Pollution -- Studies in Measurement*, Nova Iorque.
- Riesman, F., Cohen, J. (e) Pearl, A., editores (1964) *The Mental Health of the Poor*, Nova Iorque.
- Rose, H. (e) Rose, S. (1969) *Science and Society*, Harmondsworth, Middlesex.
- Rothenberg, J. (1967) *Economic Evaluation of Urban Renewal*, Washington.
- Runciman, W. G. (1966) *Relative Deprivation and Social Justice*, Londres.
- Schmidt, A. (1971) *The Concept of Nature in Marx*, Londres.
- Schneider, J. B. (1967) "Measuring the Locational Efficiency of the Urban Hospital" in *Health Service Research*, n.º 2, pp. 154-69.
- Schneider, J. B. (1968) "Measuring, Evaluating, and Redesigning Hospital-Physician-Patient Spatial Relationships in Metropolitan Area" in *Inquiry*, n.º 5, pp. 24-43.
- Schultz, G. P. (1969) "Facility Patterns for a Regional Health Care System" in *Regional Science Research Institute, Discussion Paper*, n.º 34, Philadelphia.
- Segall, M. H., Campbell, D. T. (e) Herkovits, M. J. (1966) *The Influence of Culture on Visual Perception*, Indianapolis.
- Seidel, M. R. (1969) "The Margins of Spatial Monopoly" in *Journal of Regional Science*, n.º 9, pp. 353-68.
- Shepard, R. N. (1966) "Metric Structures in Ordinal Data" in *Journal of Mathematical Psychology*, n.º 3, pp. 287-315.
- Sherrard, L. D. editor (1968) *Social Welfare and Urban Problems*, Nova Iorque.
- Sjoberg, G. (1960) *The Preindustrial City*, Nova Iorque.
- Smith, Adam (1776) *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*, Modern Library Edition (1937) Nova Iorque.
- Smith, C. T. (1967) *An Historical Geography of Western Europe before 1800*, Londres.
- Smith, M. B., Bruner, J. S. (e) White, R. W. (1965) *Opinions and Personality*, Nova Iorque.
- Smith, W. F. (1966) "The Income Level of New Housing Demand" in *Essays in Urban Land Economics*, Real Estate Research Program, University of California, Los Angeles.
- Smith, W. F. (1970) *Housing: the Social and Economic Elements*, Berkeley.
- Sommer, R. (1969) *Personal Space: the Behavioral Basis of Design*, Englewood Cliffs, Nova Jersey.
- Specht, A. (1956) "Cultural Differences in the Interpretation of Natural Resources" in Thomas, W. L., editor, *Man's Role in Changing the Face of the Earth*, Chicago.
- Scimitz, C. (1968) "Meaning and Congruence of Urban Form and Activity" in *Journal American Institute of Planners*, n.º 34, pp. 233-48.
- Sternlieb, G. (1966) *The Tenement Landlord*, Nova Brunswick, Nova Jersey.
- Stevens, B. H. (e) Rydell, C. P. (1966) "Spatial Demand Theory and Monopoly Price Policy" in *Papers of the Regional Science Association*, n.º 17, pp. 195-204.
- Suttles, G. D. (1968) *The Social Order of the Slum*, Chicago.
- Tawney, R. H. (1931) *Equality*, Londres.
- Tawney, R. H. (1937) *Religion and the Rise of Capitalism*, Harmondsworth, Middlesex.
- Taylor, P. J. (1969) "The Location Variable in Taxonomy" in *Geographical Analysis*, n.º 1, pp. 181-95.
- Teitz, M. (1968) "Toward a Theory of Urban Public Facility Location" in *Papers of the Regional Science Association*, n.º 21, pp. 25-52.
- Thompson, W. R. (1965) *A Preface to Urban Economics*, Baltimore.
- Thrupp, S. (1948) *The Mercant Class of Medieval London, 1300-1500*, Chicago.
- Tiebout, C. M. (1956) "A Pure Theory of Local Expenditures" in *Journal of Political Economy*, n.º 64, pp. 416-24.
- Tiebout, C. M. (1961) "An Economic Theory of Fiscal Decentralization" in Universities National Bureau Committee for Economic Research, *Public Finance: Needs, Sources and Utilization*, Princeton.
- Timms, D. (1971) *The Urban Mosaic*, Cambridge.
- Tinbergen, N. (1953) *Social Behaviour in Animals*, Londres.
- Titmuss, R. M. (1962) *Income Distribution and Social Change*, Londres.
- Tobler, W. (1963) "Geographic Area and Map Projection" in *Geographical Review*, n.º 53, pp. 59-78.
- Tsun, Yi-Fu (1966) *The Hydrological Cycle and the Wisdom of God*, Department of Geography Research Publications, University of Toronto Press, Toronto.

- Valdés, N. P. (1971) "Health and Revolution in Cuba" in *Science and Society*, n.º 35, pp. 311-35.
- Vance, J. E. (1970) *The Merchant's World: the Geography of Wholesaling*, Englewood Cliffs, Nova Jersey.
- Veblen, T. (1923) *Absentee Ownership*, Beacon Press (1967) Boston.
- Wacner, S. B. (1968) *The Private City*, Philadelphia.
- Webber, M. (1963) "Order in Diversity: Community without Propinquity" in Wingo, L., editor, *Cities and Space: the Future Use of Urban Land*, Baltimore.
- Webber, M. (1964) "Culture, Territoriality and the Elastic Mile.. in *Papers of the Regional Science Association*, n.º 11, pp. 59-69.
- Webber, M. (1908) *The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism*, Scribner's Edition (1958) Nova Iorque.
- Webber, M. (1947) *The Theory of Economic and Social Organization*, Oxford University Press Edition, Nova Iorque.
- Webber, M. (1947) *The City*, Free Press Edition, Nova Iorque.
- Weishrod, B. A. (1965) Geographic Spillover Effects and the Allocation of Resources to Education" in Margolis, J., editor, *The Public Economy of Urban Communities*, Washington.
- Wheatley, P. (1969) *The City as Symbol*, Inaugural Lecture, University College of London, Londres.
- Wheatley, P. (1971) *The Pivot of the Four Quarters*, Chicago.
- Whiteman, M. (1967) *Philosophy of Space and Time*, Londres.
- Williams, A. (1966) "The Optimal Provision of Public Goods in a System of Local Government" in *Journal of Political Economy*, n.º 74, pp. 18-33.
- Wilson, A. G. (1970) *Entropy in Urban and Regional Modelling*, Londres.
- Wilson, C. (1941) *Anglo-Dutch Commerce and Finance in the Eighteenth Century*, Cambridge.
- Wilson, C. (1965) *England's Apprenticeship*, Londres.
- Wilson, N. L. (1955) "Space, Time and Individuals" in *Journal of Philosophy*, n.º 52, pp. 589-88.
- Wirth, L. (1938) "Urbanism as a Way of Life" in *American Journal of Sociology*, n.º 44, pp. 1-24.
- Wolf, E. (1959) *Sons of the Shaking Earth*, Chicago.
- Wood, R. C. (1963) "The Contributions of Political Science to Urban Form" in Hirsh, W. Z., editor, *Urban Life and Form*, Nova Iorque.
- Yocom, J. E. (e) Mccaldin, R. O. (1968) "Effects of Air Pollution on Materials and Economy" in Stern, A. C., editor, *Air Pollution*, Volume 2 (segunda edição), Nova Iorque.

ÍNDICE DE AUTORES

- Abercrombie, P. 15
- Adams, R. McC. 188-90, 197, 199
- Alker, H. 84
- Alonso, W. 44, 115, 119, 121, 138, 144, 147, 150-1, 156, 162, 164, 240
- Alhussler, L. 108, 250
- Aristoteles 83
- Arruw, K. 65
- Bachrach, P. 64
- Bailbar, E. 108
- Barfield, E. 112, 123
- Baran, P. 176, 228, 242
- Beckmann, M. J. 138, 147
- Bentham, J. 83
- Bergmann, G. 28
- Bernal, J. D. 104-5
- Berry, B. J. L. 74, 113
- Bloch, E. 169, 171, 214
- Böhm-Bawerk, E. 109
- Borts, G. H. 95
- Boudeville, J. R. 76
- Briggs, A. 235
- Buchanan, J. M. 47, 53, 58-9, 62, 66, 92
- Burgess, E. W. 112, 114-5
- Buttimer, A. 16
- Carnap, R. 27
- Cassirer, E. 15, 18
- Castells, M. 198, 202
- Chamberlin, E. H. 153, 156
- Childe, V. G. 179, 189, 191, 197-8
- Chinitz, B. 230-1
- Christaller, W. 179
- Clawson, M. 56
- Cliff, A. 30
- Coombs, C. H. 66
- Dacey, M. F. 28
- Dart, F. E. 25
- Darwent, D. 76
- Davies, B. 86, 91
- Davis, O. A. 47, 52-4, 60, 66, 77
- Dobb, M. 216-7
- Doxiadis, C. 15, 262
- Dukl, L. J. 68, 70
- Emmanuel, A. 156, 236
- Engels, F. 108, 113-5, 121-4, 126, 149, 160, 169-72, 174, 185, 196, 201, 224, 255
- Fanon, F. 266
- Fishburn, P. C. 66
- Fisher, F. J. 221
- Forrester, J. W. 262
- Frank, A. G. 198-9, 204, 225, 236
- Fried, M. 168, 177-8, 179-81, 184
- Friedman, M. 93
- Friedmann, J. 76, 204
- Gaffney, M. 144, 152, 156, 159-60, 165-6
- Gans, H. 33, 34, 137
- George, H. 158
- Geddiel, M. 250, 252, 263
- Gramsci, A. 128, 200
- Granger, C. W. 30-2
- Grigby, W. 95, 120
- Gutkind, E. A. 178
- Hall, E. T. 15
- Hall, J. W. 176
- Hallowell, A. I. 15
- Harcourt, G. C. 164
- Harris, B. 27
- Harvey, D. 16, 19

- Hausman, G. 123
 Hawley, A. 148-50, 160
 Hegel, G.W. 134, 248, 250
 Heribert, J. 138
 Hicks, J.R. 144-5
 Hobbes, T. 182
 Hoch, I. 46
 Hoover, E.M. 79
 Horton, F. 113
 Hosieltz, B. 199
 Howard, E. 15-7
 Huberman, L. 96
 Home, T. 83
 Hunt, E.K. 158, 164
 Hurd, R.M. 142
 Inhelder, B. 15, 25
 Isard, W. 36, 60-1, 67, 77
 Jacobs, J. 33, 199, 200, 230, 234, 241
 Jefferson, T. 93
 Jevons, W.S. 131-4, 138
 Johnson, E.A.J. 179, 200, 213
 Johnson, H.G. 105, 107
 Jouvencal, B. de 238
 Kain, J.F. 49
 Kant, E. 6, 248
 Keene, J.C. 63
 Keiper, J.S. 151
 Keller, S. 76, 242
 Kerner, G. 49, 57, 73, 115
 Keyes, L.C. 65
 Keynes, J.M. 105, 209
 Kirwan, R.M. 139
 Kluckhohn, C. 68
 Kotler, M. 64, 77
 Kuhn, T.S. 103-5, 108, 258
 Ling, N.F. 164
 Langer, S. 15, 20-1, 183
 Lave, L. 116, 160
 Lavoisier, A. 108
 Lee, T.R. 24
 Lefebvre, H. 202, 261, 264-70
 Leibniz, G.W. 5, 157, 247, 249-50
 Lenin, V.I. 109
 Leonardo da Vinci 183
 Leven, C. 13, 17
 Levi-Strauss, C. 21, 178-9
 Liebenstein, H. 81-2
 Lopez, R.S. 218-9
 Lorentz, K. 15
 Losch, A. 36, 73, 127, 152-3, 156, 162, 179, 225
 Lowenthal, D. 22
 Lowry, I. 46, 147
 Luce, R.D. 66
 Lukacs, G. 172
 Luther, M. 173
 Luessenburg, R. 187-8, 193-5
 Lynch, K. 15, 24
 McFarlane Smith, I.D. 25, 68
 McKenzie, R.D. 112
 Makietski, S.J. 34
 Mao Tse-tung 93, 202, 251
 Marcuse, H. 14, 69, 266
 Margolis, J. 47
 Marshall, A. 155, 158
 Martin, D.B. 139
 Marx, K. 6-9, 92, 108-11, 121, 126, 131-4, 139, 144, 152-9, 159, 163-4, 169-76, 181, 183, 185-6, 188, 190-93, 195-7, 200, 209-10, 216-7, 220, 222, 224, 227-8, 233, 247-269
 Mattick, P. 209
 Mengler, K. 109
 Mesjars, I. 239
 Meyer, J.R. 50
 Mill, J.S. 83
 Miller, S.M. 83, 254-5
 Mills, C.W. 14-5
 Mills, E.S. 44, 138, 147, 151, 160-2, 164-5
 Milner-Holland 95
 Minas, J.S. 65
 Mishan, E.J. 46-7, 52, 79, 144, 146
 Musil, J. 202
 Muth, R. 49, 52, 115, 117-9, 121, 138, 143-4, 147, 151-2, 161-2, 164-5, 240
 Myrdal, G. 95, 225
 Nagel, E. 105
 Netzer, D. 40, 64, 78
 Newton, I. 103, 183
 Nunnally, J.C. 66
 Ollman, B. 132, 134, 158, 170, 191, 193, 248-9, 260
 Olson, M. 62-3, 76-7, 242
 Orans, M. 186, 192, 197
 Pahl, R.E. 68
 Park, R.E. 112, 114-5, 167
 Parr, J.B. 144
 Pearson, E. 96, 119, 186, 188-91, 194, 196, 198
 Petty, W. 154
 Piaget, J. 15, 25, 248-9, 249, 257-8, 260
 Piggou, A. 158
 Pirenne, H. 211, 217
 Platão 14
 Polanyi, K. 177-8, 180, 182, 185, 187, 189-90, 194, 215, 217, 227, 234
 Postan, M. 217-8, 221
 Prael, A. 199
 Priestley, J. 108
 Prince, H. 22
 Proshansky, H. 23
 Quirk, J. 66
 Raiffa, H. 66
 Ratcliffe, R.U. 158
 Rawls, J. 6, 83-4, 92, 94
 Redcliffe-Maud 72, 78
 Reichenbach, H. 20
 Rescher, N. 83-4
 Ricardo, D. 105, 108-9, 121, 131-2, 134, 136, 154-5, 158, 161
 Ridker, R.G. 58
 Riessman, F. 70
 Robinson, J. 134, 164
 Roby, P. 83, 254-5
 Rose, H. 105
 Rothenberg, J. 46, 90
 Rousseau, J. 14, 83
 Runciman, W.G. 83, 85, 87
 Saposnik, R. 66
 Schmidt, A. 186, 256
 Schmidt, C. 170
 Schneider, J.B. 74
 Schultz, G.P. 74
 Schwartz, J.G. 158, 164
 Segall, M.H. 178
 Seidel, M.R. 157
 Shepard, R.N. 66
 Sherrard, L.D. 65
 Sjöberg, G. 223
 Smith, A. 105, 108-9, 131-2, 158, 159, 199-200, 204
 Smith, C.T. 200
 Smith, M.B. 69
 Smith, W.F. 142, 148
 Sommer, R. 15, 21, 33-4, 68, 71
 Spocher, A. 119
 Sraffa, P. 164
 Steinitz, C. 24
 Sternlieb, G. 120
 Stevens, B.H. 138
 Suttles, G.D. 137
 Sweeney, P. 96, 176, 228, 242
 Tawney, R.H. 83, 182
 Taylor, P.J. 28
 Teitz, M. 74
 Thompson, W.R. 40, 47, 55, 57, 64, 69, 74, 77
 Thrupp, S. 218
 Thümmel, J.H. van, 115, 117-8, 121, 154, 160-1, 165-6, 240
 Tiebout, C.M. 72, 75, 77
 Timms, D. 241
 Timms, D. 241
 Timberger, N. 15
 Timmass, R.M. 41-3, 83, 238-255
 Tobler, W. 24
 Tuan, Yi-Fu 183
 Tullock, G. 92
 Valdes, N.P. 118
 Vance, J. 228
 Veblen, T. 228
 Warner, S.B. 235
 Webber, M. 16-7, 22, 33, 68-9, 76, 266
 Weber, M. 93, 182, 265
 Weisbrod, B.A. 77
 Wheatley, P. 176, 179, 183, 188-91, 192, 196, 198-9, 206, 240, 254
 Whinston, A. 47, 52-4, 60, 66, 77
 Whitman, M. 157, 183
 Wickesell, K. 158
 Williams, A. 77
 Wilson, A.G. 44, 137, 262
 Wilson, C. 183, 222
 Wilson, N.L. 27
 Wirth, L. 167
 Wolf, E. 200, 212
 Wood, R.C. 60
 Yocum, J.E. 58

ÍNDICE DE ASSUNTOS

- Ação Coletiva 58-65, 241
- Ação Pública 47, 57, 72-3, 142 (veja também Intervenção Governamental)
- Acessibilidade 45, 55-60, 71, 138, 144-5, 159, 205
- Acumulação
 - de capital 198-200, 209, 214, 218, 230, 233, 236, 267
 - de excedente 185-91, 194-6, 198-200, 203-6, 213, 267
 - de riqueza 41-3, 51-6, 93, 136, 140-1, 218-9
 - primitiva 194-5, 199-202, 208, 214, 218-9
- Agricultura 175, 202, 208, 221-2
 - produto excedente da 185-91, 197-8, 224-7
- Alemanha 212
- Alienação 133-5, 239, 268, 370-1
 - no trabalho 188, 192-4, 197
- Alocação de Recursos *veja* Investimento
- Amiente
 - problemas do 79, 90-1, 110, 227, 260
 - qualidade do 57
 - urbano 56-9, 67-72, 267-9
- Amsterdã 214, 221, 223
- Anomalias 103-5, 109, 258
- Antuérpia 214, 221
- Aprendizado 67-72
- Argélia 206
- Arquitetura 20-2, 195, 223, 240-1, 243
- Arte 15, 169
- Augsburgo 211, 214
- Automóvel 33, 40, 44, 229, 232-3
- Baltimore 1, 64, 95, 120, 231, 240
- Bancos *veja* Instituições, financeiras
- Barganha 59, 61-3
- Base Econômica 169-74, 184, 195, 196, 239, 252-5, 258-9, 264
- Bavária 211
- Bens
 - coletivos 62-4, 118-9
 - privados 46-7, 118-9, 131
 - públicos 46-7, 57, 118-9, 209, 234-6, 241-2
 - públicos impuros 47, 57, 61, 72-6 (veja também Mercedaria)
- Birmingham 223, 230
- Bilância 212
- Boston 24
- Brasil 70
- Bristol 223
- Burocracia 93-5, 180, 190, 200, 202, 235, 239-40
- Capital 151, 154, 170, 193, 196
 - acumulação *veja* acumulação
 - composição orgânica 267-70
 - constante 155, 192
 - fino 135, 164-5, 170, 174, 229, 267-71 (veja também Investimento, público)
 - natureza do 133, 163-4, 258-60, 269
 - valorização do 228-9, 269
 - variável 192 (veja também Salários)
- Fluxo *veja* Mobilidade, do capital; Circulação de Matrias-Valia
- Capitalismo 93-8, 109-10, 120-24, 125, 144, 146, 149, 153-64, 170-1, 173-7, 180-84, 192-3, 196, 198, 204, 207-10, 213-16, 218, 223-43, 249-50, 252-3, 258, 264
 - como modo de produção 149, 153-63, 173, 176-7, 180-84, 223-43
 - origens do 218-25
- Capitalismo Mercantil 216-24
- Categorias 4, 103-10, 124-5, 129-30, 169-71, 256-62 (veja também Conceitos)

- Chicago 112-3, 117, 161
 China 93, 98, 176, 179, 201-3, 211, 226, 265
 Cidades
 forma edificada das 173-5, 195, 207, 222-23, 232-3, 242-3, 261, 265
 germinativas 199, 205, 214-15, 251
 natureza das 167-8, 174-5, 262-71 (veja também Urbanismo)
 parasitárias 199-209, 212, 223
 Ciência 103-10, 182-84, 251, 256-59, 264-5
 Ciência Regional 1, 16, 204
 Circulação de Mão-Morta 194, 198, 203-5, 220, 228-34, 236, 269-70
 circuitos de 269-70
 geografia da 198-206, 208-9, 211-15, 221-2, 224-7, 231, 237
 Classe 29, 57, 67, 88, 173, 175-6, 179-84, 187, 190, 195, 197, 205, 223, 241-3, 263
 monopólio de 145-6, 153, 155, 163, 166 (veja também Estratificação)
 Coalizões 53-4, 61-4
 Coação 172, 178, 180, 184, 190, 192-3
 Colômbia 265
 Colonialismo 198, 225-6
 Comércio 198-201, 204, 207-8, 215-23, 263
 Computabilidade de Pareto 66, 69
 Conspiração 93, 97-9, 119, 118-24, 134, 138, 140-4, 153, 166, 181, 207, 219, 228, 236
 espacial 154, 156-7
 monopolística 144, 153, 228-35
 Comportamento
 aprendizagem de 23-5, 69-71
 no espaço 14-6, 17-25, 67-71
 Comunidade 60, 62-4, 76-7, 179, 241-2
 controle de 72, 77, 94
 (veja também Vizinhança)
 Concretos 13, 103-10, 121, 125-6, 127, 129-30, 256, 262
 para planejamento urbano 13-37
 (veja também Categorias)
 Conflito 60 2, 76, 78-9, 82, 169, 172-5, 250, 264 (veja também Contradição)
 Conglomerados Financeiros 229-30, 243
 Conhecimento
 organização do 109-10, 127-30
 produção de 104-5, 126-8, 259-61
 (veja também Ciência)
 Consciência Social 85-9, 169-174, 178, 182-4, 186, 239-40, 255-9
 (veja também Ideologia)
 Consumo 42, 47, 178-9, 204, 232-3, 254-5
 Contigüidade 27-33
 Contradição 2, 16-7, 111, 173-5, 200, 202-3, 213, 250, 253, 258, 262-4
 dentro das estruturas 251-2, 258
 entre estruturas 251-2, 262-4
 Contrato Social 82-3, 93
 Contribuição ao Bem Comum 89-90
 Controle 104, 106-8, 127
 Cooperação 134, 178-80
 Corporações 179, 228-34, 240, 243
 Corretores 140-46
 Crédito 173, 222 (veja também Hipotecas)
 Crescimento do Subúrbio 49-50, 95, 116, 141, 143, 150, 232-6, 266
 Crescimento Econômico 89, 97-8, 118, 158-60, 172, 184, 202, 212, 213, 220, 228, 264
 Crises 104, 110, 172-3, 209-10, 212-4, 226-7, 232, 269
 Cuidados de Saúde 70, 86-9, 123, 237
 mental 70
 Cultura 21-6, 66-71, 137, 186-9, 239, 266-8
 evolução da 33-4, 68-71, 186-98, 266-8
 Cuba 98, 118-9, 201-2
 Dado Espacial 27-33
 Decadência do Mercado 73, 93, 209-10
 e exteriorizações 47, 52-7, 73-4
 Decisões Coletivas 63-5
 Demanda
 e oferta 48-50, 56, 72-5, 86-9, 141-2, 152-3, 159, 216
 latente 87, 147
 potencial 88
 (veja também Demanda Efetiva)
 Demanda Efetiva 7, 147, 195, 231-4, 268-9, 270-1 (veja também Demanda)
 Desemprego 105-7, 232, 236, 239
 Desenho
 ambiental 16-), 7-33-5, 68-71
 espacial 16, 20-2, 33-5
 Desenvolvimento Econômico (estágio de) 216, 224-6, 260
 Desequilíbrio 36, 44-5, 51-2, 116
 Desigualdade 41-5, 62-5, 77-9, 117, 125
 Determinismo
 econômico 169-74
 espacial 32-3
 Detroit 232
 Dialética 111, 132-5, 248, 250, 260, 265, 269
 Difusão 29
 Distância 18-20, 45, 116, 156, 161
 (veja também Espaço)
 Distribuição 6, 82-4, 94, 97, 100, 151, 163-4, 186, 201-2, 205, 254-6
 (veja também Renda, distribuição de)
 Divisão do Trabalho 82, 171-5, 199, 222-5, 230, 239 (veja também Trabalho: Força de Trabalho)
 Ecologia
 fatorial 113, 137-8, 223
 humana 113-4
 Economia Espacial 180, 198-9, 208-25, 230, 236, 240, 264-9 (veja também Urbanismo, estrutura espacial do)
 Economia Política 105-6, 108-9, 131-7
 Economias de Escala 212, 264
 Educação 57, 86, 89, 93, 236
 Efeitos Multiplicadores 89-90
 Eficiência 6, 57, 81-3, 99, 163-4, 219, 267
 em localização 35-6, 73-4
 "x" 76-7, 82
 Elites 179, 200, 261
 Empirismo 111, 124, 257-8
 Epistemologia 248, 256-61
 Equilíbrio 16, 36, 44-5, 49-52, 73, 137-9, 141, 152
 Escandinávia 94, 237-8
 Escassez 96-9, 119-20, 158-9, 166, 181-2, 215, 227, 233-4
 Escolha do Consumidor 65, 135
 Escravidão 193, 197, 216
 Espaço 1-5, 8, 14-37, 152-3, 259, 264-9
 absoluto 4-5, 135, 143-70, 146-7, 152, 157-8, 165
 criado 21-2, 168, 240-1, 267-70
 efetivo 203, 214, 221, 263, 267-8, 270
 físico 18-20, 135, 144
 relacional 4-5, 144-5, 152, 157-9
 relativo 4-5, 28, 144-5, 147, 152, 155, 157-9
 simbólico 18, 20-2, 26, 182, 240-1
 Espaço Livre 56-9
 Espanha 212
 Especulação 119, 148-9, 159-60, 222, 226, 233, 242, 269-70
 Estado do Bem-Estar 43, 152-65, 176, 237-8
 Estados Unidos 14-7, 64, 72, 78-9, 94-5, 112, 120, 123, 141-2, 145, 148-9, 232-3, 236-8, 241, 265
 Estruturalismo 218-68
 Ética 1, 6-7, 39-41, 56, 81, 84-5, 100, 140, 152, 215, 222, 255
 Europa 200, 208, 211, 214-23, 237
 Excedente
 absoluto 183-91
 dos consumidores 133, 144-6, 148-9, 159, 165
 dos produtores 133, 145-7, 149, 165
 (veja também Renda)
 forma alienada de 188-91
 social 97-8, 183-92, 194, 196-8, 204-6, 240-3, 215-6, 220, 225-7, 250, 253
 trabalho 187, 192-5, 197-9, 201-2, 203-6, 215-6
 valor de 107-9, 122-3, 155, 158, 192-5, 198-205, 208, 210-1, 214, 221-2, 225, 227, 229-34, 236-7, 269-70 (veja também Juros do Capital; Lucros; Renda)
 Exército Industrial de Reserva 233, 237-8
 Exploração 64, 97-8, 141-2, 197, 204, 225-6, 270
 "Explosão" 148-51, 160
 Exteriorizações 46-8, 53-6, 57-9, 63-7, 71, 74-9, 145, 159-63, 265
 Fatores de Produção 120, 151, 154-5
 Faixas e Valores 6-7, 9, 103-10, 248, 255
 Favelas 64, 115-24
 Fenomenologia 111
 Feudalismo 173-6, 180, 182, 214-23, 250
 Filologia
 da ciência 1-2, 103-5
 da ciência social 105-9
 do espaço 4, 18-21
 moral 1-2, 6-7, 81-100, 108, 257
 Filtragem 147-8, 160
 Finança Pública 74-6, 77-8
 Flânderes 220
 Florença 214, 220, 222
 Força de Trabalho 133, 170, 192-7, 204-5, 227, 233, 250, 269
 Forças Produtivas 169-73, 252-3, 258-9, 262-4
 Formas das Cidades
 antiga 174, 179, 185, 189-91, 195, 253-4, 263-4
 capitalista 182, 198, 210, 223-4, 226-7, 230-34, 236-8, 240-43, 263-70
 colonial 199, 225-7, 265
 do bem-estar 237-9
 feudal 174, 211, 215-23
 industrial 174, 208, 235, 240, 263-70
 mercantil 211, 215-23, 228, 263
 redistributiva 183, 193, 207, 212, 240-1
 socialista 201-4, 264
 Formulação Política 40-79, 105, 132, 162-3
 França 212, 215, 265
 Função de Bem-Estar Social 40, 64-7, 132
 Função de Quantidade de Renda 115-6, 138-9, 151, 161, 240

- Gênova 216
Geometria
euclidiana 19-20, 25, 72, 143
projetiva 25-6
topológica 23-5
Governo Metropolitano 72, 78-9, 94
Grupos
decisão tomada em 53, 59-65, 69, 76, 207
grandes 62-3
pequenos 62-3
Grupos Étnicos 67, 76, 112, 239, 241-2, 260, 268
Gueto 24, 30-3, 73, 112-24, 234
Habilidades Cognitivas 67-72
Habitação 69, 86, 89, 95, 113-29, 136-8, 235
controle social sobre a 118-9
de baixa renda 49-52
mercado de 43, 50-1, 60-2, 95, 115-6, 118-24, 141-2, 144-7, 233, 235-7, 241-3
oportunidades de 48-52, 69-71
pública 51, 121, 136
vaga 120
Hierarquia 21-2, 73-5, 177-9, 181, 213, 239-41, 251
de regiões 77-9
de teorias 251, 258-9
urbana 179-80, 198, 224-7
Hipotecas 141-2, 231, 236-7
História
interpretação materialista da 169-77, 185, 196, 258, 262-70
Holanda 211, 216, 221-3
Idealismo Filosófico 104, 111
Ideologia 7-8, 9, 89, 169-75, 182-6, 190-7, 200, 213, 215-6, 217, 237, 239, 242, 252, 259, 262-4, 264
e forma urbana 18, 21-2, 183, 222-4, 267-9
produção de 126-8, 171-2
religiosa 180-1, 213, 215-6
Igualdade 41, 83, 84, 92, 126
Imaginação Geográfica 14-7
Imaginação Sociológica 14-7, 26
Imperialismo 196, 204
Império Romano 214-5
Instituto 43, 93, 95, 233
Individualização 27
Indústria 201, 202, 208, 216, 222
indústria de lá 222
Industrialismo 182, 198, 222-4, 235, 263-70
Inferência 27, 30, 111
estatística 30-1
Inglaterra 21, 43, 209, 215
Integração Econômica (modo de) 120, 170, 176-85, 196-207 (*veja também* Mercado de Troca; Reciprocidade; Integração Redistributiva)
Integração Social (modos de) 176-85 (*veja também* Sociedades Igualitárias; Sociedades Ordenadas; Sociedades Estratificadas)
Intervenção Governamental 93, 184, 231, 235-8, 242, 266
na distribuição de renda (*veja* Renda, redistribuição de)
na habitação 53, 95-6, 121-2, 141
para prover bens públicos (*veja* Investimento Público)
(*veja também* Organização Política; Poder Político)
Insituações 17, 82-3, 93-4, 120-3, 125, 144, 163, 177, 189-91, 191, 207, 209, 215, 217-20, 227, 229, 238, 242-3
financeiras 96, 120, 136, 141-2, 149-50, 184, 218-21, 229, 235, 240-1
legais 120, 169, 175, 184-5, 238
políticas 17, 82-3, 93, 120, 171-6, 179, 184-5, 217-9 (*veja também* Organização Política; Poder Político)
religiosas 21-2, 175, 191, 200
Investimento 39, 44, 52, 86, 90-2, 94-6, 98-9, 135-6, 140-1, 155-6, 159-62, 202, 208, 219, 222, 240, 231, 267-8
público 55-6, 60-1, 71-6, 77-8, 86, 142
retorno de 95, 125, 155-6, 223
Itália 201, 218-9
Japão 176
Jurcos do Capital 156-7, 163-4, 192, 201
(*veja também* Mais Valia)
Justiça *veja* Justiça Social
Justiça Distributiva 6, 39-43, 71, 81-100, 125, 266 (*veja também* Justiça Social)
Justiça Social 1, 6-9, 39-43, 71, 81-100, 259 (*veja também* Justiça Distributiva)
Justiça Territorial 82, 93-95, 99-100
Leeds 222
Localização
eficiência na 35, 73-4, 81-2, 100, 116, 222
da indústria 48-51, 116-7
de facilidades 45-8, 56-60, 71-6, 136, 142
jogos de 60-3, 67
Linguagem 3, 132
de espaço-tempo 27-9
social e espacial 27-9, 34-5
subsistência da 27-9
Londres 95, 114, 161, 214, 221-3
Los Angeles 148
Lucros 49, 95, 120, 140-1, 146, 156, 181, 192, 201, 219, 222, 233
Manchester 113-4, 222, 230
Manipulação 114-5, 222, 230
Manufatura (*veja* Indústria)
Mapa Cognitivo 22-6
Marginalismo 109, 115, 125, 131, 133, 133-4
Materialismo 3, 4, 104-12, 169-74, 183-5, 196
Mecanismo de Mercado 47, 52-3, 54-6, 95-9, 114-5, 119-24, 171, 184, 200, 234-5, 267
Megalópolis 203
Mercado de Troca (como modo de integração econômica) 120, 177-8, 180-4, 192-3, 194-5, 209-10, 219, 221, 224, 227-43, 259, 205
definição do 180-4
(*veja também* Sociedades Estratificadas)
Mercadores 225-25
Mercado de Preço Fixo 98, 119-21, 181-4, 203, 206-10, 219-22, 223-8, 234 (*veja também* Mercado de Troca)
Mercadorias
trabalho como 181-3, 208, 227, 238-9, 241
natureza da 131-5, 181
terra como 135-7, 138, 151, 155, 208
Metodologia 1, 26-32, 110-12, 247-61
Metropolização 196, 198-9, 203, 210, 224-6, 265
México 200, 211-2
Mobilidade 44, 59, 76, 116, 123, 154, 197, 233, 241-2
do capital 95-6, 149-50, 154-5, 163-4, 213-23, 226-37
Modelo Urbano 35, 144-5, 262 (*veja também* Uso do Solo, teoria do)
Modelos 43, 81-2
Modos Relacionados de Pensamento 4-5, 7, 132-5, 170-1, 188-9, 193, 247-56, 259, 264
Monopólio 57, 95, 135, 144, 153-5, 166, 176, 207, 220-1, 225, 227-35
capitalismo de 95, 164, 228-35
e espaço urbano 5, 135, 142-3
e urbanismo 211, 227-35
Não tomada de decisão 64-5, 129
Necessidade 84-9, 95, 96-100, 132-3, 150, 163, 170, 185-6, 192, 268-9
criada 7, 120, 195, 232-3, 268-9, 270
Nova Iorque 230
Nuremberg 211, 214
Obsolescência Planejada 233-4
Ocupantes Proprietários 136, 140
Oferta *veja* Demanda e Oferta
Oligopólio 56, 227, 231
Ontologia 5, 248-56, 258, 260
Oportunidades de Emprego 21, 42, 45, 48-52, 70-1, 116-7, 143, 233, 237
Organização Política 92-5, 170, 173, 240, 242, 252
do espaço 46, 48, 53-6, 60-5, 71, 74-8, 93-5, 99, 174, 264-6
e estrutura urbana 46, 60-5, 74-9, 264-6
e exteriorizações 48, 53-6, 60-5, 74-6, 159
Organização Territorial 53-6, 66-71, 74-9, 94-5, 218 (*veja também* Organização Política, do espaço)
Osimo de Pareto 43, 52-5, 60, 66, 72-3, 81, 116, 125, 138, 143, 147-8
Paradigmas 103-8, 125
Parentesco 171, 241-2
Patologia Social 58, 90, 122, 148, 227
Pensamento Geográfico 103-7, 110-1, 125-30
Pesquisa Interdisciplinar 8, 13, 39, 79, 260
Pittsburgh 230
Planejamento 1, 107, 171
urbano 137-7, 32-6, 39-79, 164
Política 49-52, 115-8, 123-4, 233-4, 266
Poder Militar 120, 200, 211, 215, 235
(*veja também* Coerção)
Poder Político 54-6, 60-5, 71, 76-9, 82, 92-5, 99, 148-9, 184, 218-9, 224, 231
235-10, 263-4
Polos de Crescimento 90, 214
Poluição 45-8, 52, 58, 69-71, 75, 78, 90, 236
População 172, 197, 205, 224, 255
relativa excedente 233-4
Positivismo 111, 117, 125
Prática 4, 109, 126-30, 271
Preço 66, 73, 159, 160, 163, 180-3, 209-10, 219, 228
da habitação 49-51, 53-5, 145-6
de acesso aos recursos 42-3, 45, 55-6, 58, 71
de monopólio 153, 155-7
fantasma 166
Preferências 64-71, 83, 86-7, 134, 138, 151, 233
Prestígio 178-9, 222-4, 239 (*veja também* Status)
Privação 56, 60, 61, 78, 98-9, 146-8, 189-93
relativa 87-8
(*veja também* Exploração)
Processos Sociais e Formas Espaciais 2-3, 5, 14-7, 25-7, 32-6, 39, 71-2, 78-9, 133, 264-8

- Produção 6-8, 46-7, 55-6, 82-3, 92, 98, 108-9, 121-2, 154-6, 186-7, 204, 208, 216-22, 223-35, 252, 255-6, 264
custos de 6-7, 156, 160, 162-3, 216, 230
meios de 96, 126, 134, 179-83, 192-3, 195, 197, 199, 205, 224, 228, 236
modo de 121, 149, 153-67, 168-77, 187, 190, 204, 216-7, 220-4, 250-53, 254, 259
relações sociais de 133-5, 164-5, 169-71, 196, 218, 230-33, 254, 259-60, 262-4, 266
- Produtividade Marginal do Solo 151-2, 159, 161-2
- Proletariado 92, 200, 222, 266
- Propriedade 170, 172, 180, 224, 228, 269
comunal 178-9, 260, 268
do solo 158-4, 156
privada 5, 84, 119, 135, 144, 153, 154-5, 159, 164, 173, 222, 266
valores de 42-3, 49, 51-6, 140, 148-51, 159-61
- Proprietários de Terra 118, 120, 140, 146, 149, 159, 231
- Proximidade 44-5, 56-60, 71
- Reciprocidade (como um modo de integração econômica) 177-84, 193-7, 204-8, 210, 227, 235, 240-3, 255, 260, 263 (*veja também* Sociedades Igualitárias)
- Recursos 199, 214, 221, 236
como avaliações técnicas e culturais 56, 66-71, 96, 120, 183
definição de 55-6, 66-71, 96, 119, 180-3
domínio sobre os 9, 42-3, 56-60, 66-71, 179, 180-2
naturais 55, 172, 183, 267
produzidos pelo homem 55-6, 145, 267-8
- Redistribuição (como um modo de integração econômica) 177-84, 192-7, 204-8, 210, 213-6, 218-20, 222-3, 227, 234-43, 254, 260, 263, 265 (*veja também* Sociedades Ordenadas)
- de renda 40-79, 236-7
de riqueza 236-7
- Regionalização 28, 31, 53-4, 94-5, 99
- Relação Cidade-Campo 174-5, 198-9, 212, 216, 223-7, 253-4, 255, 263, 265
- Relação Homem-Natureza 178, 182-3, 248, 253
- Relação Sujeito-Objeto 182-3, 248, 256-8
- Relações Internas *veja* Modos Relacionais de Pensamento
- Relações Raciais 49-51, 123-4, 225, 240
- Relativismo Cultural 18, 24-6, 65-71, 86-7, 183-98, 268
dentro do sistema urbano 33-4, 65-71, 266-8
- Renda 6, 9, 40-79, 82-4, 121, 125, 151-66, 192, 202, 259
absoluta 155-9, 159-64, 165
como domínio sobre recursos 55-6, 64-71, 82-4, 254
contratual 114, 140-1, 145-6
de monopólio 153-9, 159-64
definição de 41-2, 55-6, 82-4, 254-6
diferencial 154-9, 159-64, 166
distribuição de 40-100, 125, 145, 236-40, 254-6
locação de 122, 153-5, 156, 160
quase 154
real 41-3, 56, 58-60, 64-71
redistribuição de 40-79, 125, 146-8, 236-40, 254-6
- Renovação Urbana 90, 117, 121, 123, 149-50, 280
- Rentistas 118-9, 135, 140-1, 145-6
Retornos Decrescentes 154-5
- Revolução Industrial 208, 241, 263
- Riqueza 42, 135-6, 140-1, 148-9, 229
- Rússia 93, 109, 201-3
- Serviços 46-7, 71-6, 78
- Simbólico 182, 184, 206, 222-4, 240-1, 267-8
- Sistema de preços 46-8, 52-6, 72-4, 171, 177, 209-10, 219-35
- Sistema de Salário 43, 98, 155, 192, 208-9, 222, 235
- Sistema Ecológico 250-3
- Sistema Senhorial 192, 214-6, 221
- Sistema Urbano
desequilíbrio no 35-6, 43-5, 50-2, 116
dinâmica do 35-6, 43-5, 164-5, 208-10, 264-8
estrutura social do 47-52, 54-6, 58-64, 65-79, 112-5, 122-3, 139-43, 143-7, 168, 174-5, 222-4, 230-2, 233-4, 236-43, 264-8
- Soberania do Consumidor 137, 204, 233
- Socialismo 92-3, 98, 118-9, 123, 167-71, 201-3, 237, 264, 269
primitivo 179, 188
- Sociedades Comunitárias *veja* Socialismo
- Sociedades Estratificadas 176, 179-84, 197, 205, 240, 259 (*veja também* Mercado de Troca; Classe)
- Sociedades Igualitárias 176-9, 181, 193, 242 (*veja também* Reciprocidade)
- Sociedades Ordenadas 176, 179-80, 181-3, 193, 208, 217, 221-4, 238-42, 259 (*veja também* Redistribuição)
- Solo 5, 43, 209
mercado do 52-6, 135-6, 142-3, 148-51, 223
valor do *veja* Renda do
- Status 66, 171, 222, 240
- Subdesenvolvimento 224-7
- Subsistência 185-6
- Subjetiva 237-8
- Superestrutura 169-75, 180-1, 186, 190, 196, 232-3, 258-9, 263-4
- Tecnologia 170, 173, 174, 181, 200, 205, 213, 228, 263
- Tempo 27, 51, 152, 158-9
- Tecnocracia 179, 184, 200, 212
- Teoria 1, 3-4, 8-9, 103-10, 116-7, 119, 124-6, 129-30, 167-8, 169
contra-revolucionária 4, 107-8, 124-30, 165-6, 257
do status quo 4, 127-30, 165-6, 257
do uso do solo *veja* Uso do Solo, *teoria* do revolucionária 4, 103-10, 111, 116-7, 124-30, 165, 202, 211, 257, 271
urbana 8, 13-7, 33, 243, 247-9, 257, 261-71
(*veja também* Teoria da Localização)
- Teoria da Localização 16, 35-6, 56-7, 65, 71, 81-2, 99, 125, 127, 144, 150-1, 154-5, 179 (*veja também* Uso do Solo, *teoria* do)
- Teoria dos Jogos 47, 60-5
- Territorialidade 16, 19, 25, 68
- Tipos Ideais 173, 176
- Totalidade 171, 249-51, 265
- Trabalho 82, 119, 122-4, 132-3, 151, 154, 170, 192-7, 201-2, 208-9, 216, 225, 253, 256
produtivo versus improdutivo 226-7
- Transformações 249-61
no pensamento 103-12, 123-30, 168-9, 171-2, 182-4, 251, 255-61
sociais 172-4, 179, 192, 196, 220-4, 262-71
- Transporte 40, 48-52, 76, 114-5, 116, 205, 252, 261
custos de 16, 35-6, 81, 143, 151, 155, 157, 162, 209
- Troca 132, 180, 186, 189, 215-7, 254-5 (*veja também* Mercado de Trocas; Valores de Troca)
- Urbanismo 1, 7-8, 97, 165, 167-9, 174-5, 185-91, 198-43, 261-71
gênese do 179, 185-91, 198, 253-4
modo de produção e 174-7
(*veja também* Cidades)
- Urbanização 41-4, 64, 165, 198-43
do campo 174, 224, 236, 265, 270
global 196, 198-9, 203, 209, 223-6, 264-6, 269
- Uso do Solo 33, 63, 233
mudança do 140-1, 147-51, 159-61
teoria do 43-4, 51, 53, 112-24, 134-66, 240, 259
- Utilidade 52, 64-71, 74-6, 131-5, 138-40
- Utilitarismo 83
- Valor 3-4, 182-3, 223
de troca 119, 131-66, 181-2, 183, 193, 195, 201, 217, 220, 223-5, 243, 267
de uso 119, 124, 131-66, 181, 183, 194, 195, 201, 220, 223-4, 226, 269
sistemas de 63-71, 74-6, 82-4, 132, 134, 183, 239-41, 253
teoria do 132, 134, 158-9
- Venezuela 216
- Verificação 4, 29-33
- Vietnã 15, 226
- Vizinhança 24-5, 29, 53, 67, 75-8, 95, 179, 241-3 (*veja também* Comunidade)
- Voto 61-4, 65, 75-6
- Zonasamento 49, 52-6, 117, 141, 164